

Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História  
Área de concentração: História Cultural

**As fissuras na construção do “novo homem”  
e da “nova mulher” - Relações de gênero e subjetividades  
no devir MST - 1979/2000**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial e último para a obtenção do título de Doutora em História Cultural, sob a orientação da Professora Dra. Joana Maria Pedro.

Cristiani Bereta da Silva

Florianópolis, 2003

Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História  
Área de concentração: História Cultural

**As fissuras na construção do “novo homem”  
e da “nova mulher” - Relações de gênero e subjetividades  
no devir MST - 1979/2000**

Cristiani Bereta da Silva

Tese aprovada pela Comissão Examinadora formada pelos seguintes professores:

---

Joana Maria Pedro/UFSC-SC (Orientadora)

---

Margareth Rago/UNICAMP-SP

---

Yonissa Marmitt Wadi/UNIOESTE-PR

---

Mário César Brinhosa/FEBE-SC

---

Cynthia Machado Campos/UFSC-SC

---

Cristina Scheibe Wolff/UFSC-SC (Suplente)

*A vida só é possível  
reinventada...*

**Cecília Meireles**

## ÍNDICE

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>6</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>9</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>10</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
Estranhamentos iniciais de uma “viajante”... ..	11
Sobre os caminhos teóricos e metodológicos... ..	19
Sobre as fontes... ..	28
Sobre os capítulos... ..	36
Algumas considerações... ..	37
<b>CAPÍTULO I - DEVIRES... A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO.....</b>	<b>42</b>
I.1. “Já disse o homem que depois morreu e ficou a memória. Que existe uma coisa na roda história...” .....	49
I.2. Reconstituições utópicas .....	60
I.3. As mudanças e as coisas “na roda da história” no devir MST. ....	67
I.4. A construção do “sujeito sem-terra”: o “conscientizado” e o “sem consciência” .....	84
<b>CAPÍTULO II - ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS: ESPAÇOS EM CONSTRUÇÃO.....</b>	<b>109</b>
II.1. “Assim a terra se converte em causa, a liberdade se converte em sonho...” ou A (re) construção da terra em causa e da liberdade em sonho. ....	112
II.2. A chegada na terra... “Quando chegar na terra, lembre que tem outros passos para dar...” .....	127
II.3. Tempos e relações entre ser acampado e ser assentado. ....	149
<b>CAPÍTULO III - O LUGAR DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA (RE) PRODUÇÃO DO NOVO NO DEVIR MST.....</b>	<b>165</b>

III.1“...pois sem mulher a luta vai pela metade.” .....	173
III.2. “...a mulher tem direitos quanto o homem tem, essa foi a grande mudança.”.....	212
<b>CAPÍTULO IV - “COM MUITA FROUXURA NÃO VAI O MST” - NORMAS, DISCIPLINAS E OUTROS INVESTIMENTOS NA PRODUÇÃO DO SUJEITO MILITANTE .....</b>	<b>224</b>
IV.1. Dispositivos disciplinares .....	227
IV.2. Devires sob “Alianças de ideais” .....	240
IV.3 O uso da mística, “o alimento da alma”, na produção de subjetividades no MST....	252
<b>CAPÍTULO V - A ARTE DE VIVER ENTRE SUBJETIVIDADES E SUBJETIVAÇÕES: PRÁTICAS E RELAÇÕES NOS INTERIORES DO MST.....</b>	<b>271</b>
V.1.Olhares e sentimentos (re) construindo “Xanadu.” .....	272
V.2. “A história é mais ou menos isso, se fosse contar os detalhes...” .....	277
V.3. “Acho que é porque eu sou mulher.” .....	297
V.4. Os tempos de cada um. ....	309
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>314</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>319</b>
I. Impressas .....	319
II. Filmes.....	326
III. Orais.....	327
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>330</b>
I - Teses, Dissertações e Monografias :.....	330
II- Livros, Coletâneas e Artigos sobre o MST:.....	332
III- Livros, Coletâneas e Artigos: .....	333

## AGRADECIMENTOS

O processo de construção deste trabalho não foi solitário. Incentivos, opiniões, leituras e críticas de colegas, professores e amigos, em tempos e situações diversos, construíram comigo os caminhos que permitiram dar ao texto a forma atual. Evidente que os erros devem-se somente às minhas escolhas. Mas pensando muito mais nos acertos do que propriamente nos erros, gostaria de registrar meus agradecimentos:

Àqueles que trabalham no arquivo da Comissão da Pastoral da Terra em Florianópolis. Também à Secretaria Estadual do MST em Chapecó. Ao pessoal que esteve acampado no Oziel Alves Pereira em Abelardo Luz. Ao assentamentos 30 de outubro em Campos Novos e Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira. Enfim, aos homens e mulheres, “de carne, ossos e sentimentos” que constituem o MST. Sem sua disposição, gentileza, acolhida sincera, suas histórias... este trabalho com certeza não teria sido possível.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação em História, com especial destaque para Cristina Scheibe Wolff, Cynthia Machado Campos, Artur César Isaia, Élio Cantalício Serpa e Bernardete Ramos. Também à Nazaré, que sempre mostrou-se competente e, principalmente, bem humorada na Secretaria da Pós-Graduação.

À Margareth Rago pela leitura e sugestões valiosas no processo de construção desse trabalho.

À CAPES, que viabilizou financeiramente esta pesquisa.

Gostaria, ainda, de registrar agradecimentos especiais àquelas pessoas que permaneceram ao meu lado nestes últimos anos, incentivando, lendo, discutindo, ou apenas rindo ou me deixando chorar...

À minha orientadora, e creio que posso dizer, também amiga Joana Maria Pedro, uma profissional, uma mulher, que sempre soube repartir, doar, parte de seu precioso tempo, de sua experiência, a alunas (os), bolsistas e orientandas (os). Foi como bolsista de Iniciação Científica numa pesquisa sob sua coordenação, que ensaiei meus primeiros passos na pesquisa histórica. Pois é, isso se aprende! Sempre disse, e torno a repetir que tenho orgulho de ser chamada como uma das “meninas da Joana”, para minha história este será sempre um dos mais significativos títulos conquistados.

À Roselane Neckel, que foi minha professora e hoje é minha amiga. Seu incentivo, suas palavras de afeto, seus sempre “puxões de orelha” foram fundamentais em muitos momentos nos últimos anos e com certeza continuarão sendo.

Às pessoas muito especiais, companheiras de muitas horas de estudos, de conversas, de ajuda mútua, de “comilanças”, enfim, minhas amigas. Jaque, minha "alma gêmea", o que eu posso dizer de você? Brigando ou concordando, sempre nossos laços mantiveram-se intactos e saíram ilesos desses anos loucos. Nucia, minha contrabandista de “Friends” e “Arquivo X”, minha feminista favorita, intelectual concentrada. Rosângela, sua tranqüilidade, seus gestos, sua amizade nos últimos dez anos foram meu porto seguro. Uma lembrança especial a quem está a caminho: Ana Laura que, sendo sua, Rô, já amo também. Estes anos foram muito mais divertidos, neuróticos, mas não menos prazerosos por causa de vocês meninas!

À minha mãe, Orly, minhas irmãs Carla e Cátia e ao Jeferson (senão ele fica bravo!) e também Giulinha que nasceu entre as feitura de esse trabalho, por serem parte da minha

história. Obrigada pelo apoio incondicional em todos os momentos de minha vida. Vocês sabem do que eu estou falando...

À minha mágica preferida, minha filha Alana, obrigada por forçar-me a ver outras passagens, caminhos que descortinam um mundo bem mais justo e menos complicado que ainda é o seu. Beijos e todo meu amor a você que, “por toda a sua vida”, até aqui, esteve privada de muitos momentos comigo, de carinhos mais tranquilos, em função deste trabalho.

À Camilla e Pablo Felipe que chegaram depois, mas nem por isso conquistaram menos meu coração. A presença de vocês, suas brincadeiras e bagunças uniram-se às da Alana e deixaram nossas vidas mais felizes.

Ao Rogério, por seu companheirismo e seu esforço em ser paciente nas feitura finais desse trabalho quando eu já estava neurótica demais. Obrigada por seu amor, suas palavras e gestos que vêm trazendo brilho à minha vida. Mas, principalmente, obrigada por ter aceito o desafio de reinventar a vida comigo...cotidianamente.



## RESUMO

O presente trabalho, produzido através de documentos, publicações e entrevistas procurou colocar em perspectiva as histórias de diferentes homens e mulheres, sujeitos militantes, líderes ou não, que constituem e vêm reconstituindo jeitos de ser e viver a luta no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Os relatórios internos e as diversas e distintas publicações do e sobre o MST produzidos nos últimos 20 anos desvelam processos que permitem perceber que outras preocupações foram constituídas em meio às lutas e disputas pela conquista da terra. Preocupações que foram mudando, adquirindo outros contornos nas idas e vindas da produção de idéias, práticas e sujeitos de um Movimento em construção. E o que se pode observar a partir desses investimentos são tensões e conflitos nas relações entre homens e mulheres em acampamentos e assentamentos. Tensões que acabaram sendo redimensionadas justamente em função de desdobramentos ideológicos, políticos e também estratégicos do MST em sua busca de transformação social, construção do “novo homem “ e da “nova mulher”.

Este estudo é um exercício crítico de reflexão sobre a natureza dessas produções nas relações cotidianas, nas tentativas de se construir sujeitos. Busca investigar como as mudanças foram sendo construídas e, de que forma, foram investidas sobre as relações de trabalho, sociais, políticas e, também, afetivas de mulheres e homens, bem como homens e homens, mulheres e mulheres nas dobras do MST.

## ABSTRACT

The present work was based on documents, published books or articles and interviews and has the aim to put into perspective the stories of different men and women, militant subjects, leaders or not, that constitute and have been constituting ways of acting and living in the MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ( Movement of Rural Workers Without Land).

The internal reports of MST and the many different publications about this Movement, produced in the last 20 years, reveal the processes and the many different issues that appeared among the dispute for a piece of land. Many worries have been added to the main concern that is about the lack of land.

Ideas, practices and political concerns have emerged in this movement that is still in construction. Many conflicts and tensions can be observed among the relationships between men and women. These tensions were redistributed due to the ideological, political and strategical unfoldments of the MST and are related to its projects of social transformation and of the construction of the “new man” and the “new woman”.

This study is a critical exercise of reflection about the nature of these productions and of the quotidian relations about the endeavours of constructing new subjects. It tries to investigate how were the changes being constructed in the work, social and political relations as well as in the affective relationships of men X women, women X women and men X men inside the MST.

## INTRODUÇÃO

### Estranhamentos iniciais de uma “viajante”...

Eram 32 viajantes que iriam entrar em um mundo diferente do seu carregando uma bagagem que, além da máquina fotográfica e do gravador, levavam com eles também uma bagagem invisível a olho nu, “aquela que se compõe dos nossos parâmetros, dos valores do meio em que vivemos e que nos fazem dialogar desta ou daquela forma ou que nos deixam aflitos por percebermos as diferenças que nós mesmos estabelecemos.”<sup>1</sup>

Em abril de 1997, por ocasião de uma viagem de estudos, tive a oportunidade de conhecer um assentamento coletivo do MST chamado Conquista na Fronteira. Distante, aproximadamente 800 km de Florianópolis, este assentamento localizado em Dionísio Cerqueira, extremo Oeste de Santa Catarina, constitui-se como um “cartão de visitas” para o MST. Recebe uma infinidade de visitas por ano, do Brasil e do exterior, e costuma ser constantemente citado como exemplo de assentamento bem sucedido, não só nas publicações do Movimento, mas também fora dele.<sup>2</sup>

É possível dizer que os 747 km percorridos entre Florianópolis e Dionísio Cerqueira, e depois mais os 34 km até o referido assentamento tiveram um certo gosto de viagem “entre mundos”. A grande maioria dos estudantes que integravam esta viagem, incluindo eu mesma, nunca havia tido contato com o MST, a não ser, é claro, aquele mediado pelos jornais, televisão e também pela Academia. O impacto foi forte. Relendo alguns relatórios da viagem e artigos de professores e alunos publicados no Jornal PET

---

<sup>1</sup> Introdução do texto sobre a viagem de estudos à cidade de Dionísio Cerqueira. NECKEL, Roselane. “Os viajantes e o estranhamento”. Jornal PET História. Florianópolis: UFSC/CFH, Programa Especial de Treinamento - História, n.º 03, setembro de 1997.

<sup>2</sup> Apenas, para ilustrar: na revista Globo Rural de abril de 1996 e no jornal O Estado de São Paulo de 20 de abril de 1997, o assentamento Conquista na Fronteira foi apontado como “modelo de reforma agrária”.

História em setembro de 1997, percebi elementos e impressões que substanciaram este impacto: olhares construindo diferenças e comparações sobre cidades, regiões, pessoas, relações. A configuração das crises econômicas que extrapolavam fronteiras políticas: as cidades vizinhas de Dionísio Cerqueira, no Brasil e Bernardo de Yrigoyen, na Argentina. E, como contraponto, a experiência do assentamento do MST, as propostas, ideologias, as casas, as falas, os sonhos, as relações mais igualitárias, o socialismo enquanto possibilidade...

Mas nesta primeira visita, em meio a conversas com alguns moradores do assentamento, meus sentimentos passariam por um tipo de afecção. Processo que nas idas e vindas, num futuro não muito distante, acabaria por contaminar meus sonhos socialistas, nos idos dos meus 20 e poucos anos. Nestas conversas, que passariam a ser travadas com regularidade, visto que o objetivo inicial foi a construção de um trabalho de conclusão de curso, outras questões foram trazidas à cena. Questões que diziam respeito às expectativas referentes ao projeto de comunidade - em processo de formação naquele espaço - bem como acerca das relações entre as famílias com o projeto político e social do MST.

Entre as questões destacadas nesse assentamento pelas lideranças do MST - uma mulher e dois homens - a preocupação em relação às mulheres era a principal naquele momento. Segundo suas falas faltava ainda “resolver o problema da mulher”, ou seja, sua suposta resistência em ocupar um “lugar político” dentro do assentamento. Para estas lideranças o não envolvimento político das mulheres na luta era um problema que estava prejudicando o desenvolvimento do assentamento. Numa comunidade em que grande parte dos encaminhamentos cotidianos estavam sendo dados em relativa harmonia com as propostas do Movimento, esta preocupação trazia consigo implicações singulares de suas relações entre si e com suas práticas políticas.

E foi inicialmente tentando “resolver o problema da mulher no MST” que iniciei esta pesquisa. No entanto, o próprio caminho foi mudando o modo de caminhar. O exercício da pesquisa, as narrativas que alguns homens e mulheres do MST faziam de si mesmo e de suas relações, as leituras, as muitas conversas tidas com colegas, amigos, professores, principalmente com a professora Joana Maria Pedro, minha orientadora desde então, foram complexificando e alterando significativamente o projeto inicial. Desse momento em diante, muitas razões, motivos foram sendo pensados, construídos e reconstruídos. Processos subjetivos que num ir e vir, às vezes experimentando ou abandonando percursos, foram constituindo tanto a pesquisa e o objeto, quanto a historiadora.

No decorrer desses caminhos, o “problema” da e com as mulheres no assentamento Conquista na Fronteira, ao contrário de encerrar a questão em si mesma, desdobrou-se de várias e diferentes maneiras. De modo que o problema passou a ser percebido no interior de um jogo de posição/oposição e acabou por dimensionar as complexas relações de poder vividas por homens e mulheres neste espaço, na verdade para além dele também. Relações que implicavam na leitura de hierarquias e ordenamentos de um universo singular e ao mesmo tempo plural. E a leitura que foi realizada no processo de construção deste trabalho procurou não confirmar estas hierarquias como permanências estruturais irreduzíveis da construção dos gêneros, mas sim, como possibilidades de conhecimento e reflexão do lugar dessas construções nas subjetividades de ser, de viver um projeto político ideológico.

As relações de gênero no interior de produções subjetivas em acampamentos e assentamentos do MST são bastante significativas no conjunto dos discursos e práticas que as constituem. Em primeiro lugar porque uma das preocupações do Movimento a partir de 1980 foi incorporar algumas discussões de orientação feminista bastante fortes nesta

década. Depois, porque se investiu muito nas mulheres como sujeitos militantes, com direitos, mas sobretudo, deveres no interior do Movimento. Preocupações que, de certo modo, também reconstituíram partes dos discursos de "igualdade" e "emancipação feminina" que marcaram presença nos enunciados socialistas a partir do século XIX. Em 1917, Lênin já escrevia que *enquanto as mulheres não forem chamadas a participar livremente da vida pública em geral, cumprindo também as obrigações de um serviço cívico permanente e universal, não pode haver socialismo.*<sup>3</sup> Mas, na prática, a experiência revolucionária da Rússia soviética demonstrou a permanência de tradições autoritárias e repressivas, deixando registrado na história que teorias revolucionárias podem não ser suficientemente fortes para explodir preconceitos e noções herdadas e adquiridas sobre papéis normativos de mulheres e homens.

No MST, investimentos em busca de uma "sociedade ideal", de relações "igualitárias" foram sendo (re) produzidos constituindo devires num Movimento que se pretende novo e capaz de mudanças. Nos primeiros anos de 1980, aconteceram várias reuniões de estudos e discussões entre lideranças do MST que, entre outras coisas, registraram em seus relatórios que a "pouca" participação feminina era um problema que o Movimento precisava resolver. E num ir e vir de teorias e práticas recortadas e reconstituídas os investimentos feitos na perspectiva de resolver essa questão acabaram aparecendo nos acampamentos e, principalmente, em assentamentos.

Certamente as mulheres vêm marcando presença nas lutas do MST de diferentes formas: primeiramente, uma participação feminina mais efetiva, muitas vezes tomando a frente nos conflitos, resistindo na terra ocupada, enquanto os homens são levados presos ou

---

<sup>3</sup> LÊNIN, V. I. "As tarefas do proletariado em nossa revolução" escrito e publicado em 1917. In: Coletânea de textos de LÊNIN, MARX e ENGELS Sobre a mulher. Revisados por Armandina Venâncio. São Paulo:

precisam fugir. Nos acampamentos geralmente são as mulheres que ficam tomando conta do barraco e dos filhos, enquanto os homens dedicam-se a organizar assembléias, mobilizações ou saem em busca de algum tipo de trabalho. Depois de conquistada a terra, elas trabalham na roça, no trato com os animais, na manutenção e organização do assentamento, seja ele definido como coletivo ou individual. Mas, além dessas participações, as mulheres foram chamadas também a atuar no âmbito político interno, a marcar presença em reuniões, assembléias e mobilizações. E o que se pode observar a partir desses investimentos práticos discursivos, são tensões e conflitos nas relações entre homens e mulheres nestes espaços. Tensões que acabaram sendo redimensionadas justamente em função de desdobramentos ideológicos, políticos e também estratégicos do MST.

Outros estudos já chamaram a atenção para estas singularidades de gênero: Noëlle Marie Paule Lechat observa e descreve a participação das mulheres na construção e organização de dois assentamentos do MST no Rio Grande do Sul na década de 1980. Processo que não deixou de contar também com lideranças falando sobre a falta de participação das mulheres, destacando como causa, sua falta de consciência política.<sup>4</sup> Dulcinéia Pavan, em seu trabalho sobre mulheres num assentamento no Estado de São Paulo, percebeu que as mulheres possuíam um papel de maior destaque em acampamentos e assentamentos do MST.<sup>5</sup> Elisete Schwade vai além ao observar que o empenho em se

---

Global Editora, p.101.

<sup>4</sup> LECHAT, Noëlle Marie Paule. A questão de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Campinas/SP: UNICAMP, 1993.

<sup>5</sup> PAVAN, Dulcinéia. As Marias Sem-Terra – Trajetórias e Experiências de Vida de Mulheres Assentadas em Promissão/SP 1985/1996. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: PUC, 1998.

construir a igualdade nestes espaços revelou dificuldades justamente quando se tentou viver essa construção nas relações do cotidiano.<sup>6</sup>

A partir desses olhares, o óbvio torna-se singular demais para que não seja percebido e pensado. O que não deixa de ser, como bem lembra Paul Veyne, uma característica do esforço do historiador, *espantar-se com o que é óbvio*.<sup>7</sup> Os militantes do MST são indivíduos inseridos numa esfera complexa de relações sociais, sexuais e étnicas, inscritos de múltiplas formas num sistema geral de correlações de forças. Pensar, portanto, o lugar das relações de gênero em acampamentos e assentamentos é, aqui, um exercício crítico de reflexão sobre o poder, a igualdade, a transformação, o novo, elementos regulares que substanciam os discursos do MST. Um exercício que busca perceber se estes mesmos elementos, reconstituídos em processos produtores de subjetividades, vêm deslocando ou reposicionando hierarquias e concepções naturalizantes entre mulheres e homens.

O gênero, aqui, é referência a uma categoria de análise histórica que vem sendo utilizada com o objetivo de dar significado às relações de poder. Isso porque o estudo das relações de gênero tem partido do pressuposto de que as relações sociais entre homens e mulheres são produtos de construções culturais. Distingue-se assim, prática sexual de papéis sexuais. A relação entre gênero e poder dimensiona a organização da igualdade e da desigualdade descortinando perspectivas nas tentativas de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.<sup>8</sup> Além disso, o uso de gênero como categoria de análise histórica tem ampliado significativamente

---

<sup>6</sup> SCHWADE, Elisete. “A luta não faz parte da vida...é a vida.” O projeto político-religioso de um assentamento no Oeste Catarinense. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Florianópolis, UFSC: 1993.

<sup>7</sup> VEYNE, Paul. Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª edição. Brasília: UNB, 1998, p.21.

<sup>8</sup> A historicidade deste conceito é apresentada por SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade. Porto Alegre, vol. 16 n.º 02, julho/dezembro de 1990.



o conceito dos papéis sociais ao incorporar as relações de poder e dimensionar tanto a idéia de assimetria quanto a de hierarquia nas relações entre homens e mulheres.<sup>9</sup>

As estruturas hierárquicas têm se apoiado sobre percepções generalizantes e universais da relação pretensamente natural entre masculino e feminino. Uma oposição binária que precisa ser rejeitada por sua fixidez, desconstruída como a única relação possível e como um aspecto permanente da condição humana. Joana Maria Pedro alerta para o fato de que não basta identificar a divisão dos papéis entre os sexos, mas antes é preciso perceber como as relações se estabelecem e o que as determina. Somente identificar esses papéis serviria apenas para naturalizar antigas questões.<sup>10</sup>

E identificar apenas é correr o risco de por em perspectiva as construções desses papéis como sendo necessárias ou até mesmo inatas das relações de gênero. Nesse sentido, Maria Odila Leite da S Dias fala que, mais do que incorporar discursos, é preciso deparar-se com o problema das possibilidades do conhecimento que os temas por construir nos oferecem. Ou seja, trata-se de apreender o ser através da experiência vivida e não através de idéias já dadas, pois isso nos remeteria de volta ao discurso normativo de dominação masculina sobre as mulheres. Dessa forma, interpretar a integração dos indivíduos no conjunto das relações de poder, mostrar a fluidez e diversidade das relações de gênero e dos conceitos universais, permitiria, *através do esmiuçar das mediações sociais, trabalhar melhor a inserção do indivíduo, homem, ou mulher, no contexto mais amplo da sociedade em que vivem.*<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> PEDRO, Joana. Relações de gênero na pesquisa histórica. Revista Catarinense de História. Florianópolis, n.º 2, p.35-44, 1994.

<sup>10</sup> Idem, p.39.

<sup>11</sup> DIAS, Maria Odila Leite da S. Novas Subjetividades na Pesquisa Histórica Feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: Estudos Feministas, Ano 02, n.º02. Rio de Janeiro: CEIC, 1994.

Mesmo tendo presente que os homens e mulheres não cumprem sempre os termos das prescrições da sua sociedade ou de nossas categorias de análise, o MST certamente constitui-se como um lugar privilegiado para se observar tentativas de se produzir sujeitos singulares. Seus discursos e práticas, que circulam pelo interior de acampamentos e assentamentos, reforçam a idéia de um Movimento que se quer novo. Para tanto, os investimentos convertem-se em dispositivos que buscam mudar os modos de fazer, de ser, de sentir, de homens e mulheres. Enunciados cuja presença se reforça talvez menos para *eliminar as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero*<sup>12</sup>, e mais como vontade de demonstrar à sociedade que a “construção do homem novo” é possível.

O projeto político esboçado pelo MST, em canções, publicações, estratégias e lutas pode ser pensado como prescrições, normas e disciplinas não deixando, nesse sentido, de constituir um conjunto de dispositivos produtores de subjetividades. Dispositivos que investem na construção do “homem novo”, universalidade que dimensiona a “mulher nova”, enfim, novos sujeitos necessários para a “transformação da sociedade”. Nesta perspectiva, este estudo busca refletir sobre a natureza da produção do sujeito militante do MST em suas relações cotidianas. Busca investigar como as mudanças foram sendo construídas e, de que forma, foram investidas sobre as relações de trabalho, sociais, políticas e, também, afetivas de mulheres e homens, mas também homens e homens, mulheres e mulheres. Como investimentos normatizadores, disciplinadores de comportamentos, condutas, jeitos de ser e viver chegaram até Elianes, Marias, e também Antônio e Franciscos...

Processos que sugerem inúmeras questões: de que maneira os discursos e práticas acerca da construção da nova sociedade, do homem/mulher nova articulam-se nos

---

<sup>12</sup> AZEVEDO, Reinaldo. MST S/A República. Dezembro, 1996, ano 1, n.º 2, p.62.

acampamentos e assentamentos do MST? Seus efeitos, nestes espaços, acarretam mudanças nos sujeitos envolvidos? Como as afetividades, as relações de homens e mulheres, entre si, com o movimento, com lutas e embates cotidianos são vividas, ou (re) inventadas nestes espaços? O que escapa e o que permanece nesses processos? E ainda, é mesmo possível a construção de uma “nova sociedade” com relações “igualitárias” pelo MST?

Pensar estas questões na história implica partir do entendimento que os sujeitos se constituem e são constituídos em múltiplas e imprevisíveis situações. E, principalmente, que o sujeito nem sempre se submete mas que também escapa às normas, às disciplinas, aos discursos. Pois, se por um lado há idéias, investimentos que procuram instituir, normatizar comportamentos para dar “uniformidade” a um projeto político, por outro, há indivíduos que lidam com estes dispositivos das mais variadas maneiras.

### **Sobre os caminhos teóricos e metodológicos...**

Os caminhos teóricos e metodológicos percorridos para refletir sobre as produções de subjetividades, até mesmo por se encontrarem em constante processo de construção e reconstrução, certamente implicam em riscos e fragilidades. O principal deles reside no fato de que o que mais buscamos é o que mais escapa. A produção de sujeitos e as estéticas de existência na constituição de si são processos – por definição – imprecisos e assim incapazes de nos dar certezas. Mas certezas são mesmo possíveis? No século XXI, as incertezas têm seu tempo e lugar em diferentes correntes de pensamentos. Os próprios estudos que incorporaram a dimensão da subjetividade são exemplos disso.

A subjetividade - antes problema restrito e privilegiado da Psicologia – foi sendo apropriada e redimensionada por outros campos de saber. Áreas de conhecimento distintas

que imprimiram significativas diferenças, tanto na forma de pensar como no tratamento das questões que envolvem a produção de subjetividade em seus estudos, ou seja, dependendo da área de conhecimento o termo pode ter entendimentos e usos bem diversos. Esta observação pode ser facilmente comprovada numa rápida pesquisa bibliográfica que, além de dar conta de como a idéia de subjetividade vem sendo inflacionada nos últimos tempos, informa também que seu largo uso na atualidade revela uma multiplicidade de sentidos.<sup>13</sup>

Mas pensar, experimentar a subjetividade, problematizá-la é um recurso crítico irredutível aos estudos que procuram outros procedimentos de análise e reflexão sobre as relações e os sujeitos. Poderia se dizer que as discussões sobre subjetividade marcaram forte presença entre as paixões que incendiaram o maio de 1968 na França. Mas também não seria totalmente justo atribuir apenas aos intelectuais parisienses esta responsabilidade. Lukács, em “História e Consciência de Classe”, já colocava a questão da nova subjetividade. Os pensadores da Escola de Frankfurt, o marxismo italiano através de grupos como o “Socialismo ou Barbárie” também desvelavam novas e diferentes formas de pensar. Para Deleuze, a década que culminou nos acontecimentos de 1968 foi fruto de uma longa série de acontecimentos mundiais e correntes de pensamentos internacionais que ligavam a emergência de novas formas de lutas à produção de uma nova subjetividade. Era o tempo e lugar de outras formas de viver o novo: novas formas de luta, de expressão, do novo sindicalismo, etc.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Entrevistando 39 professores de diferentes Universidades Brasileiras, vinculados à ABRAPSO, Susana Inês Molon sintetizou um panorama histórico das principais tendências e correntes dominantes e emergentes nesta área. Esta pesquisa demonstra o quanto podem ser diversas e diferentes as concepções tanto de sujeito quanto de subjetividade utilizadas em diferentes trabalhos. Ver: MOLON, Susana Inês. Sujeito, Subjetividade e Emoções: na perspectiva dos professores da Pós-graduação em Psicologia Social vinculados à ABRAPSO. São Paulo: PUC. Tese de Doutorado em Psicologia Social, 2000.

<sup>14</sup> Ver: DELEUZE, Gilles. FOUCAULT. Tradução de Claudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p.123.

As formas pelas quais os conceitos filosóficos acerca do sujeito foram sendo pensadas, no interior de diferentes campos de conhecimento, trazem a própria trajetória histórica da construção de saberes sobre os indivíduos. Uma trajetória que percorreu caminhos fragmentados, mas que permite perceber, tanto na História quanto em outras disciplinas, que as preocupações com as subjetividades surgiram na esteira de construções e problematizações teóricas que viam a necessidade de deslocar objetos e procedimentos de pesquisa. Caminhos que descortinam questões políticas acima de tudo, pois a falência da revolução socialista mostrou que as teorias que a informavam precisavam ser revistas.

Métodos e teorias precisaram ser desconstruídos e reconstruídos sob um novo olhar ou um olhar de novo. As totalidades cederam lugar aos fragmentos, o universal ao singular, a linearidade às rupturas, ao descontínuo, e o sujeito a múltiplos sujeitos. Na História e também na Sociologia é possível acompanhar estas mudanças. Até a década de 1970 o marxismo estudava o proletariado e o campesinato, deixando de fora tudo que não estava relacionado à estas questões. Somente a crise, soprada dos descaminhos da revolução socialista, levou a perceber que muita gente havia sido excluída das análises marxistas. Em 1966 apareceu a “História da Loucura”, de Foucault, obra que contribuiu fortemente para esgarçar a brecha das análises e teorias e trazer aqueles que até então haviam ficado de fora: crianças, mulheres, prostitutas, desempregados, presos, loucos, etc.

Embora sejam possibilidades ainda pouco exploradas, no Brasil, as análises históricas que consideram as produções de subjetividades não se constituem num campo de pesquisa totalmente desconhecido. Sua abordagem remonta aos últimos 20 anos, onde as preocupações em torno deste assunto nas ciências humanas e sociais chegaram no final da década de 70, início de 80. Anos que coincidiam com a anistia, com a volta dos exilados, com as falas sobre as “políticas do corpo” e com os trabalhos de Michel Foucault, Gilles

Deleuze e Félix Guattari, sobre os desejos, singularidades, subjetividades ecoando em diversos e diferentes trabalhos.<sup>15</sup>

Em meados de 1970, feministas já discutiam questões que acabaram politizando a subjetividade. Para Stuart Hall, o feminismo teve uma relação mais direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico, questionando e abrindo, portanto, para a constestação política, aspectos inteiramente novos de vida social como a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, o cuidado com as crianças etc.<sup>16</sup> Segundo Margareth Rago, teóricas feministas propuseram que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, e além disso, que fosse considerado como efeito de determinações culturais, inserido num campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas.<sup>17</sup>

Em julho de 1997, no XIX Simpósio Nacional de história – ANPUH, o historiador Francisco José Calazans Falcon, em sua discussão sobre história e cidadania, analisou, entre outras coisas, as implicações historiográficas dos avanços da subjetividade, as relações dos novos objetos e abordagens com a “crise” e com o “retorno do sujeito” no interior de diferentes tendências teóricas. Estas questões, segundo ele, apontavam para a emergência de um “sujeito forte”, na epistemologia e no discurso histórico, que por sua vez expressavam uma valorização tanto do historiador como dos agentes históricos.<sup>18</sup>

As produções de subjetividades e seus desdobramentos estão aqui sendo pensadas a partir de leituras e reflexões feitas da obra de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix

---

<sup>15</sup> Foucault esteve no Brasil em 1973, participando de um conjunto de cinco conferências na PUC/RJ. Em 1982 foi a vez de Guattari, a convite de Suely Rolnik. Este último percorreu diversas instituições pelo País, debatendo sobre subjetividades e muitos outros assuntos pertinentes ao assunto. Na UFSC ele participou de um debate em setembro deste mesmo ano.

<sup>16</sup> HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 4ª edição, 2000, p.45.

<sup>17</sup> RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar. Orgs. Masculino, Feminino e Plural: Gênero na Interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. de Mulheres, 1998.

Guattari. Aproximando-se em alguns pontos e distanciando-se em outros, os trabalhos destes três pensadores constituem-se em estudos imprescindíveis para se pensar os limites e possibilidades dessas produções nas lutas, nas relações de forças, de resistência, de dobras e desdobras de viver e experimentar viver de diferentes sujeitos na história.

Considero que seja oportuno lembrar, que tanto as reflexões desses pensadores quanto os sentidos contidos nas produções de subjetividade não são, de forma alguma, entendidos como modelos conceituais que viriam apenas informar as problematizações deste trabalho. Não se quer aqui incorrer em tentativas de “psicologizar o sujeito” tão em alta nos últimos tempos. Tenta-se fazer um exercício onde as contribuições dos trabalhos desses pensadores sejam experimentadas na seguinte ordem: olhar as mesmas questões e ir em busca de se pensar as diferenças ao invés das semelhanças, de refletir e questionar como ambas são instituídas ou reconstituídas em determinados espaços, tempos e relações.

As reflexões epistemológicas sobre subjetividade, mesmo através de percursos diferenciados, têm sido quase uma obrigatoriedade para aqueles que trabalham com processos constituidores de sujeitos, assim como as diferentes formas dos indivíduos se relacionarem, em suas existências particulares, com estes processos. Estes estudos tiveram que considerar as importantes contribuições da “genealogia do sujeito moderno”, produzidas por Michel Foucault. Segundo Margareth Rago, até mesmo historiadores anti-foucaultianos não puderam prescindir das *noções de discurso, poder disciplinar, genealogia e sobretudo da contundente crítica à idéia da transparência da linguagem* presentes nas obras de Foucault.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Ver: FALCON, Francisco J. C. História e Cidadania. In: Anais do XIX Simpósio Nacional de história: História e Cidadania. Realizado em Belo Horizonte/MG em julho de 1997. pp.39/40.

<sup>19</sup> RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 7(1-2), outubro de 1995, p.70.

E, embora Foucault quase sempre esteja relacionado a estudos sobre o poder/micropoderes, ele mesmo destacou que sua preocupação nos últimos vinte anos de pesquisa não foram os fenômenos do poder e nem a elaboração dos fundamentos desta análise, mas sim criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos *...não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa.*<sup>20</sup>

A “morte do sujeito” (do sujeito universal, bem entendido) marcou os escritos de Foucault e causou impacto no debate intelectual entre o final dos anos 60 e meados dos 70. Contudo, sua veemente crítica aos modos de pensar fundados na soberania de um sujeito de conhecimento, nos jogos de verdade da produção dos saberes, contribuiu substancialmente para a desconstrução e fragmentação de um sujeito absoluto. Para Dreyfus, Foucault não tinha como objetivo “desconstruir” o sujeito, mas transformar completamente o eu profundo em eu histórico.<sup>21</sup>

Para libertar pessoas singulares é preciso matar o homem, a forma-prisão. Talvez Foucault esclareça melhor esta questão ao expor a necessidade de que não precisamos descobrir o que somos, mas sim recusar o que somos. E recusar, procurando imaginar e construir o que poderíamos ser, pois para ele, o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não residiria apenas em liberar o indivíduo do Estado e das instituições, mas sim liberá-lo tanto do Estado quanto da individualização relacionada a ele. É necessário que *novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos*<sup>22</sup> sejam criadas, imaginadas e produzidas.

---

<sup>20</sup> FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, pp.231/2.

<sup>21</sup> DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. Op. Cit., 1995, p.280.

<sup>22</sup> FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. Op. Cit. p.239.



De acordo com Foucault, o que é designado como sujeito, as formas e as modalidades da relação consigo através das quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito, faz parte de um conjunto prescritivo. Localizado no interior de prescrições, o “código moral” ou a moralidade de comportamentos traz as formas de como o sujeito pode e deve ser pensado. Neste sentido, “moral”, entendido como “comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhes são propostos” seria uma possibilidade de perceber as formas pelas quais os indivíduos se submetem, ou não, a princípios de condutas que lhes são impostos. Relação que implica em modos de sujeição ou resistência às interdições e prescrições, assim como também às formas pelas quais os indivíduos respeitam ou negligenciam um determinado conjunto de valores.<sup>23</sup>

Entretanto, não seria apenas isso, já que, ainda segundo Foucault, existem diferenças que dizem respeito ao modo de sujeição, ou seja, a forma pela qual o indivíduo se estabelece e se reconhece através dessas regras e também as formas de subjetivação, “elaboração do trabalho ético” que agiriam sobre si mesmo. Perceber códigos disciplinares, o uso da mística e discursos presentes no próprio Movimento constitui uma tentativa de traçar um quadro do “código moral” que prescreve como devem ser e agir os integrantes do MST. A produção da subjetividade e a subjetivação são assim, dois processos que estão juntos e em luta, pois as mulheres e homens, militantes do MST, tanto sujeitam-se a normas e prescrições presentes nas práticas discursivas do Movimento como também experimentam a autonomia, exercendo, desta forma, sua liberdade em processos de subjetivação.

---

<sup>23</sup>FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 6ª edição, 1984, p.26

Mas talvez as principais contribuições de Foucault acerca da subjetividade sejam seus últimos escritos, do final da década de 70 e 80. São estudos ainda pouco utilizados, se comparados aos trabalhos anteriores de Foucault, no entanto, são as análises desse momento que melhor contribuem para se pensar os processos e produções subjetivas de constituição dos sujeitos. Isto porque foram construídos numa perspectiva menos centrada no poder e muito mais atenta às afetividades, às estilizações da existência, enfim, a outras formas possíveis de perceber os sujeitos e os modos de organização de uma “consciência de si”. Além disso, as discussões sobre a subjetividade nesse momento são enriquecidas se articuladas às análises de Deleuze e Guattari, visto que foi um período em que estes autores estiveram muito próximos, envolvidos em projetos comuns e inclusive escrevendo e analisando seus respectivos trabalhos mutuamente. Portanto, mesmo que haja diferenças no modo em que cada autor procurou construir suas análises sobre os sujeitos e as subjetividades, não são diferenças que alterem as próprias análises, não ao ponto de impedir essa articulação.

As reflexões de Deleuze transitam pelo interior das análises de Foucault sobre o poder, mas reforçam a exigência de olhares mais atentos às “linhas de fuga” do sujeito. Além disso, é o próprio Foucault que chama a atenção para Deleuze ao dizer que este pensador contribui substancialmente para que a noção de circularidade seja pensada de outra forma, o círculo muitas vezes sugere um mau princípio de retorno, por isso uma organização esférica precisa ser abandonada, já que é pela direita que tudo volta e a linha direita é labiríntica.<sup>24</sup> Assim, parte-se da idéia de que ao mesmo tempo em que há uma infinidade de processos produtores de subjetividade no interior do MST, existem também

---

<sup>24</sup> FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud e Marx - Theatrum Philosophicum Portugal: Edições Rés limitada, p.31.

as mais variadas maneiras dos sujeitos constituírem-se através desses processos e relacionarem-se com eles. Nem as práticas são homogêneas, nem as formas de vivenciar estas práticas o são.

Deleuze entende a subjetividade como um processo pelo qual os indivíduos ou as coletividades constituem-se como sujeitos, ao mesmo tempo em que escapam tanto aos saberes constituídos como aos poderes dominantes, *mesmo se na seqüência eles engendrem novos poderes ou tornem a integrar novos saberes*.<sup>25</sup>

A leitura de Félix Guattari oferece possibilidades importantes para que as diferentes e diversas publicações do MST sejam pensadas também como investimentos na produção de subjetividades. Ao invés de ideologia, este autor prefere falar em subjetivação, ou seja, em processos pelos quais os sentidos são produzidos, e que implicam no funcionamento de máquinas de expressão, sejam eles econômicos, sociais, de mídia, ou ainda, em sistemas de percepção, de representação, de imagens, de valor, entre outros. Para Guattari a “subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares.” Sendo que nesse processo os indivíduos oscilam entre “dois extremos”, ou seja, uma relação de opressão, submissão ou uma relação de criação, de reapropriação dos componentes da subjetividade, produzindo então um processo que ele chama de “singularização”.<sup>26</sup>

Guattari é particularmente singular na medida em que buscou discutir a subjetividade em sua relação maquínica com o capitalismo, levando em conta sua

---

<sup>25</sup> DELEUZE, Gilles. Conversações:1972-1990. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992, p.217.

<sup>26</sup> GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. Micropolítica: Cartografias do Desejo. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999, p.33.

perspectiva psicológica. Ao falar das microrevoluções cotidianas, as análises de Guattari tornam-se indispensáveis aos estudos sobre movimentos sociais. Além disso, ao considerar a subjetividade sob o ângulo da sua produção – insistindo no fato de que é produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais – o autor também descortina sua perspectiva semiológica. Abordagem muito importante quando se pensa na própria construção do MST nos últimos 20 anos.

Para este pensador, os afrontamentos sociais não estariam apenas restritos a uma ordem econômica ou política. Eles se dão também entre as diferentes maneiras pelas quais os indivíduos e grupos entendem viver sua existência, trazendo assim inúmeras possibilidades de desvios e reapropriação. E ainda, que o que caracteriza os novos movimentos sociais, não é somente uma resistência contra um processo de serialização da subjetividade capitalista, mas também a tentativa de produzir modos de subjetividades originais e singulares, processos de singularização subjetiva.<sup>27</sup>

### **Sobre as fontes...**

Que tipos de subjetividades o MST tem desejado produzir?

Buscando responder ou ao menos refletir sobre esta e outras questões, diferentes fontes históricas foram investigadas. As análises e reflexões que construíram este trabalho percorreram caminhos que foram sendo refeitos ao longo do processo. As fontes impressas foram pesquisadas na Biblioteca Estadual de Santa Catarina, no “Setor Santa Catarina”, onde pesquisou-se Revistas da Pastoral da Terra e também jornais e revistas de circulação nacional, a partir da década de 1980. Na Biblioteca da Comissão da Pastoral da Terra de

Santa Catarina, foram pesquisados diferentes documentos e publicações do final de 1970 e toda a década de 1980, sobre as articulações da CPT com o MST, principalmente no Estado catarinense.

Também foram realizadas pesquisas em documentos e dezenas de publicações de circulação interna e externa, na Secretaria Estadual do MST, em Chapecó, meio Oeste de Santa Catarina. É oportuno destacar que procurei a Secretaria Nacional do Movimento em São Paulo, mas infelizmente por falta de contatos, naquele momento, que pudessem avaliar a minha entrada, não pude passar da recepção. O que entendo perfeitamente. Não obstante, foi bastante produtiva a visita a este local, pois tive acesso a muitas publicações novas do MST, como a Revista Sem Terra e outros livros que estavam disponíveis.

Mas, os documentos mais valiosos foram aqueles encontrados nos barracos do acampamento Oziel Alves Pereira em Abelardo Luz, e nos assentamentos 30 de outubro em Campos Novos e Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira. Este último, fonte inesgotável de publicações de circulação interna do Movimento. Além, é claro, de todas as outras, que amigos e conhecidos fizeram chegar até mim ao longo do período em que este trabalho foi desenvolvido.

É importante informar que também teses e dissertações cujo objeto de estudo foi o MST, produzidos a partir da década de 1980, serviram como fontes de reflexões e análises. Em busca desses trabalhos foram feitas pesquisas em bibliotecas de diferentes Universidades. Além da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, foram realizadas pesquisas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul/URGS; na Pontifícia Universidade Católica/PUC em Porto Alegre e São Paulo e na Universidade de São Paulo/USP. Algumas teses e dissertações de outras instituições, bem como livros e artigos

---

<sup>27</sup> Idem.

sobre o MST também foram estudados. Diversos livros publicados por João Pedro Stédile - um dos líderes nacionais mais expressivos do Movimento - que sozinho ou em parceria fez circular uma história autorizada, assim como outros autores também autorizados a falar do MST foram analisados no processo de construção desse trabalho.

As leituras desses estudos, articuladas com publicações oficiais do Movimento, que passaram a ocorrer com regularidade a partir de 1981, com o início da publicação do Jornal Sem Terra, constituem-se em caminhos possíveis para se perceber de que forma o MST vem sendo produzido nos últimos 20 anos.

Juntamente com estes documentos e publicações, entrevistas realizadas em acampamentos e assentamentos do MST também foram utilizadas como fontes de pesquisa. A maior parte das entrevistas foram feitas por mim entre os anos de 1997 e 2001, quase sempre no Oeste de Santa Catarina. Outras foram realizadas por colegas que aparecem sendo referenciados. Nestas ocasiões, diferentes lideranças estaduais, homens e mulheres, mas também e, principalmente, àquelas pessoas que ocupam outros níveis nos espaços do MST, foram entrevistadas. Serviram como fontes de reflexões e análises, portanto, narrativas de diferentes sujeitos que fizeram parte do acampamento Oziel Alves Pereira<sup>28</sup> em Abelardo Luz e aqueles que fazem parte dos assentamentos Vitória da Conquista em Fraiburgo, Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira e 30 de outubro em Campos Novos, todas as cidades localizadas em Santa Catarina.

Várias visitas foram feitas ao assentamento coletivo Conquista na Fronteira, lugar que norteia as reflexões desse trabalho e que tem desvelado um espaço privilegiado, onde pode-se observar - em ângulos construídos favoráveis - os “novos sujeitos do MST”,

assim como o esboço da sociedade muito próxima do “ideal” presente em seu projeto político e ideológico. O assentamento 30 de outubro, também foi visitado, mas apenas para contrastar reflexões, visto que é um assentamento apontado pelas lideranças estaduais como o “contrário” do Conquista na Fronteira. Contrário no sentido de que não pode ser considerado um grupo “coletivo”, pois é misto, uma parte das famílias se organizou como cooperativa, outra como associação e outra ainda individualmente. Além disso, este assentamento possui uma distribuição de espaço diferenciado e uma outra relação com as normatizações do MST, ou seja, seus moradores não dão, ao menos sob “aparências”, respostas consistentes à idéia de construção de uma nova sociedade.

As dezenas de falas que, ao longo deste período foram sendo gravadas e transcritas, estão sendo referenciadas por nomes fictícios. Optou-se por esse método com a finalidade de proteger a identidade das mulheres e homens que gentilmente se dispuseram a contar sobre suas vidas. Falas que muitas vezes trazem tensões que dizem respeito às suas expectativas, aos seus sonhos, às frustrações cotidianas, aos entendimentos e desentendimentos com companheiros ou companheiras nas lidas e lutas diárias.

O uso de entrevistas como fontes orais nesta pesquisa é, antes de tudo imprescindível, principalmente observando que se trata de um grupo social, cuja história escrita faz parte de uma produção bastante recente e fragmentada. Assim, o estudo e análise acerca das subjetividades destes sujeitos sociais em questão - de seus modos de ser, de pensar e de se constituir, como homens ou mulheres, no interior do MST-, é possível apenas através de suas falas. As narrativas, com seus silêncios e elipses, são instrumentos

---

<sup>28</sup> O acampamento Oziel Alves Pereira, em razão da não desapropriação da área ocupada, não existe mais. As famílias foram então deslocadas para outros acampamentos da região e algumas poucas famílias conseguiram ser assentadas.

que trazem aspectos das experiências produzidas a partir de suas relações e destas com o próprio Movimento.

Além disso, acredito que o conteúdo dessas falas - reconstituições, discursos prontos, recortados ou não de outros discursos - são as melhores fontes para pensar sujeitos e relações, pois são fontes que carregam consigo suas subjetividades. São narrativas sobre experiências de diferentes sujeitos em situações diversas. Lugares onde as representações e subjetividades são constitutivas e intrínsecas dessas narrativas, devendo assim serem percebidas e pensadas.

A história oral tem-se revelado bastante complexa, não apenas em relação à realização das entrevistas, mas também acerca de sua utilização como fonte histórica. Enquanto fonte de pesquisa, este método tem contado ao longo do tempo com muitas críticas, sendo que, para muitos profissionais de História, as fontes orais são possuidoras de uma fragilidade implícita considerada universal e irreparável.<sup>29</sup> Mas Paul Thompson, no entanto, aponta outro caminho, colocando que a história ganha uma nova dimensão quando a experiência de pessoas ou grupos sociais é utilizada como fonte de pesquisa.<sup>30</sup>

As experiências, relações mútuas do cotidiano no interior do MST - sejam elas de trabalho, políticas ou afetivas - não são aqui pensadas como “evidências legitimadoras”, pois, parte-se da idéia de que *não são os indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência.*<sup>31</sup> Uma perspectiva na qual as experiências constituídas no interior e através do MST são oportunidades para que se possa historicizar tanto a experiência quanto as identidades que ela (re) produz.

---

<sup>29</sup> Ver GWYN, Prins. História Oral. In: BURKE, Peter. Op. Cit.,1992.

<sup>30</sup> THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.10.

<sup>31</sup> SCOTT, Joan W. A invisibilidade da Experiência. Tradução de Lúcia Haddad. In: Projeto História. São Paulo: EDUC, n.º 16, fevereiro de 1998, p.304.



Tem-se presente também que o exercício de apreensão do modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída ou pensada, supõe vários caminhos. Trajetos que dizem respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real.<sup>32</sup> Mas um real (re) construído a partir das experiências, das relações e dos processos de subjetividade, os quais os indivíduos se encontram inseridos. Parte-se assim do entendimento de que os depoimentos dos integrantes do MST revelam sua apreensão de mundo social, dos sentidos construídos em torno deste universo e, principalmente, que estas percepções não se constituem “neutras” quando questionadas. Mesmo num relato, as pessoas constroem narrativas sobre si mesmas.

Estas narrativas serão pensadas a todo momento relacionadas, articuladas, aos documentos pesquisados, produzidos ou não pelo Movimento. Este método amplia as possibilidades do trabalho, pois as fontes orais de forma alguma excluem as fontes escritas. Ao contrário, tendo em comum características próprias e funções específicas que apenas uma ou outra fonte pode preencher melhor, as falas e os documentos escritos podem e devem ser articulados.<sup>33</sup> Estes documentos - relatórios, publicações e jornais de circulação regional e nacional internas - produzidos pela organização e distribuídos em acampamentos e assentamentos, são pensados no interior de dispositivos produtores de subjetividades do MST.

---

<sup>32</sup> CHARTIER, Roger. A História Cultural – Entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.16.

<sup>33</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, 1981.

Exemplos dessas publicações são o Jornal Sem Terra, editado desde 1981<sup>34</sup> e o “Caderno de Formação<sup>35</sup>,” uma parceria entre MST e CONCRAB<sup>36</sup>, editado seqüencialmente desde 1984. As propostas de discussões contidas nestas publicações deixam bem claro o que poderia ser traduzido por “formação”. Numa dessas discussões, percebe-se a preocupação em estimular a participação das mulheres nas cooperativas do MST, pois consideram as cooperativas espaços importantes para discutir as questões relacionadas às mulheres do Movimento:

na medida em que todas as companheiras são associadas, conquistam uma **posição de igualdade em relação aos demais associados**. Cria-se assim espaço para a libertação econômica ao mesmo tempo em que devemos garantir a formação político-ideológica.” Com isso, as companheiras tendem a se tornar agentes ativas na vida da cooperativa e na luta pela transformação da sociedade.<sup>37</sup> (Grifo meu)

Outra discussão desta mesma publicação é sobre a necessidade, imposta ao Movimento, de trabalhar os *aspectos da consciência do convencimento*, para que nesse sentido possam ajudar na correção de seus *desvios internos, sejam eles no trabalho, morais ou políticos* e, ainda, *para provocar cada um, para que tenhamos novas atitudes*.<sup>38</sup> O tom destes discursos podem ser pensados dentro de normas pedagógicas e prescritivas que fazem parte da produção de subjetividade no interior do Movimento e, dessa forma, certamente indicam melhores condições de investigar a natureza do processo que visa produzir indivíduos idealizados, homens e mulheres.

---

<sup>34</sup> Em 1981 o Jornal Sem Terra surgiu como um boletim mensal mimeografado em Porto Alegre. A partir de 1985, com a instalação da Secretaria Nacional do MST em São Paulo, o Jornal passou a ser editado na capital paulista.

<sup>35</sup> Editado desde 1984, inicialmente em Porto Alegre, e depois, a partir de 1985, em São Paulo.

<sup>36</sup> Confederação Nacional das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil fundada em 1992 e organizada pelo MST.

<sup>37</sup> MST. “Qual a participação da mulher na cooperativa de produção?”. Caderno de Formação n.º 21. São Paulo: CONCRAB/MST, pp. 33/34.

<sup>38</sup> MST. “Como se corrigem os desvios e faltas nos grupos e CPAs?”. Idem, p.57.

A construção e as preocupações deste trabalho percebem o “presente” também como história. Lidar com objetos de pesquisa contemporâneos é também uma forma de contribuir para a desconstrução de alguns preconceitos em torno dos trabalhos desenvolvidos num período recente da história. Preconceitos estes alocados numa forma datada de perceber a história. A historiografia tradicional, das décadas de 60 e 70, via como imprescindível o distanciamento temporal do historiador em relação ao seu objeto de estudo, a fim de não comprometer sua “objetividade”. A preocupação com a “objetividade” impôs limitações às realizações de trabalhos contemporâneos até meados de 1980, quando o aprofundamento das discussões acerca das relações entre o passado e o presente na história rompeu com a idéia que identificava o objeto histórico ao passado e criou outras possibilidades para o estudo da história.

Chartier, em seu artigo “A visão do historiador modernista”, escreveu sobre as possibilidades e a legitimidade de uma história produzida no “tempo presente”. Para este historiador, o profissional que trabalha no tempo presente partilharia - com aqueles cuja história está narrando- de referências fundamentais. Para Chartier, somente dessa forma o historiador poderia *superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico, do historiador e dos homens e mulheres cuja história escreve.*<sup>39</sup>

Penso que o caráter contemporâneo desta pesquisa e sua proximidade com o presente, ao invés de um inconveniente, constitui-se como um importante instrumento de pesquisa e reflexão. Tendo a possibilidade de observar seus tempos e espaços e, principalmente, as práticas vivenciadas nas relações socioculturais no interior do MST,

---

<sup>39</sup> CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (Orgs.) Op. Cit., 1996, p.216.

pode-se melhor apreender a forma como os homens e mulheres produzem e reconstituem sentidos e significados.

### **Sobre os capítulos...**

Este trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos. Capítulos que pretendem fazer uma análise dos discursos, mas buscando não deixar de abordar a perspectiva da subjetividade, privilegiando os sujeitos que falam. Do primeiro capítulo intitulado – **Devires...a construção de um Movimento** – as reflexões e análises partem e se encontram na seguinte questão: Como se dá a produção das subjetividades no MST?

Essa questão desdobra-se em caminhos que impõem reflexões sobre os lugares dos discursos nesse processo bem como as regularidades presentes nos mesmos. De que forma a reprodução do “novo”: sociedade, sujeitos aparecem na prática e no discurso da luta pela terra.

**Acampamentos e assentamentos...espaços em construção** é o título do segundo capítulo que vai tratar de alguns espaços do MST por excelência. Lugares revestidos de sentidos que descortinam tanto os investimentos do MST em construir territórios próprios como também diferentes narrativas de homens e mulheres falando sobre acampamentos e assentamentos sob outros olhares. A permanente construção e reconstrução desses espaços a partir dos discursos do Movimento, assim como das narrativas de diferentes sujeitos dá o tom e substância para que a articulação entre prática e discurso no interior do MST sejam analisados.

O terceiro capítulo – **O lugar das relações de gênero na produção do MST** procura perceber de que maneira o discurso de gênero passou a ser incorporado à

construção do Movimento. Como passou a ser construída a necessidade de mudança? Os discursos sobre militantes e relações ideais serão analisados. Pois, sob esses elementos as relações de homens e mulheres são postas em questão.

O quarto capítulo - **“Com muita frouxura não vai o MST”: Normas, disciplinas e outros investimentos na produção do sujeito militante.** É um estudo sobre os investimentos do MST em suas tentativas de construir o “homem novo”. Normas, prescrições constantes de seus manuais disciplinares, práticas místicas, canções, assim como suas publicações que tratam da questão, são documentos importantes para analisar esses investimentos. Práticas e discursos que possibilitam reflexões tanto sobre os lugares normatizadores no projeto político ideológico do MST quanto a forma como se pensa construir o e a militante ideal numa perspectiva de novas relações de gênero.

O quinto capítulo – **A arte de viver entre subjetividades e subjetivações: práticas e relações no interior do MST.** O lugar onde mulheres e homens falam e (re) produzem narrativas sobre si mesmos, sobre suas relações e experiências. Tenta-se refletir neste momento de que forma esses sujeitos vivenciaram as propostas e investimentos do MST nos últimos 20 anos. As produções de subjetividades aos quais são parte e também efeitos, é a perspectiva que se tenta olhar e sentir. As narrativas sobre o cotidiano, as lutas, os conflitos desvelam réstias e fragmentos que servem de reflexões/inflexões sobre o processo de devir sujeito, de se produzir, de se sujeitar escapando às normas, aos discursos.

### **Algumas considerações...**

Convém lembrar que este trabalho foi construído muito mais a partir de reflexões sobre o MST na região Sul do que em outras regiões. Algumas análises foram feitas considerando apenas Santa Catarina e mais especificamente o assentamento Conquista na

Fronteira, é claro. Evidencia-se neste trabalho, contudo, uma busca por relacioná-lo a outros estudos, outras perspectivas de análise. Cuidados foram e devem ser tomados, pois certamente existem vários MSTs espalhados no território nacional, os quais se diferenciam e muito dos discursos e investimentos produzidos pelas lideranças nacionais do Movimento. Muitas das singularidades em relação a estes investimentos, que em Santa Catarina puderam ser observadas em sintonia com outros Estados que formam a região Sul, possivelmente possuem uma dimensão diversa em outros lugares, como o Nordeste, e até mesmo o Sudeste, por exemplo.

Além disso, este estudo foi pensado a partir de uma maneira particular de olhar o MST. Seus discursos e investimentos – que perseguem a construção de uma nova sociedade, horizonte onde relações entre homens e mulheres descortinam-se como desejos de subjetividades idealizadas – foram privilegiados em detrimento de outras perspectivas não menos importantes.

Acredito que muitos olhares e maneiras de ver são possíveis e necessários. Outros caminhos ou descaminhos podem ser percorridos para se estudar e refletir o MST ou diferentes MSTs espalhados pelo território brasileiro. Lugares refletidos de formas distintas nos olhos de quem os vê. Mas este trabalho, especificamente, trata de discursos para poder pensar os sujeitos. E pensa os sujeitos sob a perspectiva de gênero, pois homens e mulheres, suas relações, tensões, através, dentro ou fora da sigla, é o que interessa. Perspectiva onde se busca perceber, nas dobras de suas narrativas e ações, como os sujeitos escapam como efeitos e produtos de dispositivos históricos, sob investimentos normativos de como devem ser e agir. Homens e mulheres podem mesmo ser observados sob essa dimensão?

Para que não haja dúvidas quanto ao meu posicionamento em relação ao que o MST representa enquanto movimento social, registro, desde já, que possuo sim “um lado”, assumindo que sou incondicionalmente a favor das lutas, reivindicações e tudo que os homens e mulheres que são o MST – em sua heterogeneidade – vêm representando para a história do Brasil nos últimos anos. Nesse sentido, entendo a luta do MST como legítima e importante. Portanto, não se questiona as causas de luta, mas se pensa como são produzidos os discursos, os investimentos, enfim como o MST vem produzindo sua história. Dessa forma se questiona sim, e muito, os limites e lugares dessa produção.

Sobre isso é preciso falar que as idas e vindas aos espaços do MST não foram importantes apenas para servir de “fontes de pesquisa e análise”, foram imprescindíveis para que o meu olhar fosse desconstruído e reconstruído sob outras nuances. Mesmo que, assim como grande parte dos brasileiros possua raízes rurais, as mesmas nunca foram vividas e sentidas da mesma forma, pois são raízes já enraizadas em relações, por demais urbanas e higienizadas para que possam ser recuperadas totalmente. De qualquer forma, foram possibilidades de perceber e sentir um pouco uma pequena parte de sujeitos que são também o MST e que os papéis, os dados, não nos permitem antever.

Além disso, sempre que eu viajava para Dionísio Cerqueira - levava não menos que doze horas para ir e outras 12 para voltar - via outras coisas, conversava com diferentes pessoas, percebia outras experiências e diferentes jeitos de ser e de fazer histórias de homens e mulheres nem sempre privilegiados na construção da história escrita. Parte do Oeste de Santa Catarina, para mim hoje, tem um sabor diferente, um sabor lúdico encontrado no empoeirado, no barro vermelho, nas falas simples, nos jeitos diversos.

Muitas vezes eu chorei sozinha, escutando entrevistas, lendo jornais, lembrando das pessoas que têm se empenhado de tantas maneiras na construção de um Movimento que

encarna a busca de um sociedade ideal, de relações mais justas, menos desiguais. Não é fácil escrever, pensar criticamente objetos e sujeitos que ainda estão por aí, cheios de vida, de sonhos, de angústias. São carnes, ossos e sentimentos. As histórias narradas nessas ocasiões eram donas de si, seduziam, doíam, me faziam acreditar, querer também suas utopias. Mas havia duas Cristianis. Uma que se emocionava, chorava e que acreditava (acredita) sem ressalvas no projeto do MST. Outra mais crítica, curiosa e que insistiu em querer ir além, mesmo que isso significasse esmiuçar o sonho e descobrir nele reconstituições de outros tempos, de outras épocas, cujas fissuras largas demais, descortinam limites, hierarquias, valores, nada novos.

Resta dizer que este trabalho é também fruto dos dhares que as duas (talvez mais) Cristianis trocaram, das brigas que as duas travaram e das dores e prazeres que ambas sentiram ao longo do processo dessa construção...





## CAPÍTULO I

### Devires...a construção de um Movimento

A primeira invasão lembro como se fosse hoje...Foi bonito, chegou a dar uma emoção na gente porque aquilo tu olhava era gente com carroça, era com caminhão, era gente a cavalo, até meu pai foi com a carroça pro acampamento. Nós ficamos, e no outro dia cedo nós fomos, porque era perto de onde nós morávamos. Mas foi bonito o dia, deu uma emoção que tá louco! De ver eles indo, com bolsa e tudo!<sup>40</sup>

No dia 07 de setembro de 1979, 110 famílias sem-terra montaram acampamento na gleba<sup>41</sup> Macali, Rio Grande do Sul. Em maio de 1980, 300 famílias acamparam na fazenda Burro Branco, em Campo Erê, Santa Catarina. E em meados de 1980, Eliane era uma menina que, sem escolhas, já fazia parte das lutas e disputas pela terra que estavam sendo travadas no Oeste catarinense.

O pai de Eliane, como muitos outros trabalhadores rurais sem-terra naquele momento histórico, estava animado com a possibilidade de conseguir um pedaço de terra, principalmente com as notícias das mobilizações que vinham acontecendo no campo: Macali e Brilhante no Rio Grande do Sul, Burro Branco em Santa Catarina. Assim, passou a se organizar junto com outros companheiros e seguindo as estratégias políticas indicadas nesses grupos, acabou por levar sua família a participar das lutas pela terra em sua região, ou seja, foram fazer parte das ocupações e tornaram-se acampados.

---

<sup>40</sup> Eliane.Casada três filhos. Entrevista concedida em 03/09/99. Dionísio Cerqueira/SC.

<sup>41</sup> As glebas de Macali e Brilhante eram terras remanescentes da antiga fazenda Sarandi localizada no município gaúcho do mesmo nome e que foi desapropriada em 1962 pelo governador do Rio Grande do Sul no período, Leonel Brizola.

Durante esse período, Eliane e suas irmãs viviam como todas as outras crianças acampadas: entre poucas brincadeiras infantis e muitas tarefas domésticas, entre cuidados com os pequenos e outros “auxílios” prestados aos mais velhos, vivenciava as angústias daqueles momentos tensos. Cotidianos de dificuldades onde as precárias condições de saúde, higiene, esperas por cestas básicas e outras doações em alimentos ou roupas, além do frio, da chuva, da lama...ditavam o ritmo de vida.

Em 1983, aos 7 anos de idade, viu o pai ser preso por resistir à reintegração de posse da fazenda em que estavam acampados no município de Palma Sola, extremo Oeste do Estado catarinense. Suas lembranças, narradas, ilustram uma parte das angústias e aflições reconstituídas de sua infância:

O pai foi preso...Ficou quase dois meses preso, a mãe grávida com todos nós pequenos, eu e mais uma menina, uma menina e mais grávida de outra, ficou sozinha... ainda que o pessoal ajudava, que se vinha tormenta e chuva e nós debaixo da lona, caía tudo, e o pai preso, eu perdi tudo, perdi a minha infância...foi triste porque não aprendi a ler, nada, nem escrever, ficamos todos esses anos debaixo da lona, não tinha professor nada, e daí fomos embora, meu pai cansou porque estávamos muito pobres, não tinha nem o que comer, daí ficamos três anos na cidade e meu pai voltou de novo...<sup>42</sup>

Eliane não aprendeu a ler, não aprendeu a escrever, passou - entre idas e vindas -, *quase sete anos debaixo da lona*. Cuidava dos “menores”, ajudava a mãe e casou-se, como tantas outras moças conhecidas suas, bastante jovem. Só que casou com um homem que sonhava, assim como seu pai, em conquistar também seu “pedaço de chão”. E, talvez com as mesmas ou nenhuma escolha quanto as que teve em sua infância, passou a participar de invasões no Oeste de Santa Catarina ao lado do marido e filhos pequenos.

Eliane passou grande parte de sua vida vivenciando tempos diversos, experiências distintas no interior do MST: foram tempos de dificuldades e angústias, mas também de

esperanças, conquistas. Tempos em que cresceu, viveu, casou, teve seus filhos, tempos de idéias e ações em construção. Processos que constituíram e substanciaram um Movimento que hoje conhecemos como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Um lugar que através das lutas e reivindicações dos homens e mulheres que o constituem – em sua heterogeneidade – tem possibilitado questionamentos e reflexões a práticas excludentes e hierárquicas que seguem naturalizando as diferenças entre os sujeitos e suas relações ao longo da história.

É a partir desse lugar, de uma ponte entre o que foi vivido em meados de 1980 e sobre o que se pensa e atribui ao MST, vinte anos depois, que Eliane reconstitui suas lembranças, que fala sobre um antes e um depois, estabelecendo o MST como um marco de mudanças. Eliane fala de seu passado com certa angústia, no entanto, fala de seu presente com orgulho, faz questão de informar como tudo melhorou, mudou. *Eu acho que tudo mudou...*

Mudança. Nesse sentido, a fala de Eliane não é singular, dezenas de depoimentos e trabalhos sobre o MST falam sobre a mudança, sobre a construção de um "novo sujeito" a partir do momento em que se passa a fazer parte da luta. A Eliane menina que seguiu seu pai e mulher que seguiu seu marido, fala a partir e do interior de um lugar político. Mas esse político, informado, sobretudo, pelo gênero põe em perspectiva outras dimensões.

Olha, eu pra dizer a verdade eu consegui mesmo descobrir que a mulher tem o mesmo direito que o homem, como qualquer um também, que o mais grande e o mais pequeno tem o mesmo direito foi aqui mesmo no assentamento, eu fiquei mesmo por dentro do assunto, que a gente mulher como mulher tem que lutar, tem que ir adiante, não pode pensar só nas panelas, no fogão, e nos filhos e na casa.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> Eliane, entrevista já citada.

<sup>43</sup> Idem.

O MST foi e ainda é um espaço onde diferentes discursos e práticas são investidos sobre os sujeitos que o constituem. Discursos cujos efeitos acabaram se encontrando de maneira bastante significativa – bem onde muitos deixam de procurar - nas relações de gênero. Práticas prescritivas, disciplinares foram sendo construídas e (re) produzidas como investimentos sobre os homens e mulheres, sobre suas relações familiares, políticas, afetivas. Investimentos que para Eliane são lembrados sob um olhar singular. Mas o que a história de Eliane revela entre dualidades temporais em antes e depois do MST, é também o que esconde. As mudanças, as quais Eliane e tantos outros falam têm percorrido caminhos que descortinam perspectivas e expõem fissuras tanto no desejo quanto nos investimentos de se construir o “novo”, a partir da luta pela terra.

Os relatórios internos e as diversas e distintas publicações do e sobre o movimento produzidos nos últimos 20 anos descortinam processos que organizam e vêm constituindo devires que incorporaram outras preocupações além da reforma agrária. Preocupações que foram mudando, adquirindo outros contornos. Da luta pela terra vieram os discursos sobre a "Revolução", sobre o "novo homem"; dos investimentos feitos sobre os militantes do movimento, vieram as preocupações em torno das mulheres, seus direitos e, principalmente, deveres nos acampamentos e assentamentos. Vieram as normas, as disciplinas, os discursos sobre os comportamentos, sobre o ser e o viver de homens e mulheres. E em 1990, sobretudo no final desta década, os discursos e investimentos sobre as mulheres passaram a ser feitos dentro de um espaço oficial específico, o das relações de gênero. Neste momento, criava-se o “Coletivo nacional de gênero do MST”. Uma evolução?

O MST vem sendo constituído como objeto de pesquisa e análise das mais diferentes áreas de estudo. Campos de saber que, durante muito tempo, produziram seus

trabalhos sobre os movimentos sociais encerrando-os apenas dentro de questões econômicas ou sociológicas. Invariavelmente a “modernização dolorosa”<sup>44</sup> tem servido como espaço para que as articulações e confrontos no campo sejam localizadas nos estudos sobre o assunto. Além disso algumas informações foram alçadas como imprescindíveis para o entendimento do MST.

Mobilizações como as Ligas Camponesas de Francisco Julião, que surgiram por volta de 1955, principalmente em Pernambuco e na Paraíba, a muitos e diferentes outros, sempre são citados como parte da “origem” do MST. No Sul do país, o MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul – ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro de Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul no período de 1959 a 1963, também costuma ser um desses exemplos que, assim como os demais, veio a sucumbir com o golpe militar de 1964.<sup>45</sup>

A retomada das discussões sobre Reforma Agrária a partir de 1985, com a Nova República nas discussões políticas, passando inclusive a constar da agenda do governo de José Sarney, também é um marco. Entretanto, convém lembrar que, se 1964 foi um hiato nas lutas organizadas pela terra no Brasil, elas continuaram sendo travadas e reorganizadas de outras maneiras. Um grande contingente de líderes sindicais, e principalmente, a atuação das Comunidades Eclesiais de Base, assim como a Teologia da Libertação presentes no final da década de 1960 e, principalmente, na década de 1970, são exemplos de que a luta pela terra não havia cessado.

---

<sup>44</sup> Expressão utilizada por: SILVA, José Graziano. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982.

<sup>45</sup> Logo após o golpe militar de 1964, todas as organizações de trabalhadores rurais foram fechadas, e os movimentos rurais organizados como as Ligas Camponesas e o MASTER foram colocados na ilegalidade.

Na década de 1970, lutas isoladas, mas de grande repercussão, foram duramente travadas. Como exemplos mais próximos, podem ser citadas as ocupações da Fazenda Sarandi, em 1962 e das glebas Macali e Brilhante, em 1979, no Rio Grande do Sul. Nesse mesmo ano, no Oeste de São Paulo, em Andradina, a Fazenda Primavera constituía-se em espaço de conflitos entre arrendatários e grileiros. Estas lutas e disputas pela terra passaram a receber orientação da Comissão Pastoral da Terra, de líderes, sindicais ou não, e possuíam reivindicações e bandeiras que não diferiam muito daqueles movimentos que tiveram lugar entre 1950 e 1960.

Os dados relatados acima, das Ligas Camponesas aos acampamentos nas glebas Macali e Brilhante, comumente estão presentes nos trabalhos sobre movimentos sociais do campo e têm legitimado uma certa idéia de continuidade dos conflitos nesse espaço. Como se as experiências pudessem ser cumulativas, capazes de serem sobrepostas e assim, serem indicativos lineares e evolutivos dos desenvolvimentos políticos, econômicos, sociais diversos que envolvem diferentes tempos, espaços, interesses e sujeitos nas questões relativas às disputas de terra no Brasil.

Além disso, é possível perceber, ainda, que no transcorrer da década de 1980, as perspectivas utilizadas nos estudos sobre o MST quase sempre percebiam as lutas e contestações sociais através das políticas públicas, onde quem ocupava o lugar de sujeito era o Estado. Um lugar pronto e, muitas vezes, estático. Somente *sob a influência dos ventos culturais*,<sup>46</sup> outras formas de olhar deslocaram as análises em torno dos movimentos sociais em geral. Essas mudanças trouxeram para a análise as relações de sociabilidades, as

---

<sup>46</sup> Para Ana Maria Doimo, a década de 80 foi atravessada por ventos culturais soprados pela crise interna do marxismo que, após terem varrido o pensamento europeu, chegaram aqui trazendo a revalorização da cultura como campo significativo dos conflitos sociais. Ver: DOIMO, Ana Maria. A vez e voz do popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995, p.47.

solidariedades, as práticas cotidianas dos sujeitos envolvidos nestes espaços, como possibilidades importantes de estudo.

No interior dessas mudanças, outros caminhos foram percorridos. Trajetórias teóricas e metodológicas passaram a privilegiar homens e mulheres no “fazer-se”<sup>47</sup> cotidiano de si mesmos e de sua história. No entanto, é possível perceber - mesmo em estudos recentes sobre o MST - uma história onde as formas de olhar ainda não abandonaram por completo a idéia de sujeitos prontos, presos a limites e perspectivas teóricas pré-determinadas. A designação do “sujeito sem-terra” – como um sujeito já dado - que quase sempre não escapa da oposição submissão/resistência é ainda a dimensão mais abordada, apontando caminhos já conhecidos, ou seja, ou o sujeito é aquele que resiste, ou é aquele que se submete.<sup>48</sup> Poucos trabalhos que tiveram o MST e os sujeitos que o constituem como objetos de pesquisa podem ser lidos fora dessa dimensão.<sup>49</sup>

O projeto do MST da década de 90 não deixa de ser efeito das propostas daquele MST do final da década de 70. Mas seu projeto político e social foi tomando outras formas, foi redimensionado. Portanto, ao invés de uma linha contínua e progressiva que poderia dar

---

<sup>47</sup> A dinâmica do “fazer-se” diário dos trabalhadores passou a ser uma das principais abordagens dos estudos na área da História e Sociologia a partir da década de 80. Esse termo faz parte da noção de experiência desenvolvida por E. P. Thompson. Segundo este historiador, o termo experiência, ausente nas análises marxistas e althusserianas, seria um termo necessário nas análises históricas para o entendimento de homens e mulheres enquanto sujeitos que experimentam diversas situações e relações, sejam elas produtivas ou não. THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um Planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser) Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

<sup>48</sup> Sobre a abordagem de diferentes trabalhos que tiveram o MST como objeto de estudo em Santa Catarina, entre as décadas de 80 e 90, ver: SILVA, Cristiani Bereta da. Leituras e impressões sobre homens e mulheres em movimento...In: Esboços, N.º 08, vol. 08. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: UFSC, 2000, pp.51-62.

<sup>49</sup> Pode-se citar aqui um bom exemplo de estudo que procurou escapar dessas determinações: “A recriação da vida como obra de arte. No assentamento, a desconstrução/reconstrução da subjetividade”, defendido na USP em 1995. As análises desse trabalho buscaram se distanciar de um sujeito, a priori sem terra e que já vem com sua condição dada: submissão ou resistência. Dessa forma, o MST é pensado a partir da reflexão de Foucault a respeito da problemática do poder, mas não de um macro-poder, o Estado, e sim sob o ponto de vista da microfísica do poder, relações de forças enfocadas a partir das estratégias e das lutas do cotidiano de assentamentos. Ver: GOMES, Iria Zanoni. A recriação da vida como obra de arte. No assentamento, a desconstrução/reconstrução da subjetividade. São Paulo: USP. Tese de Doutorado em Sociologia, 1995.



conta da história deste grupo, o que se tem são caminhos e descaminhos labirínticos e nem sempre claros. Percursos que evidenciam discursos e práticas que apontam para uma certa vontade em produzir outras subjetividades, principalmente nos sujeitos que fazem parte do movimento. Um desejo baseado e estruturado sobre discursos ideológicos reconstituídos em suas opacidades, datados em tempos e espaços sob insígnias do “novo”. Um desejo de nova sociedade, de novas relações econômicas, sociais e afetivas.

Estudar o MST nesta perspectiva é uma forma de tentar percorrer outros lugares, sentir e olhar de outros jeitos - diferentes ou nem tanto -. São exercícios que tenho experimentado nos últimos anos, onde ao invés de partir da imagem de um MST pronto, de sujeitos prontos, procurei investigar as instâncias discursivas produzidas nos interiores desse movimento social. Dispositivos que vêm produzindo um devir MST e uma multiplicidade de sujeitos que, no interior de produções subjetivas se constituem e são constituídos, em diferentes níveis, como sujeitos de um projeto político e social: de luta pela terra e construção do “novo”.

### **I.1. “Já disse o homem que depois morreu e ficou a memória.**

#### **Que existe uma coisa na roda história...”<sup>50</sup>**

Em 11 de junho de 1985, a Assessoria de Imprensa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina fazia circular a seguinte versão de sua história:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina teve início em maio de 1980, com a ocupação da fazenda Burro Branco no município de Campo-Erê, por mais de 300 famílias, despertando a

---

<sup>50</sup> BOGO, Ademar. “Manter a esperança”. In: Cantos da Luta. Movimento Sem Terra de Santa Catarina, p.02.

opinião pública para a questão dos Sem Terra no Estado. No dia 12 de novembro do mesmo ano o Governo desapropria a área e as famílias passam a produzir na terra em sistema comunitário.

A fazenda Burro Branco passou a ser uma referência para os Sem Terra que começavam a se organizar. A partir do Encontro dos Sem Terra dos Estados do Sul realizado em Cascavel em janeiro de 1983, quando foram tiradas as diretrizes básicas do movimento, entre a ocupação de terras como forma de pressão e solução, o movimento de Santa Catarina passa a agir.

Em junho do mesmo ano é realizada a primeira Assembléia em Chapecó com a participação dos Sindicatos. A partir daí o movimento se espalha para 17 municípios com comissões formadas. Em agosto é realizado o primeiro encontro regional dos Sem Terra em Chapecó e criada a Comissão Regional. O movimento passa a realizar os diversos encontros nos Municípios a fim de discutir o encaminhamento das propostas de solução, bem como o intercâmbio entre os movimentos já organizados em outros Estados.

No ano de 1984 o movimento fortalece as bases com os encontros municipais obtendo a adesão de novos Municípios. É discutida a participação no Congresso Nacional dos Sem Terra a ser realizado em janeiro de 1985 em Curitiba.<sup>51</sup>

Em setembro de 1998, treze anos depois dessa primeira sistematização oficial da história do movimento, o Caderno de Formação n.º 30 trazia a “Gênese e desenvolvimento do MST” escrita por Bernardo Mançano Fernandes. Esta publicação fala já sobre a fundação do MST em 1984, assim como o ano do Primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra. Comenta também sobre a importância decisiva da Comissão da Pastoral da Terra para o “nascimento” do MST. Pois teria sido a CPT responsável por tornar as comunidades lugares de *discussão e conscientização para a construção de um espaço político de confronto na luta pela terra.*<sup>52</sup>

Na verdade, percebem-se facilmente algumas diferenças em relação ao estabelecimento de marcas para a “origem” do MST. Mas estas incongruências ou deslocamentos dos marcos do movimento não importam aqui. Interessa na verdade pensar

---

<sup>51</sup> “Histórico do Movimento dos Sem Terra em Santa Catarina”. Assessoria de Imprensa. Chapecó, 11 de junho de 1985. Arquivo C3 da CPT/SC.

em como e porque foram sendo contados de outras maneiras, e porque essas outras maneiras não incluíram o gênero feminino? E quando incluíram o fizeram porquê e de que forma? Por que alguns pontos na história foram ressaltados e outros deixados para trás? O que se desejou valorizar? O que se quis esquecer? São estas questões que dizem muito sobre a história que o MST está construindo e quer de si mesmo, que importam.

Desde 1997, venho registrando minhas conversas e entrevistas com diferentes sujeitos que constituem o MST. São muitos minutos de falas, de silêncios, elipses, de frases prontas e sentimentos sinceros. Narrativas singulares, contadas não apenas por lideranças articuladas, mas por aqueles que vivenciaram o “dentro” da construção do movimento de outras maneiras. Histórias como a de Ana, 38 anos, moradora do acampamento Oziel Alves Pereira<sup>53</sup> em Abelardo Luz/SC. Cozinhando num fogão improvisado em sua “casa” (na verdade, uma barraca de lona de plástico preto) Ana revelou que antes de unir-se ao movimento era agregada na cidade de São Domingos/SC. Afirmou ainda, que até o momento em que lhe fizeram o convite para participar de uma “ocupação”, nunca tinha ouvido falar em MST. Mas o que disseram a convenceu:

Nem sabia o que era. Depois eles explicaram – “Olha, não estamos a fim de briga, não estamos a fim de nada, nós estamos aí pra amanhã ou depois vocês terem terra pra trabalhar.”(...) Daí eu sabia né, eu dizia pra ele (marido). – “Olha vamos dá um jeito de Deus ajudar pra gente melhorar, pra gente conseguir um pedacinho de roça pra ter, para os filhos plantarem, e nós ter sossego porque estamos ficando velhos.”<sup>54</sup>

Maria que atualmente reside no assentamento Conquista na Fronteira, Dionísio Cerqueira/SC, perguntada sobre como ficara sabendo do movimento e como se dera sua

---

<sup>52</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. Gênese e Desenvolvimento do MST. Caderno de Formação n.º 30. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, setembro de 1998, p.21.

<sup>53</sup> Atualmente este acampamento não existe mais. Parte das famílias que estavam acampadas neste local foram assentadas nos assentamentos Nova Aurora e João Batista e a outra parte foi deslocada para o acampamento 1º de Maio, todos em Abelardo Luz. Muito dos homens, mulheres e crianças remanescentes do acampamento Oziel Alves Pereira – que ainda encontram-se acampados -, estão há mais de cinco anos vivendo sob lonas ainda esperando seu “pedaço de chão”.

integração ao mesmo, indicou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais como principal mediador, porém:

Através do Sindicato, o Sindicato é que cadastrava os sem-terra do município e daí nós tinha se cadastrado. Mas a gente nem sabia, uns dizia que nós chegava lá já tinha casa, armazém, tudo, e era muito diferente, imagina, foi sofrido a primeira ocupação, a gente não sabia de nada, sem organização...nada, bem dizer começamos...<sup>55</sup>

Em janeiro de 2001, Paulo, casado, 40 anos, pai de dois filhos, morador do assentamento Conquista na Fronteira, integrante do MST a partir de 1985, quando participou, junto com mais 1500 famílias, de uma ocupação na cidade de Abelardo Luz; também contou uma parte de sua história:

(Por que o senhor foi pra lá?)  
Lá onde a gente morava, (Caxambu) não tinha condições de tocá um pedaço de terra para cada um. A minha família era em doze irmãos...nove moças e três rapazes, mas mesmo assim nós tinha 12,5 hectare de terra pra todo mundo, então não tinha como...então a gente achou melhor assim...”vamo vê no que dá, se não dava certo a gente voltava”, mas com o passar do tempo a gente via que quanto mais ficava melhor era.  
(Foi o Senhor e quem mais?)  
Da família lá de casa era só eu, mas da turma da comunidade nós fomos em cinco (...) Nós participava do encontro do Sindicato e daí começamos a fazer nossa reunião. Nós participava da reunião das assembléias e daí que surgiu essa idéia de fazer uma ocupação.<sup>56</sup>

A história do MST é sedutora. Impossível não se deixar seduzir por um Movimento que encarna como nenhum outro, em seus discursos e ações, a luta por uma sociedade melhor. No entanto, esta sedução não deve impedir que a mesma história seja pensada por outros caminhos. Interrogar a descrição dos elementos que legitimam e reafirmam o MST, dando conta de sua nobre “origem”, é o caminho mais apropriado para não se partir de uma história cujo objeto já está dado. Partir de um MST pronto é ignorar o fato de que ele só

---

<sup>54</sup> Ana, casada. Entrevista. 06/06/98. Abelardo Luz/SC.

<sup>55</sup> Maria, casada. Entrevista. 02/09/99. Dionísio Cerqueira/SC.

<sup>56</sup> Paulo, casado. Entrevista 09/01/2001. Dionísio Cerqueira/SC.

existe porque existem sujeitos que o constituem, que produziram e seguem reproduzindo os discursos e práticas que lhe dão sustentação.

As histórias contadas por estes sujeitos – agricultores filhos ou não de pequenos proprietários rurais, parceiros, arrendatários, agregados, ou até mesmo não agricultores - trazem as primeiras emoções e angústias da experiência de tornar-se parte de um grupo. Num primeiro olhar ou sentir, os próprios elementos que constituem a relação entre entrevistador e entrevistado, (quem quer saber e quem se dispõe contar) criam um efeito tão grande de empatia que emergem apenas semelhanças. Somente com o passar do tempo, com tantos momentos escutando estas falas é que, numa elipse qualquer, não apenas as respostas mas as próprias perguntas acabam também descortinando outras possibilidades.

Escutando as dezenas de entrevistas feitas no desenvolvimento deste trabalho, que sempre tiveram um caráter informal, tipo “conversas”, acabei percebendo que, mesmo sem obedecer a um roteiro preestabelecido, sempre punha ênfase na repetição de uma mesma pergunta. Minha pergunta encerrava uma “vontade de saber” sobre a opinião que cada indivíduo tinha do movimento ao qual ingressara: “nessa ocasião/período o senhor/senhora já sabia o que era o MST?” Sempre a mesma pergunta. Às vezes, o não dito, diz mais do que qualquer discurso, mas o contrário também acontece. Uma coisa que está sempre presente, acaba também tornando-se invisível e inaudível. O problema não estava nas respostas, aliás as respostas nesse caso pouco importavam, estava na repetição da pergunta.

O erro estava na pergunta porque a própria encontrava-se carregada de imagens, sentidos de um MST cujos contornos não existiam ainda em meados de 1980. O MST não “nasceu” MST, uma obviedade ainda pouco explorada. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi e continua sendo produzido, constituído de diferentes formas a partir de olhares e lugares também distintos nos últimos 20 anos. Com a midiaticização da sigla, a

circularidade desses significados acabou encontrando – bem no plano das semelhanças e aparências – um sentido que vem servindo a diferentes e variados conjuntos de idéias e discursos sobre a natureza do movimento.

Alguns exercícios podem nos levar a brincar com a produção de sentidos, com a relação das coisas entre si, com as práticas discursivas. Brincadeiras sérias, como a que fizemos com o subtítulo deste capítulo. Num primeiro momento, a disposição das palavras nos leva à memória, mas são as “coisas na roda da história”, muito mais do que a memória sobre as mesmas, é que constituem o problema deste capítulo. Este problema impõe perspectivas que se pretende abordar. Portanto, as tentativas de deslocar o dado, de perceber as diferenças para além das semelhanças mudam o modo de perguntar. A questão de como o MST veio a tornar-se MST, desdobrou-se em mais uma questão que cerca melhor o problema: O que se privilegia, que história o MST quer construir para si?

Nesse caso, tanto a linguagem quanto a subjetividade apresentam-se como campos teóricos bastante significativos para que estas questões sejam percebidas. Guattari lembra que os registros semióticos também concorrem no processo de produção da subjetividade. Uma possibilidade que amplia sua definição, fazendo-a transcender da clássica oposição sujeito individual e sociedade.<sup>57</sup> Esta abordagem permite uma certa aproximação de um movimento de idas e vindas, onde o devir sujeito, homem, mulher, militante do MST, também produz por outros caminhos o próprio devir MST. Devir porque o MST ainda está aí, mudando, acontecendo e, portanto, não pode ser encerrado como algo dado e acabado.

As características dos discursos, seus enunciados muito mais que os objetivos dão conta do lugar da linguagem, os lugares do sujeito que fala e para quem se fala. Os

---

<sup>57</sup> GUATTARI, Félix. Linguagem, Consciência e Sociedade. Saúde e Loucura 2 Saúde e Debate 31, São Paulo, 3ª edição.

discursos pronunciados no interior do MST, acampamentos e assentamentos, acabam por constituir-se em importantes instrumentos na afirmação, legitimação e sedimentação dos valores bem como das noções de mundo que o grupo possui e tenta impor a outros e a si mesmo. Valores muitas vezes reconstituídos que se apresentam como regularidades em enunciados que propõem e perseguem o “novo”.

Muitos estudos, de diferentes campos de saber, privilegiaram nos últimos anos a discussão sobre os embates travados no campo referentes às disputas pela terra no Brasil. Sendo assim, mesmo antes do MST receber destaque em jornais e revistas de circulação nacional,<sup>58</sup> teses e estudos já estavam sendo produzidos tendo este movimento e suas ações, como objeto de pesquisa e análise. Portanto, também parte das idéias que se tem atualmente do MST são produtos desses trabalhos. Até mesmo o discurso veiculado pelas vozes autorizadas nas publicações internas do movimento é constituído através de elementos presentes também nesses estudos. Portanto, não se fala aqui de lugar, mas de lugares.

A noção, por exemplo, de que o MST *não deve ser visto como algo novo na história do Brasil, é uma continuidade das lutas históricas do movimento camponês*<sup>59</sup> pressupõe as ações do movimento como uma “continuação das lutas históricas” que se vem desenvolvendo no campo, desde as “sesmarias” do Brasil Colônia, passando por Canudos e Contestado, Trombas e Formoso à modernização da agricultura. Essa continuidade histórica

---

<sup>58</sup> Apenas para ilustrar, somente na Revista Veja o MST foi reportagem de capa três vezes no final da década de 90: em 16/04/97, 23/04/97, 03/06/98. Nesse mesmo período foi reportagem de capa também da Revista Isto É. Excluí-se aí outras tantas reportagens e notas em outros números destas revistas, bem como em outras revistas e jornais de circulação nacional.

<sup>59</sup> MST. Caderno de Formação para os Núcleos. Chapecó/SC: Direção Estadual MST/SC, outubro de 1996, p.13.

indica o uso que suas lideranças procuram fazer do passado, ou seja, uma tentativa de buscar a autoridade do passado<sup>60</sup> a fim de legitimar e explicar suas ações no presente.

Não se pode deixar de notar que o discurso é de certa maneira conduzido numa perspectiva de reinvenção da própria noção de origem do Movimento. A questão da origem já foi bastante pensada, tanto por Foucault quanto Derrida. Para este último, a origem não existe, pois ela é “sempre já”.<sup>61</sup> O uso do passado pelo MST talvez possa ser pensado no interior desse processo, a origem está sempre acontecendo, está sempre sendo produzida. Nesse sentido, projetos que buscam localizar a origem empreendem uma busca fracassada, pois chega-se sempre a um começo já começado. Além disso, há sempre as possibilidades dos recuos serem feitos por caminhos produzidos, escolhidos, obedecendo determinadas ordens e lógicas. Dessa forma, a origem não é um acontecimento empírico do passado que o inaugura, não é um campo temporal desértico, nem um campo originário, mas sim aquilo que retorna, o retorno daquilo que já começou.<sup>62</sup>

Não restam dúvidas sobre a secularidade das lutas e embates pela terra no Brasil. Contudo, restam dúvidas da linearidade histórica das mesmas. Assim como restam dúvidas sobre a noção de passado que perpassa os discursos através do MST. De qual passado se fala aqui? Esta questão tem lugar no interior da própria busca da autoridade do passado pelo movimento. E parte da própria escolha de passado que se faz. Escolha que está dentro da (re) produção do devir MST:

---

<sup>60</sup> Ver: FLORES, Maria Bernadete Ramos, et ali. “Imagem e Pedagogia, da Cruz de Cedro Renasce uma Cidade Santa.” In: Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH/Contexto, vol. 16, n.º 31 e 32, 1996. Este artigo lembra que muitas vezes, lugares e situações acabam transformando-se num “lugar de memória”. Onde, a um só tempo, como “âncora da memória e da história”, acaba dando legitimidade à idéia de uma história comum, na identidade coletiva e na continuidade com o passado.

<sup>61</sup> DERRIDA, Jacques. Gramatologia. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999, 2º edição.

<sup>62</sup> FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1995.



O MST nasceu no Sul em função de um conjunto de fatores, que têm suas raízes nas condições objetivas do desenvolvimento da agricultura. Mesmo assim nós nos consideramos herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas, porque aprendemos com sua experiência histórica e ressurgimos com outras formas.<sup>63</sup>

Outras ações foram contemporâneas das Ligas, a ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil<sup>64</sup> –. O MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul, também expressivo. No entanto, o MST rejeita a idéia de ter sua história relacionada a este último movimento, *o surgimento do MST, no Sul, não tem muito a ver com a memória histórica do MASTER.*<sup>65</sup>

Numa série de entrevistas concedidas a Bernardo Mançano Fernandes, João Pedro Stédile é enfático. Nesta publicação, em especial, o que se percebe é que tanto as perguntas quanto as respostas são tentativas de construção de um passado e um presente do MST. João Pedro Stédile, uma das lideranças nacionais do MST, assim como o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, “historiador do movimento”, portanto, ambos autorizados a fazer circular seus discursos, dizem muito sobre os lugares dessas tentativas.

(Pergunta de Bernardo Mançano Fernandes): **Não** existe nenhuma relação entre o surgimento do MST e a experiência histórica do Master? (João Pedro Stédile) Não. O que existe é uma memória histórica que sempre fica presente. O que afirmo é que não há um fio condutor que una as duas organizações. Por exemplo: o Master tinha ideólogos e dirigentes políticos ligados ao antigo PTB, naquele estilo de trabalho deles.<sup>66</sup> (Grifo meu)

O "não" da pergunta já pressupõe uma resposta. Bernardo Mançano Fernandes já sabe a resposta de sua pergunta. É um caminho que o MST desse momento tenta percorrer. Busca-se a autoridade do passado, mas não qualquer passado pois, privilegia-se um em

---

<sup>63</sup> STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p.18.

<sup>64</sup> As ULTABs - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil eram associações classistas constituída por pequenos agricultores e assalariados rurais organizadas pelo Partido Comunista. Funcionaram entre 1954 e 1962 e tiveram maior expressão no Sudeste.

<sup>65</sup> Idem, p.17.

detrimento de outros. Essa opção parece possuir uma lógica bastante clara: O MASTER não convém para a história que o MST quer construir para si. A história do MASTER confunde-se com parte da história política de Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul entre 1959 e 1963 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Já as Ligas Camponesas, fortemente relacionadas à história de Francisco Julião, e assim também ao Partido Socialista Brasileiro e ao Partido Comunista do Brasil, interessam aos articuladores do MST.

O projeto político e social que o MST constrói e produz para si na atualidade está dentro de limites que – no momento – não comportam uma relação com o PTB ou Leonel Brizola. Todavia as falas de algumas lideranças expressivas no movimento, fazem questão de um certo parentesco com as Ligas Camponesas em função de sua relação com partidos radicais de esquerda da época: PSB e PC do B.<sup>67</sup>

Limites que também situam as preocupações com as mulheres inscritas nas linhas políticas do movimento na década de 1980. Em muitos momentos a incorporação de certos discursos de orientação feminista pelo MST pode ser percebida entre as tentativas de aproximação com outros grupos de contestação política desse mesmo período. Uma busca por fortalecimento e legitimação de suas lutas. As principais linhas ideológicas do MST foram estruturadas em 1985, por ocasião do seu Primeiro Congresso Nacional, realizado em Curitiba, Paraná. Convém lembrar que a década de 1980 foi marcada por encontros de mulheres e a circulação de discursos feministas. Com o processo de democratização do país as discussões relativas aos direitos das mulheres se intensificaram, permitindo inclusive

---

<sup>66</sup> Idem, p.19.

<sup>67</sup> No Brasil, o Partido Comunista foi fundado no Rio de Janeiro em 25 de março de 1922. É o partido mais antigo em funcionamento no país. Em 18 de fevereiro de 1962, sob a direção de João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Lincoln Oest, Carlos Danielli e Elza Monnerat, numa Conferência Extraordinária, o

diálogos com o Poder Legislativo. Logo, era importante para o MST incorporar parte destes discursos em suas propostas de luta por uma sociedade mais justa e mais igualitária.

A partir de 1990, sobretudo na segunda metade desta década, discussões e publicações específicas sobre relações de gênero foram implementadas pelo MST. Foi um período de redimensionamento das propostas de "valorização" e de mudanças nos comportamentos de homens e mulheres militantes do movimento. As articulações políticas e estratégicas com organismos financiadores estrangeiros e nacionais não governamentais nesse período podem dizer muito a respeito dessas mudanças. Ou seja, até que ponto as iniciativas teóricas e também práticas em acampamentos e assentamentos em assegurar direitos e maior espaço ao gênero feminino, são reconstituições de propostas revolucionárias? Até onde estão relacionadas à captação de recursos?

Uma pesquisa financiada pela UNESCO, realizada entre fevereiro e junho de 1997, dá pistas dessas possíveis articulações. Nessa pesquisa, por exemplo, há referências a diferentes ONGs que estariam atuando tanto nas cidades quanto na área rural. A CONTAG - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura - por exemplo, que possui articulações estreitas com o MST, tem recebido investimentos para trabalhar projetos específicos relativos a questões como corpo, sexualidade, identidade, relações sociais e padrões culturais de gênero no campo.<sup>68</sup>

Estes indícios apontam caminhos para que tanto a construção de mudanças quanto as preocupações em investir em novas subjetividades de gêneros sejam pensadas. A nova sociedade, o "homem novo" – universalidade que incorpora a produção da nova mulher

---

Partido foi reorganizado e passou a ser conhecido pela sigla PCdoB. Mais informações sobre esta Conferência podem ser obtidas no site: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/faq.asp-topo>

<sup>68</sup> ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia. Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base. Brasília: UNESCO, 1998.

também – só pode servir de campo de reflexão se forem percebidas no interior de discursos bem marcados e datados. Os discursos socialistas, as propostas revolucionárias de construção de uma nova sociedade e de novos sujeitos são fragmentos de outros tempos e lugares reconstituídos nos últimos 20 anos pelo MST e que, privilegiados, contam não a história, mas a produção do passado e do presente do movimento.

## I.2. Reconstituições utópicas

Os discursos se ignoram ou se excluem, mas por vezes os discursos também se cruzam em suas práticas descontínuas. Essas possibilidades permitem pensar sobre alguns elementos presentes nos discursos que circulam por e através da construção de fronteiras no MST. Messiânicos ou não, os movimentos ocorridos no finais do século XIX e na primeira metade do século XX são tidos como grupos que buscavam construir um outro mundo para seus seguidores.<sup>69</sup> Não se pode falar de rupturas se não se falar também de permanências nas discontinuidades discursivas. O que evidentemente não é o mesmo que falar de continuidade, muito menos de se tentar decifrar a natureza desses discursos, mas pensar sobre a reconstituição de certas permanências.

Nesse caso, o desejo da construção do novo pode ser pensado como sendo da ordem das regularidades.<sup>70</sup> Heranças de outros tempos, outros lugares? Talvez, mas heranças reconstituídas. E, de qualquer forma, concepções naturalizantes, mas não naturais que (re)

---

<sup>69</sup> Ver: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989. p. 12/13.

<sup>70</sup> FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio, 4ª edição, 1998, p.53.

produzem noções sobre um novo e que descortinam aqui a historicidade das produções utópicas pelas quais muitos grupos depositaram seus sonhos e certezas.

As possibilidades e impossibilidades da utopia, da ruptura de ordens já estabelecidas para que uma outra ordem possa ser construída, perpassam discursos e atravessam tempos. Tanto a palavra quando os sentidos de utopia - não lugar - foram propostos no século XVI por Thomas More. Nos séculos seguintes as produções utópicas apareceriam sob distintas conotações, e apresentadas por diferentes autores. No século XVIII, na França, Saint-Simon falava em grandes transformações sociais, inclusive num novo tipo de sociedade, a "sociedade industrial". Na Inglaterra, início do século XIX, Robert Owen falava em reforma social sob a idéia de um novo mundo moral.

Do século XIX vieram, ainda, as utopias fourieristas. Das idéias de Charles Fourier, um mundo novo, um Éden harmonioso, surgiu. Suas críticas, recuperadas como concepções libertárias de transformações sociais profundas, foram dirigidas à sociedade industrial da época, à sociedade, à economia, às instituições, incluindo a própria família monogâmica que, em sua opinião, seria antinatural, capaz de matar o amor pela monotonia, e ainda, responsável pelo patriarcado e despotismo masculino.<sup>71</sup>

Contudo, mesmo descrevendo outros mundos e relações ideais, de modo geral, é possível pensar que as idéias utópicas nesses momentos desenvolveram suas ações de modo distante das lutas políticas clássicas. Característica observada no posicionamento dos principais pensadores utópicos do período que evitavam tomar partido, seja em favor dos movimentos conservadores ou dos movimentos liberais ou revolucionários. É possível que interessasse mais a Charles Fourier, Saint-Simom e Robert Owen modificar a sociedade

---

<sup>71</sup> Ver PETITFILS, Jean-Christian. Os socialismos utópicos. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Zahar Editores, 1977, pp. 89-107.

fora dos caminhos tradicionais da política. Assim, pouco importava se seus projetos se realizassem sob um rei ou uma república.

Através de idéias e descrições de novas formas de sociedade e comunidade destes autores, assim como àquelas veiculadas na literatura - com suas descrições ingênuas e apaixonadas de cidades futuras - a utopia passou a ser apresentada como uma descrição de um mundo imaginário e edênico, situado fora do espaço e do tempo, uma cidade ou uma comunidade harmoniosa onde projeta-se sonhos, e por vezes, fantasmas.<sup>72</sup>

Elias Thomé Saliba analisou a construção das utopias românticas na história europeia, entre fins do século XVIII e meados do século XIX. Em suas análises, este historiador percebeu que as utopias românticas, nestes séculos, anunciavam uma certa mudança de sentidos. As utopias possuíam um elemento diferenciador: carregavam consigo uma concepção singular de história e de temporalidade. Ao contrário das utopias anteriores, que almejavam um mundo estável, um universo ideal, não raro a-histórico, quase que fora do tempo, as utopias românticas manifestaram um visível caráter dinâmico ou, pelo menos, uma ansiosa e reiterada preocupação em ligar-se, de algum modo, a uma série histórica anterior.<sup>73</sup>

Ao contrário dos elementos atuais que configuram as utopias no MST, as utopias de outros tempos não tinham por característica se colocarem no futuro, como é de regra num projeto revolucionário: situavam-se no passado – lugar de onde a “revolução” deveria ser recuperada, ou simplesmente, em tempo algum. A utopia, assim, além de sem lugar era também sem tempo. E, embora o futuro aparecesse em algumas delas, era um futuro mítico, inexistente mesmo enquanto possibilidade. Revolução, nesse sentido, era um conceito que

---

<sup>72</sup> Idem, 10.

<sup>73</sup> SALIBA, Elias Thomé. As utopias românticas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

não estava presente no interior das construções utópicas. Construções organizadas, (re) produzidas de acordo com características específicas e determinantes da própria natureza do tipo de utopia que se queria.

Os movimentos messiânicos, marcados por um forte fanatismo religioso, são exemplos de produções utópicas, nas quais a busca do místico, do espiritual, não é colocado o problema da revolução social. Também entre os discursos substancialmente religiosos que se faziam presentes nas décadas de 1970 e 1980, no Brasil, através das teologias da libertação, é possível perceber que se falava muito nesse “novo” mítico, mas pouco ou quase nada de revolução. O que remonta também algumas correntes de pensamentos utópicos que procuraram conciliar o evangelho com o "Capital", buscando assim - por meio de um elo religioso reforçado - ligar a cidade terrestre à "cidade de Deus".<sup>74</sup>

No MST, sobretudo, ao longo do transcorrer de 1980, o "novo" em seus discursos e ações, aparece fortemente amparado pela Igreja. O padre Arnildo Fritzen<sup>75</sup>, em entrevista à Revista Mundo Jovem publicada em julho de 1986, ilustra um pouco essa particularidade:

Hoje, por exemplo, a grande novidade da Fazenda Annoni é que eles mesmos já tem uma equipe de formação, formada de 25 agricultores, que diariamente estudam sua realidade de colonos sem-terra, à luz da Bíblia. Depois comparam o texto bíblico com a política agrícola e econômica atual do governo. Posteriormente, esta reflexão é feita com todos os colonos do acampamento. Tudo isso é celebrado com uma simbologia religiosa muito rica. Foi assim que a cruz do acampamento de Ronda Alta se tornou símbolo dos sem terra. As celebrações são o ponto alto que mantém a unidade, a persistência e a resistência. As celebrações

---

<sup>74</sup> Os utopistas do século XIX mostravam-se bastante reservados para com o cristianismo. No entanto, essa circunstância se modificaria a partir de 1840-1848, com uma "espécie de osmose" que se produziu entre o fourierismo e o catolicismo na França. Nesse período, para muitos, o socialismo era apenas a colocação em prática de princípios evangélicos. PETITFILS, Jean-Christian. Op. Cit., 1977, pp. 119-120.

<sup>75</sup> O padre Arnildo Fritzen, nesse período pertencia à diocese de Passo Fundo/RS e era tido como assessor religioso das famílias assentadas em Nova Ronda Alta/Ronda Alta (A desapropriação para o assentamento definitivo das famílias acampadas nessa área aconteceu em 1983) e dos acampados da Fazenda Annoni/Sarandi (As disputas de forças entre sem-terra e governo por esta fazenda de 9.500 hectares começou em 1980, mas só foi resolvido em 1992 por decisão judicial).

transformam as pessoas, as libertam dos vícios capitalistas. Desta forma, a luta pela terra é também a luta por um homem novo e uma sociedade nova.<sup>76</sup>

Numa simbiose singular, o "novo", parece estar no evangelho e o "Reino de Deus" no socialismo. A “transformação da sociedade” e a “construção de um homem novo” percebidas enquanto regularidades começaram a ser esboçadas a partir do século XVIII e, mais especialmente, no século XIX. O que, em parte, pode ser explicado pela abundante divulgação na Europa, no século XIX, dos programas socialistas utópicos. Contudo, duas coisas chamam à atenção: uma delas é a regularidade destes elementos, mesmo depois das desilusões e ceticismos sobre as utopias socialistas e comunistas, a outra é a repetição das mesmas em perfeita harmonia com o discurso religioso.

Esta perspectiva faz pensar nos lugares em que as utopias foram produzidas. Lugares desenraizantes e também enraizadores de sentidos. Nos projetos socialistas, por exemplo, a utopia se situa no futuro, mas um futuro historicamente determinado, tendo o capitalismo ou seu fim como ponto de referência. Segundo Mannheim, nenhum outro projeto de sociedade poderia se encaixar melhor, naquela que no seu entendimento seria a quarta forma de mentalidade utopista, do que o marxista.<sup>77</sup>

Convém lembrar, aqui, da recusa de Marx e Engels, no "Manifesto Comunista" de 1848, aos projetos utópicos. Uma recusa fundamentada no fato de que, tais programas não contemplavam a necessidade de ação política e, de modo particular, da ação revolucionária. Para Marx e Engel, socialistas utópicos como: Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen, não distinguiam, para e na classe social - que deveria se beneficiar da utopia -, qualquer possibilidade de iniciativa histórica no sentido de criar condições para a sua

---

<sup>76</sup> FRITZEN, Arnildo. Em entrevista à Revista Mundo Jovem. Porto Alegre, ano 24, n.º 183, julho de 1986, p.13.



emancipação.<sup>78</sup> Entretanto, mesmo com esta recusa, Marx e Engels imprimiram no mesmo "Manifesto Comunista" vários pontos inspirados na obra de Charles Fourier.

No século XX, principalmente, os lugares e os usos das utopias obedecem a outras reconstruções. Dependendo do lugar e do uso, não há problema em juntar elementos marxistas ao lado, dentro/fora, de elementos religiosos nos discursos que desejam a construção do novo. A utopia é, no MST, o sonho onde se quer chegar, seu projeto de futuro: *É aquilo que não aconteceu. Os cristãos chamam a sua utopia de "Reino de Deus". Os militantes de esquerda chamam ela de "Socialismo"*.<sup>79</sup>

Na fala citada acima, elementos se repetem no interior de um discurso político-religioso, ambos discursos doutrinários reconhecidos. Falando sobre a apropriação social do discurso, Foucault chama à atenção para o fato de que a doutrina pode ser pensada como a manifestação e o instrumento de uma pertença prévia, no caso de que se fala aqui, pode ser considerado um sentimento de pertença tanto ao grupo quanto a luta. A doutrina serve para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los de todos os outros.<sup>80</sup> O discurso político nesse caso é indissociável do religioso, pois ambos se utilizam de recursos que visam delimitar um espaço, um mesmo lugar. Reforçar fronteiras, impor limites acerca de idéias, certezas e sonhos.

Recursos que talvez tenham tornado possível que pensamentos tão diferentes quanto o de Rosseau e Fourier sigam sendo reconstituídos juntos as idéias de Marx, Mao Tsé-Tung, Guevara, e as junções com o Cristianismo e outras filosofias. Estratégias que indicam

---

<sup>77</sup> MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 4.º edição, 1986,p.263.

<sup>78</sup> COELHO, Teixeira. O que é utopia? Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 4º edição, 1984, p.61.

<sup>79</sup> MST. Método de trabalho popular. Caderno de Formação n.º 24.São Paulo: Direção Nacional, junho de 1997, p.19.

<sup>80</sup> FOUCAULT, Michel. Op. Cit.,1998, p.43.

a infinita capacidade dos sujeitos em (re) produzir o desejo do novo, não importa o lugar. Para além das fronteiras utópicas, ou mesmo enclausuradas entre as mesmas, outras linguagens seguem produzindo utopias.

Ademar Bogo - nome que, ao lado de João Pedro Stédile destaca-se entre os demais articuladores do MST – coloca a necessidade das práticas do Movimento em alimentar a utopia, pois:

Por isso nos preparamos, cuidamos da saúde, buscamos conhecimentos, fazemos treinamentos, embelezamos as casas, escrevemos poesias, como se estivéssemos sempre nos preparando para um grande encontro. Este mistério de preparar-se e jamais encontrar-se com a totalidade do projeto é o que nos move e impulsiona para vivermos esta causa tão humana e repleta de realizações. Este prazer de saber, sentir e fazer é que chamamos de mística. É esta força que nos move em busca da construção interminável da utopia.<sup>81</sup>

Não é apenas a terra, assim como não são somente melhores condições econômicas e sociais, mas também uma sociedade ideal, pois *o objetivo do MST é mudar o modelo de sociedade.*<sup>82</sup> Mudar as relações não apenas no nível político e social, mas no campo das afetividades. As construções utópicas podem ser localizadas em diferentes lugares, mas têm sido na política, espaço onde outra vida é pensada a partir de um novo arranjo político da sociedade, que as utopias se fazem mais presentes. Neste campo sonha-se com praticamente tudo, do imaginado ao que ainda não se imaginou.

Procurando regularidades entre diferentes formas de socialismos utópicos, é importante pensar nas observações de Jean-Christian Petitfils, quando este fala que estas correntes de pensamento parecem sempre florescer em momentos de crise, *como se as agitações do momento incitassem os homens a buscar nos sonhos uma desforra da realidade.* Contudo, é possível perceber também que as reconstituições utópicas de outros

---

<sup>81</sup> BOGO, Ademar. In: MST. “Valores de uma prática militante”. Consulta Popular. 2000, p.71.

<sup>82</sup> O que eles querem. Veja. 06/06/98, p.45.

tempos, outros lugares, reencontram-se nas críticas já feitas sobre os pensamentos utópicos. Dentre estas críticas destacam-se aquelas em que os utopistas são acusados de terem uma concepção racionalista da verdade, que se deve impor a si mesma e triunfar sem problemas sobre o erro. Como se pudesse haver uma resposta única aos problemas que surgem a cada momento. Uma outra crítica recai sobre os olhares e entendimentos das concepções utópicas sobre as relações humanas. Daí a forte tendência das teorias, *sob o pretexto de criar um homem novo, pacífico, altruísta, econômico, trabalhador e dedicado à coletividade*<sup>83</sup>, a desejarem, a quererem mesmo prender os indivíduos em limites rígidos e tratá-los como espécies de marionetes. Uma perda da noção da diversidade e multiplicidade de ser dos sujeitos.

### **I.3. As mudanças e as coisas “na roda da história” no devir MST.**

Desde suas primeiras articulações até os dias atuais pode-se perceber deslocamentos significativos nas instâncias discursivas produtoras e constituintes do MST e de seus militantes. Em suas práticas e estratégias, as “palavras de ordem”, frases curtas e de efeito que marcavam e ainda marcam cada encontro, cada mobilização, revelam o tom de alguns desses deslocamentos. De 1979 a 1984 ouvia-se, “Terra para quem nela trabalha.” Em 1985 impressos em suas publicações estava, “Terra não se ganha, se conquista” ou “Ocupação é a única solução”, seguidos por outros até os dias atuais, como: “Ocupar, Resistir e Produzir”, e “Reforma Agrária – Uma luta de todos.”

Para Dulcinéia Pavan, as mudanças dos “lemas” que seriam seguidos pelo movimento indicam como este foi adaptando-se à conjuntura política e social do país,

---

<sup>83</sup> PETITFILS, Jean-Christian. Op. Cit., 1977, p.181.

passando assim a constituir-se enquanto um movimento político. Fala, ainda, acerca de uma certa “espontaneidade”, que teria sido a principal característica das primeiras ocupações e que foi sendo deslocada a fim de dar lugar a direcionamentos mais eficazes na construção de uma organização política com definições táticas e estratégias mais claras.<sup>84</sup>

Sair um pouco desse plano convém, pois essas palavras de ordem podem ser pensadas mais além das aparências. Porque talvez não fosse apenas a adaptação à conjuntura política e social do país que fizeram o MST partir de “Terra para quem nela trabalha”, em 1984 - defendido pela CPT - para “Ocupar, Resistir, e Produzir”, 1989 e, posteriormente, “Reforma Agrária- uma luta de todos”, 1995. Não foi apenas uma mudança semântica. Foi toda uma postura de luta, de estratégia que mudou. É possível perceber que o discurso parte de um princípio de que todos aqueles que vivem e trabalham na terra merecem a terra, para depois ancorar numa retórica bem menos passiva e que inspira ação imediata, confronto direto.

Nos dias atuais, o movimento demonstra não apenas estar chamando outros trabalhadores para lutar pela reforma agrária, mas também estar buscando o apoio da sociedade para suas lutas. Esta busca pode ser acompanhada a partir do 3º Congresso Nacional dos Sem Terra, realizado em Brasília – cujo lema era “Reforma Agrária – uma luta de todos”:

Esse foi um amadurecimento muito grande da nossa organização. Não foi apenas criar o lema, mas, através dele, fazer com que a sociedade agarre esta bandeira. O dia em que a sociedade brasileira, os trabalhadores urbanos em especial, sentirem a importância da sua participação, nós vamos conseguir fazer a Reforma Agrária neste país e realizaremos, ainda, outras mudanças sociais e políticas.<sup>85</sup>

---

<sup>84</sup> PAVAN, Dulcinéia. Op.Cit. p.11.

<sup>85</sup> BRUNETTO, Irma. Em entrevista ao Jornal Sem Terra. Ano 16, n.º 179, Maio/junho de 1998, p.03.

Entre os objetivos desse Congresso, realizado entre os dias 24 e 27 de julho de 1995, com cerca de 5226 delegados de 22 estados brasileiros, estava o de levar a reforma agrária para a opinião pública. Ao ampliar os quadros de referência e distender os sistemas rígidos de oposições que habitualmente moldam e restringem nossa compreensão do mundo, Derrida contribuiu substancialmente para que a leitura de mundo e das relações passassem a considerar a diferença ao invés das semelhanças. Perspectivas que descortinam o discurso como um campo encerrado em tradições de pensamentos e de entendimentos de outros tempos e espaços, *um texto tem sempre várias idades, a leitura deve tomar partido quanto a elas*.<sup>86</sup> O discurso é uma produção histórica, uma produção cuja análise acerca do tempo em que determinado assunto foi discutido, sobre quem o discutiu, quem eram seus interlocutores, e principalmente, sobre quais bases, relações o discurso foi estruturado, diz muito mais do que a simples análise de seu conteúdo.

Pensar a “idade do texto” aqui, é uma forma de refletir sobre os processos que vem (re) produzindo o MST, através dos tempos. Fica bastante claro que a mudanças das “palavras de ordem” não foram casuais, naturais, mas sim que trazem consigo alguns aspectos singulares da produção histórica do movimento. Num primeiro momento, indicam a parceria e o progressivo afastamento da Igreja de suas articulações, depois distanciando-se desta análise mais presente, tem-se em perspectiva a própria natureza do discurso que passa por e através das articulações do movimento e que dizem muito sobre seu lugar no devir MST. Necessário, ainda, é pensar que são indivíduos em suas relações de poder, que decidem as palavras de ordem. São disputas entre si ou com outros de fora do Movimento, que envolvem diferentes concepções teóricas, de valores, de vida.

---

<sup>86</sup> DERRIDA, Jacques. Op. Cit., 1999. p.126.

Diferente do que foi observado na Europa, nos Estados Unidos ou mesmo no restante da América Latina, o papel de liderança que a Igreja Católica exerceu nos movimentos sociais, principalmente entre os anos de 1970 e 1980 foi único. Para Philip Evanson foi inclusive uma *instância de alta improbabilidade histórica*.<sup>87</sup> No Brasil houve um movimento progressista muito significativo no interior da Igreja Católica, sendo que membros desse movimento, no fim dos anos 50, acabaram participando da luta pela libertação dos oprimidos. Este chamado “movimento progressista católico” continuou mesmo depois do golpe de 64.

Exemplo desse movimento progressista, as Comunidades Eclesiais de Base, CEBs, começaram seu trabalho nos anos 50 e se fortaleceram nos anos 60 durante a ditadura militar. Mas só intensificaram seu trabalho no campo, na década de 70, assim como o uso da Teologia da Libertação, a *teologia do ponto de vista do oprimido*.<sup>88</sup> Tanto as CEBs quanto a sistematização da Teologia da Libertação contribuíram substancialmente na organização dos movimentos sociais no campo, papel especialmente desempenhado, a partir de 1975, pela Comissão da Pastoral da Terra.

Essa articulação estreita entre MST e Igreja não se constitui novidade, mas é uma relação por demais marcante para que não seja abordada. A Igreja defendia a idéia de uma interlocução com o Estado, essa era uma postura sustentada através da palavra de ordem bastante presente nas primeiras ações organizadas dos sem terra: “Terra para quem nela trabalha”. Uma frase desprovida de sentidos impositivos, bem de acordo com os temas das

---

<sup>87</sup> EVANSON, Philip. “Uma nova visão da história”. Prefácio. In: MURARO, Rose Marie. Memórias de uma mulher impossível. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1999.

<sup>88</sup> MURARO, Rosie Marie. Memórias de uma mulher impossível. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1999, p.187.

“Campanhas da Fraternidade” da Igreja Católica do mesmo período: “Fraternidade e a Terra”, assim como, “Terra de Deus, terra de irmãos”.

É evidente que, mesmo evitando as terminologias marxistas, os oprimidos não deixavam de ser relacionados pela Igreja ao proletariado, e o campesinato ao lumpemproletariado.<sup>89</sup> As próprias publicações que circulavam nesse período dão conta do caráter notadamente marxista presente na teologia da libertação. Mas era uma inspiração encerrada em limites impostos pela própria Igreja. Alguns líderes da incipiente estrutura do MST foram, aos poucos, deixando estes limites apenas para os religiosos e passaram a se aprofundar cada vez mais nos discursos de inspirações ideológicas marxistas-leninistas, para implementar suas ações. Alguns relatórios de reuniões realizadas na década de 1980, dão conta do estreitamento de algumas lideranças com um discurso mais marcadamente posicionado. Nessa corrente percebe-se o início de um distanciamento, na ordem das ações, mas não totalmente da ordem do discurso, da “relação bíblica com a terra”, onde a terra é apresentada como mãe, como direito coletivo e bem comum.

Não que a Igreja, através da Pastoral da Terra, tenha sido completamente afastada das ações do Movimento, mas sua participação foi sendo relativizada ao longo desse tempo. Na década de 1980 a parte “progressista” da Igreja católica e também luterana foi uma das principais responsáveis em articular os encontros entre as lideranças de diferentes lutas no campo. Em 1982, por exemplo, foi a CPT responsável por mediar um encontro importante realizado na cidade de Medianeira no Paraná. Nacionalmente, a CPT também promoveu, nesse mesmo ano, um encontro em Goiânia no estado de Goiás, do qual participaram trabalhadores rurais de 16 estados. João Pedro Stédile estava nesse encontro e lembra que: *quem assessorou foi o José de Souza Martins. Foi a primeira reunião nacional que eu fui,*

*nunca tinha saído do Rio Grande...Foi um encontro de troca de experiências: como é que vocês fizeram isso, como é que vocês fizeram aquilo...*<sup>90</sup>

Em 1985, a presença da Igreja nas ações do Movimento era substancial, tinha lugar e função bem definidos. Muitas narrativas dão conta dessa dimensão. Na ocasião da ocupação da Fazenda Annoni, município de Sarandi, no Rio Grande do Sul por 1500 famílias, o lugar da Igreja é o horizonte das narrativas. Para um dos membros da comissão executiva dos acampados na Fazenda Annoni, o trabalho da Igreja era estratégico no sentido que atuava na organização de pequenos grupos nas comunidades, no estudo de problemas e busca de soluções. Uma atuação que se deu numa perspectiva de evangelização, sob critérios religiosos claros. Nas palavras de Hideraldo Dias:

Os critérios nós buscamos no evangelho, enquanto o povo se descobre como novo personagem da história bíblica, em busca da terra. Eles mesmo dizem: “Essa é a nossa história, é a nossa vida”, enquanto apontam para a história do Êxodo no Antigo Testamento. Tanto nos núcleos de base, nos acampamentos, como nos assentamentos, a Bíblia passou a ser o livro de cabeceira, que ajuda os grupos a se encontrar, a se fortalecer, a buscar saídas.<sup>91</sup>

Refletir sobre a relação entre Igreja e MST nesse momento, implica pensar na substância do discurso (re) produzido pelas lideranças do MST até os dias atuais e como eles foram sendo incorporados e (ou) deixados para trás. Num relatório de reuniões da Coordenação Estadual do MST, realizadas nos dias 21 e 22 de maio de 1987 em Chapecó, Santa Catarina, podemos perceber algumas mudanças. Entre os assuntos elencados em suas pautas estavam:

- 1 - Análise de Conjuntura.
- 2 - Avaliação do Movimento Sem Terra:
  - a) Como está a organização dos sem terra em cada região?
  - b) Quais os encaminhamentos concretos que estão sendo feitos?

---

<sup>89</sup> EVANSON, Philip. Op. Cit., 1999.

<sup>90</sup> STEDILE, João Pedro. In: Cademo de Formação n.º 30. Op. Cit., 1998, p.34.

<sup>91</sup> Revista Mundo Jovem. Porto Alegre, ano 24, n.º 183, julho de 1986, p.13.



- c) Quais os avanços e recuos do Movimento?
- d) Como está a relação do MST com a CUT - Sindicato - Partido e Igreja?
- 3 - Conceção Sindical
- 4 - Conceção de Partido
- 5 - Jornal
- 6 - Planejamento

No documento é possível perceber uma sensível diferença no lugar ocupado pela Igreja, pois tem seu espaço reduzido. Sobre esse assunto da pauta pouco foi discutido ou descrito no relatório, a não ser a retificação de que *para organizar os trabalhadores – entendemos que temos que ter a Igreja, o Sindicato ao nosso lado – não queremos ninguém contra nós*. Aqui, pode-se notar alguns deslocamentos acerca da religião ou do apoio da Igreja em suas lutas. Uma inclinação que já vinha sendo esboçada em seus escritos desde 1984.

No Caderno de Formação n.º 02<sup>92</sup> há um capítulo destinado apenas a discussão do documento da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - realizada em 1980 que tratou sobre os problemas da terra. Há inclusive uma gravura bem ilustrativa das relações da Igreja com o Movimento nesse momento:



Figura 01  
Caderno de Formação n.º 2, p 09.

<sup>92</sup> MST. Documentos sobre a questão da terra. Caderno de Formação. n.º 02. Porto Alegre: MST, 1983.

Já no Caderno de Formação n.º 05 de 1984, há tentativas de relativizar a influência e lugar da Igreja no MST. Fala-se nesse momento de um movimento de massas, e portanto quanto mais gente estivesse integrada ao Movimento, mais força teria sua “base” em nível nacional. Portanto, o teor dessa publicação não foi no sentido de excluir grupos que apoiavam a luta, mas sim de redimensionar o lugar que esses “apoios” ocupariam na estrutura do MST: *não pode se definir por nenhum partido, por nenhuma religião. Cada lavrador tem o direito a ter sua crença, seu partido político. Mas o Movimento, como um todo, tem apenas os seus princípios de luta.*<sup>93</sup>

Outro Caderno de Formação n.º 07 de outubro de 1985, dá conta que a Igreja, por sua vez, não possui lugar, mas lugares. Posições sempre variáveis deslocadas por quem fala e o que se deseja construir como verdade. As reflexões presentes nessa publicação são frutos de um curso de formação de lideranças realizado em dezembro de 1984, em São Paulo, o qual contou com a participação e colaboração de Ranulfo Pelloso, na época, sindicalista de Santarém no Pará. As conclusões tiradas desse encontro falam sobre o trabalho de base do MST. Trabalho que possuiria caráter educativo, onde a pessoa se conscientizaria, tomaria uma posição interna individual e, por isso, poderia continuamente se superar no movimento: *quando se fala que em um lugar tem trabalho de base se está dizendo que ali há o surgimento constante de novos militantes, à altura, para dirigir uma*

---

<sup>93</sup> MST. Como se organiza. Caderno de Formação n.º 05, Porto Alegre: MST, 1984, p.14

*parte, um setor ou uma luta de trabalhadores. Os "padrecos", os "tarefeiros" não são frutos do trabalho de base. São "marionetes".*<sup>94</sup>

Este outro olhar sobre o trabalho dos padres na articulação das lutas do Movimento, por parte de algumas publicações, é melhor entendido quando se pensa estas articulações como disputas de forças, de poder entre aqueles que se produzem como lideranças. Há aí um discurso político de esquerda forte, bastante presente entre sindicalistas. Logo, se são disputas, um "lado" necessariamente precisa desqualificar e produzir razões para que o "outro" seja desqualificado.

A leitura da Revista Mundo Jovem, publicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Instituto de Teologia, traz nesse mesmo período, algumas discussões que ilustram partes dessas disputas. Em maio de 1986, o artigo "Os jovens da roça e o sindicalismo" discutia o "verdadeiro" e o "falso" sindicalismo, lembrando que *o verdadeiro sindicalismo só existe quando e onde todos os sócios têm vez e voz na organização das lutas e na conquista de soluções entre toda a classe agricultora,*<sup>95</sup> que contrapunha-se ao falso, onde só alguns tinham voz. O falso sindicalismo seria aquele que estava negando a orientação religiosa em detrimento de outras orientações?

Chama a atenção, no final da década de 80, em especial, os fortes e expressivos contornos de teorias doutrinárias de esquerda nas articulações do MST. Não que as mesmas não aparecessem antes, mas o próprio discurso muda de tom, é mais acadêmico, professoral, além de melhor organizado: aparece separado por tópicos, e a teorização da luta é muito mais evidente no corpo do texto. Num relatório interno de maio 1987, há várias sistematizações dessas concepções que passariam a ser (re) produzidas: *Nossa*

---

<sup>94</sup> MST. Ações de Massa. Caderno de Formação, n.º 07, Porto Alegre: MST, outubro de 1985, p.07.

<sup>95</sup> Os jovens da roça e o sindicalismo. Revista Mundo Jovem, Ano XXIV, n.º 181, maio de 1986, p.5.

*concepção é para chegar ao socialismo, por isso precisamos organizar núcleos da CUT.*

Ao final do relatório outra novidade: *Terra e Poder, não se ganha, se conquista!*<sup>96</sup>(Grifo meu).

Este relatório merece atenção especial porque além de trazer uma outra linguagem às discussões passa a sistematizar suas linhas ideológicas. Evidente que essas linhas seguiram - em seus emaranhados - sendo mudadas e reconstruídas. Entretanto é necessário observar alguns desses momentos. No item *Concepção de Partido*, consta no relatório que sua importância apenas pode se dar mediante a *organização da classe trabalhadora*, e ainda, que o Partido seria uma *instância superior da organização da classe*, lugar onde estariam concentrados os melhores quadros e por isso, deveria se organizar da seguinte forma:

- a) Ter uma direção política avançada que:
    - Dominem a teoria científica da organização
    - Pensem as questões políticas e ideológicas
    - Impulsionem a organização
    - Enfim que dirijam o partido
  - b) Ter um grupo que tenha a responsabilidade de base
- Duas coisas importantes para entender o Partido: a) O Partido tem que ter a centralização e controle sobre o projeto político (linha) de forma geral. b) Descentralização no plano organizativo. Ou seja, a forma de organizar na base depende da real situação de cada local. Deve porém através de seus representantes manter o controle das ações para dirigir no plano estratégico. O Partido tem que ter uma direção (vanguarda) avançada que ligue organicamente os quadros revolucionários...

E sobre a *Divisão do Trabalho dentro do Partido*, observa-se:

Não pode deixar as coisas soltas, onde todos fazem de tudo. Duas coisas importantes a levar em conta: Definir as tarefas e procurar as pessoas para executá-las – Tarefa certa pra pessoa certa. (...) O Partido tem que conduzir a massa demonstrando que a luta de classes é inconciliável e por isso deve:

- a- Alimentar o descontentamento da Classe

---

<sup>96</sup> Relatório da Reunião da Coordenação Estadual dos dias 21 e 22 de maio de 1987. Chapecó/SC. Arquivo CPT/SC – C3, 22/05/87.

- b-Sacudir a massa, para que desperte e perceba os sacrifícios que deve fazer para enriquecer uma minoria.
- c- Estimular os atrasados, ou os trabalhadores não conscientes.
- d-Desenvolver a consciência política de massa.<sup>97</sup>

É possível perceber neste estudo, em particular, uma proximidade muito grande com as muitas concepções inscritas nas obras de Lênin. Apesar de nesse estudo a obra “Que Fazer?”<sup>98</sup>, não estar sendo referenciada, muitos dos termos e concepções colocados acima são facilmente identificados nesta e em outras publicações do Movimento. Além disso, é notório que o MST, de modo mais contundente no início de sua formação, tomou estas práticas como exemplos a serem seguidos, como se pode perceber nos muitos relatórios do grupo. A presença da concepção de que *Uma vez os líderes formados, a organização dos sem terra criará mais força* passa também a ser uma regularidade marcante.

Esta circulação de valores e idéias no interior do Movimento pode ser percebida através dos Cadernos de Formação. No caso, por exemplo, das concepções partidárias e alguns encaminhamentos sobre a organização é possível encontrá-los inscritos de forma bem semelhante no Caderno de Formação n.º 07, publicado em 1985. *Uma boa direção é aquela que dá a tarefa certa para a pessoa certa, tendo em mente os seguintes critérios: necessidade do Movimento, habilidade pessoal, gosto pessoal pelo serviço, participação de homens e mulheres.*<sup>99</sup>

As mudanças e permanências das concepções ideológicas do MST tornam-se evidentes quando lemos, por exemplo, suas publicações recentes. Lugar onde vamos encontrar concepções bem diferentes, a começar pela negativa veemente de caracterizar o movimento como um partido político. Contudo, as discussões, aqui, permitem outras

---

<sup>97</sup> Idem.

<sup>98</sup> LÊNIN, V. I. Que Fazer ?. In: Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. Tomo I, 3ª edição.

<sup>99</sup> Caderno já citado, p.24.

reflexões: a existência de múltiplos entendimentos sobre o político, o ideológico, poderes disputados que certamente precisaram ser negociados por lideranças, por grupos com interesses distintos nas consubstanciação do MST. E são essas negociações que vão impondo, seguem construindo e reconstruindo o Movimento.

Estes elementos impõem desde já algumas reflexões. A questão do porquê das lideranças estarem lendo e reelaborando escritos do “Que fazer” de 1902 desdobra-se em muitas outras bem mais importantes para este estudo: Quais os caminhos que um movimento que se quer novo, que fala em igualdade, autonomia, em construção coletiva, reconstituiu para revitalizar valores da esquerda leninista e maoísta tão falidos? Até que ponto foram também reconstituídos os elementos de um discurso de esquerda autoritária, que é contra as diferenças, nega o corpo, a sexualidade, o homossexualismo e defende valores super-conservadores como o Partidão? De que substâncias então constituem-se os discursos e práticas do MST que propõem novas subjetividades, novas relações, entre elas as de gênero entre os homens e mulheres que o integram?

João Pedro Stédile é um dos líderes mais expressivos do MST, além é claro de ser a voz autorizada mais visível. Por este motivo, suas falas em alguns momentos dão pistas que, se não respondem estas questões, ao menos permitem pensar melhor sobre alguns paradoxos vivenciados pelos homens e mulheres do movimento nos dias atuais. A postura conservadora, fortemente relacionada ainda a uma moral religiosa, no que concerne a questões de comportamento, à família, etc., do MST foram desenhadas publicamente em 1997, por ocasião da expulsão de Débora Rodrigues do movimento. A então militante do MST havia pousado nua na edição de outubro da revista Plaiboy desse mesmo ano.

Em entrevista à Revista Manchete, João Pedro Stédile chamou Débora Rodrigues de prostituta por ter pousado nua. Ou seja, por ter transgredido aos controles rígidos do MST,

Débora foi punida com a expulsão e ainda foi condenada publicamente através das falas de algumas lideranças. Na mesma época várias opiniões surgiam nas discussões internas do movimento, uns condenaram, outros concordaram com Stédile, mas era consenso que Débora Rodrigues precisava mesmo ser expulsa por ter denegrido a imagem do Movimento com o seu comportamento. Franco, um dos líderes do assentamento Conquista na Fronteira, sobre o assunto, disse não concordar com o fato de Débora ter sido chamada de prostituta, mas defendeu Stédile acusando a imprensa de haver distorcido os fatos, explicou seu ponto de vista da seguinte forma:

Eu acho assim, a mulher tem liberdade. Tanto a mulher como o homem acho que tem a liberdade de fazer, do ponto de vista pessoal, fazer aquilo que acha que tem direito, eu sou dessa opinião, mas quando se está dentro de uma mobilização tem regras que você tem que respeitar.<sup>100</sup>

As regras são claras, principalmente aquelas de cunho moral: as questões que envolvem sexualidade no MST, por exemplo, ainda permanecem como tabus. Os sujeitos que compõem as famílias no movimento, pais, mães, filhos, possuem papéis a desempenhar. Papéis que devem incorporar, acima de tudo, regras morais burguesas, religiosas que, herdadas, adquiridas informam os valores que homens e mulheres precisam respeitar. Mas há, ainda, outro porém, estas regras parecem ser sempre mais rígidas sobre o comportamento feminino. Os homens recebem outros investimentos, outras cobranças que quase sempre dizem respeito ao trabalho, à sua posição política no Movimento.

Tudo que não possa ser encaixado em concepções do que é entendido como próprio ou não, do que é feminino ou masculino, bom ou mau, pertence à ordem dos comportamentos desviantes. E desvios no MST possuem apenas duas alternativas oficiais: ou são disciplinados ou são expulsos. O que indica desde já os controles rígidos nas

---

<sup>100</sup> Franco. Casado. Liderança no assentamento Conquista na Fronteira. Entrevista. Dionísio Cerqueira/SC, 17/02/98.

tentativas de se construir os e as militantes do MST. Voltarei novamente a estas questões no Capítulo V.

Bastante forte nos discursos do MST e que marcam presença constante em suas publicações desde os primeiros anos da década de 1980 são as inscrições que situam como um líder deve ser. E nesse aspecto, há um claro deslocamento desde então: deixa-se para trás qualquer traço do religioso e incorpora-se concepções leninistas que informam acerca da preparação do líder para comandar as massas. Sobre isso é necessário informar que dirigentes e massa são percebidos em níveis absolutamente distintos no MST: *por mais alto nível que tenha um dirigente, por mais estudado que seja, por mais combativo e lutador que demonstre ser, se não mantiver o pé no chão, se não mantiver atividades de base, se não mantiver vínculos com sua base social, não irá longe.*<sup>101</sup>

Em relação as “doutrinas úteis” ao movimento, aquelas que aparecem norteando suas falas e cursos de formação, há tentativas de esclarecimentos:

Fomos buscar no pensadores clássicos de várias matrizes algo que pudesse contribuir com nossa luta. Lemos Lenin, Marx, Engels, Mao Tsé-Tung, Rosa Luxemburgo. De uma forma ou de outra captamos alguma coisa de todos eles. Sempre tivemos uma luta ideológica e pedagógica dentro do movimento de combater rótulos. Se Lenin descobriu que pode ser universalizada na luta de classes, vamos aproveitá-la, se Mao Tsé-Tung, naquela experiência de organizar uma revolução camponesa, descobriu coisas que podem ser universalizadas ou aproveitadas, vamos assimilar. Isso não que dizer que vamos copiar tudo o que foi feito na China, o que seria um absurdo, uma ignorância. Aliás, o Pcdob já tentou isso no passado e não deu certo. O próprio Evangelho, não como uma religião mas como uma doutrina, também tem uma influência sobre nossos valores, nossa cultura, na forma de ver a mística, na forma de ver diferente.<sup>102</sup>

---

<sup>101</sup> STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Op. Cit. 1999, p. 43.

<sup>102</sup> Idem, p. 60.



Líder autorizado em publicizar a história do MST, João Pedro Stédile acaba fornecendo informações, segundo suas próprias convicções, sobre as mudanças processadas na construção do Movimento ao longo dos anos:

Quando se constituiu como um movimento nacional, havia de certa forma uma visão simplista da reforma agrária (...) No período que antecedeu o nosso 3º Congresso Nacional (julho de 1995), durante aproximadamente três anos, todas as instâncias e militantes do MST se debruçaram debatendo as características da agricultura brasileira. E, sobre essa realidade, elaborou-se uma nova proposta de reforma agrária, necessariamente mais abrangente e mais complexa do que a simples distribuição da propriedade da terra.<sup>103</sup>

Bernardo Mançano Fernandes no Caderno de Formação n.º 30 evidencia seu olhar sobre esse processo colocando que, em sua trajetória, o MST mudou porque amadureceu política e ideologicamente. A opção em se constituir como um movimento autônomo foi feita porque o MST teria compreendido que a luta pela *reforma agrária extrapolava os limites do movimento sindical, que necessitava do apoio das igrejas mas não poderia ser um movimento confessional*. Essa mudança implicava então na necessidade do MST se constituir num movimento social de alcance mais amplo que fosse, ao mesmo tempo, popular e onde *todos os que quisessem lutar seriam aceitos, homens, mulheres, jovens e adultos, crianças e anciãos, trabalhadores rurais, militantes sociais, agentes de pastoral, sindicalistas, todos*.<sup>104</sup>

Esta constatação parece vir dos mesmos lugares de onde saíram as reflexões de Dulcinéia Pavan. A idéia de uma continuidade evolutiva, progressiva em torno de um “amadurecimento” de idéias políticas e ideológicas como responsável pelas mudanças do MST. Volto então a desconfiar dessa arrumação tão certinha. Nem mesmo os discursos constantes nas cartilhas do MST dão essa dimensão, porque é muito mais um processo

---

<sup>103</sup> STEDILE, João Pedro. Op. Cit. 1997, p.105.

<sup>104</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. Caderno de Formação n.º 30.Op. Cit., 1998, p.37.

descontínuo, provisório e que obedece a outras lógicas, muito variáveis por sinal, do que propriamente "amadurecimento". Talvez sejam mais pontos singulares que se unem e se reconstituem em torno de elementos e necessidades também constituídas. Pois o que poderia ser traduzido, aqui, como "amadurecimento"? Mudanças?

Mas não são apenas mudanças, são outras necessidades da ordem de produção dos devires do MST, elementos que foram incorporados justamente para que pudessem expressar o que se quer e deseja de um grupo e de suas lutas. Portanto, no olhar de João Pedro Stédile e outros articuladores como Ademar Bogo, ou Gilmar Mauro, para o MST que se quer, se necessita construir mudanças. Mudanças construídas, estratégias para que o movimento não se perca, se encerre em si mesmo em suas lutas pela terra. Talvez então os elementos citados abaixo, listados enquanto “Objetivos Gerais do Movimento”, muito mais que objetivos ou mudanças podem ser pensados como da ordem da necessidade de sobrevivência:

Garantia de bem-estar social e melhoria das condições de vida de forma igualitária para todos os trabalhadores brasileiros;  
Difusão e prática de valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas;  
Criação de condições objetivas para participação igualitária da mulher na sociedade.<sup>105</sup>

As questões envolvendo as mulheres do Movimento passaram a ser delineadas bem antes nas linhas de seus relatórios e discussões coletivas. Os documentos encontrados nos arquivos da CPT em Santa Catarina e nos próprios arquivos da direção estadual do Movimento, em Chapecó/SC, permitem perceber como essa discussão começou a ser produzida. Esta especificidade em relação às mulheres significa mais que uma simples reelaboração dos objetivos gerais do Movimento. Significa principalmente ampliar e reforçar o princípio que até os dias atuais vem impulsionando seus discursos e lutas, “a

transformação da sociedade”, e dentro deste projeto a transformação de homens e mulheres e suas relações. *Nós queremos um dia transformar a sociedade. Esse é o nosso objetivo, é construir um homem novo. Não adianta nós só conquistar terra e viver com nossos bichos, a gente tem que ter uma relação mais companheira, humana...*<sup>106</sup>

Com a preocupação de promover a participação da mulheres em todas as instâncias, setores e atividades, iniciou-se um trabalho específico com mulheres integrantes do Movimento. Inicialmente o trabalho com e sobre as mulheres em acampamentos e assentamentos era feito quase que somente através de parcerias, com a Igreja, católica e luterana, e também com a “Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais”- ANMTR, o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e outros. Nestas publicações discutiam-se questões que oscilavam entre a documentação, direitos trabalhistas e a questão da saúde das mulheres que viviam no campo.

Na segunda metade de 1990 o “Coletivo Nacional de Mulheres do MST” foi definitivamente constituído. Este grupo passou a produzir materiais que buscam fazer uma reflexão mais teórica sobre a questão das mulheres e posteriormente de gênero.<sup>107</sup> As construções e desdobramentos dessas preocupações acerca das mulheres informam alguns caminhos sobre a produção do devir MST. Nesse caso, as pistas sobre o lugar do gênero nessas discussões dizem mais sobre essa produção do que sua insistência em afirmar a "igualdade" entre homens e mulheres no Movimento.

---

<sup>105</sup> STEDILE, João Pedro. Op. Cit. 1997, p.106.

<sup>106</sup> Bruna. Solteira. Liderança do MST em Santa Catarina. Entrevista concedida no assentamento Conquista na Fronteira em 18/04/97.

<sup>107</sup> Entrevista com João Pedro Stedile. FERNANDES, Bernardo Mançano e STÉDILE, João Pedro. Brava Gente: A Trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p.92.

#### **I.4. A construção do “sujeito sem-terra”:**

##### **o “conscientizado” e o “sem consciência”**

Os relatórios produzidos pelo MST ao longo de sua história trazem as opiniões, idéias, formas de pensar de um determinado grupo ou indivíduos que no princípio eram os principais articuladores, os pensadores da então incipiente estrutura organizacional do movimento. E foram estas pessoas que vindas dos sindicatos rurais, das CEBs e organizações partidárias de esquerda que, influenciados tanto pela Teologia da Libertação como por outros discursos, constituíram através de suas idéias de mundo e de relações, as preocupações e problemas internos do MST. O exemplo mais representativo dessa questão é o “sem-terra sem consciência”.

Os relatórios dos primeiros encontros dos sem-terra organizados em vários municípios do Estado trazem as principais preocupações colocadas pelas lideranças a partir da década de 80. A questão da conscientização é constante e recorrente. Num encontro realizado em Maravilha/SC nos dias 15 e 16 de maio de 1984, entre os problemas relatados, destacam-se aqueles que nunca mais deixariam de fazer parte de suas preocupações: *Falta de liderança ou de organizar as lideranças; falta conscientização nos sem-terra.*<sup>108</sup>

É importante refletir sobre a força dessa dimensão. Historicamente os sujeitos relacionados ao campo foram construídos como sujeitos sem “cultura”, sem instrumentos teóricos para organizar suas lutas, não eram então tidos a priori como uma classe “capaz” de se organizar. No Brasil, a imagem do “Jeca Tatu” de Monteiro Lobato personificou a construção de homem do campo como ignorante. Essas idéias eram muito fortes ainda na década de 1980, tanto que a própria configuração de movimentos sociais rurais encontrava

resistências no meio intelectual e político. Resistências amplamente baseadas nas fortes concepções marxistas que viam a revolução como possível apenas através da organização dos operários. Acerca disso, Ana Maria Doimo lembra que falar em movimento social, sobretudo na década de 60, significava referir-se à organização racional do proletariado, tudo que excedia esses limites não era incluído sob a *rubrica do verdadeiro movimento social*.<sup>109</sup>

Em 1983, José de Souza Martins publicou uma coletânea de ensaios sob o título: “Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.” Estudos que tentavam dar outra dimensão às mobilizações que estavam acontecendo no campo, revelando a exaustão dos modelos que os intelectuais estavam utilizando para analisar os movimentos sociais no Brasil. Este trabalho expõe a dificuldade – tanto prática quanto teórica, além de doutrinária – dos partidos políticos em acompanhar e incorporar as tensões sociais e as reivindicações dos trabalhadores rurais neste período. Revela ainda a existência da distorção teórica presente na discussão política feita nos meios acadêmicos a respeito das lutas no campo. A “esquizofrenia” nas teorias e doutrinas acerca destas lutas, segundo o autor, devia-se a idéia de que *no processo político, o campesinato só pode ter uma presença passiva e subordinada, isto é, subordinada à perspectiva, ao jogo e aos interesses de outra classe social*.<sup>110</sup>

Publicações dessa mesma época dão conta disso. A Revista Mundo Jovem, publicação da PUC gaúcha, num artigo de maio de 1985, comentando sobre os trabalhadores sem-terra escreveu:

---

<sup>108</sup> Encontro dos Sem Terra em Maravilha/SC. Relatório. Arquivo CPT/SC – C3, 16/05/84, p.3.

<sup>109</sup> DOIMO, Ana Maria. Op. Cit., 1995, p.47.

<sup>110</sup> MARTINS, José de Souza . Os camponeses e a política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis/RJ: Vozes, 2ª edição, 1983, p.12.

Os sem-terra estão se organizando. Não se pode mais chamá-los de bandoleiros ou arruaceiros. Hoje eles **aprenderam a lutar**. De todos os cantos do país ouvem-se os gritos dos trabalhadores sem-terra. O aumento deles possibilitou a organização. Ao que parece, não pretendem passar mais um período de idéias governistas esperando pelas soluções do poder político. Na luta e nos sofrimentos **aprenderam a bus car** seus direitos.<sup>111</sup> (Grifos meu)

É na perspectiva de um novo elemento então, que os homens e mulheres do campo são alçados como capazes de lutar: *Eles aprenderam*. Perspectiva perseguida pelo MST. Diversos relatórios colocam e reforçam a preocupação com o preparo do militante. As conclusões tiradas da “Avaliação do Movimento dos Sem Terra/SC” realizada nos dias 27 e 28 de novembro de 1985, em Chapecó/SC, trazem isso de modo bastante claro. O relatório sobre este encontro segue observando a “falta de consciência política” dos sem-terra, colocando a mesma como uma das “dificuldades” nas lutas. Mas vai além, ao considerar que as formas de luta utilizadas como pressão neste período, - as ocupações - mesmo sendo eficazes, evidenciavam o despreparo “político e econômico” das pessoas que faziam parte das mesmas.<sup>112</sup> Constatações que foram percebidas e apontadas enquanto sérios problemas que deveriam ser discutidos e resolvidos pelo MST.

Talvez seja por isso que tantos esforços foram utilizados por parte da organização do movimento em “formar”, “conscientizar” seus integrantes e, principalmente, com maior investimento, suas lideranças. Muitos exemplos desses esforços estão reunidos nos Cadernos de Formação, publicações que acompanham o MST desde suas primeiras articulações, os quais são distribuídos em acampamentos e assentamentos. Normalmente são leituras obrigatórias das lideranças, constituindo-se em importantes instrumentos pedagógicos em diferentes reuniões e cursos de formação. Além disso, são publicações

---

<sup>111</sup> Revista Mundo Jovem. Seção: Mundo Jovem Comenta. Ano 23, n.º 172, maio de 1985, p.21.

<sup>112</sup> Relatório de Avaliação do Movimento Sem Terra/SC. Chapecó 27/28 de novembro de 1985. Arquivo C3 da CPT/SC.

encontradas facilmente no interior de muitas casas nos assentamentos. O primeiro Caderno de Formação publicado, por exemplo, esclarece:

Esta é uma publicação do Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra, através de sua secretaria, sediada em Porto Alegre. O Movimento vem se espalhando e crescendo pelo Brasil afora, principalmente na Regional Sul. Diante desse crescimento, as lideranças vêm sentindo a necessidade de uma melhor formação. E estes Cadernos se destinam basicamente aos líderes do Movimento nas suas reuniões com a base. Por isso, destacamos que **este livreto não é para as bases**. Os líderes precisam ler bem o texto e depois usá-lo nas explicações para o grupo.<sup>113</sup> (Grifo meu)

Esta publicação informa na medida que oculta. A preocupação com as mulheres, com sua formação e seu lugar no discurso sobre igualdade, por exemplo, está ausente. Nesse momento as substâncias parecem evidenciar que a "formação" política necessita de uma divisão sexual, pois a "questão da mulher" não aparece nestas publicações, mas já aparecia nesse mesmo período em seus relatórios de discussões e atividades. É possível pensar que as preocupações com a participação feminina, nesse momento, parecem ser um problema constituído numa outra ordem: a dos assuntos internos do Movimento, portanto, não necessitavam ser publicizados. Além disso, o que este Caderno reforça é o fato de que havia uma parte "pensante" do MST (Masculina?) que se considerava preparada politicamente, como que uma "vanguarda" que formaria os líderes para que estes pudessem preparar melhor "as bases." Desta forma, intensificava-se a importância da formação, dos estudos em grupo e, é claro, da importância dos "intelectuais" na organização do movimento. Como podemos perceber na nota abaixo:

Hoje, os que estudaram podem ser de grande valia no trabalho: detêm informações e técnicas ainda não acessíveis aos trabalhadores. A contribuição desses intelectuais cresce de importância, especialmente, pela estreita ligação que existe entre **o saber e o poder**. Só dirige quem sabe por isso os trabalhadores precisam saber.<sup>114</sup> (Grifo no original)

<sup>113</sup> MST. "A política fundiária do governo." Caderno de Formação n.º 01. Porto Alegre: MST, 1983 p.03.

<sup>114</sup> MST. "Ações de Massa." Caderno de Formação n.º 07, São Paulo: Secretaria Nacional do MST, outubro de 1985, p.8.

Este discurso inscreve-se também de múltiplas formas em suas práticas e estratégias cotidianas. A idéia de que *uma boa direção é aquela que dá a tarefa certa para a pessoa certa*<sup>115</sup>, tão presente, parece partir do entendimento de que só aquele que busca, e por sua vez venha a possuir um conjunto de “saberes”, pode tornar-se capaz de melhor representar o movimento. Parece que os esforços, os investimentos na constituição de sujeitos revolucionários implicam obrigatoriamente em produzir sujeitos que sabem. Num outro Caderno de Formação a dimensão do “ser revolucionário” está ancorada na necessidade do saber. *Precisamos conhecer, nos apropriar e seguir uma teoria revolucionária, isto é, um conhecimento científico que vise transformar a sociedade e termos a capacidade de divulgá-la para a massa.*<sup>116</sup>

Concepções como a de formação e conscientização, vistas a partir desse olhar, podem ser pensadas como práticas instituintes e legitimadoras de hierarquias. Dessa forma, distribuídos em seus acampamentos, assentamentos e cooperativas, os sujeitos são constituídos em oposições: conscientes e sem consciência. Ao primeiro grupo pertencem as lideranças e outros envolvidos politicamente com as questões do MST. Ao segundo grupo, ou seja, aquele que não é líder, pertencem todos aqueles que não se interessam por todo um “conjunto de saberes” ou que preferem descansar em casa depois de um dia cansativo de trabalho ao invés de ir para uma reunião ou curso de formação.

Em 1984, no relatório do grupo 3, região do município de Descanso/SC, feito a partir de um Encontro dos Sem-Terra em Maravilha/SC, nos dias 15 e 16 de maio, esses elementos passam a fazer parte de seus discursos. Há, como em outros, o relato dos problemas enfrentados e a ênfase na falta de conscientização dos sem-terra sobre os sem-

---

<sup>115</sup> Idem, p.24.

<sup>116</sup> Caderno de Formação n.º 24, Op. Cit., 1997, p.21/22.



terra e sobre o Movimento. Mas em sua conclusão o grupo propõe: *Temos que fazer bastante reuniões com os líderes dos sem terra para que estes comecem a se organizar. Uma vez os líderes formados, a organização dos sem terra criará mais força.* No grupo 4, região de Anchieta/SC e Campo Erê/SC, consta: *Os sem terra ainda estão sem rumo, desorganizados, e ainda, falta de liderança ou de organizar a liderança, falta de conscientização dos sem terra.*<sup>117</sup>

Ainda hoje, as divisões que atravessam o corpo social e político do MST, representadas por base, militantes, dirigentes ou lideranças, denotam a existência de níveis estratificados que se diferenciam pelo grau de envolvimento, função e formação de cada integrante. A organização e sistematização desta prática são realizadas através de complexas redes de relações. As lideranças do movimento, por exemplo, são as principais responsáveis pela circulação das prescrições, exigências de disciplina e cumprimento de metas traçadas entre as “bases”, ou seja, entre os acampados e assentados. As instâncias de decisão e organização do MST são representadas pelos núcleos de base, comissões municipais e estaduais, coordenação e executiva nacional, jornal mensal, diversificados setores de organização, além dos encontros nacionais e congressos. E são através destas instâncias que os discursos reforçam a necessidade da formação do integrante do MST e, dentro disso, a preocupação permanente com o estudo.

Essa questão sobre lideranças, consciência e educação das massas remete a alguns paradoxos na própria construção do “homem novo” no MST, pois é uma proposta do século XIX, na qual estas noções eram discutidas. Reconstituídas, estas noções imprimem a idéia de que o sujeito líder é superior, capaz de criar e formar novos homens “a sua imagem”. O homem universal ainda não é questionado dentro do movimento mais avançado do Brasil.

---

<sup>117</sup> Encontro dos Sem Terra em Maravilha/SC. 1984, já citado.

“Tem que estudar”. Isso nos disseram todos os líderes com quem conversamos e que possuem uma experiência histórica de lutas. (...) Nunca terá futuro a organização social que não formar os seus próprios quadros. Ninguém de fora da organização vai formar os quadros para nós.<sup>118</sup>

Esta busca, de algum modo, traz algumas heranças reconstituídas das lutas organizadas dos trabalhadores ao longo da história. Uma forma, não só de fortalecerem-se enquanto grupo social, mas também uma tentativa de forjarem uma cultura própria, e assim de pertencimento. Luce Fabbri, em suas memórias, faz menção a um “desejo de cultura” percebido nos meios operários no final do século XIX e início do século XX. Esse desejo de capacitar-se para a luta sindical foi relacionado por ela como um meio encontrado pelos trabalhadores de igualarem-se aos “patrões” em suas discussões. No entanto, esta busca não implicou na formação de uma cultura própria, e sim numa reelaborada, porque na verdade não existe uma “cultura de classe”, *cuando lo hay es una cosa forzada...*<sup>119</sup>

Sobre este processo, Margareth Rago percebe a preocupação dos trabalhadores com a “estetização da existência”, ou seja, uma construção de sua própria existência, na qual as práticas ou “técnicas de si” constituem-se em espaços de auto-subjetivação. Espaços que implicam em exercícios de liberdade no interior da resistência a estratégias sutis disciplinarizantes as quais os trabalhadores estavam inseridos naquele momento.<sup>120</sup>

No MST, o “desejo de cultura” desvela pontos singulares que merecem atenção. Os investimentos na formação dos indivíduos militantes do Movimento aparecem em seus cursos, assembléias, grupos de estudos, Encontros Estaduais e Nacionais. Lugares autorizados a fazer circular suas normas, regras, enfim, todo um dispositivo produtor de

---

<sup>118</sup> Ver: Entrevista com João Pedro Stédile em FERNANDES, Bernardo Mançano e STÉDILE, João Pedro. Op. Cit., p.42.

<sup>119</sup> Ver: RAGO, Margareth. Entre a História e a Liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo. Tese de livre-docência apresentada ao Depto de História do IFCH da UNICAMP. São Paulo, 1999, p.176.

<sup>120</sup> Idem, p. 179.

subjetividades que insiste como os homens e mulheres militantes do MST devem ser. E a subjetivação, possíveis espaços de autonomia e liberdade dos sujeitos, é experimentada por aqueles que tentam escapar das tentativas de transformar cada militante num sujeito politizado, comprometido e disposto a lutar para garantir as lutas e os projetos políticos e ideológicos do MST.

Nesta perspectiva os exercícios de liberdade dos indivíduos podem ser percebidos dentro da própria busca do “homem novo” nas práticas do Movimento. As dobras e curvas desse processo são muito mais complexas do que possam parecer num primeiro olhar. É necessário não apenas um novo olhar, mas um olhar de novo para as múltiplas variações implicadas, quando fala-se em resistência. As resistências não são condições dirigidas numa só direção, num só ponto, ao contrário, são produções transversais que obedecem a regras não inscritas e possuem sua própria lógica de se exprimir. A dimensão da subjetividade em Foucault deriva do poder e do saber, mas não é irreduzível e nem depende deles. Por isso que haverá sempre uma relação consigo que resiste aos códigos e poderes, sejam eles quais forem, macro/micro e que independe dos lugares que estes ocupem.

O sujeito não ocupa apenas o lugar daquele que resiste ou se submete a um sistema de poderes ou de regras visíveis como podendo e devendo resistir. Seria ingenuidade pensar que os sujeitos resistem apenas a um tipo de poder institucional ou a um discurso dominante que teoricamente seria contra seus interesses de classe. Logo, o MST não é um corpo único, muito menos homogêneo, constituído por sujeitos que resistem à opressão, à dominação, capitalismo, etc. Há outras dimensões a serem observadas, pois a relação consigo é em si mesma uma força dobrada, vergada, pontos de resistências<sup>121</sup> singulares. O sujeito resiste ou escapa a pequenas coisas, até mesmo àquelas que muitos pensam como

absurdos ou uma completa falta de “conscientização” resistir. Resiste aos cursos, aos discursos que lhe propõem uma outra forma de viver, de ser. Muitos homens e mulheres que fazem parte do MST apenas seguem suas vidas, aram a terra, plantam, cuidam dos animais, de suas casas, de seus problemas cotidianos sem relacionar diretamente isso tudo a uma luta política, ideológica. Podem não fazer grandes discursos ou gestos, mas nem por isso são menos importantes ou lutam menos. E é essa multiplicidade de sujeitos, com suas diferenças e entendimentos de como ser “sem-terra”, que constituem os acampamentos e assentamentos, territórios do MST, que têm garantido a permanência do Movimento e de suas lutas nas últimas décadas.

Mas o MST persegue a construção de novos sujeitos, o “novo homem”, a “nova mulher”. A regularidade e insistência na formação e capacitação dos homens e mulheres militantes que foram implementadas pelo Movimento, já na primeira metade da década de 1980 seguem sendo produzidas e organizadas. Em 1997, o Caderno de Formação n.º 24 tratava de métodos de trabalho popular na articulação dos acampamentos e dos assentamentos. Era uma reflexão que já vinha sendo feita pelas lideranças ao chegarem a "conclusão de que o “como fazer” era tão ou mais importante que a teoria do fazer". Pensando nisso, mudanças foram propostas: *não queremos deixar de valorizar o conteúdo, pois precisamos avançar no domínio do conhecimento científico e no resgate da história de luta dos trabalhadores. Queremos apenas chamar a atenção de que a forma, também forma.*<sup>122</sup>

A introdução do assunto neste Caderno não foge muito daquelas publicadas anteriormente em outras cartilhas, observa-se novamente a importância da consciência e

---

<sup>121</sup> DELEUZE, Gilles. Op. Cit., 1988, p.108.

organização como imprescindíveis para que a sociedade seja transformada. Mas, se a substância não é novidade, ela chama a atenção porque é feita de uma forma diferente. Percebe-se uma outra linguagem na própria abertura do Caderno. Uma mudança que, em parte, foi devida a apropriação de idéias da disciplina de “Educação Cooperativista” e das oficinas de trabalho de base dadas através do ITERRA, Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. Este Instituto, fundado em 1995 em Veranópolis/RS, é atualmente mantenedor da Escola Técnica Josué de Castro que ministra cursos de 1º e 2º graus para os alunos do MST. Essa escola, inaugurada em outubro de 1997, é a única no país que ministra o curso de "Administração em Cooperativismo para Assentados." São os cursos de formação e capacitação do ITERRA e da Escola Josué de Castro que, a partir de segunda metade da década de 1990, têm subsidiado as discussões teóricas e as práticas sobre cooperativas no MST.

Portanto, o que se observa no Caderno de Formação n.º 24 são discussões que trazem um outro entendimento de formação. Se antes tudo era conscientização, agora esse processo precisa ser organizado, devendo-se separar conscientização de convencimento. Parte-se da idéia que tanto um quanto o outro são métodos de trabalho utilizados, mas suas diferenças são avaliadas:

Um dos jeitos é quando o povo tem que descobrir, com a ajuda de formadores, o que ele precisa fazer e combinar como deve ser feito. O povo precisa descobrir o que o formador ou dirigente descobriu por um caminho parecido com o que possibilitou a **saber novo** do dirigente. Só assim ele se sentirá como sujeito do processo, da luta, e assumirá as conseqüências de suas decisões. Portanto, este trabalho popular é mais lento e duradouro, pois visa conscientizar.

Outro jeito é quando o formador passa a dizer o que e como o povo deve fazer. Não basta apenas contar ou relatar o que foi decidido. Se o povo se sentir mandado não lutará de forma apaixonada, não se sentirá parte interessada, e colocará a culpa nos outros quando algo sair errado.

---

<sup>122</sup> MST. Método de Trabalho Popular. Caderno de Formação n.º 24. São Paulo: Direção Nacional, junho de 1997.

Portanto este trabalho popular é mais rápido e frágil, pois visa apenas convencer.<sup>123</sup> (Grifo no original)

Mesmo assumindo que a lógica do convencer ainda permanecerá sendo usada “em alguns casos”, esta publicação é clara quanto ao interesse fundamental: *Para nós, interessa conscientizar*. Parece importante voltar às preocupações presentes nos primeiros Cadernos de Formação para se pensar esta diferenciação como técnicas: de convencimento e conscientização, principalmente sob a idéia do “saber novo”. Nas primeiras publicações oficiais nem a conscientização nem o saber tinham essa conotação. O que se queria no início da década de 1980 era buscar apoio das massas para as mobilizações no campo. A conscientização tinha um pouco essa função e era usada para convencer. O “saber” também entrava como elemento importante, mas também possuía lugares distintos e nem sempre estava em seus dirigentes. No Caderno de Formação n.º 05 de 1984, por exemplo, o saber é buscado fora do MST e de suas lideranças, em pessoas “estudadas e de confiança” que fossem simpáticas a causa dos trabalhadores e pudessem prestar uma assessoria ao Movimento.<sup>124</sup>

As estreitas relações entre saber e poder que permeiam e configuram tanto a organização quanto os integrantes por trás da sigla – MST – remetem às análises de Foucault acerca da circularidade do poder. Não um círculo perfeito, que retorna sempre ao mesmo ponto, mas que se liga a alguns pontos singulares por caminhos variáveis. Numa lógica que situa o poder como ascendente, os indivíduos tanto podem sofrer a ação do poder quanto exercê-la. Assim, não existe uma “fonte” ou um princípio de onde o poder derivaria, mas sim que sua aplicação no corpo social obedece a estratégias particulares a

---

<sup>123</sup> Idem, p.10.

<sup>124</sup> MST. Como se organiza. Caderno de Formação n.º 05, 1984, p.14.

cada lugar, tempo ou situação.<sup>125</sup> Dessa forma, as falas e as ações que pretendem (re) produzir novos valores e comportamentos nos sujeitos que representam o MST devem ser entendidas também como uma correlação de forças.

A dimensão do poder nos discursos que circulam, produzem e reproduzem tanto o Movimento quanto a fala de suas lideranças, é expressiva. Falando sobre as condições colocadas no processo de desenvolvimento de cooperação agrícola entre os assentados, João Pedro Stédile fala sobre as possibilidades que viriam com a implementação e organização da cooperação agrícola entre assentados ou pequenos agricultores: *assentar as condições para o desenvolvimento de formas superiores de produção socialista, que advirão no modo de produção socialista, quando a classe trabalhadora tiver sob seu controle o Estado e as leis do país.* (grifo meu)<sup>126</sup> Este desejo impresso em várias publicações e expressado por diferentes lideranças e interlocutores do MST dá a noção daquilo que Foucault já tinha chamado a atenção, a idéia de que o discurso não é simplesmente o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual se deseja apoderar.<sup>127</sup>

Muitas atitudes foram tomadas sob a consideração de que “só possui o poder quem possui o saber” bem como a premissa de que o MST deve produzir pessoas, militantes que tenham uma sólida formação de consciência sobre a transformação social da sociedade.<sup>128</sup> Estudos dirigidos, de diversos e variados assuntos e autores, foram realizados em grupo a fim de perseguir este objetivo. A título de ilustração, podemos destacar já em 1983, no

---

<sup>125</sup> FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 13ª edição, 1979, p.183.

<sup>126</sup> STEDILE, João Pedro. “A experiência do MST na cooperação agrícola”. STEDILE, João Pedro e GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio.(Orgs) Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis/RJ: Vozes, 1991, p.147.

<sup>127</sup> FOUCAULT, Michel. Op. Cit., 1998, p.10.

<sup>128</sup> “Ações de Massa.” Op. Cit. p.24.

Caderno de Estudos n.º 07, a discussão sobre os questionamentos do pagamento ou não da dívida externa brasileira de Daniel Rech. No caderno de n.º 12 de agosto de 1987, as “Lições sobre o Fascismo” de Palmiro Togliotti foram estudadas a fim de que pudessem “entender a UDR”. No caderno de n.º 15 foi a vez de Ernesto Che Guevara e no de n.º 23 foram Lênin, Mao Tsé-tung e Teothonio dos Santos, seguidos de muitos outros.<sup>129</sup>

Presentes nos materiais desses cursos estão muito dos elementos que produziram e seguem (re) produzindo idéias e práticas no MST. São discursos datados, organizados num momento em que a ordem era o novo. A questão do “novo sindicalismo”, por exemplo, ganhava força nesse mesmo período no Brasil: discursos carregados de noções de organização, nível de consciência, cursos de formação. Elementos que estão presentes em várias publicações da década de 1980. A Revista Mundo Jovem que publicizava as lutas do campo e as questões sindicais da época traz, ao longo dessa década, vários artigos e entrevistas com sindicalistas falando sobre novas formas de lutas, novo sindicalismo, etc.

Na prática, os problemas que envolviam e envolvem famílias assentadas também são entendidos enquanto um problema de “consciência”. Um grupo de professores da Universidade Federal do Paraná, estudando o Movimento naquele Estado, observou que grande parte das famílias assentadas em Vitória da União/PR oferecia resistência à proposta de trabalho coletivo do MST. Desse modo, suas lideranças entendiam que a suposta “resistência” ao associativismo por parte dos trabalhadores poderia ser superada a partir de um trabalho de “conscientização”. Esse trabalho de conscientização teria espaço em grupos de reflexões, cujos resultados concretos levariam as famílias à “conversão”.<sup>130</sup>

---

<sup>129</sup> Arquivo da Biblioteca do MST/SC. Chapecó.

<sup>130</sup> BONIM, Anamaria Aimoré, et ali. Movimentos Sociais no Campo. Curitiba/PR: Scientia et Labor editora da Universidade Federal do Paraná, 1987, p.89.



Sobre isso é importante perceber o próprio lugar da conscientização no interior de algumas narrativas. Muitas vezes é o lugar da Igreja, da religião, a própria noção de conversão vem do discurso religioso. Diferentes narrativas sobre luta, transformação, feitas por militantes são carregadas destas regularidades que seguem sendo reconstituídas. A fala abaixo é parte de uma resposta dada sobre o trabalho da Igreja na ocupação da fazenda Annoni em 1985. Segundo Hideraldo Dias, o estudo da Bíblia feito de forma comparativa com o problema da terra é imprescindível para a continuidade da luta:

Os que não participam deste processo de conscientização e transformação facilmente desanimam, cansam e caem fora. Estes, normalmente, fogem para a cidade, onde se marginalizam, ou ficam no interior como escravos dos grandes latifundiários. Esta é, portanto, uma caminhada profética, em que os grupos mais conscientes alertam os outros companheiros.<sup>131</sup>

Mas a “consciência” no MST não tem apenas um lugar, seus usos impõem outros lugares. Muitas vezes é o da busca de solidariedade, de melhores relações entre homens e mulheres e de cooperação entre as famílias. Não deve ser esquecido aqui, que na maioria das vezes um assentamento passa a ser constituído por grupos bem diferentes de pessoas que até então não se conheciam. A solidariedade e a cooperação entre estas pessoas nos assentamentos são fundamentais para a continuidade dos ideais propostos pelo MST. De certa forma, “consciência” revela uma abstração de largo e importante uso.

A preocupação com a organização, com a “ausência” de consciência dos sem-terra e com sua formação relatada no início da década de 1980 foi a todo momento construída enquanto problemas e entraves ao desenvolvimento do grupo. Muitas vezes, conceitos que nos são óbvios escondem em si uma abundância de possibilidades históricas. Para Gadamer, o conceito de formação é um exemplo bem evidente de, *quão profunda é a mudança espiritual que continua nos fazendo parecer contemporâneos do século de*

*Goethe, enquanto que, em contrapartida, até mesmo a época do barroco já parece se situar num passado pré-histórico.*<sup>132</sup>

O antigo conceito de uma “formação natural” que se refere à aparência externa, como formação dos membros de uma pessoa, e sobretudo à configuração produzida pela natureza, como a formação de montanha, foi na Idade Média quase inteiramente deslocado para que um novo conceito pudesse surgir. Formação passaria então a dizer respeito, estreitamente, ao conceito de cultura e a designar, antes de tudo, a maneira humana de aperfeiçoar suas faculdades e talentos.

Mas, segundo Gadamer, a ascensão da palavra formação desperta mais do que isso. Traz consigo uma certa tradição mística, a alma do homem trazendo a imagem de Deus segundo a qual ele foi criado, e tem de desenvolvê-la em si mesmo. Os discursos veiculados, principalmente na década de 80 através do MST, dão um bom exemplo dessa dimensão. Nesse sentido, a subordinação da forma ao conceito de formação não aparece por acaso. Em “formação” (bildung) encontra-se a palavra “imagem” (bild). Uma transferência do devir para o ser, o fato de que a formação designa mais o resultado desse processo de devir do que o próprio processo. Uma transferência em que é possível perceber o resultado da formação não como aquilo que se produz, mas sim como resultado nascido do processo interno de constituição e de formação e, por isso, permanece em constante evolução e aperfeiçoamento.

O esclarecimento hermenêutico de Gadamer faz pensar que se as palavras impõem interpretações, o uso dessas interpretações traz inquietações. Não se trata de “desvendar” a noção de formação no interior do MST, mas muito antes se tenta refletir no modo como seu

---

<sup>131</sup> Revista Mundo Jovem, Porto Alegre, ano 24, n.º 183, julho de 1986, p.13.

uso implica em pensar as coisas para além delas mesmas. Palavras como formação e conscientização são conceitos genuinamente históricos, e é justamente o caráter histórico desta regularidade que importa para se compreender o lugar destes conceitos na “construção do novo”. A formação do militante do MST, de alguma forma, necessita transcender aos limites do conhecimento, da informação. É uma formação do sentimento, das vontades, onde o ser sem-terra implica num devir MST.

A exterioridade dos discursos no devir MST desvela também outros aspectos singulares. As iniciativas de formar e conscientizar os militantes sem-terra, bem como os assuntos correntes de seus estudos dirigidos, dão conta de que ainda hoje, estas concepções seguem reelaboradas e (re) produzidas frente a outros referenciais. E ainda, de que a apropriação e incorporação dos elementos desses discursos produziram e reforçaram hierarquias entre as mulheres e homens nos interiores do movimento.

A necessidade do saber e sua relação com o poder seguem fazendo parte da produção do MST e seus militantes de diferentes formas. A idéia de um Setor de Educação no MST surgiu no Rio Grande do Sul nas discussões que eram realizadas no acampamento da Fazenda Annoni no início de 1980. Mas só seria formalizado em 1987 no 1º Encontro Nacional de Educação, em São Mateus, Espírito Santo. Como resultado desse encontro vários estados passaram a contar com um Setor de Educação específico que pudesse atender às necessidades educacionais existentes em seus diversos assentamentos e acampamentos.

A partir da década de 1990 o Setor de Educação do movimento passou a receber fortes incentivos. Convênios com o INCRA e MEC, assim como outras parcerias

---

<sup>132</sup> GADAMER, Hans-Georg. Verdade e Método. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997, p.47.

viabilizaram programas educacionais desenvolvidos especialmente para assentados e acampados. Podendo-se citar como exemplo, a própria criação do ITERRA, que já foi mencionada, e o curso de pedagogia específico para os militantes do MST, na Universidade de Ijuí no Rio Grande do Sul. Este curso tem duração de três anos, com aulas em período integral nas férias e foi criado com o objetivo de formar profissionais que possam efetivamente contribuir para a educação/formação de outros assentados.

No início de 2001, cerca de 1200 jovens do Movimento de 22 estados brasileiros participaram do “3º Curso sobre a Realidade Brasileira”, realizado na UNICAMP em Campinas/SP. O principal objetivo do curso, segundo a Revista Sem Terra foi o de permitir aos jovens sem-terra o acesso a conhecimentos sobre a realidade brasileira e à cultura, uma vez que dificilmente teriam essas oportunidades.

Esse curso de formação, em sua terceira versão, foi realizado e oferecido excepcionalmente aos jovens militantes do MST. Os alunos foram organizados em 48 grupos para as atividades de estudos, trabalhos e eventos culturais. Durante o curso diferentes temas abordados foram alvo de debates, entre eles pode-se citar: “História do Brasil, as elites e os trabalhadores”, passando por “Os valores, a importância do estudo e o embelezamento dos assentamentos”, “A utopia de uma nova sociedade” e “Gênero e Feminismo”.<sup>133</sup>

A parceria do MST com a UNICAMP chamou a atenção da imprensa paulista. O jornal O Estado de São Paulo relacionou o curso a uma *espécie de cursinho intensivo para a formação de novas lideranças*. Destacou-se, no jornal, a disposição de faixas com frases e imagens de Lênin, Mao Tsé-tung e Che Guevara espalhadas pelas arquibancadas e nas camisetas e bonés dos participantes. Além disso, o jornal informou também que desde 1999

a UNICAMP vinha cedendo o espaço físico anualmente ao MST para a realização destes cursos de formação.<sup>134</sup>

Em entrevista à Revista Caros Amigos, Stédile respondeu sobre as “aulas que a UNICAMP estaria dando aos militantes”:

Fizemos uma espécie de convênio com a reitoria: nos períodos de férias, em que a universidade está mais ociosa, eles cedem as instalações e montamos um curso sobre a realidade brasileira, de dez dias, e trazemos jovens, a maioria, 90 por cento deles de primário incompleto. Fizemos um currículo da realidade brasileira, desde a formação étnica até temas mais conjunturais, o Arbex foi lá falar do papel da mídia na sociedade brasileira, para cada tema fizemos uma espécie de parceria, se eles têm algum professor, eles botam, em outros temas eles dizem: “Nesse aqui não temos professor”. Então vamos buscar em outras universidades e aí montamos o pacotinho. Já fizemos duas etapas do curso com 1100 jovens e os resultados são extremamente positivos, é impressionante o resultado para a formação deles, para a dignidade deles.<sup>135</sup>

Estas parcerias com a UNICAMP e também com outras universidades de outros estados mostram que o MST tem procurado reforçar os processos de formação e capacitação destinado aos militantes de forma cada vez mais efetiva. Buscando, nesse sentido, saberes em lugares instituídos como detentores dos mesmos. Gilmar Mauro, um dos líderes nacionais do MST, revelou em entrevista que o Curso realizado na UNICAMP, além de formar líderes, faz parte de uma estratégia mais recente do movimento: *É uma aproximação do campus com o campo. Um espaço a ser ocupado. O curso é mais um gesto simbólico. É como ocupar a terra, não vai resolver o problema agrário.*<sup>136</sup>

Nesta mesma reportagem o jornal O Estado de São Paulo chamava a atenção para estas parcerias entre MST e universidades, mostrando que as mesmas já estão acontecendo também em outros Estados, como por exemplo, na Universidade Federal do Ceará, onde

---

<sup>133</sup> Revista Sem Terra. Ano II, n.º 8, julho/agosto/setembro de 1999.

<sup>134</sup> “MST usa UNICAMP para formar líderes.” Seção: Geral – Questão Agrária – Jornal O Estado de São Paulo, 16/02/2001, pág. A-10.

<sup>135</sup> Entrevista com João Pedro Stédile. “As armas do MST”. Revista Caros Amigos, Ano IV, número 39, junho de 2000, p.33.

aconteceria um novo Curso de Realidade Brasileira, dessa vez voltado para os militantes do Norte e Nordeste. Informava também que na Unijuí, Universidade da cidade de Ijuí no Rio Grande do Sul, estava prevista a formatura da primeira turma de pedagogos exclusivamente do MST; e que também a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a do Espírito Santo possuem curso de pedagogia para os sem-terra. Gilmar Mauro explicou que o processo de formação de um jovem líder ou dirigente do MST é só um: *prática, teoria, prática, teoria*. Para ele então a procura pela teoria nas Universidades é um caminho natural.<sup>137</sup>

Como é possível perceber categorias como classe e consciência, assim como formação e capacitação constituíram-se em fronteiras que informam parte dos limites da produção de subjetividades dos sujeitos sem-terra. Mas ao estudar um grupo social que faz usos de diferenciadas maneiras destes referenciais teóricos em sua organização, como é o caso do MST, é imprescindível que pensemos também classe e consciência sob outras perspectivas. Caminhos que permitam questionamentos sobre a forma com que alguns valores, reconstituídos em discursos e práticas, são utilizados em estratégias constituidoras de sujeitos. Processos subjetivos que dimensionam a homens e mulheres à necessidade de inventarem e reinventarem a si mesmos dentro de limites historicamente construídos e reconstruídos a fim de representar um grupo específico.

Têm-se de um lado as lideranças e principais articuladores do movimento, inspirados por Marx e Lênin, reforçando a consideração destes acerca da ineficácia da consciência de classe das pessoas que vivem no campo, exceto quando organizada e

---

<sup>136</sup> Artigo já citado. Jornal O Estado de São Paulo, 16/02/2001.

<sup>137</sup> “Iniciativa já se espalhou para outras faculdades”. Seção: Geral - Questão Agrária - Jornal O Estado de São Paulo, 16/02/2001, pág. A-10.

conduzida por não-camponeses com idéias não camponesas.<sup>138</sup> Por outro lado também, há uma contradição quando afirmam que o MST, é um *movimento de massas, de camponeses sem terra, autônomo* (grifo meu) e que tem ao mesmo tempo, *um caráter de movimento popular, de movimento sindical e de movimento político*.<sup>139</sup> E ainda, defendendo esta autonomia, há a corrente que defende que o MST:

não pode subordinar-se a Partidos Políticos, religiões, Igrejas ou qualquer entidade e sim que padres, jornalistas, e as diversas pessoas que assessoram o Movimento, devem servir à organização, incentivando e apoiando, devendo evitar toda tutela, ou seja, ajudar a autonomia dos trabalhadores que capacitados poderão dirigir suas próprias organizações.<sup>140</sup>

Percebe-se também que estudos feitos sobre o movimento enfatizam certas incongruências, como por exemplo a observação de Dulcinéia Pavan, colocando que a organização do MST deu-se pela base, e não de uma cúpula ou vanguarda que tivesse concebido o Movimento.<sup>141</sup> Célia Vendramini, por outro lado, considera que nenhuma das lutas do MST foi “espontânea”: A maioria era dirigida por militantes da Igreja, principalmente da Comissão Pastoral da Terra e por pessoas que tinham experiências sindicais.<sup>142</sup>

Os discursos que têm como objeto as atitudes dos homens e mulheres do campo, que fazem parte do MST, acabam reafirmando algumas questões históricas. A redução de diferentes sujeitos e suas ações a uma consciência de classe, no sentido dado por Lukács, como uma reação racional que deve ser atribuída a uma situação típica determinada no interior do processo de produção.<sup>143</sup> Ou mesmo, segundo o entendimento de Hobsbawm, de

---

<sup>138</sup> Idem, p.37.

<sup>139</sup> MST. Alianças. Coordenação Nacional: São Paulo, janeiro de 1993, p.39.

<sup>140</sup> “Ações de Massa.” Op. Cit., p.24.

<sup>141</sup> PAVAN, Dulcinéia. Op. Cit, p.11.

<sup>142</sup> VENDRAMINI, Célia Regina. Op. Cit. p.87.

<sup>143</sup> LUKÁCS, Georg. História e Consciência de Classe: Estudos de dialética marxista. Tradução de Telma Costa. Rio de Janeiro: Elfos Editora, 1989, 2ª ed. p.65.

que os camponeses, aqueles que vivem e trabalham na terra precisam ter a mais elementar consciência de classe ou organização em escala nacional (isto é, politicamente eficaz) mesmo que sejam trazidas de “fora”, ao contrário da classe operária, onde as formas mais elementares de consciência de classe, ação de classe e organização tendem a desenvolver-se.<sup>144</sup>

Muitas vezes esquece-se que a questão pode estar além – relativizando o próprio lugar do discurso - são raros os momentos que se fala sem culpabilizar mulheres e homens, trabalhadores rurais, por sua “falta” de consciência. Mas, e se essa falta de consciência, esta falta de vontade de alguns indivíduos em seguir exatamente os caminhos propostos por lideranças ciosas em construir o “novo” for pensada muito mais como uma linha de fuga, de escape? Quem sabe, ao invés de sujeitar-se a modos de ser, de viver, de trabalhar, a fim de serem exemplos “concretos” de como a “sociedade ideal”, “o homem novo” pode tornar-se possível, os homens e mulheres não estejam exercitando e experimentando sua liberdade.

Eles foram lá avisar, só que lograram um pouco, eles disseram que em cinco mês saia a terra, e já faz um ano. A senhora veja, têm que se preocupar um pouco com a gente também, não só de ganhar um pedaço de terra, porque ficar dez anos acampado ali, e o futuro? Por causa de cinco, seis alqueire de terra eu não encaro isso aí, eu é um ano, um ano e pouquinho, se deu, deu, senão eu saio...porque não tem como.<sup>145</sup>

Esta queixa de Cláudio, 28 anos, acampado em Abelardo Luz, reiterando que não agüentará a “vida de acampado” muito mais tempo, não está sozinha, e também não é feita apenas em acampamentos. Sempre existem formas de se queixar, de materializar sentimentos contrários e de falar que, mesmo que todos digam e insistam em dizer o que é melhor, o sujeito não acha e pronto. Esta e outras falas, ao mesmo tempo que desmistificam

---

<sup>144</sup> HOBSBAWM, Eric. Op. Cit. 1987, p.49.

<sup>145</sup> Claudio. Entrevista. 06/06/98. Abelardo Luz/SC.



um pouco a figura do “militante”, descortinam algumas dobras da produção de subjetividade no MST.

Os indivíduos são sujeitos de desejo, capazes de exercícios de liberdade e não apenas encerrados em limites cujas fronteiras o encarceram como sujeitados. Um exercício, não condição, que traz consigo um gosto amargo para as ambições ideológicas do Movimento, dá conta que os sujeitos que o constituem nem sempre estão dispostos a “transformar a sociedade”, a defender e representar a ideologia do MST. Às vezes, só querem mesmo um pedaço de terra para plantar, para viver. O que vem demonstrar que as lutas, além de não serem apenas econômicas ou políticas, também não são de todo ideológicas; elas são antes de tudo particulares, afetivas e, assim, contraditórias.

O sujeito se produz como “vir a ser” MST. Mas o sujeito só adquire essa dimensão, na medida em que escapa das normatizações, dos códigos que procuram constituir um militante ideal. Esta capacidade do indivíduo de ser igual apenas a ele mesmo está na lógica da produção de subjetividade. Processo que também implica em reproduções, mas ao contrário de serem instâncias fundamentais na constituição do sujeito, estas reproduções produzem a todo momento, algo novo, dinâmico, imprevisível. Segundo Guattari, estamos todos, o tempo todo, produzindo acontecimentos, produzindo desejos que atravessam hierarquias e categorias de distinções como gênero, etnia, classe e geração.<sup>146</sup>

Os diversos relatórios internos do MST sobre seus estudos e reuniões, assim como as substâncias de suas publicações, parecem informar que, ao menos em nível teórico, o Movimento foi pensado por uma “elite” intelectual que, - influenciadas ou não pelos pensamentos de autores como Marx, Lênin, entre muitos outros, - pretendeu organizar e

---

<sup>146</sup> GUATTARI, Félix. Revolução Molecular: Pulsações Políticas do Desejo. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1981.

constituir um MST segundo suas convicções políticas e ideológicas. No entanto, os discursos de inspiração marxista-leninista de algumas lideranças, ao contrário de encerrar questões, descortinam uma abundância delas. Se por um lado não significam propriamente que os milhares de homens, mulheres e crianças que atualmente passam suas vidas em acampamentos e em assentamentos do MST sejam todos movidos pelo mesmo espírito revolucionário, pois, a imensa maioria das pessoas levadas a fazer parte do movimento, certamente o fazem por outras inspirações que não a de transformar a sociedade ou de construir um “novo homem”. Por outro, apesar disso, os processos que incluem as vivências e os sentimentos cotidianos acabam por forjar práticas, (re) produzir sentimentos e objetivos militantes, diferenciados bem entendido, em muitos daqueles que permanecem no movimento.

Segundo Guattari, com a emergência de um novo tipo de força coletiva de trabalho, novas coordenadas de produção de subjetividade foram inventadas. Deste modo, os enunciados e práticas que fazem parte do MST podem ser pensados também como tentativas de se estabelecer “novas coordenadas”. Isto é claro, se as estratégias para forjar uma outra forma de ser e sentir do sujeito, presente nas concepções do Movimento, fossem também pensadas enquanto “sistemas de modelização”. Sistemas estes que *presentes nas concepções de organização das lutas sociais estão relacionados aos sistemas de modelização do psiquismo. Basta pensar nos tipos de produção subjetiva engendrados no movimento operário, através, por exemplo, da II Internacional, do leninismo ou do maoísmo.*<sup>147</sup>

Se o leninismo, o maoísmo e a II Internacional faziam parte da produção de subjetividades do movimento operário, é possível colocar que as concepções ideológicas

elaboradas a partir das teorias de Marx e das estratégias de organização de Lênin, e a notória atribuição que este último dedicava à educação política do “proletariado”, além é claro dos ideais místicos religiosos – (re) significadas nas lutas pela terra e nas transformações dos indivíduos - fazem parte da produção de subjetividades do MST. É evidente que estas concepções ao longo do tempo foram adaptadas, redimensionadas às especificidades de cada grupo, cada região, mas permaneceram circulando, constando como regularidades discursivas.

Fazendo parte da produção estrutural, organizacional do movimento, de seus enunciados, de seus valores, são elementos que continuam sendo utilizados de diversas e diferenciadas formas. Elementos que se entrelaçam às falas, publicações, como importantes dispositivos produtores de subjetividades no interior do MST, bem como os processos envolvendo as singularidades de seus integrantes. Não se pode deixar de pensar que a produção de subjetividade implica pensar em como os sujeitos vão vivenciar estas produções: o que vão afinal fazer com elas? Os tempos, as relações, uma das possibilidades estabelecidas com estes dispositivos desvelam então a subjetivação, ou seja, do sujeito organizar a consciência de si enquanto militante político do MST. E os sujeitos vão fazer isso de formas inusitadas e imprevisíveis, sempre.

Questões como a consciência, formação e organização foram adotadas como estratégias no interior do grupo, sendo cotidianamente pensadas e perseguidas enquanto um ideal, como se formados e então conscientes os sem-terra pudessem finalmente colocar no horizonte do possível seu sonhado projeto revolucionário. Projeto inscrito em seu “Programa de Reforma Agrária”, quando este traz que a reforma proposta forma: *parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira em construir uma nova sociedade: igualitária e*

---

<sup>147</sup> GUATTARI, Félix. Op. Cit. p.36.

*socialista.*<sup>148</sup> E presente em muitas falas de suas lideranças: *nós queremos um dia transformar a sociedade. Esse é o nosso objetivo, é construir um homem novo.*<sup>149</sup>

Cadenciando discursos e práticas do MST, a apropriação da necessidade de uma “consciência de classe” permitiria ainda uma outra reflexão: a de que poderia estar servindo, de forma importante e significativa, para que certos valores, entre eles a hierarquia, permaneçam dando o tom às relações e lutas cotidianas, mesmo num grupo que se quer “novo”. É bom não esquecer que a constituição de um sujeito “sem consciência”, sem formação, pressupõe a existência de um “consciente” possuidor de um conjunto de saberes, já formado. Características que põem em perspectiva a dificuldade de diferentes grupos, entre eles o MST, em transcender os limites que trazem modelos e representações de uma ordem hierárquica do mundo que vivemos.

---

<sup>148</sup> MST. “Programa de Reforma Agrária.” Caderno de Formação n.º 23, p.20.

<sup>149</sup> Bruna. Entrevista já citada, 18/04/1997.

## CAPÍTULO II

### **Acampamentos e assentamentos: espaços em construção...**

Nas comunidades surgiram umas reuniões que o pessoal convocou pra tentar ver se a gente conseguia conquistar um pedaço de terra, daí foi feita esta ocupação (25 de maio de 1985 em Abelardo Luz), o pessoal fazendo reunião com os sem-terra da comunidade e foi aí que a gente começou a conhecer o Movimento.<sup>150</sup>

Nos primeiros anos de organização dos sem-terra em Santa Catarina, possivelmente nem todos os homens e mulheres que lutavam pela terra se intitulavam dessa forma. Esta expressão, relativamente recente, só apareceu com a Constituinte de 1946, quando se colocou em pauta pela primeira vez a necessidade de uma reforma agrária no Brasil.<sup>151</sup> Discussão que foi feita, nesse momento, principalmente através do Partido Comunista Brasileiro. Depois, a mesma expressão foi publicizada através do MASTER - Movimento dos Agricultores **Sem Terra** do Rio Grande do Sul, em 1962. Mas só passou a ser usada definitivamente a partir da década de 1970 com as referências da imprensa sobre os conflitos no campo.

Desde então, o trabalho de identificar, e até certa forma constituir homens e mulheres que vivem no campo como sem-terra, tem sido uma prática que possui suas diferenças. No final de 1970 e no decorrer de 1980 esse processo se dava principalmente através dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Igrejas ou até mesmo outros grupos

---

<sup>150</sup> Noêmia. Casada. Entrevista concedida em Dionísio Cerqueira/SC. 02/02/1999.

<sup>151</sup> Sobre esse assunto ver MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Op. Cit., 1989. E também: MORISSAWA, Mitsue. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão popular, 2001, 256p.

organizados que apoiavam as mobilizações de luta pela terra no campo. Estes grupos distintos realizavam discussões periódicas nas comunidades sobre a situação daqueles que não possuíam terras, depois disso faziam um levantamento das pessoas que estivessem dispostas a integrarem e realizarem uma “ocupação”. Isto é, que concordassem em ocupar e acampar, literalmente, em alguma área tida como “improdutiva”, como meio de pressionar e agilizar a sua desapropriação. Na segunda metade da década de 1990, com a estruturação do MST em quase todos os Estados brasileiros, esse trabalho passou a ser feito quase que somente através de militantes do movimento.

Ao longo desse período etapas como ocupação/acampamento e assentamento foram sendo construídas como ações intrínsecas ao movimento. Mas foram ações cujos lugares que ocupam hoje no MST sofreram deslocamentos sensíveis. A própria ênfase e o cuidado em utilizar sempre a expressão “ocupação de terras” ao invés de invasão são exemplos disso. Nas falas e entrevistas do início da década de 1980 não havia esse cuidado, os sem-terra mesmo falavam em invasão. Atualmente há uma preocupação em diferenciar bem estas noções, invasão/ocupação. Isto porque invasão é tipificada no Código Penal de *esbulho possessório visando à obtenção de vantagens econômicas ou financeiras* e nesse sentido, os sem-terra não invadem, mas apenas ocupam um espaço vazio para *garantir trabalho a quem não tem terra, e não tem como objetivo o enriquecimento ou o aproveitamento pessoal*.<sup>152</sup>

No Jornal Sem Terra de novembro de 1995, a publicação de uma nota de José Gomes da Silva, ex-presidente do INCRA, tem também o mesmo objetivo, marcar bem a diferença entre ocupação e invasão. Uma tentativa que, muito mais que informar seus

---

<sup>152</sup> STEDILE, João Pedro. Op. Cit. 1997, p.49.

leitores da diferença, constitui também uma forma de lembrar, insistir e fornecer argumentos aos militantes na defesa das ações do Movimento.

As ocupações existem porque, no contexto social que vivenciamos, o ocupante procura por trabalhos em solo vazios, abandonados, sem destinação, empurrado pela necessidade de fome, de trabalho, como imperativo de emergência. Assim, em razão de ser famélica esta ocupação, ela não pode ser punível. Ocupar terras para plantio não é delito; delito é o estoque especulativo de terras. Merecem punição, de acordo com a lei, os proprietários que mantêm a terra ociosa, sem destinação social.

Aqui vale lembrar que a eficácia jurídica que hoje constitui invasão enquanto “esbulho” tem história; história que talvez implique diretamente no entendimento diferenciado que o MST possui atualmente sobre “ocupação” e “invasão.” O processo de dissolução das sesmarias - sistema onde as terras eram doadas a particulares, em faixas e a partir do litoral por parte do Império português – e a não regulamentação jurídica das terras devolutas<sup>153</sup>, resultaram no Movimento de ocupação irregular de terras no Brasil. A Lei de Terras, instituída em 1850, que colocou fim no regime das posses livres, estipulando que as terras só seriam apropriadas através da compra, pode apontar um caminho para pensarmos um pouco melhor não apenas a questão de posse de terras na atualidade, mas sobretudo para apreendermos o sentido de diferença entre ocupar e invadir.

Maria Aparecida de Moraes Silva em seu trabalho sobre os trabalhadores e trabalhadoras rurais na região de Ribeirão Preto/SP<sup>154</sup> afirma que a Lei de Terras fundamentalmente surgiu para deter o processo de apropriação livre através da posse da terra. Contudo, da forma como foi pensada e posta em prática, o Estado acabou inviabilizando tanto a posse quanto a compra - em função do alto preço - da terra pelos

---

<sup>153</sup> Segundo o conceito dado pela Lei Imperial 601 de 18/09/1850, terras devolutas são todas aquelas pertencentes ao domínio público de qualquer das entidades estatais. São bens públicos patrimoniais ainda não utilizados pelos respectivos proprietários. Ver: MEIRELLES, Helly Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 1999.

trabalhadores nacionais e imigrantes. Além disso, seu trabalho leva a perceber como o sentido de invasão/posse foi tornando-se, através de dispositivos legais, um esbulho. As circunstâncias políticas que envolveram a questão da terra no Brasil ao longo do seu processo histórico indicam que o Estado acabou legitimando, através dos tempos, a propriedade e principalmente a desapropriação e exclusão de inúmeras famílias de suas terras. Terras, que na maioria das vezes, já lhes pertenciam através da posse muito tempo antes dos dispositivos jurídicos terem sido elaborados.

**II.1. “Assim a terra se converte em causa, a liberdade se converte em sonho...”<sup>155</sup> ou A (re) construção da terra em causa e da liberdade em sonho.**

Acampamentos e assentamentos são espaços que representam etapas de ações distintas para aqueles que fazem parte do MST. O acampamento é o momento em que as famílias se organizam e passam a ocupar uma área de terra, nem sempre necessariamente improdutivo. Esta prática serve como importante instrumento, visa mesmo chamar a atenção para suas reivindicações e, do mesmo modo, forçar uma determinada desapropriação.

No MST, a maior parte das famílias que passaram a fazer parte de ocupações e acampamentos, perderam suas terras, ou nunca as tiveram. Existem os filhos de pequenos agricultores que, percebendo que a terra de seu pai não será suficiente para que todos produzam satisfatoriamente, juntam-se ao movimento; existem aqueles que depois de

---

<sup>154</sup> SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Errantes do Fim do Século. São Paulo: UNESP, 1999.



tentarem a vida na cidade retornam ao campo. Aqueles também que cansaram de tentar trabalhos que garantissem o suficiente para seu sustento, na cidade ou no campo, e viram no MST a possibilidade de melhorar suas vidas.

E evidente, há aqueles que se juntam numa ocupação visando outras vantagens, tipo arrendar o lote futuramente ou mesmo vendê-lo. No entanto, é bom que se saiba que essa prática além de ser pouco comum é severamente punida com expulsão. Para evitar esse tipo de problema o MST inclusive propôs que o governo nunca dê o título de propriedade ao agricultor, mas apenas a concessão de seu uso.

A fala de Ricardo, morador do assentamento 30 de outubro em Campos Novos, resume a maneira de como acontecem estes movimentos:

Meu pai tinha 4 hectares de terra, com 4 irmãos, duas mulheres e dois homens que praticamente era suficiente para eles. No início eu comecei a trabalhar de empregado, trabalhava de cobrador de ônibus, depois fui para uma fábrica, só que achei que era pouco e aí eu parti para a ocupação. Em 89, nós partimos junto com mais de 500 famílias para Palma Sola, que foi uma experiência que valeu a pena, se eu tivesse que voltar e fazer tudo de novo eu fazia.<sup>156</sup>

São processos que implicam em constantes idas e vindas onde uns ficam e outros não. Até mesmo entre aqueles já constituídos como sem-terra há uma fluidez de deslocamentos não só entre os acampados, que podem acampar em diferentes lugares por meses ou anos, mas também entre os assentados que, por diferentes razões, pedem para fazer permutas. As permutas são permitidas na maior parte das vezes, é necessário contudo que haja outra família disposta a trocar e que a organização do assentamento esteja de acordo.

---

<sup>155</sup> BOGO, Ademar. "Terra Sertaneja". Arte em Movimento. Disco compacto do MST.

<sup>156</sup> Ricardo. Casado. Entrevista concedida a Jaqueline Martins Zarbato Schimitt no assentamento 30 de outubro em Campos Novos em 06/06/1996.

Segundo as narrativas dos homens e mulheres que passaram por esses caminhos, o acampamento é um tempo de muitas marcas. Tempo em que se deixa tudo pra trás em busca do sonho da terra própria, de melhores condições de vida para a família. Lurdes recupera uma parte dessas marcas em sua narrativa:

Na época que nós fizemos a ocupação nós estávamos morando em Campo Erê. Nós estávamos trabalhando na roça, era arrendário. (...) o Sindicato é que cadastrava os sem-terra do município e daí nos tinha se cadastrado. (Como vocês ficaram sabendo do acampamento?) Mas a gente nem sabia! Uns dizia que nós chegava lá já tinha casa, armazém, tudo, e era muito diferente imagina...Foi sofrido a primeira ocupação a gente não sabia de nada, sem organização...nada, bem dizer começamos. Antes de ir pra ocupação nós trabalhava de arrendatário, naquela época nós só tinha a Tânia, só uma menina. Até eu não queria muito ir, tinha medo que nós íamos morrer lá, mas daí enfrentamos. Eu chorava que tá louco... deixamos tudo assim. Nós morávamos com o meu cunhado, nós tinha arrendado uma terra, sabe o que é tu sair de dentro de casa e deixar tudo assim, nós tinha feito rancho tudo, e deixamos lá, fomos só com a roupinha do corpo e mochila com as roupas dentro. Nós ficamos dez meses no acampamento...<sup>157</sup>

Na maioria das vezes, os preparativos do acampamento ocorrem num ambiente de segredos e apreensões. A fala de Lurdes remete a este momento, já que somente ficou sabendo do dia em que iria para o acampamento no próprio dia. Possivelmente seu marido sabia de mais detalhes, pois reunia-se freqüentemente com outros companheiros e com os sindicalistas da região. Essa circunstância não deixa de informar também o lugar do gênero nesse momento, pois apenas os homens em suas reuniões políticas é que ficavam sabendo primeiro, da hora, dia e o local em que se daria a ocupação. Geralmente, somente com a proximidade da data pediam as mulheres para arrumarem "as coisas" necessárias para levarem pro acampamento. Se Lurdes estivesse totalmente a par dos preparativos para a ocupação, talvez pudesse ter se preparado melhor e quem sabe nem tivesse feito o "rancho", as compras do mês.

---

<sup>157</sup> Dona Lurdes. Casada. Entrevista concedida em 03/09/99. Dionísio Cerqueira/SC.

É possível que "os segredos" detidos pelos homens nesse momento remetam a reconstituição de uma noção bastante forte e sedimentada: a de que as mulheres falam "demais", não guardam segredos. Portanto, os segredos importantes não devem ser revelados a elas. Contudo, a despeito dos questionamentos sobre os motivos que fazem com que as mulheres sejam, na maioria das vezes, as últimas a saberem do local da ocupação, o que se sabe ao certo é que o local que será ocupado não é revelado com antecedência, para evitar grandes confrontos no ato da ocupação. É preciso ter presente que não se trata de um cuidado baseado em referências abstratas ou metafóricas. Tratam-se muitas vezes de confrontos violentos que deixam marcas profundas na história de homens e mulheres que fazem parte do MST.

Em agosto de 1995, na cidade de Corumbiara/RO, um confronto com a polícia resultou na morte de 09 trabalhadores rurais, 3 policiais, deixando em torno de 50 feridos. Em Eldorado do Carajás/PA, no dia 17 de abril de 1996, 19 sem-terras foram mortos e dezenas ficaram feridos. Confrontos, como os ocorridos em Corumbiara e em Eldorado do Carajás, são dois dos mais trágicos incidentes envolvendo os integrantes do MST e, portanto, mais conhecidos, não obstante, muitos outros foram e continuam sendo travados por todo o país.

No dia marcado para a ocupação, centenas de famílias são reunidas para partirem todas juntas para o local previamente estabelecido. Vão como podem, enchem caminhões, carros, carroças, vão à cavalo, vão à pé. Levam neste dia só o estritamente necessário para montar o acampamento. Os mais privilegiados, posteriormente, trazem mais algumas coisas que deixaram para trás, como alguns móveis, por exemplo. Porém o mais comum é encontrar os barracos apenas com um fogão à lenha improvisado, alguns bancos, uma pequena mesa, uma ou duas camas que servem também para "guardarem" durante o dia

suas roupas de cama. As roupas tanto podem ficar em armários, meio tortos da viagem e da acomodação em solo irregular ou em prateleiras toscas ou ainda, em caixas de papelão.

Quando chegam ao local, uma das primeiras coisas a fazer é começar a limpar a área para fixar os barracos de lona preta, moradia por um tempo incerto. No Sul e Sudeste, a lona preta é o material mais utilizado, mas nas regiões Norte e Nordeste é possível encontrar acampamentos com casas feitas de estacas e tetos cobertos de palha, materiais mais apropriados ao clima quente.

Na organização do acampamento, com as localizações dos barracos e tudo mais, já há a preocupação de deixar um lugar reservado - espaço que será delimitado por bandeiras e outros símbolos do Movimento - para as assembleias diárias ou extraordinárias. No acampamento Oziel Alves Pereira, em Abelardo Luz, a disposição das moradias das 900 famílias foi feita em torno de uma espécie de palanque, espaço carregado de significados, onde faz-se de tudo: de missas a assembleias e, principalmente, a prática da mística, tão importante à produção de subjetividades no interior do Movimento. Entre as narrativas sobre o acampamento os homens e mulheres falam do número quase diário de assembleias, *era quase todo dia, qualquer coisa que acontecia já se convocava o pessoal.*<sup>158</sup>

O organização do acampamento exige o atendimento imediato a algumas necessidade básicas que dependem do próprio grupo, independente das respostas às reivindicações que começam a fazer junto aos organismos públicos. O que fazer com as crianças; como organizar a alimentação das famílias; como garantir a segurança interna e externa; onde e como buscar solidariedade; quem vai negociar com o INCRA, governo, latifundiários. Estas são questões que fazem parte do conjunto das preocupações iniciais que se dão logo após a ocupação e determinam a primeira divisão de tarefas entre

acampados. Divisão que traz à tona as relações hierárquicas nas quais vivem. Cabe, por exemplo, às lideranças regionais, que em sua maioria já estão assentadas, negociar nas instâncias maiores. As lideranças em processo de formação - aquelas que se destacaram no processo que envolveu a organização da ocupação em sua região, muitas vezes ex-sindicalistas -, acampados no local, organizam as questões mais internas: como quem faz o que e quando, em relação à limpeza, organização de uma horta comunitária, horário de aula das crianças, recebimento de visitas, etc.

Seguindo as normas, inscritas em seus manuais e outros discursos, o dia num acampamento deve iniciar com a reunião das várias “Comissões” - divididas em: Saúde, Alimentação, Educação, Higiene, Segurança, Produção e Finanças - seguida pela reunião dos líderes do núcleo. Cada núcleo é composto por um número de famílias que vai depender do acampamento ou assentamento, geralmente de 10 a 15 famílias. E cada núcleo possui uma liderança. Assim, cada líder reúne as famílias do grupo que coordena, informando e discutindo as questões do acampamento, incluindo a distribuição de tarefas. Quando necessário, é convocada também uma Assembléia, da qual até mesmo as crianças são incentivadas a participarem, montando suas próprias comissões.

A partir de algumas falas e também de observações é possível afirmar que, num primeiro olhar, os acampamentos são realmente organizados e procuram seguir as determinações impostas através dos rígidos códigos disciplinares.<sup>159</sup> Mas é claro que buscando olhar através deste plano tão liso, percebe-se que uma organização tão "arrumadinha", pode ocultar pequenas elevações, dobras, fissuras. Pois são dezenas de homens e mulheres, crianças, alguns poucos solteiros, vindos de lugares diferentes, com

---

<sup>158</sup> Idem.

<sup>159</sup> No Capítulo IV vou me ater especificamente à esta discussão.

experiências de vida diversas, com suas vontades e interesses próprios, que passam a viver todos juntos, sob limites e regras comuns, e sob, principalmente outras responsabilidades e possibilidades de vida.

São momentos de sofrimento, de escassez brutal, pois um acampamento não produz alimentos; alguns conseguem trabalho temporário em alguma terra próxima ou na cidade, mas em geral o acampamento depende de doações de assentamentos e de organismos públicos. A água não é própria para tomar, as roupas têm que ser lavadas no riacho mais próximo, que normalmente não é tão próximo assim, o "banheiro" é longe (Um buraco cavado no chão e protegido por uma espécie de "casinha" de madeira). E banho quente no acampamento só aquele esquentado em chaleira e tomado em bacia com ajuda de uma caneca para tirar o sabão. No inverno rigoroso do Sul, os acampados, sobretudo crianças e idosos, sofrem muito com o frio e a umidade nos barracos.

Deus do céu, muitas vezes tu acordar com um peso na cabeça e sabendo que era uma bola de água que caía da lona em cima, foi muito sofrido, Deus o livre! E o sereno da madrugada que era gotas de água no corpo quente que chegava a levantar um bafo assim do corpo debaixo das cobertas da gente deitado, mas hoje a gente até fica feliz, os parentes todos assentados, apesar de todo o sofrimento que a gente teve foi bom.<sup>160</sup>

O chimarrão e o fogão à lenha são os atenuantes do frio, mas nos acampamentos o fogão à lenha improvisado dentro dos barraco além de ser insuficiente para aquecer a família tem o inconveniente da fumaça que paira no ar, cobrindo tudo com forte cheiro e fuligem. O aparelho respiratório e os olhos sofrem com a fumaça, ardem e lacrimejam, mesmo daqueles que se dizem acostumados.

Em junho de 1998, quando estive no acampamento Oziel Alves Pereira observei o que antes só imaginava através das falas. Vi muitas crianças e também adultos sofrendo

---

<sup>160</sup> Eliane. Entrevista já citada.

com doenças respiratórias e com as lidas duras do cotidiano do acampamento. Mas a maioria dos homens e mulheres procuram mostrar-se orgulhosos de fazerem parte da luta, depositam no MST seus sonhos de uma vida melhor.

No acampamento Oziel Alves Pereira percebi também diferenças nos barracos e na comida que cada um tinha a oferecer. Passei o dia com a família de Ana, que me recebeu com honras de visita importante e fez seu melhor almoço:<sup>161</sup> feijão e batatas com poucos pedaços de toucinho, tudo temperado apenas com sal. Ambos os pratos, preparados em panelas pequenas, foram divididos entre a família, o casal, dois filhos e eu. Ana reclamou do feijão que já estava bastante velho e duro, e queixou-se também que quase nunca comiam carne. Perguntei sobre a divisão de alimentos e ela contou que feijão, mesmo velho, sempre era distribuído, os outros eram mais escassos. Falou de algumas vizinhas que tinham galinha, e por isso, tinham ovos também, mas ela não possuía nada. Nesse acampamento havia uma "bodega", espécie de armazém com alguns produtos, como óleo, sabão, cigarro, alguns doces e nenhuma bebida alcoólica. No entanto, poucos tinham dinheiro para comprar as coisas que faltavam. Só mesmo aqueles que conseguiam algum trabalho temporário fora ou recebiam ajuda de parentes. Isso explica a diferença de alguns barracos serem melhores "equipados" que outros: com mesa e cadeiras, havia um com televisão à bateria e tudo.

Portanto, se são momentos de solidariedade, são também de pequenas disputas. Alguns têm galinhas, recebem auxílio de parentes, outros não. Alguns homens trabalham na região, outros não. Uns são descendentes de italianos, polacos, outros caboclos, poucos negros ou mulatos. Alguns grupos dentro do próprio acampamento se entendem melhor,

---

<sup>161</sup> Lembro que havíamos levado alimentos para doar às famílias do acampamento mas os mesmos seriam distribuídos depois.

outros nem tanto. Uns se acham mais conscientes, melhores militantes. Outros ainda não atribuem significados políticos e ideológicos, nem mesmo revolucionários de estarem ali, debaixo da lona, sofrendo, pois só esperam mesmo seu "pedaço de chão". E é sob um plano enrugado e não liso que se dá o convívio nos acampamentos, entre disputas, entre relações de poder, entre sentimentos nobres e também mesquinhos.

Mas nesse processo rizomático, em meio à disciplina, aos momentos de tensão social acontecem também as trocas, as solidariedades. A farinha de milho é trocada pelo arroz, um pouco de óleo é trocado por uma barra de sabão que por sua vez vale, numa troca, dois ou até três ovos. Situações que favorecem o redimensionamento das perspectivas de vida, de mundo. Hábitos que acabam produzindo, de modos distintos e não do mesmo jeito, outras formas de ser e agir dos homens e mulheres. E talvez seja por isso que, nesse momento, as diferenças, por vezes, pareçam atenuadas ou ocultadas pelas necessidades mais prementes: comer, se proteger, lutar. As hierarquias estão presentes e são vivenciadas, mas as dimensões das mesmas são (re) negociadas.

Mas esse é o tempo também em que as primeiras discussões políticas mais específicas das propostas do movimento são travadas. E, nesse processo, o que se observa é que mesmo que as exigências do MST sobre seus integrantes acampados sejam feitas de maneira diferenciada daquelas feitas aos assentados, os valores e noções que circulam como modelos de comportamento e ação do MST passam a ser trabalhados entre homens e mulheres pelas lideranças de maneiras distintas.

A partir de sua pesquisa, sobre os vários assentamentos distribuídos em Santa Catarina, Vendramini observou que as diferenças entre os sujeitos que integram o MST - quando acampados - acabam diluindo-se em meio aos interesses e vontades comuns em busca da terra. No entanto, quando assentados, *a diferenciação social reaparece ou é*



*constituída em formas novas, fazendo com que surjam novos problemas e impasses à organização das famílias.*<sup>162</sup>

Para Lechat, em seus estudos sobre dois assentamentos no Rio Grande do Sul, o viver e o produzir coletivamente são processos que encerram, em si mesmos, muitos conflitos, pois o novo tipo de relações sociais que se forja nessas associações é objeto de conflitos e de discussões permanentes. Segundo suas considerações, *novas relações de poder estão em formação, bem como a resistência a elas. (...) Neste jogo de poder, as diferenças tradicionais de gênero, idade e origem étnica estão também presentes e são constante e inconscientemente manipuladas o que resulta numa distribuição desigual de poder.*<sup>163</sup>

Mas muitas vezes, em meio as dificuldades enfrentadas, principalmente nos primeiros anos de ocupação, os discursos referentes à “transformação da sociedade”, ao “novo homem” e até mesmo às mudanças acerca das relações de gênero não são constituídos enquanto problemas “reais” ou prementes. E não é difícil pensar sobre os motivos que deixam estas questões, ao menos inicialmente, num outro nível de importância.

No período em que ficam acampados, as necessidades, as preocupações são outras. O acampamento é um espaço onde privilegiam-se ações no sentido de serem assentados o mais rápido possível, e nesse processo, a perspectiva da discussão sobre a construção do “homem novo”, de uma “nova sociedade” acaba se tornando menos “urgente” ou importante. A continuidade da fala de Tânia dá pistas sobre estas questões:

Na verdade começou quando nós estávamos no acampamento, em 87, 89...até que tu foi vendo a proposta e tudo, como era o funcionamento,

---

<sup>162</sup> VENDRAMINI, Célia Regina. Op. Cit., 1997, p.114.

<sup>163</sup> LECHAT, Noëlle Marie Paule. Op. Cit.,1993, p.159.

porque na verdade tinha gente que queria o individual, daí a gente começou a fazer tudo no acampamento, ver a melhor forma, se era o coletivo. Fomos nos aprofundando nas discussões, quando não tinha trabalho, quando chovia, nos sábados, nós sentava pra discutir e estudar, daí que fomos entendendo e a partir que nós viemos aqui para o assentamento cada vez mais. Quando chegamos aqui, em 89, teve 25 dias de curso de formação, sobre a unificação, a cooperativa. Naquela época ainda não tinha começado a Cooperativa...cada dia a gente via mais o que era o movimento, tudo foi mudando...<sup>164</sup>

É importante lembrar que, desde os primeiros dias nos acampamentos, certamente já existe todo um conjunto de normas e disciplinas que os integrantes precisam seguir. A prática da mística marca forte presença nos acampamentos, talvez até mais do que nos assentamentos. O próprio cotidiano dos homens, mulheres e crianças num acampamento pressupõe subjetividades que produzem o sujeito sem-terra.

A ocupação de terras feita pelos homens e mulheres sem-terra é produzida como uma prática de resistência. Uma prática que em suas narrativas, escritas ou faladas, reveste-se de significados e sentidos. Politicamente, foi a forma encontrada pelo MST, enquanto uma organização que possui táticas e estratégias, que melhor chama a atenção para si, para suas reivindicações, pressiona o Governo e ainda dá visibilidade aos outros setores da sociedade para as questões que envolvem as lutas e embates pela terra no Brasil.

Mas não é só no interior do MST que o militante sem-terra é constituído como um sujeito de resistência, diferentes trabalhos acabam relacionando, tanto as ações dos acampamentos como a dos assentamentos, como sendo possibilidades de se perceber resistências. No entanto, pensando sobre as narrativas e documentos que constituem o MST, parece não haver uma relação explícita que justifique esta associação. Da mesma forma, as análises de Iria Zanoni Gomes apontam para o fato de que não há uma relação imediata em ser sem-terra e resistência. Isso porque, embora a perda da terra signifique

---

<sup>164</sup> Tania. Casada. Entrevista concedida em Dionísio Cerqueira. 03/02/1999.

perder as condições de sobrevivência, nem todos lutam da mesma forma para reaver o perdido. Além disso, mesmo que um número significativo de homens e mulheres passem a fazer parte da luta, há que se pensar no número de sujeitos que aceitaram a expropriação e, com ela, a proletarização ou a miséria absoluta. Alguns vêm o Movimento com certa cautela; outros procuram ajuda com os poderes locais – prefeito, Igreja etc; outros se aproximam quando alguma conquista se efetiva, enquanto outros abandonam a luta se não percebem vantagens imediatas.

Também não é o assentamento o lugar dessa resistência, pelo menos, não aquela que se tenta construir. Embora a direção do movimento tente estabelecer regras e normas de como produzir, se organizar etc, a reconstrução da vida não se dá a partir de caminhos pré-determinados: o cotidiano do assentamento é feito de rupturas, bifurcações, não linearidade, continuidades/descontinuidades, tempos diferentes. As diferenças e a heterogeneidade marcam o ritmo da construção da luta e da organização da vida no assentamento.<sup>165</sup>

Na construção da luta e no assentamento a resistência está presente sem excluir situações de sujeição, ou seja, quem resiste também se submete. Mas são situações imprevisíveis, provisórias que permitem a emergência de subjetividades singulares, de práticas que investem na construção de novas possibilidades de vida, de novas relações. Faz-se necessário, portanto, pensar acampamentos e assentamentos como sendo lugares dessas possibilidades de resistência, mas tomando o cuidado para não lhes atribuir um lugar fixo, com caminhos lineares ou pré-determinados.

---

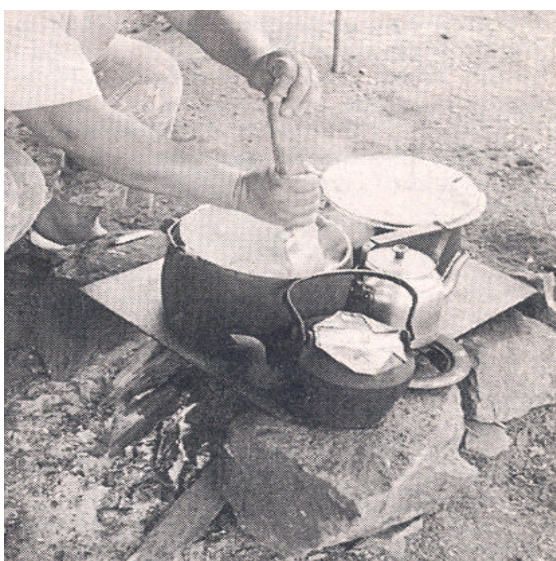
<sup>165</sup> GOMES, Iria Zanoni. Op. Cit.1995, pp.17/18.



**Foto 01**  
Acervo pessoal

Em 8 de junho de 1997 cerca de quatro mil homens e mulheres sem-terra transformaram a Fazenda Dissenha numa das maiores ocupações de terra de Santa Catarina.

Pouco tempo depois, as 900 famílias do lugar dariam ao acampamento o nome de "Oziel Alves Pereira". O tempo de acampar é um tempo difuso, tempo de esperas, apreensões. Mas também tempo de esperanças.



**Foto 02**  
Fonte: detalhe de uma foto publicada no jornal Δ  
Notícia, 20 de julho de 1997, p. B-12.

Mãos femininas - A comida sendo feita no fogão improvisado no "Oziel Alves Pereira."

Bastante comum nos acampamentos, o fogão serve também para proteger as famílias do frio no inverno rigoroso do Sul.



**Foto 03**  
**Acervo Pessoal**

Família residente no acampamento Oziel Alves Pereira, 1998, em frente ao seu barraco, lar incerto. A mulher fica atrás do marido e dos filhos na pose da família para a foto.



**Foto 04 -Doada por Ana sem-terra do acampamento Oziel Alves Pereira, em 1998.**

Os homens pousam exibindo suas “armas” empunhadas com orgulho. Armas que simbolizam a luta pela terra no MST. Notem a presença de apenas duas mulheres que reproduzem o mesmo gesto.



**Foto 05**  
Acervo Pessoal

Local que servia para a realização de várias atividades do Oziel Alves Pereira: escola para as crianças; reuniões para se discutir questões relacionadas ao acampamento e a MST; cursos ou simplesmente para falar do MST e suas lutas à visitantes.

A fazenda Dissenha não foi desapropriada. Parte das 900 famílias que estavam acampadas neste local foram assentadas nos assentamentos Nova Aurora e João Batista e a outra parte foi deslocada para o acampamento 1º de Maio, todos em Abelardo Luz. Certamente ainda há homens, mulheres e crianças remanescentes deste acampamento – que devem se encontrar acampados - vivendo sob lonas, esperando seu “pedaço de chão”.

## II.2. A chegada na terra...

**"Quando chegar na terra, lembre que tem outros passos para dar..."<sup>166</sup>**

O lugar do acampamento no MST na década de 1980, não é o mesmo da década de 1990. No final dos anos 90 o MST se estruturou em quase todos os estados brasileiros, não existindo apenas no Amapá. E o trabalho de arregimentação de famílias, que antes era feito por sindicatos, Igreja, e outros grupos, passou a ser feito quase que exclusivamente pelos militantes do MST, sem intermediários.

Além disso, se em meados de 1980 a ocupação era a principal estratégia do Movimento e alvo de seus investimentos, a partir de 1986 são os assentamentos que passam a ordem do dia. Algumas falas e publicações destacam claramente que a ocupação deixava, nesse momento, de ser o principal objetivo do Movimento. O lema "Ocupação é a única solução", palavra de ordem no Primeiro Congresso Nacional em 1985, cederia lugar a outras estratégias. Mudanças, em parte, decorrentes de deslocamentos e aprofundamento de idéias no processo de construção do projeto político do Movimento. Mas na prática, o número de assentamentos que havia aumentado significativamente, principalmente a partir de 1986 e início 1990, foi decisivo para estas mudanças. Os assentamentos em formação passaram a ser o lugar por excelência das teorias e práticas que substanciaram a construção de preocupações em torno da produção cooperativa, do fazer coletivo e dos militantes engajados na construção de transformações sociais.

As categorias assentamento e assentado são datadas historicamente e formuladas, a princípio, pelo Estado. Foi a partir de 1980 que iniciaram, no Brasil, os estudos que tinham

---

<sup>166</sup> BOGO, Ademar. "Quando chegar na terra." Arte em movimento. Disco compacto do MST.

por objeto assentamentos rurais. Contudo, o termo foi herdado do vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana a partir de 1960.<sup>167</sup> De maneira geral, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, visando o reordenamento do uso da terra. Ou seja, o assentamento rural é o estabelecimento, pelo governo federal ou estadual, de grupos de famílias que necessitam de terra para viver da agricultura, numa área desapropriada para esse fim específico que, em geral, no Brasil, tem se viabilizado nos últimos anos por pressão do MST.

Para os militantes do movimento, o assentamento representa a “chegada”, o momento da materialização do sonho de se ter uma pedaço de terra. Num assentamento as preocupações deslocam-se para a organização do trabalho e da produção, com a implementação da Cooperativa, e principalmente, com os usos e continuidade das propostas iniciadas no acampamento. Na fala de Antônio, liderança e assentado no Conquista da Fronteira, a "chegada" e a organização da produção foi descrita como árdua:

A vida aqui dentro foi bastante difícil. A gente conseguiu recursos via Estado, existe um programa especial de reforma agrária, mas esses recursos chegaram bastante tarde. As famílias que vieram para cá eram praticamente todas descapitalizadas, porque foram quase quatro anos de acampamento, o que se tinha nós íamos comendo mesmo, dando um jeito. Essa área era tudo grama, gramado só! Nós não tínhamos boi, não tínhamos nada. O que nós tínhamos era só um pedaço, onde tinha grama, onde a gente ia plantando alguma coisa para ir vivendo. E o pessoal fazia igual até conseguir os primeiros recursos. E hoje dá pra dizer que a Tracutinga aqui, está sendo a menina dos olhos do MST. Uma experiência assim que foi bastante árdua, mas valeu à pena. Hoje a Cooperativa é conhecida a nível de mundo. Nós recebemos visitas de muitos países, que vieram nos visitar, conhecer a nossa experiência.<sup>168</sup>

---

<sup>167</sup> MEDEIROS, Leonilde et al. Assentamento rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

<sup>168</sup> Antônio. Casado. Liderança. Entrevista concedida no assentamento Conquista na Fronteira. Dionísio Cerqueira, abril de 1997.



Mas nem sempre é assim, uma produção organizada, cooperativada, outros assentamentos não conseguiram que todas as famílias se envolvessem na construção de uma cooperativa. O assentamento 30 de outubro de Campos Novos, por exemplo. Em agosto de 2001 o assentamento era composto por 84 famílias, mas apenas 25 famílias uniram-se para formar uma cooperativa, outras cinco famílias decidiram trabalhar com outro tipo de associação e o restante das famílias preferiram trabalhar individualmente.

Contudo, a despeito das diferenças existentes nas formas de organizar a produção de cada assentamento, os discursos veiculados por jornais e cartilhas do MST procuram desconstruir a idéia de uma produção individual e construir a forma coletiva de trabalho. Ao longo da década de 1990 diferentes investimentos foram feitos nesse sentido. As lideranças passaram a trabalhar a idéia de produção coletiva já nos acampamentos, uma preocupação que não existia na década de 1980. A nota abaixo ilustra uma parte destes investimentos:

Uma grande conquista dos trabalhadores rurais sem terra são os assentamentos. Enfim, a terra tão sonhada poderá ser trabalhada. Mas vem a nova batalha. É a hora de organizar a produção. Na organização de nossos assentamentos, a produção era baseada exclusivamente na subsistência. Apenas o que sobrava era comercializado. **À medida que os assentamentos cresceram, as necessidades passaram a ser outras.** Começamos a entender que precisávamos nos organizar mais e produzir mais. Era o mais novo desafio. Tínhamos que produzir também para o mercado. A organização da produção se tornou, então, uma ferramenta de luta e de resistência na terra.<sup>169</sup> (Grifo meu)

A idéia de produção agrícola, de conquista da terra sofreu significativas mudanças no devir MST. No final da década de 1970 e até a segunda metade de 1980, essa discussão ainda não tinha lugar. A terra era o ponto de partida e o de chegada, espaço que após conquistado, encerrava a luta. A produção então era feita do mesmo modo que em outras pequenas propriedades rurais. Mas com o aumento do número de assentamentos e melhor

---

<sup>169</sup> MST/SC. Boletim Informativo dos Sem Terra de Santa Catarina. Terra Livre, Regional Oeste I, ano I, n.º01, maio de 1998.

articulação daqueles que passavam a se produzir como membros de um mesmo grupo, essa situação começou a mudar. Em 1985, o I Encontro Nacional ocorrido em Curitiba, a questão da produção e organização agrícola passou a constar em suas discussões.

Começavam a ser debatidas formas mais eficazes de cooperação e associação agrícolas, parte sob a influência das idéias de líderes religiosos que defendiam a proposta de uma relação comunitária com a terra, e parte das idéias inspiradas nos modelos chineses maoístas, assim como a experiência cubana em forma de pequenas cooperativas. A apropriação dessa forma de trabalho ganhou corpo e se reforçou, surgindo a idéia de liberar os líderes para fazê-los circular pelos interiores do movimento para discutir essas questões junto aos sem-terra. Antes do final da década de 1980 as lideranças locais e regionais não circulavam, ficavam em sua própria região. Depois, mesmo após serem assentadas, as lideranças foram liberadas do trabalho com a terra e incentivadas a circular por diferentes acampamentos e assentamentos buscando construir e sedimentar as propostas do Movimento. Assim, tanto as ocupações quanto os assentamentos passaram a sofrer investimentos para que fossem organizados numa perspectiva do coletivo.

Em 1986, sem investimentos de organismos públicos, créditos, auto-suficiência em recursos, praticando uma agricultura de subsistência, a situação dos assentamentos do MST era bastante crítica. Circunstância que contribuiu para que as lideranças passassem a ver nos assentamentos, a possibilidade ou não de continuidade das propostas do MST. Nesse sentido, esses espaços não poderiam mais ser entendidos como o fim da luta, mas sim, o próprio MST, sua base. Os articuladores do Movimento começaram a se empenhar em construir estratégias que viabilizassem o avanço dos assentamentos nesse sentido. Mas perceberam também que não poderiam abrir mão das ocupações, pois no final das contas,

as mesmas constituíam-se (e ainda hoje são) em importantes meios de pressão e visibilidade de suas lutas e propostas.

Em agosto desse mesmo ano foi publicado o Caderno de Formação n.º 11 sob o título, "Elementos sobre a teoria da organização no campo." A apresentação deixa claro os esboços da crise nesse período:

Os problemas que acontecem nas áreas dos assentamentos são muitos. Seja por falta de apoio do governo, na falta de assistência, na falta de condições para produção, crédito, etc. Seja pelas próprias dificuldades de organização do trabalho, da comunidade e toda a produção agrícola. Por outro lado, existe muito pouca experiência acumulada no Brasil, tanto por parte de instituições de pesquisa e assistência, quanto dos próprios profissionais que trabalham nesse setor, no sentido de se ter uma teoria elaborada sobre os problemas e as formas de enfrentá-los, a partir de uma prática. **Preocupada com o estudo e a discussão dessa situação é que a Secretaria Nacional do Movimento Sem Terra está publicando mais esse caderno de formação, objetivando de forma especial nos ajudar a discutir os problemas de organização dos trabalhadores, sobretudo após a conquista da terra nos projetos de assentamentos.**

Dessa forma consideramos esse texto de suma importância. Para que seja lido, discutido e debatido por todas as lideranças de assentamento, pelas lideranças de movimento, pelos companheiros da área de assistência técnica e agentes da pastoral que acompanham nossos assentamentos, para que possamos enfrentar com maior sucesso os nossos problemas a partir da experiência resgatada nesse texto de estudo. Sobretudo tendo em vista a clara e definida linha política do Movimento Sem Terra de estimular e ajudar a organizar de todas as maneiras, a Cooperação Agrícola nos assentamentos, **como a principal forma de resolver os problemas econômicos, sociais, e manter os trabalhadores organizados nas novas comunidades.**<sup>170</sup> (Grifos meu)

É importante notar, nesta publicação, algumas noções que seriam apropriadas em outros discursos e também práticas do MST. Como a idéia de que o "camponês" não deve produzir artesanalmente, pois isso seria prejudicial à organização do Movimento, assim como as questões que envolvem disciplina, conscientização e produtividade da empresa agrícola.

---

<sup>170</sup> Secretaria Nacional - Setor de Assentamentos. Apresentação. MORAES, Clodomir Santos de. Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo. Caderno de Formação n.º 11, São Paulo:Secretaria Nacional do MST, agosto de 1986.

Um outro aspecto a ser destacado é o fato do estudo desse Caderno, publicado originalmente como "Apuntes de la teoria de la organización", ter servido em 1979 como material do "Curso de Capacitação para a organização de Produtores da Reforma Agrária" promovido pelo INRA - Instituto Nicaraguense de Reforma Agrária, PNUD - Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento e OIT - Organização Nacional do Trabalho. Este uso e apropriação de substâncias teóricas de outras organizações indicam que esse momento foi de articulações e trocas entre lideranças do MST e intelectuais de esquerda e outros grupos políticos dentro e fora do Brasil. O que explica as viagens ocorridas entre 1987 e 1989 de diferentes lideranças envolvidas diretamente com as questões dos assentamentos a países da América Latina, como Nicarágua, Peru, Honduras, Cuba, Chile e México.<sup>171</sup>

Assim, nos interiores da crise econômica pela qual passavam os assentamentos do MST, o ano de 1986 foi o tempo e espaço de intensas discussões sobre os assentamentos e, principalmente, sua produção. Foi o ano de encontros específicos de assuntos relacionados aos assentados. Em abril desse ano aconteceu o I Encontro Nacional dos Assentados com a participação de 76 assentamentos de 11 estados brasileiros. Oficialmente o objetivo desse encontro era discutir uma nova linha de crédito que o BNDS estava propondo aos assentados. Porém, o que estava em jogo eram os próprios rumos do MST como organização, pois algumas lideranças acreditavam que os assentados mereciam ter seus problemas discutidos à parte. Vozes dissonantes que faziam ecos aos acenos do governo em criar linhas de crédito específicas para os assentamentos, coisa que não aconteceria para os acampamentos. Foi um momento bastante decisivo: de um lado o desejo de alguns

---

<sup>171</sup> STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Maçano. Op. Cit. 1999, p. 97. Sobre o mesmo assunto ver também: MORISSAWA, Mitsue. Op. Cit., 2001, p.207.

articuladores em criar um outro Movimento, somente de assentados, de outro, aquelas lideranças que apostavam na unidade e que talvez vissem nesses créditos a garantia econômica da continuidade do MST.

Em 1987 aconteceu o III Encontro Nacional do MST, no qual, então, se decidiu organizar definitivamente os assentados para uma produção voltada ao cooperativismo. Essas mudanças e deslocamentos dos encaminhamentos nos assentamentos do MST estão presentes no Caderno de Formação n.º 12 o qual traz um capítulo específico sobre a organização nos assentamentos. Esta publicação inicia esclarecendo que os encaminhamentos propostos são prioritários e que foram decididos no Encontro Nacional dos Assentados, ocorrido em outubro de 1986. Concluía-se então que, internamente os assentados deveriam passar a organizar:

Uma **comissão** ou **equipe** com 6 a 10 companheiros, os mais experientes. Essa comissão deve estar organizada de maneira que tenha um companheiro responsável para acompanhar e estar por dentro de tudo o que acontece. Um responsável para uma dessas atividades: O Sindicato; a organização de mulheres; a organização dos jovens; o zelador do Jornal Sem Terra; a cooperação agrícola; o partido político; Essa divisão depende da vontade de cada um e das habilidades de cada companheiro.<sup>172</sup> (Grifo no original)

Presente nesses encaminhamentos assumidos estão algumas regularidades inscritas. As posições de liderança precisarem ser ocupadas pelos militantes mais experientes na luta, por exemplo, já esboça um quadro hierárquico. Além disso, há o encaminhamento de que cada comissão ou equipe necessite de um "companheiro responsável", ou seja, uma liderança para acompanhar, (fiscalizar?) tudo e todos. E ainda, que cada atividade seja também organizada por uma espécie de liderança. Estes investimentos, que visaram mudar os assentamentos e sua estrutura organizacional, certamente tensionaram e ainda seguem

tensionando as relações entre os sujeitos que vivem nesses espaços. Ora, se todos são iguais e lutam por uma sociedade melhor, por que uns parecem ser mais iguais que outros? No interior do assentamento Conquista na Fronteira, as falas são claras e mesmo em suas tentativas de esconder os ressentimentos dos visitantes, em meio as conversas, acabam fazendo referências sobre estas diferenças, observando, por exemplo, que fulano é líder, porque é mais inteligente, etc. O Capítulo V vai trazer estas falas e discussões mais centradas sobre esta questão em especial.

Voltando as mudanças acerca dos entendimentos sobre o assentamento, em 1987 os articuladores do MST se propõem a estudar melhor a questão da cooperação agrícola. *Em nossos cursos iremos abordar essa temática, bem como procuraremos divulgar material nessa linha para os companheiros se aprofundarem. Também haveremos de divulgar nossas experiências que estão dando certo.* Estão também presentes no mesmo Caderno de Formação n.º 12 os ajustes feitos sobre as fortes disputas internas que propuseram separar o MST em assentados e não assentados. Há a indicação da necessidade de se *construir uma direção política dos assentados nos Estados*, todavia outras observações são feitas:

Os assentados não formam um movimento a parte. Nem do movimento sem terra, nem do movimento sindical. Pelo contrário, fazem parte dos dois. Entretanto, tem algumas questões que são específicas dos assentados. Por isso precisamos garantir que cada estado organize um grupo com os companheiros mais experimentados para formar a direção política dos assentados. Que deverá se reunir, discutir e planejar suas atividades. Com o tempo, essa direção deve se juntar com a direção do Movimento Sem Terra e com a direção do Movimento Sindical. "Terra e poder não se ganha, se conquista."<sup>173</sup>

Em maio de 1988 foi organizado o "Manual de Cooperação Agrícola" do MST, publicação que incentivava um curso de economia política da agricultura e de cooperação

---

<sup>172</sup> MST.3º Encontro Nacional. Caderno de Formação n.º 12. São Paulo: Direção Nacional, maio de 1987, p.15.

agrícola, assim como orientava a formação e funcionamento de associações nos espaços do MST. Esse curso era voltado para as lideranças e técnicos agrícolas que militavam no movimento, cuja responsabilidade era fazer chegar essas discussões em suas respectivas regiões ou áreas de atuação.

Em 1988, foi realizado o Primeiro Laboratório Experimental para formação de organizadores de empresas. Metodologia aplicada a partir dos estudos de Clodomir Santos de Moraes e conteúdo do Caderno de Formação n.º 11, onde acreditava-se que através da experiência desses laboratórios seria possível organizar as famílias assentadas em cooperativas ou empresas associativas em 40 dias. Uma experiência logo abandonada pelas lideranças do MST por considerarem que nos assentamentos a formação de grupos de cooperação agrícola precisaria de outro processo mais lento e menos ortodoxo do que o pensado por Clodomir Santos de Moraes.

Também foi no final da década de 1980 que o MST começou a efetivar sua organização no Nordeste. Assim, em setembro de 1989 surgiu o “Manual para estruturação e administração de grupos coletivos”, elaborado pela Secretaria Regional do MST dessa região. No mesmo ano foi definido o lema do V Encontro Nacional: “Ocupar, resistir, produzir”, e como consequência disso a idéia do projeto coletivo passou a ser implantada e desenvolvida nos assentamentos. Nesse período também surgiram as experiências de cooperativas agrícolas do MST no estado do Rio Grande do Sul e foi também neste Estado que surgiu, em 1990, a primeira Cooperativa de Comercialização Regional a COANOL, com a finalidade de regular o mercado da região.

É importante notar aqui que a idéia de Cooperativa apenas tomou força no MST a partir das mudanças colocadas na Constituição de 1988. Antes dessas mudanças as

---

<sup>173</sup> Idem, p.16.

cooperativas rurais não possuíam autonomia pois eram subordinadas ao INCRA. Uma dimensão que o MST não queria, pois há aí as diferenças de idéias e de procedimentos, além é claro de disputas de poder. O MST queria os investimentos públicos, mas ao mesmo tempo autonomia para gerenciá-los, liberdade para construir seu próprio sistema de cooperação agrícola entre os assentados.

A partir desse momento a motivação para organizar a cooperação passou a ser econômica, ou seja, acumular capital e também política. A idéia de cooperativa foi defendida como uma etapa superior de organização coletiva da terra, do trabalho e do capital. Linhas políticas específicas foram construídas para a organização dos assentados e da produção. A produção como subsistência passou a ser severamente desqualificada, pois era entendida como uma forma de excluir o trabalhador rural da luta pela transformação da sociedade. Além disso, foi também na esteira dessas mudanças que seguiu sendo sistematizada, através de saberes “especializados”, a formação dos integrantes do MST.

Falando sobre a “construção do conhecimento na pesquisa”, Stédile aponta que o próprio desenvolvimento nos assentamentos de formas de cooperação, da agroindústria, enfim, do trabalho a ser realizado exigiria militantes técnicos agropecuários, agrônomos, veterinários. Mas observa, todos necessitam estar imbuídos *da ideologia que o movimento quer*.<sup>174</sup> E, certamente, foi o que aconteceu com os técnicos agrícolas que se envolveram nas discussões em torno do PROCERA - Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária, organizado a partir de 1986 com recursos do BNDES. O PROCERA é um financiamento com juros e prazos que se diferenciam de outros concedidos aos demais agricultores. A partir de 1990 passou a ter recursos do Orçamento da União e atualmente é gerenciado pelo Banco do Brasil.



Com o apoio financeiro, a perspectiva de que o lucro importa e muito na produção passou a ser amplamente debatida. Um socialismo capitalista? É possibilidade nas discussões do MST. Porém, um capitalismo com ressalvas, no qual o lucro deve ser repartido entre todos. João Pedro Stédile é um dos interlocutores do MST que mais esforços têm feito para que mudanças na ordem de entendimento de produção sejam colocadas em prática em todos os assentamentos. É possível que existam muitas idéias contrárias a dele no interior do MST, no entanto, em função da própria disposição política do movimento em se investir em unidade, o que é publicizado são os pensamentos nessa direção. Sobre o assunto ele coloca que *a médio prazo, o assentado tem de abandonar a subsistência, tem de se associar a outros agricultores para implantar a agroindústria e fazer parte do mercado.*<sup>175</sup> A fala de Stédile é colada ao objetivo estratégico do MST em desenvolver economicamente os assentamentos para que os mesmos assegurem a permanência e viabilidade política do MST.

Certamente muitas disputas de forças e negociações se deram nessas ocasiões acerca da produção dos assentamento. O que acabou criando oficialmente a Comissão Nacional dos Assentados do MST. Posteriormente essa Comissão acabou se tornando o Setor dos Assentados. Mas foi o surgimento da CONCRAB, Confederação Nacional das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil fundada em 1992, que acabou determinando os rumos da produção, pois foi criada tendo autonomia para gerenciar os negócios, as propostas, financiamentos e produção das cooperativas do MST.

O Caderno de Formação de n.º 21, publicado em 1994, foi também dedicado a esse assunto. Na apresentação, a Secretaria Nacional saudava os companheiros colocando a

---

<sup>174</sup> STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Op. Cit. 1999, p. 75.

importância de se discutir as cooperativas de produção. Isso porque avançar na organização da produção nos assentamentos seria uma forma de superar a falta de quadros que conhecessem todos os aspectos da produção do ponto de vista econômico, político e estratégico do MST. As discussões nesse Caderno foram centradas no fato de que a produção deve sempre funcionar de acordo com as leis da economia. Até porque, o lucro é percebido como um forma de convencer o trabalhador rural sobre a proposta política. *Sabemos que o camponês, historicamente, só se convence da validade de uma proposta política ou econômica pelo resultado concreto.*<sup>176</sup>

Nesta publicação, encontra-se também sistematizado uma proposta de controle da organização do trabalho nas Cooperativas dos assentamentos. Há propostas sobre as horas e dias trabalhados, sobre a produção e lucro, com a inclusão de um modelo de ficha para cada associado que controla dias, semanas, meses e anos e onde vai sendo contabilizado o número de horas trabalhadas por cada membro da Cooperativa. Ao contrário do controle apenas dos dias trabalhados feito anteriormente é proposto um outro modelo que controla não os dias, mas as horas trabalhadas. Justifica-se assim a mudança:

O controle por horas trabalhadas é um passo adiante em relação ao sistema anterior, porque no controle do dia, acaba ainda acontecendo muita injustiça pelo fato de não medir as diferenças de horas entre um dia e outro e entre um trabalhador e outro. (...) Por isso se adota, atualmente, na maioria dos coletivos o sistema de controle por horas trabalhadas. Por esse sistema, se um sócio trabalha 5 horas num dia e outro trabalha 8, essa diferença é registrada e vai ser levada em conta na hora de distribuir as sobras da produção.<sup>177</sup>

Outros motivos são trazidos, ainda, para legitimar estas propostas, entre estes: está o fato de acreditarem que o novo sistema estimularia os sócios da cooperativa a trabalharem

---

<sup>175</sup> João Pedro Stedile em entrevista à Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, edição 1491, ano 30, n.º 15, 16 de abril de 1997.

<sup>176</sup> MST. Caderno de Formação n.º 21. Op. Cit., 1996, p.05.

<sup>177</sup> Idem, p.37.

por mais tempo, o que garantiria maior produtividade. *Como é o trabalho que gera riqueza, o aumento no número de horas trabalhadas pelo grupo vai trazer aumento na geração de riquezas (produção) e no bem-estar dos associados.*<sup>178</sup>

Modelo de ficha de controle de horas trabalhadas<sup>179</sup>

Membros do Setor	Dias do Mês													Total de Horas
	01	02	03	04	05	---	---	---	---	28	29	30	31	
<b>Adão</b>	6	7	-	5	7	6	8	-	5	4	3	6	6	<b>157</b>
<b>Sebastião</b>	5	4	3	7	6	-	5	-	8	8	7	7	5	<b>130</b>
<b>Cacilda</b>	8	8	8	8	8	8	7	6	8	8	8	8	8	<b>180</b>
<b>Chico</b>	8	8	7	6	-	5	7	-	4	3	5	4	8	<b>120</b>
<b>Geoconda</b>	4	3	4	5	4	3	-	4	7	8	-	6	5	<b>100</b>
<b>Toninho</b>	6	-	5	7	7	8	8	-	8	5	-	4	5	<b>140</b>

Este sistema parece ter sido incorporado e adotado. No assentamento Conquista na Fronteira a produtividade é feita através de fichas similares a esta. Cada trabalhador tem uma, homens, mulheres e crianças, e é necessário preencher dia-a-dia os campos específicos informando as horas trabalhadas, o local da produção em que atuou, etc. Há o controle de compensação de horas. Se trabalhar menos num dia, além de especificar o motivo, tem que compensar as horas em outro. Uma outra questão precisa ser aqui destacada: o modelo acima proposto possui o nome de duas mulheres, uma com um número de horas trabalhadas equivalente ao número de horas dos homens, outra representada como "Cacilda", possui o maior número de horas trabalhadas entre todos. Contudo, se na

---

<sup>178</sup> Ibidem.

representação gráfica é assim, na prática, o que se observa mesmo, são mulheres e crianças trabalhando na produção apenas meio período. O outro é destinado aos afazeres domésticos, no caso das mulheres, e a escola, no das crianças.

No assentamento Conquista na Fronteira a renda das mulheres e crianças, portanto, não é paga integralmente pela Cooperativa, apenas a metade. As lideranças que gerenciam a Cooperativa entendem que o trabalho doméstico é individual e que, portanto, é uma questão particular a ser resolvida pelas famílias. Nesse caso, há uma clara referência a não produtividade do trabalho doméstico, contrapondo-se a produtividade da Cooperativa. Uma discussão datada e há muito arraigada, mas que me deterei mais adiante.

Todavia, para além da questão de gênero aí colocada, convém lembrar que essa prática de controle de produtividade relaciona-se fortemente com as discussões implementadas no MST a partir de 1986, com as teorias de Clodomir Santos de Moraes. Dissidente do PCB e envolvido nas Ligas na década de 1950, Clodomir formulou algumas teorias acerca de empresas agrícolas associadas e também, da necessidade de controle disciplinar sobre os associados. No Caderno de Formação n.º 11, ele já falava sobre a unidade e a disciplina:

A base de sustentação de qualquer empresa reside na **Unidade** e na **Disciplina**. Pode ser que uma empresa associativa não disponha de crédito; que a seca ou o furacão destrua seus cultivos; que seja cancelado sua personalidade jurídica; porém, se se mantém a **Unidade** e a **Disciplina** de seus associados a empresa continuara existindo e buscará a forma de seguir adiante.<sup>180</sup> (Grifo no original)

Como já foi informado anteriormente as teorias de Clodomir Santos Moraes foram abandonadas pelo MST depois de algumas tentativas de colocá-las em prática. Todavia a questão da unidade e da disciplina foram apropriadas e reelaboradas de diferentes maneiras

---

<sup>179</sup> Ibidem, modelo proposto na p. 38.

<sup>180</sup> MORAES, Clodomir dos Santos. Caderno de Formação n.º 11. Op. Cit., 1986, p.26.

nos assentamentos, reforçando a idéia de que sem unidade e disciplina as Cooperativas não poderiam obter sucesso com a organização da produção, inviabilizando assim a autonomia financeira dos assentamentos.

No final da década de 1990 o MST começou a articulação com o chamado “Comércio Solidário”, com o objetivo de criar novos mercados para a produção das cooperativas dos assentamentos. Comércio Solidário é como têm sido chamadas as iniciativas de países do Primeiro Mundo em ajudar economicamente instituições não governamentais dos países pobres e, ao mesmo tempo, fazer propaganda do resultado positivo do trabalho desenvolvido. Os produtos comercializados através desse comércio possuem um selo, no qual vem impresso um pequeno histórico do grupo que o produziu. No Brasil, os produtos comercializados sob o selo “Produto da Terra”, trazem um pouco da história dos MST nas embalagens e são considerados parte desse tipo de comércio.

No Jornal Sem Terra, as iniciativas nesse sentido são publicizadas e parabenizadas, como quando ficou pronto o abatedouro de aves no assentamento Conquista na Fronteira:

A Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste – Cooperunião – inaugurou o abatedouro industrial de aves, em 14 de outubro. O empreendimento é fruto do empenho das 60 famílias do MST que vivem no Assentamento Conquista na Fronteira, em Dionísio Cerqueira. Elas acreditaram na organização e na capacidade coletiva do grupo e através do abatedouro vão ampliar a proposta de cooperação. A capacidade da indústria para o abate é de mil frangos por hora. A Cooperunião vai industrializar as aves produzidas no assentamento e na região e as comercializará com a marca Terra Viva, que representa os produtos dos assentamentos do MST em Santa Catarina.<sup>181</sup>

O MST iniciou suas transações internacionais com duas entidades européias sem fins lucrativos: a El Poente, da Alemanha, e a CTM, da Itália. Segundo Egídio Brunetto, integrante do setor de Relações Internacionais do Movimento, essa é uma iniciativa que visa encontrar novos mercados para a produção dos assentamentos, mas o diferencial é

justamente o fato de ser feita através do Comércio Solidário. Transação comercial cuja principal preocupação seria o bem-estar das populações envolvidas no negócio e o ganho financeiro não seria sob um lucro excessivo.<sup>182</sup>

Esses investimentos e caminhos, que o MST vem construindo e percorrendo, sobretudo, nos últimos anos, revelam sua busca em garantir recursos para sua autonomia. Em 1989, estas estratégias já eram discutidas, onde, entre suas metas, destacava-se também a questão das "finanças". Abordagem que instituía idéias, como por exemplo, a de que o movimento devia elaborar e implantar planos econômicos e financeiros para sua "auto-sustentação": nos assentamentos, nas ocupações, nas atividades dos estados e em nível nacional.

Constituía-se assim, a necessidade de se criar, em todos os estados, equipes de finanças que teriam que ser profissionalizadas a fim de priorizar essa atividade. A parte financeira foi alçada como prioritária, passando a ser rigorosamente controlada, com o objetivo de garantir *um método de rígido controle financeiro e contábil e a implantação de conselhos fiscais nos estados*. Além disso, o que esta publicação, em especial, informa é o fato da existência de financiamentos vindos de organizações nacionais e internacionais:

Garantir que todos os projetos oriundos de entidades nacionais e estrangeiras sejam destinadas ao Fundo Rotativo, ou seja, nenhum grupo ou assentamento receberá recursos a fundo perdido, mas terá que devolvê-los em produtos para o Fundo Rotativo Estadual do Movimento, que utilizará para atender a outros grupos no futuro.<sup>183</sup>

Em meio a esses processos discursivos pode-se perceber que a organização dos assentamentos passou a ser cada vez mais sistematizada. A partir da segunda metade da década de 1980, os encaminhamentos do MST para a formação desses espaços passaram a

---

<sup>181</sup> Jornal Sem Terra. Ano XIX, n.º 205, novembro de 2000, p. 08.

<sup>182</sup> BRUNETTO, Egídio. Revista Sem Terra. Ano 02, n.º 7, abril/maio/junho de 1999, p.46.

ser dirigidos na perspectiva da coletividade: do nome do assentamento aos critérios de funcionamento e organicidade do mesmo, tudo precisaria de discussões e definições coletivas. Há, ainda, publicações especificando que o nome do assentamento deve vir antes mesmo da definição dos critérios de funcionamento, assim como também da necessidade de se colocar uma "bonita placa" na entrada do assentamento a fim de identificar o MST. Discute-se também sobre as necessidades do assentamento: escola, posto de saúde, campo de futebol, etc. Ocasão que define qual a área onde serão colocados os "marcos", como por exemplo, a bandeira do Movimento.

No assentamento, assim como no acampamento, a necessidade de organizar os núcleos e de se escolher as lideranças dos mesmos também está presente. Momento que também se define o grupo que vai coordenar o assentamento. Há a indicação de se criar um grupo de mulheres e um grupo de jovens para se discutir questões específicas dentro da comunidade em questão. Combinar quando e como serão as assembléias e em que lugar e quando as informações serão passadas para a organização do MST. Na mesma ocasião define-se também quem será o responsável pela circulação do Jornal Sem Terra e outras publicações entre as famílias.

Entram aí também discussões de como serão estabelecidas as relações com os vizinhos, com as Igrejas, Sindicatos, Rádios, Prefeituras, partidos. Relações com as comunidade em geral e finalmente como será feito o trabalho político-ideológico dentro do assentamento. Como serão organizados os cursos de formação das lideranças, formação para todos os assentados e capacitação técnica. Como será a aparência do assentamento para evidenciar o lado bonito da reforma agrária, ou seja, as casas devem ser limpas,

---

<sup>183</sup> MST. Plano Nacional do MST: 1989 a 1993. Caderno de Formação n.º 17. São Paulo: Coordenação Nacional, junho de 1989, p.15/16.

bonitas, ter jardim, pomar. Define-se quais serão as datas festivas do assentamento e como vão ser celebradas. Todos esses elementos estão presentes em vários números dos Cadernos de Formação. E situam fronteiras entre acampamentos e assentamentos, assim como faz Noêmia, informando e constituindo diferenças entre estes espaços: *Mais que começou a discussão foi a partir do assentamento, porque daí tu já começa a implementar na prática mesmo, no acampamento tu é mais teoria...*<sup>184</sup>

Nos assentamento há um trabalho específico acerca da formação dos núcleos e sobre as relações entre as famílias. Em Santa Catarina a direção estadual se preocupou em trabalhar estas questões mais especificamente. O Caderno do Núcleo n.º 1 encontrado na casa de uma família residente no assentamento Conquista na Fronteira traz que *não basta marchar em fileiras, vir para o Movimento. É preciso se sentir Movimento, “Eu sou Movimento”. É preciso atenção, dedicação, envolvimento, empenho, compromisso de todos os companheiros e companheiras que acreditam que a vitória pertence a nós, trabalhadores e trabalhadoras.* Numa ilustração no centro da página, existem alguns homens e mulheres de mãos dadas falando sobre a importância de organizar as famílias assentadas por núcleos: *para estarmos organizados, temos que estar vinculados uns aos outros. Por isso, as famílias dos assentados precisam se encontrar, se ajudar, se visitar. Também é importante que desenvolvam alguma forma de cooperação.*<sup>185</sup>

Assim como no acampamento, no assentamento cada núcleo é organizado em função da proximidade das famílias, o número é flexível, no assentamento podem ser 5, 8 ou 10 famílias, desde que morem perto. Os núcleos escolhem uma pessoa para organizar suas reuniões. Essa espécie de coordenador é responsável por lembrar as famílias da data e

---

<sup>184</sup> Noêmia. Entrevista já citada.



o local dos encontros; preparar o material de estudo e também outros temas que precisam ser discutidos e depois fica, ainda, encarregada de levar o que foi discutido ou decidido para a coordenação geral do assentamento.

Todos os encaminhamentos e sugestões de organização de um assentamento são dados no sentido de construir o ambiente idealizado em suas publicações, um lugar harmônico, coletivo, bonito, de novos sujeitos, relações, com as famílias cooperando entre si, unidas na construção de uma nova sociedade. Contudo, a formação de um assentamento apesar de todos os critérios listados e repetidos, muitas vezes não ocorre desse modo. Mesmo que muitos persigam a organicidade e os critérios propostos, são caminhos que se fazem por si mesmos e que pressupõem trocas, disputas, hierarquias em seus avanços e recuos cotidianos. O próprio MST chama a atenção para estas bifurcações nos assentamentos:

Quando éramos famílias sem-terra, lá nos municípios de origem ou nos acampamentos, nosso sonho era termos a terra, a casa, a vaca de leite, a energia elétrica e tantas outras coisas. Hoje, já assentados, temos tudo isso. Mas temos que dar atenção a algumas outras coisas que são importantes para que tenhamos uma qualidade de vida melhor e para que não nos percamos de nossos objetivos de luta. O assentamento deve ser o lugar bom de se viver. Esse ambiente somos nós que temos que construir no dia-a-dia. No entanto, nosso assentamentos têm sido palco de brigas, de intrigas, de fofocas. E não foi esse o nosso sonho. Quando estávamos nos acampamentos era um por todos, e todos por um. Existia uma grande ajuda, muito bonita e fraterna. Quem de nós não tem saudade deste tempo de união? Companheirada, nós podemos construir tudo de novo. Depende de nós recuperarmos esta relação fraterna, companheira e trazer para os assentamentos. É aqui nos assentamentos que queremos viver, lutamos por isso. Aqui criamos e educamos nossos filhos. Por isso é importante este trabalho para que os assentamentos sejam cada vez melhores para se viver.<sup>186</sup>

As construções e reconstruções de um assentamento, as formas como são conduzidas sua organização, tanto da produção como de outros setores, desvelam níveis

---

<sup>185</sup> MST. “O que é o núcleo? Reforma Agrária, valores e embelezamento. Caderno do Núcleo n.º 01. Chapecó/SC: Direção Estadual do MST, setembro de 1999, p.04.

diferenciados do devir MST. Se o assentamento, em seus caminhos rizomáticos e absolutamente não lineares, consegue implementar o trabalho coletivo e estiver em sintonia com o projeto político do movimento, caso do assentamento Conquista na Fronteira, as preocupações passam a ser de outra ordem. Em meio à idéia de desenvolvimento econômico da produção, há tempo para se discutir e perseguir a idéia da construção de novos sujeitos, homens e mulheres. Sujeitos que caibam melhor no discurso da sociedade ideal. Essa dimensão é bastante importante, pois apesar de estar em suas discussões deste a década de 1980, o que se percebe é que a questão dos sujeitos e da nova sociedade só recebe investimentos mais efetivos depois da organização da produção. Seria como que uma segunda etapa, nas prioridades que envolvem a "transformação da sociedade". Isso é o que diziam as cartilhas marxistas, e isso é o que o MST parece estar tentando fazer em seus espaços nos últimos anos.

Nesse sentido, um aspecto importante a ser recuperado e que atinge diretamente os assentamentos é a participação das mulheres nas cooperativas. A respeito disso, a mesma publicação que discute sobre a produção nas cooperativas abre um espaço específico para discutir. *Qual a participação da mulher na cooperativa de produção?* Neste ponto, há algumas apropriações de construções universais na própria forma de se localizar o lugar das mulheres no Movimento. *Historicamente, vemos que a mulher continua marginalizada e discriminada. São séculos de submissão e dependência. Mesmo que nos últimos anos, as mulheres tenham avançado muito na conquista de espaço e libertação, ainda falta muito.*<sup>187</sup>

---

<sup>186</sup> Idem, p.13.

<sup>187</sup> MST. Caderno de Formação n.º 21. Op. Cit., 1996, p.33.

Convém chamar a atenção para o fato de que no mesmo momento que se investe na idéia de produtividade, fala-se também sobre as definições políticas para combater o machismo e a discriminação, pelo Movimento. Ações que os mesmos concluem não estarem sendo suficientes pois *poucas mulheres atuam como militantes e nas instâncias do MST*. A possibilidade de atravessar e vencer “o machismo e a discriminação” é percebida através das cooperativas, lugares considerados próprios, pela sua importância, em se trabalhar essas questões:

porque na medida em que todas as companheiras são associadas, conquistam uma posição de igualdade em relação aos demais associados. Cria-se assim espaço para a libertação econômica ao mesmo tempo em que devemos garantir a formação político-ideológica. Com isso, as companheiras tendem a se tornar agentes ativas na vida da cooperativa na luta pela transformação da sociedade.<sup>188</sup>

Partindo da consideração de que a opressão das mulheres ou a dominação dos homens são problemas que não se "resolvem facilmente," esta publicação fala do trabalho nas cooperativas como possibilidade de "libertação feminina". Nesse sentido, o trabalho, através do econômico e a formação político ideológica, permitiria essa libertação. Muitos discursos de esquerda já se colocaram essa questão e a mesma proposta de resolução do “problema” das mulheres. Mas é muito significativo também a reconstituição de outros elementos. O enunciado é claro: salientar e reforçar que a linha política, a luta e a organização das mulheres em busca da libertação devem ser uma preocupação "permanente" do MST.

Por isso a necessidade de se criar espaços para ampliar a presença e a participação das militantes dentro do mesmo. Porém, é atribuída às mulheres a responsabilidade, o dever de aceitar o desafio de buscar este espaço, de se associar, de participar das instâncias de direção. *A cooperativa deve criar as condições para essa participação organizando*

*creches, restaurantes coletivos, desenvolvendo linhas de produção e serviços que absorvam toda a mão de obra. Para finalizar esse ponto, devemos sempre ter claro que a luta pela libertação da mulher é parte da luta pela transformação da sociedade.*<sup>189</sup>

Sobre essas questões cabem, aqui, alguns questionamentos. Será que em casa, os maridos querem o mesmo que seus discursos: as mulheres trabalhando fora do lar? Pois se quisessem talvez esse problema já teria sido resolvido no assentamento Conquista na Fronteira e as mulheres não precisariam trabalhar só meio período na Cooperativa para dedicar o outro às atividades domésticas. Afinal, alguém tem que limpar, lavar, passar, dobrar, guardar, fazer o pão, buscar a vaca, tirar o leite, cuidar do jardim, das crianças, costurar...entre outras coisas mais que dizem respeito ao cotidiano doméstico das famílias que moram no campo.

---

<sup>188</sup> Idem, p.33.

<sup>189</sup> Idem, p.34.

### II.3. Tempos e relações entre ser acampado e ser assentado.

Meus pais sempre trabalhavam de arrendatário...Eu me criei na cidade de São Domingos, fiquei lá até os meus vinte anos...Meu pai veio do RS, de Soledade, de Itapuca Brava, um distrito. Eles vieram pra Chapecó (...) Eu passei a fazer parte do MST desde 85. Eu...quando morava em Campo Erê, tinha o Sindicato que começou a organizar o sem-terra. O início do movimento, a preparação foi em 84. Fiquei acampado em São Miguel...Fiquei de 25 de maio de 85, até fevereiro de 86. De lá fui assentado em Anchieta, daí fiquei seis anos em Anchieta e depois fiz a permuta pra cá (...) Fui com a esposa e uma filha, ficamos os três, a filha tinha uns dois anos e meio...Eu acho que hoje, por tudo o que...porque já temos uma experiência de rolar por estes cantos aí, fazendo mudança pra cá e pra lá, pra quem já rodou um eito tá na hora de sossegar...<sup>190</sup>

Em jogos implícitos no interior dos espaços do MST, o homem, a mulher ordinária - talvez nada comuns - traçam movimentos. Artes de pensar, onde o tempo presente confunde-se com as dezenas de histórias sobre o tempo de acampado: tempo em que ainda esperavam pela terra. Mudanças e permanências, diferenças sutis entre tempos e espaços fazem parte de suas vidas e de suas relações. Entre acampamentos e assentamentos, os modos de sentir, de fazer, indicam o tempo de cada um. As múltiplas temporalidades trazem sonhos e angústias, conquistas e contradições e assim são contadas, lembradas ou reinventadas...<sup>191</sup>

Neste momento é importante informar que, para além das falas, o que se pretende inicialmente é pensar um espaço e nele constituir impressões. Não é um exercício que tem como objetivo dar a “real” dimensão do que é um acampamento ou um assentamento, seus moradores ou suas relações, mas sim possibilidades de descortinar “modos de sentir”,

---

<sup>190</sup> Maximiliano. Casado, pai de uma filha. Entrevista 09/01/01. Dionísio Cerqueira/SC.

<sup>191</sup> Trazendo Certeau em cada palavra, este parágrafo certamente vem comprovar sua própria teoria: “*malgrado a ficção da página em branco, sempre escrevemos sobre algo escrito.*” CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.109.

rupturas nas vivências e devires dos sujeitos e MST. Em alguns momentos estas reflexões estiveram bastante próximas daquelas apontadas por Geertz, como uma análise interpretativa. Uma análise que possibilitaria entender o assentamento como um contexto, um espaço onde os acontecimentos, os comportamentos, as relações, pudessem ser pensadas, interpretadas, ou “descritas com densidade.”<sup>192</sup> Contudo, estas análises distanciaram-se em alguns momentos entre as tentativas de transcender alguns limites deste campo antropológico traçado por Geertz, que por vezes pareceu pronto em excesso.

A própria idéia de espaço precisa ser relativizada, no sentido que não encerra um “contexto”, mas sim o forja, o constitui, em diferentes relações e movimentos. São interpretações críticas, mesmo que provisórias, que permitem ler entre as linhas os improvisos nas vivências cotidianas de sujeitos, homens e mulheres num processo de vir a ser MST. Maria Odila L. da Silva Dias sugere um exercício hermenêutico do cotidiano, capaz de conferir *certa dose de relativismo para documentar diferenças, delinear formações específicas de classes sociais em sociedades diferentes, mostrar a diversidade e fluidez das relações de gênero.*<sup>193</sup>

A apreensão, o sentir-se “parte da luta” não foram uma escolha para Eliane, como já foi mencionado no primeiro capítulo desse trabalho; ela iniciou-se na luta através do pai. Passou a fazer parte de ocupações ainda criança e antes de completar 7 anos num acampamento na região de Palma Sola passou dois meses sob angústias e dificuldades extremas em função da prisão do pai, preso em meio aos conflitos com policiais na ação de

---

<sup>192</sup> Para Geertz, mesmo correndo o risco de “perder o contato com as superfícies duras da vida”, a análise cultural interpretativa ainda é o melhor caminho, sendo que para evitar transformá-la numa “*espécie de esteticismo sociológico*” é preciso treinar estas análises em relação às realidades e às necessidades. Ainda segundo este antropólogo, o exercício de interpretar pode até ser entendido enquanto ficções, “*na verdade, de segunda e terceira mão*”, mas não ficções no sentido de serem falsas ou não fatuais. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, pp.15/27.

<sup>193</sup> DIAS, Maria Odila Leite da S. Op. Cit., 994.

despejo da fazenda ocupada. Atualmente permanece “na luta” em função do marido, líder do MST na região. Entre idas e vindas diversas, reside com seu marido e filhos no assentamento Conquista na Fronteira, espaço de onde recuperou partes de sua memória e (re) constituiu um pouco da sua história agora ao lado do marido:

Nós tava lá em Passos Maia, (acampados) como eu contei, daí eu já tinha uma tia minha que morava aqui (Conquista na Fronteira) e o irmão do meu marido também, daí a Irma conversando me pediu se nós gostaria de um dia vir para cá, daí eu falei que era tudo que eu queria. Porque lá também a gente enfrentou de novo mais luta ainda, porque daí eu já sabia o que era ser mãe, o filho doente, que nem a minha filha que ficou bastante doente lá e dificuldade de comida e coisas assim. Muitas vezes tu não tinha um pedacinho de carne pra fazer uma sopinha, uma coisa pra dar pra ela doente como ela estava. Daí a Irma convidou nós e foi onde nós viemos pra cá e graças a Deus nós estamos bem. O que comer e pra saúde a gente sempre tem, um estudo pras piazadas. O que eu mais espero e dar estudo para os meus filhos, que eles cresçam na vida, que não sejam que nem eu, que tenha que ficar copiando até mesmo o nome por ter enfrentado tanta luta debaixo da lona, não saber escrever, nem lê...<sup>194</sup>

Quando as primeiras ocupações de terras foram feitas em Santa Catarina, Tânia estava lá, e junto com seu marido participou delas. Foi também junto com ele que conquistou a terra onde há quase dez anos mora no assentamento Conquista na Fronteira:

...ficamos acampados quatro anos. Foi muito difícil, muito sofrido, até fome a gente passou, às vezes de chegar meio-dia e tu não ter nem o que colocar na panela, porque era muita gente pra trabalhar e não era sempre que conseguia trabalho. O que tu tinha antes de ir acampar, num ano, dois, foi terminando, foi vendendo. O trabalho era dividido por grupo, vamos supor, se conseguisse trabalho pra tantas pessoas, aí hoje era dia dessas pessoas trabalhar, aí na semana que vem ficava no barraco e arrumava para outros, porque era muita gente. Passamos muitas dificuldades, frio...até que foram fazer despejo também na fazenda Caldate, mataram o Olívio Albani... daí ficamos mais um ano e pouco na São Luiz, hoje é assentamento lá também, só que a terra não dava pra todas as famílias que tinham lá, era mais família que terra. Daí tinha vaga aqui e meu marido veio, fez estágio, daí aprovaram de nós vir morar aqui, faz nove anos em 10 de dezembro (1999).<sup>195</sup>

---

<sup>194</sup> Eliane. Entrevista já citada.

<sup>195</sup> Tânia. Entrevista concedida no assentamento Conquista na Fronteira em 03/09/99.

Num acampamento o tempo de esperar às vezes é cruel, *no fim nós já estávamos desanimados, já quase não se cantava mais...*<sup>196</sup> Mas mesmo em meio ao desânimo, existe sempre a esperança de que, cedo ou tarde, a ocupação resultará numa desapropriação, numa área destinada para fins da reforma Agrária. E foi isso que aconteceu para grande parte das 60 famílias que hoje compõem o assentamento Conquista na Fronteira, Dionísio Cerqueira, e as 84 que formam o assentamento 30 de outubro, Campos Novos. Não obstante, ainda hoje, somente em Santa Catarina, existem centenas de famílias acampadas esperando esta oportunidade.<sup>197</sup> Quando isto acontece, algumas famílias, escolhidas segundo critérios já definidos anteriormente, passam então à condição de “assentadas.”<sup>198</sup>

Esses critérios variam um pouco, dependendo do acordo estabelecido entre INCRA e MST. Todos devem estar cadastrados no INCRA, e o que normalmente acontece é o assentamento daquelas famílias que estão há mais tempo acampadas, variando em algumas situações, questões como idade e número de filhos. Os solteiros também podem ser assentados. No entanto é pouco comum, sendo ainda menos comum encontrar mulheres solteiras.<sup>199</sup> No assentamento Conquista na Fronteira, foram assentados dois grupos, um, composto de cerca de 25 famílias, foi organizado no próprio município de Dionísio Cerqueira e outro do MST, formado por dezessete casais e dezessete solteiros. No grupo

---

<sup>196</sup> Lurdes. Entrevista já citada, 03/09/99.

<sup>197</sup> Exemplos desses acampamentos foram o “Oziel Alves Pereira”, com cerca de 900 famílias e o “Olivio Albani”, com 90 famílias, ambos localizados na cidade de Abelardo Luz e são recentes, de 1997. Dados do MST/SC. Boletim Informativo Regional Oeste I. Terra Livre. Ano 1, n.º1, maio de 1998, p.03.

<sup>198</sup> Segundo dados recentes, em SC existem cerca de 62 assentamentos, (incluindo assentamentos estaduais e INCRA) onde 2.519 famílias vivem e trabalham de forma coletiva, ou até mesmo individual. Sobre esses dados, ver: STÉDILE, João Pedro. Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Atual, 1997, p.39.

<sup>199</sup> Não há dados sobre os solteiros, pois geralmente a inscrição e quantificação dos dados são feitas por família. Além disso, o INCRA mesmo reconhece que a falta de dados desagregados por sexo dificulta a obtenção de informações sobre o número de mulheres assentadas e beneficiadas com o título de posse da terra. Uma estimativa grosseira, elaborada a partir do censo da Reforma Agrária de 1996, revelou que a participação feminina representa menos de 12% (doze por cento) do total de assentados, enquanto estudos preliminares, derivados do censo agrícola de 1995, mostraram que o número de mulheres proprietárias de terra é, ainda, muito menor. Fonte: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)



dos solteiros apenas uma mulher que, talvez não coincidentemente, seja liderança estadual do Movimento.

Depois de “conquistada a terra”, os homens, mulheres e crianças do MST passam a uma outra etapa da luta. Politicamente, uma etapa na qual a luta pela terra cede espaço à luta por créditos, custos dos insumos, preços e acesso a mecanismos institucionais, entre outras coisas. Além disso, os assentamentos tornam-se espaços estratégicos que possibilitam a articulação de outras ações em busca de novas conquistas, e também, de certa forma, é a produção dos assentamentos que contribuem substancialmente para viabilizar economicamente o próprio MST. Isto porque uma porcentagem da produção anual de cada assentamento é destinada ao movimento estadual e nacional.<sup>200</sup>

O significado atribuído aos acampamentos, como *um dos momentos mais fortes da luta. É uma fase que cria a consciência dos trabalhadores, no confronto, nas difíceis condições de vida...*<sup>201</sup> E a etapa posterior, ou seja, os assentamentos significando uma outra estratégia de luta - como lembra o poeta: *quando chegar na terra, lembre de quem quer chegar. Quando chegar na terra, lembre que tem outros passos para dar...*<sup>202</sup> - acabam convertendo-os em espaços imprescindíveis ao processo de mudanças tanto na produção, quanto nas relações econômicas, sociais e de gênero dos indivíduos que o integram. Homens e mulheres de diferentes regiões, culturas e modos de ser vêem-se diariamente

---

<sup>200</sup> MST. Normas Gerais do MST. São Paulo: Coordenação Nacional, setembro de 1989. No capítulo XI que dispõe sobre as normas gerais dos assentamentos, os artigos 87 à 94 tratam sobre este assunto. Esta questão inclusive foi bastante discutida recentemente através da mídia. Como um segredo do “polichinelo”, o fato de que cada assentamento deve destinar uma parte de seus rendimentos líquidos anuais para a organização do Movimento, foram manchetes em jornais e revistas. Com ares de ofendido, o Governo Federal, inclusive, propôs auditorias em todas as Cooperativas administradas pelo MST. Convém lembrar que todas estas “denúncias” - além de não se constituírem em “segredos”, pois são normas dispostas claramente nas publicações do MST - ocorreram estrategicamente poucos meses antes das eleições municipais em 2000.

<sup>201</sup> BRUNETTO, Irma. “A consciência se forja no confronto”. Jornal Sem Terra. Ano IX, n.º 85, julho de 1989, p. 06.

<sup>202</sup> BOGO, Ademar. “Quando chegar na terra.” Arte em Movimento. Disco compacto do MST.

inseridos num processo de formação de sujeitos imbuídos a representar um grupo social específico, com causas específicas.

Para Célia Vendramini, o MST, constitui-se como um espaço de socialização política, permitindo aos trabalhadores “aprenderem”, na prática, formas de se unir, se organizar, participar e lutar, *além da elaboração de uma identidade social, de uma consciência de seus interesses e direitos e, finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais.*<sup>203</sup>

Assim, mesmo tendo presente que cada sujeito re-significa a seu modo, as idéias e propostas do MST, todos os moradores entrevistados trazem em suas falas a afirmação de mudanças substanciais em suas formas de viver, de pensar, de se relacionar. Para os homens, a mudança mais marcante foi trabalhar coletivamente:

A partir que a gente veio para o assentamento, que a gente trabalhou coletivo a vida mudou. A gente não precisa trabalhar tanto, trabalha menos e tem uma vida melhor. A vida mudou totalmente, os filhos da gente não trabalham metade do que a gente trabalhou quando era jovem.<sup>204</sup>

Aqui, para além das mudanças citadas pelos assentados, é importante observar também a forma significativa que cada gênero, masculino e feminino, situa suas lembranças, diferenciando suas falas. Quando são chamados a lembrar de acontecimentos já passados, ou apenas a falarem sobre seu cotidiano, os homens muitas vezes reportam-se a fatos, datas, enfim, marcos políticos:

A ocupação aconteceu em 25 de março, cerca de 1500 famílias se organizaram e ocuparam a fazenda Bandeirantes, que na época pertencia a São José D'Oeste, e outra fazenda em Abelardo Luz. Isso aconteceu em 25 de março de 85, e uma parte dessas famílias que vivem aqui passaram

---

<sup>203</sup> VENDRAMINI, Célia Regina. Op. Cit. p.92.

<sup>204</sup> Orlandi. Entrevista concedida em 16/02/98. Dionísio Cerqueira/SC.

por essa ocupação. Então naquela época o governador era o Amim, que agora é governador de novo...<sup>205</sup>

Porém, para as mulheres, principalmente aquelas que não ocupam posições de lideranças, estas não são as referências mais importantes. Existem outras. Suas lembranças são trazidas sempre com a ajuda de outros acontecimentos, não os políticos, mas sim aqueles localizados em seu corpo, em sua família, em seus parentes e filhos. Ao responder sobre as questões que envolveram as ocupações, não raro situam suas lembranças, de modo bastante significativo: Noélia, inicia falando que *...Na ocupação de 25 de maio de Abelardo Luz eu estava grávida, perdi de cinco meses. Não sei o que aconteceu, fiquei mal e daí se foi...*<sup>206</sup> Lurdes, por sua vez, lembra que quando foi para sua primeira ocupação: *naquela época nós só tinha a Tânia, só uma menina...* E falando de sua vida no acampamento recupera suas lembranças falando: *eu estava grávida naquela época, lavava roupa uns dois quilômetros longe do acampamento.* Quando fala do assentamento outra marca da memória singular:

Em Anchieta, na Sanga Azul, lá foi muito sofrido. Nós chegamos não tinha nada, imagina tu tocar uma terra sem nada, nem comida nós não tinha. Eu já fui pra lá grávida, e cheguei logo em fevereiro. Em abril, eu perdi o nenê. Nasceu assim doente, já com problema e morreu, durou só oito dias...<sup>207</sup>

Outras mulheres trazem a doença de pais, mães, ou morte de alguém conhecido, enquanto marcadores de tempo. *Nós sempre fomos colonos, pequenos colonos, meu pai era bastante doente, nós trabalhávamos, sofríamos bastante...*<sup>208</sup> Segundo Perrot, a forma como as mulheres registram os acontecimentos, estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. Lugares que de alguma forma lhes foram atribuídos

---

<sup>205</sup> Mário, casado, dois filhos. Liderança no assentamento. Entrevista concedida em 03/09/99. Dionísio Cerqueira/SC.

<sup>206</sup> Noélia. Entrevista. 02/09/99. Dionísio Cerqueira/SC.

<sup>207</sup> Lurdes. Entrevista concedida em 03/09/99. Dionísio Cerqueira/SC.

historicamente por “convenção e posição”. *Pela força das circunstâncias, pelo menos para as mulheres de antigamente, e pelo que resta de antigamente nas mulheres de hoje (o que não é pouco), é uma memória do privado, voltada para a família e o íntimo.*<sup>209</sup>

No assentamento Conquista na Fronteira os homens falam de um lugar político, as mulheres falam de um lugar íntimo. Ao menos neste espaço, parecem ser estas ainda as medidas das coisas, das lembranças. Mas se estas falas possuem qualidades que informam o lugar de gênero, não é possível falar em linhas rígidas que possam diferenciar as memórias pelo sexo. Não concordo que a memória seja sexuada, homens e mulheres vivenciam diferentes momentos e acontecimentos de formas diversas, e por estarem relacionados à condições históricas que produziram e definiram os gêneros nas relações sociais e culturais, não enfatizam em suas falas, necessariamente os mesmos fatos e questões.

Portanto, se a fala de homens e mulheres diferenciam-se em alguns momentos, noutros é possível perceber algumas semelhanças significativas. Semelhanças que informam os modos em que os sujeitos se relacionam com as mudanças que tanto falam. As prescrições e práticas disciplinares sobre os homens e mulheres, sobre suas relações familiares, seus espaços de sociabilidades, atuações políticas, quase sempre recaem sobre formas diferentes de se viver segundo o gênero de cada um. Entre as tentativas de se produzir novas subjetividades, novas relações afetivas também são produzidas e (re) inventadas.

...quando eu era solteira, logo que eu casei, meu serviço era trabalhar em casa e não saía, não participava em reunião nenhuma, e a partir que eu vim morar pra cá, eu notei uma grande diferença, porque aqui,

---

<sup>208</sup> Odete. Entrevista. 03/09/99. Dionísio Cerqueira/SC.

<sup>209</sup> PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 09, n.º 18, agosto/setembro de 1989, p.15.

trabalhando no coletivo, nós temos direito de participar em reunião, de ir fazer um curso, nós temos o direito de participar...<sup>210</sup>

No interior de acampamentos e assentamentos, homens e mulheres se vêem envolvidos na busca da construção do “novo”, proposto pelo MST. Contudo, entre idas e vindas, percorrendo caminhos distintos acabam encontrando outras formas de viver esse “novo” no cotidiano. E embora a preocupação com a luta pela terra e com a produção cooperativa sejam constantes nas linhas ideológicas do MST, outras preocupações e efeitos emergem em seu dia-a-dia. Como por exemplo, o comportamento de cada integrante do movimento, os papéis atribuídos a homens e mulheres, a (re) produção de suas experiências através de discursos, leituras, canções, e a maneira pela qual os sujeitos relacionam-se com estas práticas disciplinadoras, suas formas de escapar à elas, problemas, contradições.

Ao invés de descortinar apenas o novo, muitas vezes, os caminhos ou descaminhos dessas buscas e investimentos, desvelam diferenças, acentuam antigas e históricas construções de valores. Diferenças que, (re) produzidas nos assentamentos, têm uma outra dimensão daquelas vividas nos acampamentos, onde, como já foi colocado acima, as diferenças - e entre elas, as de gênero - eram atenuadas pela necessidade premente da coesão do Movimento. Os assentamentos acabaram convertendo-se em espaços onde outras lutas são travadas, (re) produzidas nas dobras das relações de gênero.

---

<sup>210</sup> Maria. Entrevista. 02/09/99. Dionísio Cerqueira/SC.



**Foto 06 - Acervo pessoal**

Vista parcial da entrada do assentamento Conquista na Fronteira. Localizado há cerca de 800 km da capital do Estado, Florianópolis, na cidade de Dionísio Cerqueira, este assentamento é considerado por muitos um "modelo" de reforma agrária. Para chegar até o assentamento deve-se deixar o núcleo urbano da cidade e seguir 34 km pela rodovia que leva ao município de Marmeleiro no Paraná.

O modelo de reforma agrária que o Movimento dos Sem-Terra (MST) quer instalar no País já funciona numa fazenda do Oeste de Santa Catarina, na divisa com o Estado do Paraná e Argentina. O assentamento Tracutinga, conhecido como Conquista na Fronteira, tem 60 famílias do MST em uma fazenda de 1.198 hectares desde 1988, é elogiado por técnicos do governo e considerado pela direção do movimento como modelo de organização.<sup>211</sup>

---

<sup>211</sup> Pereira, Pablo. "Sucesso – Assentamento em SC serve de modelo." Jornal O Estado de São Paulo, Domingo, 20 de abril de 1997, p. A 24.



Foto 07 - Acervo pessoal



Foto 08 - Acervo Pessoal

Na foto 07 placa que indica o tipo de trabalho desenvolvido naquele espaço: coletivo. Na foto 08 o antigo escritório da Cooperativa num dia de adiantamento aos sócios das horas trabalhadas. Em 2000 junto com o abatedouro de frangos ficou pronto também o novo escritório da cooperativa.

Todos são sócios da Cooperunião. Fundada em 1991, seu patrimônio financeiro, estimado em 2,5 milhões de reais em 2000, inclui todas as construções dentro dos limites do assentamento. Uma estrutura que garante auto-suficiência em recursos à Cooperativa assim como o pagamento em dia de suas contas e das parcelas do PROCERA.



**Foto 09 - Acervo pessoal**

No alto, a creche do assentamento que funciona todas as tardes de segunda à sexta. Cerca de 4 mulheres do assentamento se revezam no cuidado com as crianças, enquanto as outras seguem para seus respectivos setores de produção.

Neste assentamento as mulheres ressaltam que se sentem "valorizadas" e que



seus maridos mudaram, assumindo responsabilidades que antes eram apenas atribuídas às mulheres. No entanto, depois do trabalho, no final da tarde, ainda é mais comum encontrar as mulheres buscando os filhos na creche do que os homens.

Os homens, na maior parte das vezes, dispersam-se depois do trabalho. Uns ficam conversando com visitantes do assentamento, outros ficam na sede da Cooperativa tratando de assuntos mais urgentes e outros ainda, dividem-se em diferentes grupos, nos quais os interesses de discussões variam, podendo-se falar tanto de política quanto produção ou outros temas mais prosaicos como combinações sobre o futebol do final de semana.



**Foto 10 - Acervo  
Pessoal**

Horta comunitária no assentamento Conquista na Fronteira.

Parte do que é colhido nessa horta é vendido numa feira de produtos orgânicos na própria região. Mas a maior parte mesmo é para consumo das próprias famílias. Quase todos os dias as mulheres vão ou pedem aos filhos ou maridos para passarem na horta e trazerem a salada para o almoço.

### Outros espaços, outros olhares...



Foto 11 - Acervo de Jaqueline Martins Zarbato Schmit

Fim de tarde, galpão do assentamento 30 de outubro em Campos Novos.

O assentamento 30 de outubro, localizado em Campos Novos tem cerca de 84 famílias, sendo que nem todas as famílias optaram por trabalhar coletivamente. Das 84, apenas 25 famílias fundaram uma Cooperativa, outras 5 são associativistas e o restante das famílias ficou trabalhando individualmente.

Este assentamento é citado em conversas com algumas lideranças, para ressaltar as qualidades do Conquista na Fronteira. Para as lideranças é a forma de trabalho, se coletivo ou individual que vai definir o tipo de assentamento que mais se ajusta as propostas do movimento.



**Foto 12**  
**Acervo de Jaqueline Martins Zarbato Schimidt**

Um domingo no assentamento 30 de outubro em Campos Novos.

Os homens jogam na "Cancha de Bocha", espaço de sociabilidade do masculino. Acontecem também competições, das quais algumas mulheres participam, no entanto, a maioria das mulheres prefere não participar, pois os jogos mistos não são comuns. Medidas para evitar ciúmes dos maridos ou das esposas? Certamente, e também porque foram, ao longo de suas vidas, informados dos diferentes espaços de gênero. Assim, quando os homens jogam as mulheres apenas olham ou permanecem em suas casas sentadas em volta do fogão à lenha ou na varanda na companhia de vizinhas mais chegadas. Ocasão em que “colocam a conversa em dia” tomando chimarrão e beliscando pipoca doce ou amendoim torrado.



**Foto 13**  
**Acervo de**  
**Jaqueline**  
**Martins**  
**Zarbato**  
**Schmidt**

Fase de construção da agrovila do assentamento 30 de outubro - 1996

As casas pertencem aos sócios da Cooperativa. São de alvenaria e foram construídas através de convênios e também recursos próprios. As casas dos sócios da Cooperativa são iguais e diferem das casas das outras famílias que optaram por outra forma de trabalho. São fronteiras instituídas para demonstrar o tipo de assentamento que o MST deseja. Abaixo casa de uma família que optou em trabalhar individualmente.



**Foto 14**  
**Acervo de**  
**Jaqueline**  
**Martins**  
**Zarbato**  
**Schmit**

### CAPÍTULO III

#### **O lugar das relações de gênero na (re) produção do novo no devir MST**

As falas, as publicações que circulam no interior do MST, e até mesmo em outras leituras sobre movimentos sociais, sejam eles desenvolvidos no campo ou no âmbito urbano, apontam para a construção de um “novo sujeito social”. Alguns trabalhos colocam claramente que os movimentos sociais seriam os responsáveis pelo crescimento de uma certa consciência política dos sujeitos envolvidos, apontando então para seu próprio reconhecimento como “sujeitos de sua própria história”. Ao lado desta concepção, os vários trabalhos produzidos sobre os sem-terra em Santa Catarina, assim como outros produzidos em São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná, levam a uma observação importante e vêm demonstrar uma singularidade: nestes trabalhos é constante, juntamente com a “construção de um novo sujeito social,” a referência sobre questões que envolvem as mulheres neste Movimento; isto, mesmo quando o gênero feminino não está entre os objetivos do estudo.

No trabalho de Teresa Kleba Lisboa, por exemplo, existe o subtítulo: “Valorização da mulher”, no qual ela descreve as várias formas de opressão feminina e discorre sobre a valorização das mulheres dentro do MST, colocando ainda que a grande maioria das mulheres afirmaram que, depois de acampadas, suas vidas mudaram.<sup>212</sup> Elisete Schwade também ao longo de seu trabalho procurou levantar alguns aspectos relativos às mulheres e

---

<sup>212</sup> LISBOA, Teresa Kleba. Op. Cit. p.172.

a divisão de papéis em suas relações cotidianas.<sup>213</sup> Raquel Sizanoski estudando sobre as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), implantadas pelo MST em assentamentos no Paraná, incluiu em seu trabalho esta preocupação. Sob o título: “Gênero: ‘aqui a mulher é igual ao homem,’” Sizanoski observou que todos os entrevistados, mulheres e homens, afirmaram existir um tratamento igual em relação às mulheres.<sup>214</sup>

Estas alusões “à questão da mulher”, além de reforçar a busca, por parte destes trabalhos, de abordagens mais plurais, desvelam a dimensão que o gênero adquiriu nas dobras discursivas do MST sobre a construção da “sociedade ideal” nos últimos anos. Processo que parece estar em sintonia com as observações de Guattari, principalmente quando este fala que os novos movimentos sociais não se caracterizariam apenas por sua resistência contra um processo geral de serialização da subjetividade, mas também enquanto uma tentativa de produzir modos de subjetividade originais e singulares.<sup>215</sup> Dessa forma, nesta construção/produção, os idealizadores do MST procuram, entre outras questões, considerar e incorporar as possibilidades de transformações nas relações de gênero.

É possível acompanhar a produção de uma preocupação em promover a participação da mulheres em todas as instâncias, setores e atividades do MST ao longo de sua história. Um trabalho, que mesmo com recuos e rupturas, permaneceu insistindo numa mudança acerca do lugar do feminino na luta. Os assentamentos e acampamentos passaram a ter inclusive a incumbência de constituir grupos de mulheres que discutam questões específicas relacionadas a situação da "mulher no campo."

---

<sup>213</sup> SCHWADE, Elisete. Op. Cit., 1993. pp.126/129.

<sup>214</sup> SIZANOSKI, Raquel. O Novo Dentro do Velho: Cooperativas de Produção Agropecuária do MST (possibilidades e limites na construção de outro coletivo social.) Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, setembro de 1998, p.123.

<sup>215</sup> GUATTARI, Félix. Op. Cit., 1999, p.45.

O material utilizado no trabalho com as mulheres, no final da década de 1980 e início de 1990, era em sua maioria, produzido por outros grupos que não o MST. Inicialmente o trabalho, nesses espaços, era feito quase que somente através de parcerias, com a Igreja católica e luterana, com a “Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais”- ANMTR,<sup>216</sup> o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e outros. Nestas publicações discutiam-se questões que oscilavam entre a documentação, direitos trabalhistas e civis e a questão da saúde das mulheres que viviam no campo. Encontrei em algumas casas do assentamento Conquista na Fronteira e também na Secretaria Estadual do MST em Chapecó, publicações dirigidas às mulheres que foram feitas pela Pastoral Popular Luterana, e vários intitulados **Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos**, e também **Saúde Pública - Direito da Mulher** sob responsabilidade da AIMTR do Sul. Relações que revelam a rede de troca de informações e a circulação de idéias e de lutas, as quais o MST encontra-se inserido.

É possível acompanhar em documentos e relatórios das reuniões acontecidas no início da década de 1980 que o MST vinha discutindo, ora aqui, ora ali, um meio de organizar o trabalho com as mulheres do movimento. Os Cadernos de Formação, a partir do 5º número, passaram também a imprimir em suas páginas a preocupação em "inserir as mulheres na luta". Isso se observa nas figuras que ilustravam suas publicações oficiais, onde a representação do feminino começa a ser freqüente, mesmo que no meio de 20 homens tenha apenas duas mulheres. Inclinação esboçada também no 4º Encontro Nacional do MST, realizado em Piracicaba/SP, em 1988. Neste momento o grupo procurou organizar

---

<sup>216</sup> Esta articulação é composta pelos seguintes Movimentos: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS, Movimento de Mulheres Agricultoras de SC, Movimento Popular de Mulheres do Paraná, Comissão de Mulheres da CUT do Paraná, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de São Paulo, Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul. Com o apoio do MST, da CPT, do MAB - Movimento dos

uma comissão específica só para discutir questões relacionadas "às companheiras", mas o "Coletivo Nacional de Mulheres do MST", só foi definitivamente constituído na segunda metade da década de 1990.

Com a constituição oficial deste grupo houve então um maior número de materiais produzidos. As discussões colocadas buscaram fazer uma reflexão mais teórica sobre a questão das mulheres e posteriormente procuraram incorporar em seu discurso a palavra gênero. Em fevereiro de 2000, foi publicada uma cartilha de formação para mulheres do Movimento, cuja responsabilidade passava a ser atribuída não a um Coletivo de Mulheres, mas a um "Coletivo Nacional de Gênero do MST."

As determinações presentes no capítulo VIII das "Normas Gerais" do MST publicadas em 1989, informam a preocupação de estabelecer e organizar regras gerais que disciplinem a construção do novo numa perspectiva de mudanças em suas relações. Este capítulo possui cinco artigos que versam sobre a "articulação das mulheres." Os três primeiros, mais gerais, são assim:

- 51- O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra deve estimular a participação das mulheres em todos os níveis de atuação, em todas as instâncias de poder, e de representatividade.
- 52- Devemos combater todo e qualquer tipo de discriminação às mulheres, em todas as atividades do movimento, e lutar contra o machismo em todas as manifestações que impeçam a igualdade de direitos e condições das mulheres trabalhadoras.
- 53- Deve-se estimular a organização de comissões de mulheres dentro do movimento dos sem terra, nos assentamentos e nos acampamentos, para discussão dos seus problemas específicos...<sup>217</sup>

Estas questões fazem parte das suas propostas de reforma agrária e, principalmente, da proposta de transformação social elaborada ao longo da produção histórica do movimento. E, se pensadas enquanto formas de produzir subjetividades podem ser

---

Atingidos por Barragens - Nacional, da CNBB-Sul, Articulação das Mulheres do Nordeste e do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais.



entendidas como uma maneira encontrada pelo MST de incorporar, viver a idéia de que a subjetividade, não funciona apenas no registro de ideologias, mas no próprio coração do indivíduo, em sua maneira de perceber o mundo. Guattari fala que uma revolução diz respeito à questão da subjetividade, concorda inclusive que este fato deve ser considerado pelos movimentos que buscam transformações.<sup>218</sup>

Convém, aqui, uma reflexão sobre estas falas de Guattari. As mesmas foram debatidas em 1982, quando este intelectual francês esteve no Brasil, participando de variadas discussões em diferentes instituições. Foi uma década decisiva, onde a anistia, abertura política do Brasil, o Partido dos Trabalhadores e os chamados novos movimentos sociais eram alvo de intensos debates. Certamente muitos dos intelectuais, os quais articularam os devires políticos e ideológicos de lutas e contestações no campo e que fizeram parte da construção do MST, tiveram, de algum modo, acesso a estas discussões. Num Caderno de Formação publicado em 2000, intitulado “O MST e a Cultura”, Ademar Bogo faz referência à questão da subjetividade e seu lugar na revolução cultural, escreve ele:

Como disseram nossos antigos mestres “falar em revolucionar uma sociedade significa que, no bojo mesmo da velha sociedade, formaram-se elementos da nova sociedade e que a queda de velhos conceitos acompanham a queda das antigas condições de vida”. É esta relação que pretendemos estabelecer com a revolução cultural, **mexendo na subjetividade** para ir aos poucos, junto com o desenvolvimento das forças produtivas, os desvios criados na produção da existência em todos os tempos por onde passou a história da humanidade, sempre marcada pela luta de classes.<sup>219</sup> (grifo meu)

---

<sup>217</sup> MST. “Normas Gerais do MST.” Secretaria Nacional: São Paulo, setembro de 1989.

<sup>218</sup> GUATTARI, Félix. Op. Cit., 1999, p.26.

<sup>219</sup> BOGO, Ademar. “O MST e a Cultura”. Caderno de Formação n.º 34. São Paulo: Coletivo Nacional do Setor de Cultura, outubro de 2000, p.71.

Os processos subjetivos e a importância da transformação na constituição do sujeito militante foram construídos ao longo da história do MST a partir de elementos que circularam e acabaram sendo incorporados e reconstituídos entre as preocupações do MST, ou seja, a de que seria necessário investir na construção de novos sujeitos e relações para que seus projetos políticos ideológicos pudessem se situar no horizonte do possível.

Nesse sentido, o que encontrei e pude perceber, ao longo da pesquisa, é o fato de que as propostas de transformação social, revolução que atravessam o MST vêm acompanhadas de discursos e investimentos que seguem propondo outras formas de ser e viver dos indivíduos que constituem o Movimento. O que não deixam de ser tentativas de se produzir subjetividades. Buscando tanto homens quanto mulheres, assim como relações idealizadas, o MST se quer novo e investe nesta perspectiva, através de normas e regulamentos altamente disciplinarizantes. É uma busca presente em muitas de suas falas e publicações:

Os assentamentos devem ser exemplos de que é possível organizar a sociedade de outra forma, onde os trabalhadores sejam donos do seu próprio destino. Mostrando capacidade em organizar o mundo econômico, mas também mostrando novas relações sociais, como companheirismo, solidariedade, espírito de sacrifício.<sup>220</sup>

Num primeiro olhar, estas palavras revelam a importância que a organização do MST atribui à prática de demonstrar à sociedade que os assentamentos, organizados de acordo com suas propostas, são possíveis. Além, é claro, de constituir-se como uma forma de conquistar maior apoio, em alçar como legítimas suas ações e reivindicações. Mas, olhando com mais atenção, pode-se perceber o desejo de mudanças nas ordens das afetividades. As relações sociais que se quer, além de novas, devem incorporar e reforçar noções de companheirismo e sacrifício. Altruísmos dirigidos na perspectiva de construção

da sociedade ideal. São falas datadas, reconstituídas em suas substâncias e conteúdos e que indicam momentos particulares, aos quais o devir MST foi sendo (re) produzido e que, ao mesmo tempo, impõem uma questão importante: se o novo é reconstituído ainda é possível falar em novo?

As utopias do século XVIII, os discursos mais cientificizados de Marx e Engels, e principalmente, aqueles em torno da revolução socialista já pregavam uma nova sociedade e um novo homem. Na esteira da revolução de 1848, na França, surgiram discursos e sistemas que pretendiam acabar com as desigualdades, entre elas, a que se observava existir entre homens e mulheres. Também havia um significativo número de mulheres nos movimentos utopistas na primeira metade do século XIX. Momento em que idéias como a de Charles Fourier sobre o "grau de emancipação feminina", onde o lugar reservado às mulheres na sociedade indicaria o progresso de uma nação, faziam-se presentes entre os utopistas.

Os discursos de orientação marxista e ou socialista que circularam também nesse período davam sinais que a "desigualdade" entre homens e mulheres, de alguma maneira, necessitava ser contemplada como uma das etapas da revolução. Para Marx, em proximidade com o pensamento de Fourier a *evolução de uma época histórica é determinada pela relação entre o progresso da mulher e da liberdade, (...) o grau da emancipação feminina determina naturalmente a emancipação geral.*<sup>221</sup>

Na década de 1970, no Brasil, momento em que o MST passava a se organizar como tal, é possível perceber que muitos desses elementos faziam parte dos discursos ditos

---

<sup>220</sup> Sistema Cooperativista dos Assentados. Caderno de Cooperação Agrícola. São Paulo: CONCRAB, n.º05, 2ª edição, junho de 1998, p.17.

<sup>221</sup> MARX, Karl. "A Santa Família ou crítica da crítica". Extraído da edição alemã. In: Coletânea de textos de LÊNIN, MARX e ENGELS Sobre a mulher. Revisados por Armandina Venâncio. São Paulo: Global Editora, p.44.

de "esquerda". Portanto, as construções e preocupações em torno das mulheres ou das desigualdades entre os gêneros não são substâncias discursivas necessariamente específicas do projeto de revolução do MST. O que se observa são concepções sobre "igualdade", "desigualdade", "homem", "mulher", recuperadas e reconstituídas, sem perder suas categorizações binárias, que fixam muito mais que explodem as hierarquias, principalmente as de gênero. Caminhos que indicam até onde são novas ou variações sobre um mesmo, as preocupações do MST em acabar com essas desigualdades.

Dos escritos em seus relatórios do início de 1980, datilografados em máquinas de escrever, que falavam acerca da participação feminina, à discussão de gênero feita em seu site oficial em 2002, que fala, entre outras coisas que *a nova mulher e o novo homem estão dentro de nós. Mas é preciso despertá-los e deixá-los desabrochar, para juntos construir um novo jeito de sociedade.*<sup>222</sup> Muitos elementos convertem-se em possibilidades de investigação e reflexão e dizem muito sobre as questões de gênero no MST e fora dele também. Não respondem completamente, - e esta nem é a intenção - mas informam aspectos que cercam uma questão importante: até onde estes investimentos sobre mudanças e transformações nas relações de gênero, a busca de igualdades nas mesmas, desconstruíram ou reposicionaram valores e papéis normativos para mulheres e homens no MST?

---

<sup>222</sup> Setor de Gênero. Atualização de 17/07/2002. [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

### III.1“...pois sem mulher a luta vai pela metade.”<sup>223</sup>

Norteados por idéias políticas desenvolvimentistas que tiveram lugar entre 1950 e 1970 no Brasil, outros projetos políticos e ideológicos fizeram-se presentes. Pode se dizer que os caminhos dessas décadas, mesmo percorridos entre as crises políticas e culturais desse momento histórico, trouxeram exercícios do novo. Foram os desdobramentos dessas crises, por exemplo, que propiciaram o aparecimento dos movimentos de contracultura. Movimentos em que diferentes grupos procuravam articular a busca de espaços alternativos no interior das formas de opressão autoritária presentes naquele regime político ditatorial.<sup>224</sup> Período permeado por momentos de muita efervescência de idéias e teorias, onde amplas críticas - com significativa participação do feminismo - à política, cultura e sociedade foram feitas. Uma conjuntura que Rose Marie Muraro definiu como uma *revolução das mentalidades*,<sup>225</sup> e que Lia Faria avalia como esboços de um novo projeto de existência.<sup>226</sup>

As chamadas críticas ao “socialismo real” são emblemáticas também desta época e configuram o momento em que o devires MST, juntamente com outros movimentos sociais, estavam em processo de construção. A partir de 1961, as denúncias dos crimes de Stálin, anunciados por Kruschew, provocariam cisões no Partido Comunista. Aqui no Brasil, a divisão se daria entre o Partido Comunista Brasileiro, de linha soviética e o Partido

---

<sup>223</sup> PINTO, Zé. “Sem medo de ser mulher.” In: Cantos da Luta. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/SC, p.05

<sup>224</sup> Ver: SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos em Cena...E as teorias por onde andam? Cadernos de Pesquisa. Florianópolis: UFSC, n.º 15, outubro de 1998.

<sup>225</sup> Um pouco sobre teoria feminista e o período estudado pode ser pensado através de: RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar. Orgs. Op. Cit., 1998. E também: MURARO, Rose Marie. Op. Cit. (1999)

<sup>226</sup> FARIA, Lia. Ideologia e Utopia nos anos 60: um olhar feminino. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

Comunista do Brasil, de linha chinesa maoísta. O socialismo, nesse período deixava de ser apenas uma teoria/utopia e passava a significar para uma grande parte de intelectuais, o regime instaurado na Rússia e em outros países, trazendo consigo os problemas que estes regimes enfrentavam naquele momento.

Assim, talvez, as falas e escritos do MST sobre transformação da sociedade possam ser pensados também no interior das críticas ao socialismo. Isso porque, nesses discursos se observam não apenas investimentos numa perspectiva do econômico, classe, etc., mas sim outros entendimentos sobre os indivíduos, suas relações. Desse modo, não apenas o político ou o econômico fazem parte do projeto de sociedade, mas, sobretudo, uma outra valorização do indivíduo, comportamentos, atitudes, afetividades. Caleidoscópio que revela dimensões de um socialismo mais libertário? Essa questão impõe reflexões que percorrem caminhos distintos.

Pode-se ler nesse processo a tentativa de se construir a idéia de que homens e mulheres integrantes do MST teriam a possibilidade de ser “donos de seu próprio destino”. O MST seria então o espaço onde novas experiências seriam vivenciadas. Experiências que dariam conta de demonstrar que o socialismo ainda constituí-se como uma forma viável, possível de vida. Práticas e discursos apontam para isso desde 1985, no entanto, não se pode perder outras dimensões. São também reconstruções de tempos e lugares que deixam em evidência noções e valores que ao invés de construir o “novo”, sedimentam e reposicionam valores normativos. Elementos que, através de diferentes modos de pensar e fazer de lideranças ou/e intelectuais têm produzido a história do Movimento.

A busca do MST, sobretudo a partir de 1985, em reforçar junto aos seus integrantes a necessidade em vivenciar “novos valores” e defender os mesmos para o conjunto da sociedade, em 1998, chega sendo traduzido como necessidade: *Precisamos repensar as*

*relações de gênero (homem e mulher), as relações pedagógicas (pais e filhos) e as relações políticas ou de classe.*<sup>227</sup> Estas noções revelam parte dos caminhos percorridos no "repensar" relações. Mas, principalmente, indicam como as mesmas estão sendo produzidas como possibilidades de serem vivenciadas numa sociedade "ideal". Sociedade que necessariamente impõe concepções de sujeitos também idealizados. Dessa forma desvelam-se valores, cujos limites, estanques demais não permitem pensar sem cuidados neste novo proposto e perseguido.

Nas palavras de Bruna, uma das lideranças do MST em Santa Catarina, parece estar claro o que se quer de cada indivíduo:

o ideal tanto de homem quanto de mulher para o MST, seria: ela ser uma pessoa que venha construir o coletivo (...) que venha ajudar, colocar idéias, tentar ir sempre pro melhor (...) não é um critério de comportamento pessoal que a gente gostaria que fosse, mas do ponto de vista do coletivo.

Além disso, espera-se também que: *tanto os homens como as mulheres caminhem no sentido de ir construindo isso, ir se aperfeiçoando, porque é uma permanente construção isso aqui.* No entanto, esta mesma fala prossegue e traz à discussão que as mulheres, em especial, não possuem consciência de seu papel dentro das propostas do movimento: *Eu acho que elas ainda não descobriram isso sabe, que elas têm um papel dentro do coletivo...*<sup>228</sup>

É importante perceber que este discurso é (re) produzido por uma mulher. Uma mulher que, por ocupar uma posição de liderança, se constrói como um sujeito "líder", consciente e investido de qualidades que o autorizam a estar e falar para além do gênero na hora de detectar problemas em relação as mulheres. Atitudes que desvelam os diferentes

---

<sup>227</sup> "Sistema Cooperativista dos Assentados." Caderno de Cooperação Agrícola. São Paulo: MST/CONCRAB, n.º 5, 2º edição, junho de 1998, p.17.

níveis de hierarquia presentes e vivenciados no interior do MST. Falas cujas regularidades informam com precisão o lugar do gênero masculino e feminino na construção do “novo”.

Sobre isso é necessário informar, ainda, que a preocupação com as mulheres não faz parte apenas do cotidiano do MST em Santa Catarina, portanto não é um discurso localizado. Trabalhos realizados em outras regiões também destacam a participação das mulheres, seu entendimento do coletivo, como um problema. Noëlle M. P. Lechat, em seu estudo sobre dois assentamentos no Rio Grande do Sul, traz as reclamações das lideranças do Movimento acerca da pouca participação feminina nos acampamentos. Comportamento também atribuído à falta de consciência das mulheres.<sup>229</sup>

Outros trabalhos também fizeram referência a esta questão e, de certo modo, se apropriaram e encontraram dificuldades de perceber esses lugares, como espaços de construção, pois apenas detectaram o problema, reproduzindo o discurso sem maiores convites à reflexão. Falar da participação feminina como uma ausência e como um problema, não deixa de se constituir também em formas de contribuir para o fortalecimento de uma idéia de que as mulheres normalmente são “criadoras de problemas”.

É importante refletir que a questão da “consciência” retorna no interior de uma discussão situada em limites bem marcados: o sujeito consciente e o sem consciência. Contudo, é uma discussão que, ao fazer a distinção dos gêneros, faz também a distinção sexual da consciência. Como se as diferenças sexuais, ou de gênero pudessem indicar níveis de consciência político e ideológica distintos. A conscientização das mulheres foi tratada e trabalhada separadamente da dos homens no MST e, do mesmo modo, foi ao

---

<sup>228</sup> Uma das mulheres que fazem parte da Direção Nacional do MST. Entrevista. 16/02/98. Dionísio Cerqueira/SC.

<sup>229</sup> LECHAT, Noëlle Marie Paule. Op. Cit., 1993, p.130.



longo do tempo também sendo constituída enquanto um tema de debate para lideranças e diferentes publicações.

Numa avaliação sobre o movimento no Oeste catarinense, feita em Chapecó nos dias 27 e 28 de novembro de 1985, um pouco antes do primeiro encontro nacional em Curitiba, na primeira questão colocada – Quais as dificuldades? - entre outros itens, estava presente: a “pouca participação das mulheres.”<sup>230</sup> Percebe-se que a não participação das mulheres na luta é colocada desde cedo como problema e, nesse sentido, impunha-se a necessidade de discuti-lo. Em 1984, o Caderno de Formação n.º 05, fazia circular os princípios da organização do movimento, entre estes: *Em todos os níveis de organização: nos núcleos de base, nos grupos de ocupação, comissão municipal, comissão dos movimentos regionais, comissão estadual, e coordenação nacional, deve ter companheiras mulheres, trabalhadoras.*<sup>231</sup>

A preocupação em “incluir” as mulheres politicamente nas lutas do movimento está em sintonia com algumas das questões postas em debates na década de 1980. Questões que possuíam fortes contribuições do feminismo que, nesse momento, se (re) construía. Nacionalmente, por ocasião do primeiro Congresso Nacional do MST, em janeiro de 1985, a questão referente à luta do campo sob a perspectiva das mulheres, ganhou dimensões nunca antes observadas num movimento social rural. O próprio cartaz que publicizou o encontro é bastante significativo.

---

<sup>230</sup> Relatório de Avaliação do Movimento Sem Terra. Chapecó, 27 e 28 de novembro de 1985. Arquivo C3. CPT/SC.

<sup>231</sup> MST. Caderno de Formação n.º 05, Op. Cit., 1984, p.15.

**1º CONGRESSO NACIONAL  
DOS TRABALHADORES  
RURAIS SEM TERRA**



Terra para quem nela trabalha

Figura 02 - Cartaz encontrado na Biblioteca da CPT/SC

Será que estas imagens dizem alguma coisa? Depende de quem propõe e, é claro, dos olhos de quem vê!

Na figura ao lado é possível perceber alguns elementos que se repetem:

A representação do forte em oposição ao frágil está presente, incluindo a relação do feminino com o alimento. Mas aqui, o mais significativo talvez seja o espaço ocupado no cartaz pela imagem feminina.



Figura 03 - Detalhe da Bandeira do MST.

Dois anos depois, 1987, outra imagem substituiria a anterior. A figura masculina manteve o gesto e teve a expressão do rosto suavizada. A feminina perdeu a cesta de alimentos e não ganhou uma arma.

Em 1987, durante o IV Encontro Nacional do MST, realizado em Piracicaba/SP, foi aprovada definitivamente a imagem que representaria o movimento e ocuparia o centro da Bandeira. Uma imagem que permanece sendo reconstituída de diferentes formas em outras publicações ainda hoje, sem contudo, alterar significativamente a disposição inicial do primeiro casal.

O alimento foi suplantado pelo contorno do mapa do Brasil, uma tentativa de imprimir ao Movimento um caráter nacional. A imagem da mulher que sorria abertamente, que agia, trazia as mãos ocupadas, sofreu mudanças substanciais, a ponto de ter sido substituída por outra imagem de mulher. Mas talvez esse fato não seja tão importante quanto a mudança étnica do casal, agora, ao contrário de 1985, o casal é louro, tem cabelos lisos. Tentativas de deixar a imagem do Movimento mais atrativa, bonita, incorporando padrões de beleza dominantes?

A composição do masculino também diz algumas coisas. O homem permanece reiterando o gesto: facão erguido na mão direita, mas teve a expressão do rosto suavizada, o que o tornou menos severo. Formas de se imprimir uma maior sensibilidade à imagem do masculino? Sensibilidade essa que passou a ser um dos valores importantes, cultivados nos sujeitos masculinos militantes do MST?

Nas idas e vindas do processo de construção do “homem novo”, a própria noção do novo precisou também ser reconstituída e impressa à imagem do masculino. Visto numa perspectiva em que o discurso sobre o novo nas relações entre os homens e mulheres não escapa de uma oposição binária e quase sempre subordinada ao masculino - a um universal ainda pouco questionado nas substâncias de seus discursos - seria oportuno pensar que a possibilidade do novo pode estar situada numa disposição do masculino em incorporar esse argumento. Pensamento encerrado numa lógica da dominação masculina: se são os homens

que dominam é o masculino que tem que descortinar as balizas definidoras da “nova mulher”?

A mudança que trocou as características étnicas do casal, as composições do feminino: sem alimentos e também sem “armas” e o masculino apenas com a expressão da face alterada podem ser interpretados junto aos discursos sobre o "novo" e "transformação" do Movimento. Muda-se a subjetividade, mas no final os homens e mulheres precisam continuar os mesmos? São apenas questões. Não tenho respostas. Voltarei a essa discussão novamente, mas de qualquer forma é possível observar que tanto as imagens quanto os discursos dentro e fora do MST foram (re) produzindo possibilidades que influenciaram no desenvolvimento e incorporação de questões relacionais de gênero às suas discussões, sem contudo extrapolarem os limites de construções universalizantes sobre os mesmos. Qual é a novidade então? Não há novidade caso se olhe apenas essa dimensão. O que importa, mais do que evidenciar, é questionar e refletir como esses elementos foram sendo organizados e reconstituídos.

Em 1985, a preocupação de mudança dirigia-se apenas sobre as mulheres, uma forma unilateral e não relacional. A própria atenção dispensada a esta discussão, por parte da imprensa, neste momento, talvez indique e explique a imagem mais dinâmica conferida ao feminino no cartaz de publicização do Primeiro Congresso Nacional do MST. O jornal, Folha de Londrina, anunciando o futuro encontro, destacou:

Um dos objetivos do congresso é tentar uma coordenação nacional, intensificando os movimentos a nível regional. A participação da mulher nos movimentos é outro tópico que será discutido.<sup>232</sup>

Na Folha de São Paulo, a articulista, Irede Cardoso, coloca que:

---

<sup>232</sup> “Sem-Terra se reunirão em congresso nacional”. Folha de Londrina, 21/12/1985. Arquivo da CPT/SC.

O mais interessante e revelador do quanto as mulheres brasileiras mudaram qualitativamente, está no fato de que um dos itens da pauta de discussão de tão importante evento (Congresso Nacional dos Sem Terra) seja “A Mulher e as Conquistas do Campo.”<sup>233</sup>

É possível que esta proposta de discussão: "A mulher e as Conquistas no Campo" tenha sido tirada das reuniões políticas que os articuladores do movimento vinham tendo com frequência desde o início de 1980. Nos relatórios desse período é possível notar que entre os participantes masculinos, havia pelo menos dois ou três nomes de mulheres que se repetiam nas reuniões acontecidas nos interiores de Santa Catarina. Além disso, a preocupação em discutir a participação das lutas no campo pelas mulheres, colocada já no início do processo de organização do MST e, principalmente, o seu significativo destaque na imprensa, por ocasião da realização desse Congresso em Curitiba, está, de certa forma, relacionada ao renascimento do movimento feminista no Brasil no mesmo período, entre as décadas de 1970 e 1980.

Neste momento acontecia o que Rose Marie Muraro, em suas memórias, identificou como o início de um movimento feminista mais voltado para o contexto nacional. Segundo ela, foi em 1971 que começou o feminismo à brasileira.<sup>234</sup> Dessa forma, de 1980 a 1985, o feminismo teria tido sua importância redimensionada no Brasil. Isto porque começava a institucionalizar-se e também a difundir-se na cultura de massas. Escreve ela:

Em 1979 realizou-se em Fortaleza o Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a grande reunião anual de todas as ciências (...) Nesse ano apareceram feministas do Brasil inteiro, e fizemos uma reunião coordenada por Albertina Duarte. O feminismo nesse ano de 79 se espalhou por todo o país. O movimento até então existia só no Rio e São Paulo. Nesse Congresso, encontramos mulheres de todos os Estados do país, e elas fundaram os primeiros grupos feministas fora do eixo Rio-São Paulo. Foi um ano importantíssimo para a difusão das idéias feministas.<sup>235</sup>

---

<sup>233</sup> “Todos juntos começam uma nova era”. Folha de São Paulo. 16/01/85. Arquivo da CPT/SC.

<sup>234</sup> MURARO, Rose Marie. Op. Cit. p.165.

<sup>235</sup> Idem p.183.

Não só as preocupações do MST, o destaque da imprensa, mas também a organização de outros movimentos fornecem pistas para pensarmos a relação e a própria circularidade do discurso feminista neste momento. No final dos anos 1970 e início dos anos de 1980, organizava-se na cidade de Chapecó/SC o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA). Este Movimento, fortemente marcado pela influência da Igreja, não admitia qualquer relação com o feminismo, as *mulheres rejeitaram desde o começo o rótulo de movimento feminista*.<sup>236</sup> O que pode ser explicado prontamente através das concepções bastante negativas que a Igreja possuía/possui sobre as teorias feministas, especialmente àquelas que tocam em questões ainda delicadas à Igreja: como sexualidade e prazer feminino.

Mas convém também não esquecer que a Igreja, nesse mesmo período, de alguma forma, estava tentando dar conta de parte das transformações colocadas sobre as relações entre os sujeitos e suas formas de perceber o mundo. Nesse sentido, muitos grupos com formação religiosa procuravam desenvolver trabalhos com as mulheres. É uma corrente dentro do discurso religioso que pode ser acompanhada de diversas maneiras. Em 1979, Leonardo Boff, em seu livro “O rosto materno de Deus”, faz uma reflexão sobre a história de conservadorismo da grande maioria das religiões, nas quais a mulher quase sempre foi oprimida. Leonardo Boff tenta demonstrar que Jesus Cristo, ao contrário, sempre respeitou as mulheres e que tanto o Antigo quanto o Novo Testamentos tratavam as mulheres, preconceituosamente, independente dos avanços presentes nas idéias de Jesus Cristo.<sup>237</sup>

Existem inúmeras narrativas de mulheres que fizeram parte do Movimento de Mulheres Agricultoras ou do MST que informam parte de como essa discussão foi feita nos

---

<sup>236</sup> Ver: TAVARES, Elaine. A luta das mulheres agricultoras em Santa Catarina. Publicada pelo Gabinete da Deputada Federal Luci Choinaski, 1992, pp.23/24.

encontros religiosos nesses anos. Zulma, uma das mulheres que esteve envolvida em ambos falou um pouco sobre essas questões:

Eu comecei toda a história com as mulheres agricultoras, eu comecei a caminhada na Igreja orientada pelas irmãs, orientada pela pastoral, pelas líderes que vinham nos preparar nesse sentido, da libertação da mulher. E a gente estudava muito a Bíblia pra libertação da mulher. Estudava a história da mulher que se acomodava. (...) Mas começou uma separação maior nessa caminhada, um rompimento do Movimento das Mulheres em relação à Igreja...mas para a organização das mulheres a Igreja foi muito importante. (...) Falando na questão da Igreja, nos movimentos populares em geral as análises começaram a se aprofundar e daí começou também se rever a história da Igreja nessa questão e daí foi se descobrindo muita coisa que botava em choque o credencial da Igreja, essa questão da espiritualidade, de ser o nosso guia, de ser a orientadora da nossa fé, porque comprometia a sua prática enquanto Igreja. A Igreja também tem uma história de repressão, uma história que nos recriminava e não que nos libertava.<sup>238</sup>

O trabalho da Igreja no Oeste catarinense da década de 1980, invariavelmente, é lembrado como lugar onde se passou a fazer discussões sobre a “libertação” das mulheres. No entanto, as mulheres lembram que, com o aprofundamento de outras questões, de ordem da sexualidade, afetividade, conflitos nos relacionamentos, passaram a emergir tensões com as doutrinas religiosas, mesmo as mais progressistas. Nesse sentido, as mulheres do MMA ao perceberem que havia angústias pessoais que o Movimento não resolvia, e que as mesmas tinham a necessidade de discutir,<sup>239</sup> as posições se invertem. O MMA acabou afastando-se da Igreja e aproximando-se do feminismo, incorporando, com o passar do tempo, suas principais reivindicações dimensionadas para a vida e necessidades no campo.<sup>240</sup>

---

<sup>237</sup> BOFF, Leonardo. *O Rosto Materno de Deus*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

<sup>238</sup> Zulma esteve envolvida em diferentes lutas políticas no Oeste na década de 80: Movimento de Mulheres Agricultoras, MST e Movimento pelos atingidos das Barragens. Em 2001, ano em que concedeu esta entrevista no assentamento Conquista na Fronteira, trabalhava na Prefeitura de Chapecó, sob administração do Partido dos Trabalhadores.

<sup>239</sup> TAVARES, Elaine. Op. Cit., 1992, pp.23/24.

<sup>240</sup> Ver também: CASAGRANDE, Jacir Leonir. Op. Cit. pp.36/79. E DABOIT, Pedro Carlos. Op. Cit. 1996.

Assim, vale notar que as teorias feministas extrapolavam os muros da academia e circulavam tanto através da mídia impressa quanto da falada no interior de outros movimentos populares, urbanos e rurais. O que certamente põe em perspectiva o fato de que o movimento feminista não está encerrado em si mesmo. Ao contrário, enquanto movimento ou grupos feministas, adquire sentido justamente na medida em que se articula com o conjunto das microrevoluções feministas que estão em jogo em todo o tecido social.<sup>241</sup> Por outro lado, é bom pensar, também, que estes “novos movimentos sociais”, surgidos entre as décadas de 1970 e 1980, deviam certamente fazer usos de diferentes maneiras de discursos, “bandeiras”, propalados pelos diferentes grupos, até mesmo porque não constituíam-se em lutas contraditórias.

A possibilidade de pensar esta circulação e apropriação de idéias por diferentes movimentos pode ser entendida, também, enquanto uma forma de interatividade entre os mesmos. Processo que a socióloga Ilse Scherer-Warren observa a partir da segunda metade da década de 1980, e sobretudo na década de 1990, quando torna-se visível uma crescente interação desses movimentos entre si, sendo que as lutas por causas específicas, contra a discriminação de gênero, racial, cultural, contra a degradação ambiental, a exclusão social, econômica e política, passam a ser preocupações incorporadas pelos mais diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil.<sup>242</sup>

Alguns artigos sobre o primeiro encontro realizado pelo MST em janeiro de 1985, em Curitiba, marcam bem a presença de variados discursos notadamente feministas e corroboram também com esta questão. Um exemplo disso é o já citado artigo de Irede Cardoso, jornalista e na época vereadora da cidade de São Paulo, bastante envolvida

---

<sup>241</sup> GUATTARI, Félix. Op. Cit., 1999, p.76.

<sup>242</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. Op. Cit. p.13, 1998.



politicamente nas questões relativas às condições de vida das mulheres. Antes de notificar o encontro propriamente, ela faz uma “introdução” à informação do seguinte modo:

As mesmas mulheres que defenderam suas casas, suas crianças, seus companheiros e suas tralhas da violência ignóbil da polícia em Guariba, as mesmas que resistem nos acampamentos, sofrendo toda sorte de privações nas beiras das estradas brasileiras, lutando por um pedaço de terra neste imenso e injusto País, as mesmas estarão, com seus companheiros sem terra, unidos, reunidos em Curitiba, neste grande acontecimento político e nacional. E aí que está a mudança viável para o Brasil que vem da luta dos brasileiros em geral e das mulheres, muito especialmente.<sup>243</sup>

Neste mesmo ano, 1985, articulava-se no Brasil o 3º Encontro Feminista reunindo diferentes feministas da América Latina e Central. Ano que também culminava com o encerramento da “Década das Mulheres” campanha promovida pela ONU. Sobre este Encontro, Sonia Alvarez comenta que as 400 brasileiras que lá estiveram personificavam a ampla gama de ideologias e atividades entre as feministas de meados da década de 80. Impressões que acabam dando conta do significado que o feminismo adquiria neste momento. *As brasileiras tinham criado o que talvez fosse o maior, mais radical, mais diversificado e mais politicamente influente movimento feminista na América Latina.*<sup>244</sup>

Também não se pode ignorar a relativa influência de organizações não governamentais na incorporação cada vez mais insistente no discurso, primeiro no da “valorização da mulher”, depois numa elaboração de uma política de gênero a partir da segunda metade da década de 1990 no MST. Sonia Alvarez, em seu artigo: “Feminismos Latinoamericanos”, aponta algumas pistas importantes. Segundo ela, a “Nova Agenda de Políticas Públicas” - impulsionada em nível global e local por convicções inspiradas numa

---

<sup>243</sup> “Todos juntos começam um nova era”. Folha de São Paulo, 16/01/85. Arquivo da CPT/SC.

<sup>244</sup> ALVAREZ, Sonia E. et ali. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. In: Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro: CIEC/UFRJ, vol. 02 n.º 02/94, p.274.

combinação neoliberal, assim como a teoria liberal -, fomentou interesses governamentais em questões de gênero.<sup>245</sup>

Sobre as ONGs e seus possíveis efeitos nos discursos do MST, convém lembrar que a partir da década de 1990, inúmeras entidades internacionais juntaram-se as nacionais, mudando substancialmente o perfil de atuação das ONGs no Brasil. O que significou uma diminuição da participação política e um aumento de ONGs em trabalhos de parcerias. Mas a atuação dessas ONGs é de outra ordem, seus efeitos não implicam diretamente na diminuição de índices de desigualdades, mas sim em intervenções que processam mudanças no nível intelectual, inovações político-culturais que acabam contribuindo para uma nova cultura política em diferentes segmentos da sociedade, e sendo assim, também naqueles que pensam e produzem os discursos dos movimentos sociais.

Evidente que estas preocupações, fontes de inspiração para discursos estatais, assim como outras práticas fragmentadas em diversos campos, não podem ser consideradas credoras absolutas das teorias feministas nesse momento histórico. No entanto, acabaram contribuindo indiretamente para uma reorientação das atividades de muitas ONGs no campo feminista, movimentos sociais e outros campos. Muitos recursos foram canalizados para as ONGs consideradas capazes de trabalhar como intermediárias na “promoção” da participação civil feminina nos projetos oficiais e paralelos presentes em discussões da ONU.

Em alguns documentos de circulação interna do MST há referências a recursos provenientes de ONGs. O que deixa em evidência alguns nós em seus emaranhados de relações. Qual a relação entre os investimentos financeiros destas ONGs e a preocupação

---

<sup>245</sup> Ver: ALVAREZ, Sonia E. Feminismos Latinoamericanos. In: Estudos Feministas. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ. Volume 6, n.º 02/98, pp.265/285.

em ampliar a participação das mulheres no movimento? Até onde são discussões "revolucionárias" que visam mesmo acabar com as "desigualdades nas relações de gênero" e assegurar direitos às mulheres, ou são apenas mais uma das formas de captar recursos pelo movimento? Sabe-se, por exemplo, ao menos na década de 1990, que a UNESCO financiou vários projetos específicos relativos às questões do corpo, sexualidade, identidade ou direitos civis das mulheres em áreas urbanas e também rurais. A CONTAG - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura - que possui articulações estreitas com o MST tem recebido investimentos para trabalhar projetos que tratam destas questões.<sup>246</sup> Como não tive acesso a documentos específicos que indicassem as possíveis ONGs que financiaram projetos no MST, assim como a articulação que envolveu estas relações, deixo, aqui, apenas as questões.

Um outro ponto a ser destacado é também a parceria do MST com o INCRA nos investimentos sobre as mulheres. Sobre esse ponto, convém informar que no final da década de 1990 e início de 2000 esta instituição com o apoio da FAO passou a desenvolver projetos com o objetivo de *promover a igualdade social e econômica entre homens e mulheres nos programas e projetos da reforma agrária*.<sup>247</sup>

Em agosto de 1997, no Paraná, sob coordenação do INCRA foi realizado o "Primeiro Seminário Nacional para Discutir as Preocupações das Mulheres nos Assentamentos". Este encontro foi considerado pela própria instituição um marco na discussão sobre as questões de gênero. Mas além disso, foi um momento, no qual o INCRA passou a tomar para si a tarefa de implementar atividades específicas de apoio às mulheres da área rural, assim como também apoiar o desenvolvimento de estratégias e instrumentos

---

<sup>246</sup> ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia. Op. Cit., 1998, p.42.

específicos em promover *a equidade de gênero nas políticas, planos, programas e projetos*<sup>248</sup>, no interior da reforma agrária.

Em maio de 1998, o INCRA, desta vez em parceria com a FAO, organizou um workshop em Brasília, sob o tema "Análise Sócio-econômica e Gênero", com o objetivo de entender e dimensionar melhor as necessidades e prioridades relativas, especificamente, à capacitação de recursos humanos na área de gênero. Segundo informações do próprio INCRA, o MST e a CONTAG participaram do evento juntamente com ONGs que atuam no setor. Mais uma vez, a rede de relações em que o MST encontra-se inserido revela que suas lutas, não são de todo suas e que, principalmente, as questões de gênero estão "na ordem do dia" dos programas e projetos políticos que giram em torno da reforma agrária.

Em outubro de 1996, o Coletivo Nacional de Mulheres do MST prestou contas de suas últimas participações em Congressos que tratavam sobre a questão da mulher no campo. Momento em que se pode acompanhar um pouco a circularidade ou mesmo a troca de idéias entre diferentes grupos de mulheres, ao menos na América Latina. A nota publicada no Jornal Sem Terra intitulada: "Mulheres latino-americanas se organizam no campo"<sup>249</sup>, falou das organizações das mulheres nesse espaço. Informou que, em alguns países, foram criados movimentos e organizações específicas de mulheres, como o Movimento de Mulheres Agricultoras do Brasil e a Conamuca, na República Dominicana. Comentando, ainda sobre a diversidade das formas de organização no campo, as quais estariam estimulando as mulheres a participarem cada vez mais das lutas, mobilizações e instâncias diretivas.

---

<sup>247</sup> Apresentação do "Projeto Gênero e Reforma Agrária" do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em parceria com a FAO descrito no site: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)

<sup>248</sup> Idem.

<sup>249</sup> "Mulheres latino-americanas se organizam no campo." Jornal Sem Terra, Ano XV, n.º 163, outubro/novembro de 1996, p.8.

Essas organizações no campo teriam contribuído para a organização do CLOC – Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo – que realizou seu primeiro congresso em Lima, Peru, em fevereiro de 1994. O Coletivo Nacional de Mulheres do MST fez referência à construção da Via Campesina, que realizou uma conferência internacional com 69 organizações camponesas dos cinco continentes, em abril de 1996, no México. Nessa Conferência, que contou com a presença do MST através do Coletivo, aconteceu um debate específico em torno da questão da mulher, sendo a partir daí, elaboradas linhas políticas para organizar um trabalho específico com mulheres do campo. Na ocasião formou-se um grupo permanente de articulação das mulheres, dentro da Via Campesina. Grupo que realizou em agosto de 1996, sua primeira reunião em San Salvador.

Nessa reunião, deu-se sequência às discussões da Via Campesina. Concluiu-se como é importante manter a diversidade e as várias formas das mulheres se articularem no meio rural, seja através de organizações próprias, seja nas organizações mistas, ou criando setores de trabalhos específicos para discutir os problemas da mulher.<sup>250</sup>

Intriga a falta de detalhes sobre o que poderia ser entendido por “problemas da mulher”. São raras as publicações que falam para além do político, questões relacionadas ao corpo, à sexualidade, do direito a não-maternidade, ao aborto, tantos temas que ocupam o discurso feminista e suas bandeiras de luta. A emancipação feminina aparece, muitas vezes, sob a incômoda perspectiva de que só é importante ou tem a ver com o direito de ser militante política, ou seja, de engrossar a luta que os homens comandam.

Refletir sobre estas discussões, implica também analisar os usos das mesmas ao longo da construção do MST. Em 1985 chama atenção a forma como as mulheres apareciam na imprensa: sobretudo associadas à imagem de mãe, vítimas do sistema, dos homens, etc. A violência no campo discutida através das mulheres mães, acima de tudo,

não deixa de se constituir também em estratégias de luta, ou seja, muitas vezes, percebe-se que a vitimização das mulheres foi e ainda é um dispositivo utilizado para fortalecer o movimento. É possível perceber que também as mulheres, ou melhor, as violências as quais eram submetidas nos conflitos, constituíam-se em importantes instrumentos utilizados para procurar sensibilizar a sociedade acerca da violência no campo contra os sem-terra. Nos jornais de circulação nacional, nesse período, uma das maneiras encontradas para discutir a violência no campo foi fazê-la através das mulheres:

As cenas que a TV Manchete mostrou, sobre a repressão selvagem desencadeadas em Guariba, sobre os bóias frias, tiveram lances dramáticos em que o papel da mulher foi ressaltado. Para os que puderam observar melhor esses lamentáveis episódios ficou claro que a mulher é a primeira a defender sua casa, a defender sua prole e seu companheiro, dentro do comportamento da não violência. A resistência, de fato, é uma das características culturais ditas femininas e ela aparece como traço comum no sobreviver do oprimido.<sup>251</sup>

Uma outra notícia intitulada: “Mulheres relatam dramas”, expõe o seguinte: *Algumas mulheres contaram os dramas sofridos com a perda de seus maridos, violentamente assassinados por pistoleiros e policiais militares.*<sup>252</sup> Reforça o fato de os sofrimentos das mulheres do campo contribuíam para fazer circular a imagem de um movimento de “famílias”, de mulheres que sofriam e não necessariamente de “homens violentos”, talvez uma forma de suavizar a idéia de um MST radical veiculado através da mídia.

Um outro artigo também sobre o encontro dos sem-terra, na Folha de São Paulo, entre outras coisas, informa sobre o tema a ser discutido no referido dia, o qual será voltado para a mulher trabalhadora rural, e coloca:

---

<sup>250</sup> Idem.

<sup>251</sup> “Todos juntos começam uma nova era”. Artigo já citado, 16/01/85.

<sup>252</sup> “Mulheres relatam dramas”. Estado do Paraná, 31/01/85. Arquivo da CPT/SC.

E hoje, às 14 horas, o tema de debate do Encontro será voltado exclusivamente para a mulher trabalhadora rural. Quando essas mulheres falam, mostram, com toda a crueza, como foi difícil tomar consciência de que ficaram sós, sem companheiros e que era preciso continuar a luta. Discursos comoventes: “Quero que você me prometa, diz o marido antes de ser assassinado, que vai continuar no meu lugar. Não quero deixar nenhum bem aos meus filhos a não ser o orgulho de ter tido pais como nós, que lutam pela justiça” Destinos de tão diferentes lugares no Brasil, cruzando-se e juntando-se na luta, através da solidariedade nascida na dor. Talvez elas consigam mesmo modificar a mentalidade que ainda imagina ser a mulher do campo, ignorante e não participativa. O Brasil mudou mesmo, não há como duvidar.<sup>253</sup>

Luzia Silva, em seu trabalho sobre os trabalhadores que lutam pela terra no Triângulo Mineiro, observou que, na prática, a participação das mulheres e crianças além de funcionar como forma de sensibilizar a opinião pública, também, muitas vezes, serve de defesa contra agressões da polícia e jagunços, bem como as variadas desqualificações sustentadas pelos preconceitos aos quais são submetidos. Ela chama atenção, ainda, para a forma como os cadastros são feitos nos acampamentos e assentamentos, sempre através de famílias, o que indica uma forma de impor, a suas lutas, um caráter familiar. Além disso, a inscrição em nome da família não deixa de ser uma forma de garantir mulheres no grupo, mesmo que as mesmas estejam ocultadas sob o nome do marido, que é quem aparecia no título da terra até 1988, ano em que as mulheres passaram a ter direito ao título da terra também.

Esta característica familiar pode ser lida ainda como uma tentativa de mostrar a todos que os integrantes do MST são pacíficos, não querem violência. Convém lembrar da difundida prerrogativa patriarcal paternalista de que “pais de família” protegem e, portanto, não colocariam a vida de mulheres e crianças em risco.<sup>254</sup> A família é vista também sob outra perspectiva: *não dá certo ocupação só com homem (...) tem que ter família porque já*

---

<sup>253</sup> “É dura a luta da mulher do campo.” Folha de São Paulo, 30/01/85. Arquivo da CPT/SC.

<sup>254</sup> SILVA, Luzia M.R. Op. Cit. 1997.

*está em processo o que vai ser a comunidade.*<sup>255</sup> Tem que ter família, não famílias, pois família impõe um caráter específico: pais, mães e filhos. Perceber os sujeitos e organizá-los sob essa forma, são também tentativas de homogeneizar espaços, tornar os investimentos sobre os homens e mulheres mais evidentes.

Inúmeras falas e notícias referem-se à participação das mulheres no MST de forma bastante clara, como pode ser percebido numa notícia veiculada, em 1985, pelo jornal O Estado, intitulada: “Mulheres dos sem-terra tomam a decisão de invadir as áreas”, que dizia:

A decisão de invadir as fazendas Bugre (502 hectares) e Jaciretá ( 1 mil e 500 hectares) no sudoeste do Paraná foi tomada pelas mulheres das 110 famílias que estavam acampadas próximo às áreas invadidas. Numa assembléia geral elas se comprometeram a resistir a qualquer tentativa de despejo caso os homens fossem presos, como aconteceu na primeira invasão, em fevereiro desse ano...<sup>256</sup>

A efetiva participação das mulheres nas lutas cotidianas travadas dentro e fora do MST denota questões que vão além da retórica, pois a todo momento ela é vivida, posta em prática. Desdobrando-se em variadas funções, tomando a frente em confrontos a fim de protegerem os “homens do movimento”, trabalhando na produção, cuidando dos filhos e da casa, enquanto os maridos estão envolvidos nas mobilizações. Envolvendo-se nas questões políticas das comunidades em que vivem, as mulheres dimensionam suas devidas contribuições, não como exceções ou casos isolados, mas como práticas costumeiras.

Contudo, parece haver uma certa lacuna, um lapso, que impede a quantificação de suas ações, senão não teríamos tanta ênfase nos discursos que constituem sua participação como insuficiente e, por isso, um problema. Na verdade, o que parece ser pequeno é o

---

<sup>255</sup> Entrevista com João Pedro Stédile em FERNANDES, Bernardo Mançano e STÉDILE, João Pedro. Op. Cit., p.115.

<sup>256</sup> “Mulheres dos sem-terra tomam a decisão de invadir as áreas.” Jornal O Estado, Florianópolis, 05 de dezembro de 1985, p.14.



investimento na construção dessa participação como importante e significativa, o que não remete a uma pouca participação, mas sim a uma participação diferente do que aquela que se quer e se deseja das mulheres no MST. É evidente que o número de mulheres que ocupam posições de lideranças, assim como aquelas que tomam parte em negociações mais expressivas no Movimento, é realmente pequeno, pois no MST estas posições ainda carregam fortes imagens do masculino. A própria formação de lideranças é feita nesta perspectiva: dirigida aos homens, pois as mulheres que possuem esta posição, na maior parte das vezes, dedicam-se a discutir e solucionar problemas relativos às mulheres, à educação no MST; já os homens, ao contrário, lideram todos os setores e têm sido preparados pra isso, não só pelo MST, mas pela sociedade. São relações de força que estão em jogo mais do que qualquer outra coisa, relações de forças que envolvem homens e mulheres, seus valores e noções de mundo, subjetividades que constroem gêneros, informam papéis.

Em 1986, num encontro dos sem-terra em Santa Catarina, são assumidos vários compromissos para reiterar a luta pela terra e entre eles, estava novamente a necessidade de: *garantir a participação da mulher e do jovem sem-terra, em todos os níveis de organização do Movimento.*<sup>257</sup> Talvez não seja totalmente por acaso essa insistência, já que convém lembrar que 1986, foi o ano em que duas mil mulheres participaram em Brasília do Encontro Nacional da Mulher Constituinte. Encontro que visava discutir e garantir que suas reivindicações constassem na nova Carta Constitucional que estava sendo produzida. No ano de 1988, um relatório do MST<sup>258</sup>, continua destinando uma parte de sua pauta à mesma

---

<sup>257</sup> Relatório de Estudos nos municípios com as comissões municipais do Movimento Sem Terra. Chapecó, abril de 1986. Arquivo C3. CPT/SC.

<sup>258</sup> Relatório da Reunião da Coordenação Estadual do MST. Chapecó, 03 e 04 de maio de 1988. Arquivo C3. CPT/SC.

questão. E entre os dias 21 e 23 de outubro de 1989, na cidade de Caçador/SC, aconteceu o primeiro encontro estadual organizado pelas mulheres do MST, no qual discutiram sua participação e relação com a cooperação agrícola.<sup>259</sup>

Para o Jornal Sem Terra, neste momento, ficava claro que as mulheres estavam atuando *com muita garra e coragem nas ocupações* e, da mesma forma, nos assentamentos, lugar onde elas passavam a organizar *equipes de saúde, educação, moradia e assumem cargos de coordenação política*. Finalizando a notícia, o jornal destaca as falas das mulheres quando estas acrescentaram que *discriminação da mulher é fruto da sociedade baseada na propriedade privada* concluindo, então, que *sua libertação e emancipação depende de uma profunda transformação da sociedade capitalista e da construção de uma sociedade socialista*.<sup>260</sup>

O primeiro Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais ocorreu entre 19 e 24 de outubro de 1995, no Instituto Cajamar em São Paulo, portanto 10 anos depois de ter sido colocado em pauta no Primeiro Congresso: "A mulher e as conquistas no Campo". Este último acontecimento também foi publicizado pelo Jornal Sem Terra que, sob o título: "Sem a luta das mulheres as conquistas ficam pela metade", informou:

Depois de palestras, desabafos, discussões em grupo, as trabalhadoras chegaram a um consenso de que gênero e classe se entrelaçam e que esta combinação de lutas é fundamental não só para a construção de novas relações de gênero, mas de um projeto de sociedade democrático e popular. Isso se contrapõe a práticas autoritárias e machistas de muitas organizações da classe trabalhadora e àquela idéia de que as reivindicações das mulheres são justas mas para depois... Por outro lado, quando as mulheres têm consciência de suas discriminação, muitas vezes geram conflitos que, quando resolvidos politicamente, contribuem para o avanço da luta de classe. Sem o componente de gênero a luta fica pela metade.<sup>261</sup>

<sup>259</sup> "Encontro de mulheres." Jornal Sem Terra, Ano IX, n.º 89, novembro de 1989.

<sup>260</sup> Idem.

<sup>261</sup> "I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sem a luta das mulheres as conquistas ficam pela metade." Jornal Sem Terra, Ano XIV, n.º 153, novembro de 1995, p.12.

Um espaço de tempo de 10 anos, em que discursos e práticas foram sendo (re) produzidos, reforçados, redimensionados, mas que não deixaram de relacionar o gênero feminino à luta. Portanto, percebe-se que neste momento o MST quer ser visto como um grupo que não pretende deixar as reivindicações das mulheres para depois, afinal faz parte do projeto de construção de um outro modelo de sociedade. No entanto, são discussões feitas sobre limites demasiados estreitos, volta-se à questão da consciência, e reduz-se as questões hierárquicas entre os gêneros a uma única dimensão: a luta.

Depois de 1995 é em 1998 que se encontra outro deslocamento discursivo no MST sobre o assunto: a incorporação da categoria gênero em seus escritos. Neste ano foi publicada a cartilha "Compreender e Construir Novas relações de Gênero", coletânea de textos sobre gênero organizado pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MST, que apresentou os textos com o brado: Companheiras e Companheiros! (Notem a inversão, antes ela não acontecia)

Queremos que esta publicação sirva de documento permanente de estudo e aprofundamento entre a militância do MST, para compreendermos e construirmos novas relações de gênero no nosso dia a dia. A Nova Mulher e o Novo Homem estão dentro de cada uma e cada um de nós. É preciso ajudá-los a nascer! E esta tarefa é do conjunto da nossa organização. Esperamos que as companheiras e companheiros, estudem e debatam esse material nas instâncias, nos cursos de formação, nos coletivos...enfim, que multipliquem esse estudo e debate em nossa base e que isso possa ajudar a avançarmos na construção de novas relações de gênero.<sup>262</sup>

Os temas desta cartilha transitam em torno de questões debatidas no MST, como cidadania, trabalho, educação, mas possuem outros tons. São quase todos, textos escritos por mulheres, em sua maioria trazendo teorizações acadêmicas e, talvez por isso, tenham

---

<sup>262</sup> Coletivo Nacional de Mulheres do MST. Compreender e Construir novas relações de gênero, São Paulo: Secretaria Nacional, 1998, p.5.

tido mais liberdade de questionar algumas noções e valores antes poucos tratados no movimento. Lígia Mendonça, por exemplo, faz a crítica à esquerda, que fala em "valorizar" a mulher, mas segue colocando a questão em segundo plano, *como se fosse uma luta menor dentro da estratégia*.<sup>263</sup> E, ao lado dos argumentos já sabidos sobre a opressão feminina, aponta também para a opressão masculina, colocando que o modelo de homem "machão" dificulta o ser humano sensível, solidário e capaz de errar. Finalizando seu texto escreve: *queremos construir novos valores, queremos criar a mulher e o homem novo. Discussão de gênero não é mais assunto só de mulheres, é também de homens*.<sup>264</sup>

Outras críticas vêm do próprio Coletivo Nacional de Mulheres que fecha a publicação falando especificamente sobre as “mulheres do MST”. O Coletivo traz que elas se auto-discriminam, se auto-excluem por não terem encontrado ainda na proposta do MST, algo que lhes dê firmeza, certeza, auto-confiança para tornarem-se militantes. A guisa de explicação, observam:

Talvez porque a concepção e a prática do que seja “militância”, seja por uma lado, daqueles que exercem tarefas nas instâncias de poder e por outro lado, seja excessivamente “masculinizada” e não oferece espaço para que seja militante/mãe/mulher ao mesmo tempo. Para as companheiras, esta militância as exclui praticamente de toda vida política porque se ela sai para a militância, não só os maridos e os filhos lhe cobram, mas toda a vizinhança, a sociedade... A organização não se contenta com parte de seu tempo disponível, ao invés de aceitá-la como diferente mas politicamente igual e, inclusive, encontrar com ela, tempo para a militância e para a vida pessoal, sua família. Então a dificuldade é de todos nós, homens e mulheres militantes com dificuldades de trabalhar no meio de diferenças. Talvez seja a hora de tratar as diferenças não como um problema a ser resolvido e ter coragem de propor uma militância menos “voadora”, um grande potencial a ser aproveitado e incorporado à nossa proposta.<sup>265</sup>

É importante notar que esta publicação, principalmente o último artigo, faz críticas contundentes à “organização” que não aceita o tipo de participação oferecido e praticado

---

<sup>263</sup> MENDONÇA, Lígia. Luta de Classe e Gênero. Idem, p.8.

pelas mulheres. Além disso, toca em outro ponto sensível. Quando fala em militância “voadora” está se referindo às constantes solicitações feitas aos militantes para que estes representem o acampamento ou o assentamento em determinadas mobilizações; Encontros Regionais; Estaduais; Nacionais; cursos; reuniões, são vários compromissos ao longo do mês. A maioria das lideranças é inclusive liberada de trabalhar na produção só para estar presentes nestes compromissos, além é claro de fazerem a ponte das “bases” com a Coordenação Nacional. Mas mesmo aqueles que não ocupam posições de lideranças são convidados oficialmente a marcarem presença nestas ocasiões e sempre existe a cobrança que vá metade homens, metade mulheres. É claro que as mulheres normalmente não preenchem a “cota” estabelecida, pois como a citação acima coloca bem existe sim a cobrança de maridos, filhos, os compromissos com a casa, etc.

Mas embora esta cartilha acrescente outros elementos à discussão de gênero no MST, questionando e fazendo críticas acerca do modo como se dão estas relações dentro do próprio movimento, seus avanços também são relativos. Essa publicação não deixa de ser uma publicação autorizada, e nesse sentido, as críticas só vão até onde os limites impostos pela organização permitem. Assim, ao lado de argumentos claros e convincentes que fazem a análise crítica da manutenção das hierarquias entre os gêneros nos espaços do MST e fora dele, há as amarras de sempre: discussões tímidas sobre sexualidade, e diversas falas que se repetem relacionando "emancipação feminina" com trabalho e produção, opressão e capitalismo, gênero e classe, entre outras categorias.

Pouco tempo depois, a Revista Sem Terra fazendo uma discussão sobre o assunto, já não fala de mulheres, fala de gênero, assim como seus entrevistados. Falando à Revista,

---

<sup>264</sup> Idem, p.11.

<sup>265</sup> Coletivo Nacional de Mulheres do MST. Mulheres no MST. Idem, p.50.

Egídio Brunetto, integrante do Setor de Relações Internacionais do MST traz que: *a questão de gênero está presente em toda a sociedade e não é diferente no MST, principalmente devido à cultura conservadora do agricultor, que não permite a participação da mulher em atividades fora de casa.*<sup>266</sup> Procurando pensar melhor estas questões, Ivanete Tonin (Nina), dirigente do Coletivo Nacional de Mulheres do MST, informou nessa mesma Revista que o 3º Encontro Nacional de Mulheres do MST, previsto para acontecer no segundo semestre de 1999, inovaria, pois pela primeira vez seria misto, com a participação de mulheres e homens. *Estamos refletindo para que esse encontro seja realmente um coletivo de gênero.*<sup>267</sup>

Os preparativos para esse encontro foram publicizados novamente em junho desse mesmo ano. A data e o lugar foram definidos para outubro em Brasília. A nota ainda informava que até janeiro de 1999, o evento era organizado através do Coletivo Nacional de Mulheres, mas a direção do Movimento se reuniu e decidiu ampliá-lo para o Coletivo de Gênero. *Sabemos que a discriminação social é maior contra a mulher, mas o homem também é oprimido e discriminado. Por isso entendemos que a libertação da sociedade é uma tarefa dos dois,* explicou Ivanete Tonin, dirigente do Coletivo Nacional de Mulheres. Ainda, segundo informações da Revista, os organizadores não possuíam grandes expectativas quanto a participação dos homens no evento, que pela primeira vez seria misto. Mas observaram que, como parte de um processo de inclusão dos homens e mulheres no debate sobre as relações de gênero, o evento já seria uma importante iniciativa.<sup>268</sup>

---

<sup>266</sup> “Fazendo Gênero”. Revista Sem Terra. Ano II, n.º 6, Jan/Fev/Mar, 1999, p.32.

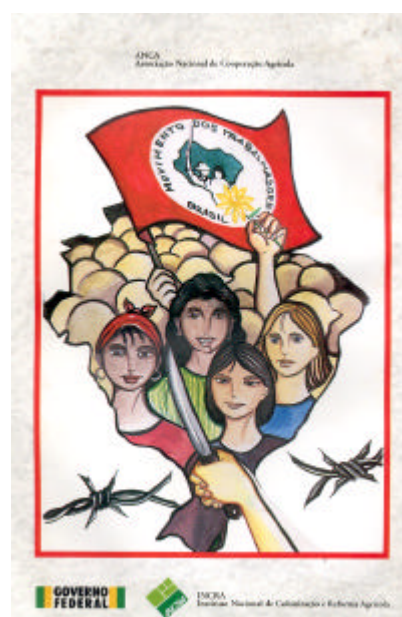
<sup>267</sup> Idem, p.32.

<sup>268</sup> “Movimentação”. Revista Sem Terra. Ano II, n.º 7, abril/maio/junho de 1999.

Em fevereiro de 2000, foi publicada a primeira cartilha sob responsabilidade do "Coletivo Nacional de Gênero do MST". Esta publicação serviu de instrumento para um curso específico sobre o assunto. As ilustrações da capa desta publicação são possibilidades importantes para se perceber as idas e vindas que as discussões de gênero, muitas vezes podem ser feitas.



**Figura 04**  
Capa da Cartilha  
Frente



**Figura 05**  
Capa da Cartilha  
Verso

Percebe-se aqui, a permanência do casal, mas ao contrário, por exemplo, da imagem da Bandeira do MST, há a preocupação com as questões étnicas, já que se pode constatar, através das figuras, que o casal e as mulheres no verso da capa aparecem representando brancos e negros. Imagens que estão mais de acordo com a veiculação de seus valores sobre igualdades de classe, gênero e etnia, da década de 1990. Mas o que chama a atenção é a

analogia do útero feminino com a terra. A gravidez associada aos frutos da terra, abundantes. Referências conhecidas, que Pierre Bordieu já observou em suas análises sobre a dominação masculina, *entre corpo feminino e a terra lavrada (pela charrua masculina), ou entre o ventre feminino e o forno.*<sup>269</sup> Analogias construídas e (re) produzidas como inscrições sobre o que é masculino e o que é feminino ao longo da história.

Mesmo que estas referências não sejam novidades, causa certo estranhamento que estas categorias estejam tão evidentes numa publicação que pretende discutir relações de gênero, como sugere a apresentação da mesma:

Discutir sobre a participação e a formação da mulher é de fundamental importância para o avanço da luta pela terra, pela Reforma Agrária e para a transformação da sociedade. Pois mulheres e homens podem e devem vencer os preconceitos que nos impedem que sejamos livres e iguais. Serão oito encontros que irão trazer elementos para refletirmos sobre nossa realidade e juntas, organizadas, buscaremos saídas para construirmos uma vida digna. Vamos reunir as companheiras para estudar, debater, enfim, fortalecer a organicidade do MST.<sup>270</sup>

Nesta cartilha a discussão de gênero é dirigida somente às mulheres. Ao contrário dos cursos de formação dirigidos aos homens, por exemplo, dá sugestões do que fazer com filhos enquanto as mães estão no curso. O primeiro encontro trata de mulheres e lutas de classe, indicando que no interior do MST a questão de classe dá o tom a suas discussões de gênero. No segundo encontro, porém, questões relativas às relações de gênero passam a ser abordadas. Depois da mística, indicada para ser realizada antes de cada etapa, há a pergunta: "O que é gênero afinal?"

Porque depois de 15 anos de lutas, discussões e vivências, podemos dizer com certo orgulho que crescemos no entendimento da importância da participação da mulher no seu desenvolvimento como ser humano, da sua

<sup>269</sup> BORDIEU, Pierre. A dominação Masculina. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, julho/dezembro de 1995, pp.133/184, p.126.

<sup>270</sup> MST. Mulher Sem Terra. Coletivo Nacional de Gênero. São Paulo: Direção Nacional, fevereiro de 2000, p.04.



igualdade na diferença com o homem. Porque entendemos que precisamos crescer como mulheres e homens novos, construindo novas relações de poder, novas relações com o meio ambiente, novas relações econômicas baseadas em novos valores. Por isso, já podemos falar em relação de gênero no MST.<sup>271</sup>

É importante observar que os Cadernos de Formação do MST já procuravam abrir espaços para discutirem questões relativas à participação das mulheres e não necessariamente em construir "novas relações de poder" entre os gêneros. Nesta cartilha do Coletivo de Gênero, mesmo que se busque afirmar os investimentos dessa construção: homens novos; mulheres novas, não são discursos que se diferenciam muito das outras publicações.

Nesse momento se coloca que os valores têm a idade da humanidade, e que todas as atitudes dos seres humanos refletem os valores da sociedade em que vivem. Mas se observa também que alguns valores têm mais destaque que outros. Nos assentamentos do MST, por exemplo, os valores que mais importam, dizem respeito diretamente ao comportamento dos indivíduos, suas ações no Movimento. São valores com posições bem marcadas: bem e mal, certo e errado. O tema para debate sugere que as mulheres observem o que há de bom e mau nos assentamentos e o que deveria ser feito pelas mesmas para eliminar o mau.

Nessa cartilha, há vários diálogos simulados entre mulheres, uma negra e uma branca que representando as militantes do MST procuram, num tom bastante didático, apresentar as questões pertinentes aos temas do curso. Num desses diálogos, que ilustram o terceiro encontro, há um diálogo que revela os caminhos em que a discussão de gênero estava sendo feita:

---

<sup>271</sup> Idem, p.14.



Figura 06

Coletivo Nacional  
de Gênero p.23.

Nas falas acima estão inscritos alguns elementos que serviram a partir de 1990, para reforçar os discursos de mudanças investidos sobre o gênero masculino. Da necessidade de auxiliarem as mulheres no cuidado com os filhos, em dividirem as tarefas domésticas. É possível perceber este empenho nas reafirmações, tanto da necessidade de mudança quanto no que deve ser mudado na discussão de gênero. *É preciso sim, que se mude o que deve ser mudado. Nós devemos educar nossas filhas mulheres para que sejam doces, educadas, carinhosas, sim, mas sem que necessariamente sejam submissas. E devemos educar nossos filhos homens para que sejam doces, carinhosos e educados, sim, sem que percam a sua masculinidade.*<sup>272</sup>

É importante, aqui, perceber que a discussão de gênero se dá num campo bastante marcado por oposições, principalmente entre os campos do masculino e do feminino. Um binarismo que ironicamente reposiciona lugares normativos por deixar em condição de

espera todos os outros lugares e situações que não podem ser encaixados dentro dessas categorias. Ou seja, há que se impor fronteiras às transformações, mudar mas permanecer o mesmo, os valores absolutos sobre a feminilidade e a masculinidade prosseguem incólumes. Como por exemplo, a localização do gênero feminino entre as fronteiras do "ser reprodutivo":

Buscar a liberdade, criar a partir da nossa família um novo jeito de viver e educar. Somos nós mulheres, que geramos filhos, mas nossa tarefa é bem maior que gerar filhos. É gerar vida! Gerar vida é irradiar esperança. É tornar o Sonho possível. É construir com as nossas próprias mãos, uma Nação de mulheres e homens livres e iguais.<sup>273</sup>

Como nas referências de 1985, a mulher segue sendo associada à maternidade. Mas entre permanências e rupturas chama a atenção também a total ausência de discussões sobre a sexualidade ou questionamentos sobre a estrutura do MST. Dos 8 encontros propostos o que mais se aproxima disso: "Mulher e Saúde", nem de longe toca no assunto. Os temas acabaram girando em torno da importância dos remédios naturais no tratamento de doenças, da necessidade de se ter uma casa limpa, bem cuidada e de informações sobre o SUS - Sistema único de saúde. Os direitos reprodutivos são tratados dentro daquilo que o SUS deve garantir às mulheres. Por que não se fala, aqui, do corpo, de sexo, sexualidade?

Mesmo com todas as iniciativas implementadas pelo MST para se discutir "gênero" em seus recuos e avanços o que se nota é que são questões tratadas ainda de forma unilateral, carregadas de preconceitos, como se a mulher rural, não precisasse saber, além de seus direitos políticos, seus direitos a carinhos e orgasmos. Um outro ponto que deve ser pensado é a perspectiva em que o gênero ainda segue recorrente como campo onde o poder político é concebido, legitimado e criticado. De certa forma, a discussão de gênero nesse

---

<sup>272</sup> Idem, p.22.

<sup>273</sup> Ibidem.

momento parece proteger o poder político do MST, mesmo que fale de construção cultural, a cartilha fixa ainda a oposição masculino-feminino e fundamenta esta fixidez no interior de referências como feminino-mãe-natureza-gravidez. Falar de gênero sob estas oposições binárias presas a valores construídos dentro de uma ordem hierárquica não muda e nem ameaça as ordens normativas que ainda seguem oprimindo as mulheres, principalmente àquelas que vivem no campo.

As cartilhas publicadas pelo Coletivo de Gênero não mudam e ainda reforçam certas estruturas hierárquicas ao fazer uma discussão de gênero ainda voltado exclusivamente para uma questão estratégica: chamar a atenção das mulheres para seu importante papel político a ser desempenhado em acampamentos e, principalmente assentamentos; que elas devem participar dos núcleos de base, das coordenações dos assentamentos, das cooperativas, enfim, de todas as indicações presentes nos documentos oficiais do MST. Os próprios investimentos, nesse sentido, reafirmam esses caminhos:

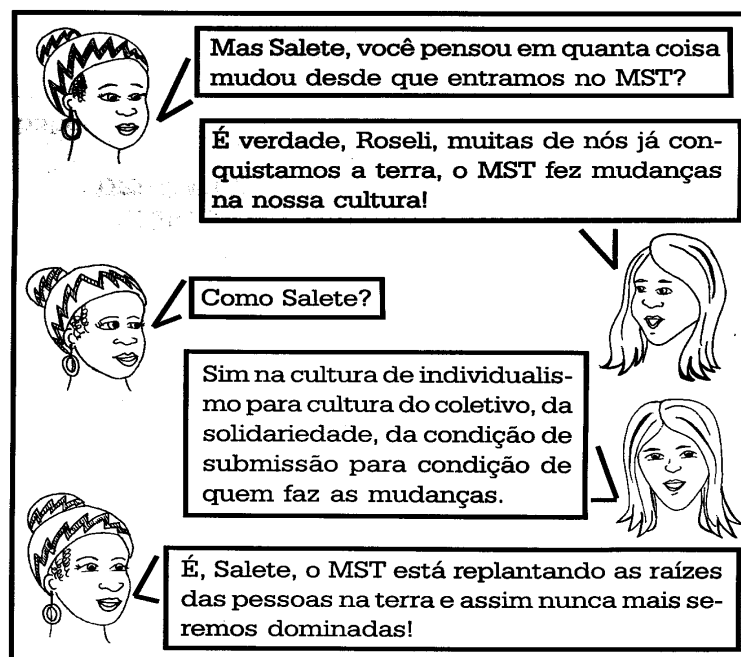


Figura 07  
Coletivo Nacional  
de Gênero, p.35

Os Cadernos de Formação, o Jornal Sem Terra e, mais recentemente, a Revista Sem Terra são os porta-vozes autorizados do MST em fazer circular as inscrições normativas sobre o que se quer e se entende por mudança de sujeitos e relações nos acampamentos e assentamentos. Suas informações ou pequenas notas aqui e ali, dando notícias sobre as questões que envolvem os homens e mulheres militantes e suas ações, são também formas de construir e legitimar valores, normatizações e comportamentos desejados.

As iniciativas de se prestar homenagens ao Dia Internacional da Mulher, feitas pelo Jornal Sem Terra, são um exemplo disso. Em março de 1997, o jornal escolheu Elizabeth Teixeira, viúva do líder João Pedro Teixeira, fundador e líder da Liga Camponesa de Sapé na Paraíba, para prestar sua homenagem. Depois do assassinato de seu marido, em 1962, Elizabeth assumiu a direção da liga, sendo uma das primeiras mulheres a se destacar como liderança de trabalhadores rurais. Sua história foi contada no filme “Cabra Marcado pra Morrer”, que foi exibido numa das noites do Primeiro Congresso do MST, em 1985. Por ocasião de sua visita ao Pontal de Paranapanema em São Paulo, Elizabeth falou ao Jornal Sem Terra de suas lutas. Entre diferentes falas, sob o título: “Mulheres na Luta”, o Jornal destacou:

Na minha época, muitas vezes eu ia em caminhada com os companheiros para entrar numa área que estava em conflito, onde estavam os lavradores para fora. Naquela caminhada, quando eu encontrava com um grupo de policiais, eles diziam para mim: “tenha vergonha, quem já viu uma mulher acompanhada de tantos homens. Tenha vergonha, mulher, tome sua posição de mulher, vai cuidar de seus filhos.” As mulheres naquela década não tinham dados. Havia discriminação à luta da mulher do campo, pelo atraso e o analfabetismo. **Ela cuidava só da luta de casa.** Hoje eu estou vendo um movimento das companheiras mulheres, tudo na luta, e que as perspectivas para que seja implantada a Reforma Agrária estão mais perto.<sup>274</sup>(Grifo meu)

---

<sup>274</sup> “Mulheres”. Jornal Sem Terra. Ano XVI, n.º 167, março de 1997, p.16.

Importante notar que a história de Elizabeth, contada pelo Jornal, destacou o fato da mesma ter tido que deixar os filhos para assumir a liderança da Liga Camponesa. Deixar os filhos e assumir as lutas tem seus significados. Privar-se da convivência dos filhos, um gesto construído historicamente como doloroso e sofrido para uma mãe é aqui enaltecido, mais do que um grande altruísmo é um sacrifício necessário em função de uma causa “maior”: a luta política.

Em março de 1998, novamente em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, sob o título: “Mulheres: Internacionalistas e lutadoras”, o Jornal escolheu três mulheres para homenagear: Olga Benário, Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo. A opção por essas mulheres se explica, segundo o próprio jornal, através da história da classe trabalhadora. Além disso, são nomes que possuem um significado especial: Olga, Rosa e Clara, representam um ideal.

Cada uma à sua maneira e ao seu tempo, lutou para acabar com a exploração e com todas as formas de opressão. Olga, Rosa e Clara queriam novos valores. Acreditavam ser possível construir uma sociedade mais justa e solidária. Para isso lutaram. Por isso Morreram.

A produção da própria busca pela transformação da sociedade, elegendo as transformações nas relações de gênero como pontos significativos, poderia explicar, em parte, a escolha dessas mulheres pela redação do Jornal. Mas não explica, impõe reflexões. O que se percebe é que não se escolhe mulheres, mas sim histórias de lutas políticas. História de mulheres que, de certa forma, entrelaçaram-se de tal maneira na luta de seus ideais, que suas paixões afetivas, seus desejos e descontroles, àqueles que dizem respeito à singularização do indivíduo, são substâncias quase que ocultas ou ocultadas propositadamente. Histórias que trazem imagens de mulheres que por abrir mão de tudo

aquilo que não fosse a luta política, transformaram-nas em suas próprias lutas. Certamente um recurso subliminar, que deseja dizer às mulheres do MST, que sigam o exemplo.

Não é tão fácil, parece que o MST também gosta da associação mulher/mãe/militante. Em fevereiro de 1997, numa entrevista com Maria de Jesus dos Santos, uma das mulheres responsáveis pela implantação do Setor de Educação no Ceará, o *Jornal* perguntou: como é a vida de militante no MST?

Experimentei diferentes jeitos de viver a vida militando. Quando entrei só tinha mochila para viajar e desenvolver as tarefas que o coletivo de educação e a direção me delegavam. Depois me casei e tive uma filha, Luz Helena. É uma grande desafio ser mãe e militante. Mas sempre tive presente a necessidade de continuar atuando, não me acomodar só com a tarefa de mãe. Mas com certeza, esse não é um compromisso só de mulher, mas sim do seu compalheiro e da organização, que precisa compreender as limitações das mães nas diferentes fases do desenvolvimento dos filhos. A luta que travamos exige de nós uma vida de compromissos com a classe trabalhadora e com a construção dos novos valores. Por isso, sempre reservo tempo para estudar e planejar, de preferência coletivamente, as atividades. A minha vida como militante é sem trégua, porque o nosso sonho socialista está vivo.<sup>275</sup>

No mesmo *Jornal* em 1999, a paraense Isabel Rodrigues Lopes Figa, que faz parte da direção do MST no Pará, respondeu chorando, (destaque do próprio *Jornal*) numa entrevista, como era ser mãe e ao mesmo tempo militante do MST:

É muito difícil a gente falar. Ser mãe, ser militante é difícil. Hoje você ter esse compromisso, você estar nessa luta e ser mãe é muito difícil. Por isso nós queremos uma sociedade diferente. Nós temos que construir dentro de nós, o homem novo e a mulher nova, nós temos que compreender, que fazer as novas relações de gênero, para que nós possamos compreender o que é ser mãe, porque na verdade, só a mãe sabe o que é ser mãe. O homem não compreende essa parte, não entende, e por ele não compreender e não entender, muitas vezes não contribui para que a mulher participe. Para uma mãe militante tudo duplica, multiplica cada vez mais. Realmente a gente passa muito mais dificuldades quando é mãe. Mas isso não impede de fazer, militar.<sup>276</sup>

---

<sup>275</sup> “Liderança”. Entrevista com Maria de Jesus dos Santos. *Jornal Sem Terra*. AnoXVI, n.º 166, fevereiro de 1997.

<sup>276</sup> FIGA, Isabel Rodrigues Lopes. Liderança. *Jornal Sem Terra*. Ano 18, n.º 196, dezembro de 1999.

A questão que fica é o próprio paradoxo criado em torno da mulher que se quer e se espera. Num momento se privilegia uma mulher que abre mão dos filhos, marido, etc, em outro, tenta-se abrir um espaço para se privilegiar a mulher que consegue estar na luta, sem abrir mão de nada disso. Parece haver uma relação com a própria imagem que se tem por aí da mulher contemporânea, a super-mulher, bonita, inteligente e ainda capaz de desempenhar – bem - todos os papéis construídos para ela: de mãe, de esposa, e no caso em questão, de militante política do MST.

Entre os dias 17 e 24 de abril de 2000 foram feitas mais de 150 ocupações pelo MST, envolvendo mais de 20 mil famílias. Eram ações massivas que faziam parte da estratégia de protesto contra as comemorações oficiais dos 500 anos do Brasil. Mas veio de um acampamento em Pernambuco uma ação até então inédita no Movimento: pela primeira vez foi feita uma ocupação só com mulheres. A idéia era mesmo chamar a atenção, e por isso foi realizada: aos *500 anos de exploração, fome, miséria, concentração de terra e submissão forçada das mulheres*. O Engenho Gutimba, de propriedade da Usina Matari, foi ocupado por 70 trabalhadoras sem-terra, na maioria mulheres já assentadas. Segundo Luiza uma das coordenadoras do acampamento:

As mulheres que já tem o seu canto não abandonam as que ainda não tem. Decidimos ocupar só com mulheres para homenagear Dorcelina (ex-prefeita de Mundo Novo/MS, assassinada em outubro de 1999) e depois provar para os homens, especialmente os poderosos desse país que a agricultora brasileira não tem medo de ameaças. Precisamos libertar as terras das mãos dos opressores e libertar as mulheres camponesas da escravidão.<sup>277</sup>

Para as preparações do 4º Congresso Nacional que aconteceu entre os dias 7 e 11 de agosto de 2000, em Brasília, o Jornal Sem Terra elaborou uma síntese da cartilha que serviria de base para as discussões no Congresso. Anunciando o lema que representaria o

---

<sup>277</sup> Jornada de Lutas. Jornal Sem Terra, Ano 18, n.º 200, maio de 2000.



encontro: “Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio”, o jornal destacou em suas orientações para as delegações dos Estados a seguinte observação: *Devemos garantir a maior representatividade possível. Deve ser respeitado o critério de 50% de mulheres.*<sup>278</sup>

Cabe aqui uma discussão sobre estas referências numéricas no MST. Num relatório sobre um encontro de estudos com as comissões municipais de Santa Catarina acontecido em abril de 1986, foram feitas avaliações do Encontro Nacional de Cascavel/PR em 1984 e do Congresso Nacional de Curitiba/PR em 1985. Entre estas avaliações há um comentário que chama a atenção:

É muito importante a participação das mulheres no Movimento Sem Terra. Na hora de uma ocupação são elas as que mais sofrem, por isso elas devem ter participação em todos os encontros e comissões do Movimento, desde os municípios. Estamos exigindo que em cada comissão ou coordenação, tanto a nível municipal, regional ou Estadual 30% sejam mulheres.<sup>279</sup>

A exigência deste número de participação feminina já havia circulado nas correspondências trocadas entre as lideranças que organizaram o Congresso em Curitiba, momento em que foi instituída a norma de que 30% dos delegados que representariam as regiões fossem mulheres.<sup>280</sup> Numa entrevista em 1996, Vânia, uma das lideranças do assentamento 30 de outubro, falou sobre esta distribuição:

No caso de dizer que um setor é só de homem e outro só de mulher, não acontece. Tem homem e mulher em cada setor. A nível nacional nós assumimos isso como organização porque no momento a gente ainda é um pouco machista. Agora teve o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres que aconteceu em São Paulo. Nós estamos discutindo para ampliar e estamos elaborando dentro do documento do movimento com todas as direções, que no mínimo devam participar 40% das mulheres e a nossa conta é chegar metade homens e metade mulheres, por exemplo a direção nacional hoje, ela é composta por 21 membros e tem apenas 2 mulheres, num total de 19 homens que dirigem e tem muitas mulheres a

<sup>278</sup> 4º Congresso Nacional do MST. Jornal Sem Terra. Ano 18, n.º 203, agosto de 2000.

<sup>279</sup> Relatório de Estudos nos municípios com as comissões municipais do movimento sem terra. Abril de 1986. Arquivo C3 da CPT/SC.

<sup>280</sup> Normas do Primeiro Congresso dos Sem Terra - Recomendações sobre a escolha de Delegados - Parágrafo 5º. Coordenação, setembro de 1984. Arquivo C3 da CPT/SC.

nível nacional do Movimento **quase formadas, que tem condições de dirigir.**<sup>281</sup> (grifo meu)

No final de 1990 os discursos passam a inscrever a importância dos 50%, ou seja, metade homens, metade mulheres na representatividade do Movimento, mesmo assim a Coordenação Nacional seguiu sendo composta majoritariamente pelos homens. Dado significativo que parece reafirmar a idéia de que os homens são maioria porque já são “formados”, enquanto as mulheres são minoria porque precisam seguir seus múltiplos e sucessivos processos de formação política para enfim estarem preparadas para liderar. Atualmente, quando as lideranças falam procuram reforçar a idéia de que o Movimento é representado igualmente por 50% de mulheres e 50% de homens.

A fala de uma liderança feminina esclarece melhor esta situação quando coloca que: *O problema da mulher não é um problema da mulher, é um problema da organização, 50% da nossa parte que não participa...participa fisicamente, mas do ponto de vista da contribuição das instâncias não participa.*<sup>282</sup> Valmir Chaves, liderança estadual de São Paulo, esclarece que essa idéia é representativa inclusive da construção da bandeira oficial do Movimento. *Na nossa bandeira tem um homem e uma mulher porque o MST defende que, como 50% da população é mulher, nós queremos que elas participem 100% da luta, se não ela fica pela metade.*<sup>283</sup>

Importa notar, que este estabelecimento de cotas não passa de um recurso de linguagem para dar peso às suas falas sobre a igualdade de gênero. Certamente o MST não possui um mesmo número de mulheres e homens. Há um número superior de homens solteiros esperando ser assentados, do que de mulheres solteiras. Os dados quantitativos por

---

<sup>281</sup> Vânia. Liderança do assentamento 30 de outubro, Campos Novos, entrevista concedida a Jaqueline Martins Zarbato Schmitt em 06/06/96.

<sup>282</sup> Orlandi. Entrevista. 16/02/98. Dionísio Cerqueira/SC.

<sup>283</sup> CHAVES, Valmir. “Mulheres”. Jornal Sem Terra. Ano XVI, n.º 167, março de 1997.

sexo, sobre a população nos assentamentos e acampamentos, se existem, nem as lideranças e nem suas publicações revelam. O dados revelados referem-se ao número de famílias que, segundo Stédile, é de 250.000 famílias assentadas e mais de 100.000 acampadas.<sup>284</sup>

Até mesmo o INCRA informa que os dados existentes sobre a quantificação por sexo em assentamentos não são confiáveis. Uma estimativa grosseira, elaborada a partir do censo da Reforma Agrária de 1996, revelou que a participação feminina representa menos de 12% do total de assentados, enquanto estudos preliminares, derivados do censo agrícola de 1995, mostram que o número de mulheres proprietárias de terra é, ainda, muito menor.<sup>285</sup> No caso do MST, estes dados não servem como comparativos também, visto que são realizados apenas se observando os titulares das terras. Nesse caso, são ainda menos confiáveis, pois ficam de fora, as mulheres acampadas, e também aquelas cujo o título da propriedade está apenas em nome do marido. Os dados fornecidos pelo MST e também pelo INCRA referem-se ao número de famílias, e não ao gênero. Já no caso do IBGE, há o levantamento por gênero e idade na área rural, mas não especifica o número de assentados ou até mesmo acampados nesse espaço. Além disso, sabe-se que na área rural o número de homens supera o de mulheres.<sup>286</sup> Certamente o MST sabe disso, portanto, sua insistência em apostar numa distribuição de 50% homens e 50% mulheres é muito mais pensada na idéia de representatividade da igualdade "em público", do que qualquer outra coisa.

O 4º Congresso do MST, acontecido em 2000, foi considerado o maior congresso de trabalhadores rurais sem-terra do Brasil, pois reuniu cerca de 11 mil delegados representantes das regiões brasileiras, além de uma delegação de 107 estrangeiros que

---

<sup>284</sup> Entrevista com João Pedro Stédile. "As armas do MST". Revista Caros Amigos. Ano IV, número 39, junho de 2000, p.37.

<sup>285</sup> Informações extraídas do site: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br).

<sup>286</sup> Segundo o Censo do IBGE do ano de 2000, na área rural, por exemplo o número total de homens é de 16.693.022 e o de mulheres 15.152.189. Ver: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

vieram de 25 países diferentes. Nesse momento, novamente, as linhas políticas do Movimento foram reafirmadas. Entre elas, estava: *Resgatar e implementar em nossas linhas políticas e em todas as atividades do MST e na sociedade, a questão de gênero.*<sup>287</sup> Em 2000, as publicações não se reportam mais à “questão da mulher” e sim à “questão de gênero”. A que ordem pertence essa mudança? Dos desejos de mudança ou da vontade em incorporar discussões mais fluidas que passaram a circular nas academias nos últimos anos?

### **III.2. “...a mulher tem direitos quanto o homem tem, essa foi a grande mudança.”<sup>288</sup>**

Não fossem elas, 50% da população de nossos acampamentos e assentamentos, poderíamos até desprezar sua força política. Como são elas esse número, podemos afirmar que o sucesso de nossa empreitada depende de 50% de sua decisão. E é isso que temos constatado nas conversas que temos com as companheiras. É, na maioria das vezes delas a decisão política de trabalhar individual ou coletivamente, é delas, em última instância, a decisão sobre os rumos que a família toma, porque é ela que anima ou desanima a família.<sup>289</sup>

Quando faz-se presente o fato de que são as mulheres que “animam ou desanimam a família”, partimos do pressuposto de que elas são ainda identificadas com a família. Além disso, temos a dimensão da importância, e porque não, da responsabilidade atribuída às mulheres no que diz respeito à implantação e principalmente continuidade dos usos das

---

<sup>287</sup> Idem.

<sup>288</sup> Mário. Casado, dois filhos, liderança no assentamento Conquista na Fronteira. Entrevista concedida em 02/09/99. Dionísio Cerqueira/SC.

<sup>289</sup> “Compreender e Construir Novas Relações de Gênero.” Coletivo Nacional de Mulheres do MST. São Paulo: Secretaria Nacional, setembro de 1998, p.49.

propostas do Movimento em suas relações e em suas experiências dentro de acampamentos e assentamentos.

Em várias falas as mulheres deixam transparecer que, muitas vezes, são elas que insistem em ir em busca de um “pedaço de terra”. Lechat, no Rio Grande do Sul, percebeu que, como quem acampa é a família, as mulheres fazem parte do acampamento, participando mesmo estando grávidas ou com filhos recém-nascidos. *Muitas vezes a mulher foi o elemento determinante desta decisão. Algumas ameaçaram sair somente com os filhos se o marido não quisesse ir.*<sup>290</sup>

Mas, se por um lado, percebe-se a importância das mulheres em desempenhar este “papel” agregador, por outro, os paradoxos que tomam forma justamente a partir desta atribuição fazem-se presentes a todo momento. A fala que deu origem ao subtítulo acima: *...a mulher tem direitos quanto o homem tem, essa foi a grande mudança*, por exemplo, chama a atenção para o fato de que se as mulheres e homens realmente considerassem suas relações igualitárias dentro de assentamentos e acampamentos, os discursos que circulam pelo MST não precisariam, ainda hoje, persistir tanto na mesma questão. E não apenas os discursos presentes nas cartilhas, mas a própria articulação do “Coletivo Nacional de Gênero do MST” são imprescindíveis para indicar que esta discussão ainda tem um longo caminho e um caminho com muitas idas e vindas.

Algumas constatações, que não foram publicizadas, tiradas do Encontro Nacional das Mulheres militantes do MST, realizado entre os dias 25 e 28 de maio de 1996, são exemplos disso. Neste encontro foram discutidos os problemas relacionados à participação das mulheres no Movimento concluindo-se que *as mulheres lutam mas não têm representatividade*”. E existiria, sim, em acampamentos e assentamentos, *diferença entre*

*teoria e prática do MST. Além disso, o trabalho com/sobre as mulheres é considerado secundário. Algumas das causas destes problemas, levantados nesse encontro, relacionam-se à própria organização do Movimento porque, segundo suas conclusões, estaria faltando um entendimento do problema, a maioria acha que não existe problema; falta de incentivo e de criar mecanismos de participação; falta de qualidade na formação de seus membros.*<sup>291</sup>

Talvez a conclusão das próprias mulheres do MST, de que estaria “faltando entendimento” nos acampamentos e assentamentos sobre a existência de assimetria entre homens e mulheres, ou melhor, de que este fato não é percebido enquanto “problema”, possa ser ilustrada ainda, por algumas falas vindas justamente no interior desses espaços. Orlandi, casado, coloca por exemplo que:

Na verdade, nós do Movimento desde que iniciamos a luta nós não temos preconceito sobre as mulheres, a nossa luta é que as mulheres tenha os mesmos direitos que os homens, tenha direitos iguais ao homem. Mesmo no trabalho é dividido as tarefas em casa e mesmo o casal que não tinha esse sistema, o casal mais velho, com o tempo, com a luta nossa eles foram conseguindo dividir as suas tarefas na casa, mesmo com os filhos...<sup>292</sup>

Esta fala nos faz pensar em duas questões: a primeira, e que está presente na imensa maioria dos discursos do MST, principalmente por parte de suas lideranças, é sua preocupação em afirmar a igualdade e a não hierarquia de gênero dentro do movimento. A segunda, e mais significativa, é que esta preocupação principia-se justamente com o “início da luta”, o que vem indicar uma insistência na mudança, senão no comportamento social, mas ao menos nas palavras dos homens e mulheres após seu envolvimento com o MST.

---

<sup>290</sup> LECHAT, Noëlle Marie Paule. Op. Cit.,1993, p.112.

<sup>291</sup> MST. A questão da mulher no MST. São Paulo: Secretaria Nacional - Coletivo Nacional de Mulheres do MST, junho e 1996, p.03.

<sup>292</sup> Orlandi. Entrevista. 18/04/97. Dionísio Cerqueira/SC.

Indo um pouco mais além, é possível perceber que no interior de múltiplas e diferenciadas relações de força, os códigos prescritivos, normativos, de como devem ser e agir os indivíduos que passam a fazer parte do Movimento acabam, de diferentes modos, contribuindo para que os mesmos passem a pensar e perceberem a si mesmos como sujeitos nesse processo. Mas a produção de subjetividade também implica em exercício de subjetivação, no qual o devir sem-terra, militante do MST, não significa que os indivíduos vão deixar de ser singulares, de possuir jeitos ser e fazer diferentes, não importando a quantidade de normas e investimentos feitos.

Visitando o acampamento Oziel Alves Pereira, em Abelardo Luz, e conversando - mesmo que por pouco tempo - com alguns de seus integrantes, foi possível perceber algumas nuances desse processo. Ana, 38 anos, conta que não fazia a mínima idéia do que significava MST. Na época que conversou comigo fazia um ano que ela, seu marido e dois filhos haviam deixado de ser agregados na cidade de São Domingos e uniram-se ao acampamento. Perguntada se já havia participado de alguma mobilização do Movimento ela respondeu:

Quando eu tô boa eu vou. Você sabe né a gente mulher...Tu é casada ou moça?

(Casada, respondo)

Pois é, tu sabe então! Você sabe o motivo, quando assim gente tá boa...Assim quando dá pra sair e quando não dá. (Ela se referia a menstruação) Mas eu no encontro que eu fui eu gostei muito. Foi até uma aula pra mim, eu não sabia o que era sair sabe, eu fui uma pessoa que só sabia, gostava de trabalhar, eu era menina assim, o pai não deixava eu sair pra fora, não deixava...

(E o seu marido o que ele achou da Senhora ir nesse encontro?)

Não, ele não disse nada, disse: - "Tu que sabe, porque vai ser uma aula pra tu."<sup>293</sup>

Tecendo considerações sobre as relações de gênero, temos mulheres como Ana que até seu envolvimento com o MST afirmava nunca ter saído de casa. Possuindo o casamento

como um limite para confidências, fala da menstruação como marco determinante e limitador de suas ações. É possível, ainda, ouvir uma jovem militante de 15 anos, casada, do mesmo acampamento e que faz a seguinte observação: *O meu sogro sempre dizia pra mim, lugar de mulher e gato é em casa, e de homem e cachorro é na estrada.*<sup>294</sup> Também a opinião de Jacinto que acerca da igualdade entre homens e mulheres listada na cartilha do MST fala que: *Dizem, só que sei lá, eu na minha opinião é diferente um pouco.*<sup>295</sup>

Estas falas revelam a pluralidade de sujeitos, que integram um movimento social há um tempo relativamente recente e que, além de guardar - e muito - seus valores culturais acerca das construções de gênero, não possuem ainda a preocupação, ao menos retórica, de destoarem da proposta oficial do MST.

Mas a mudança, a construção da necessidade de mudar, repete-se a todo momento nas falas e publicações do MST. E homens e mulheres passam a ser parte deste processo subjetivo, percebem-se nele constituindo-o em suas narrativas. A fala de Mário, uma das lideranças do assentamento Conquista na Fronteira, traz uma das dimensões dos investimentos feitos nesta perspectiva:

Desde o início que nós chegamos aqui a gente vem discutindo isso, se fosse ver quem eram nossas mulheres dez anos atrás, elas eram totalmente diferentes, quem falava era o homem. Hoje tu vai para uma discussão dos núcleos as mulheres falam até mais que os homens, e muitas coisas são definidas pelos votos das mulheres, não só dos homens.<sup>296</sup>

Esta fala está em consonância com outras tantas que afirmam como a situação das mulheres no MST apresenta diferenças em relação à vida anterior. Como tudo melhorou e modificou com a mudança. É uma recorrência que aparece nas falas das lideranças

---

<sup>293</sup> Ana. Entrevista. 06/06/98. Abelardo Luz/SC.

<sup>294</sup> Marta. Entrevista. 06/06/98. Abelardo Luz/SC.

<sup>295</sup> Jacinto. Entrevista. 06/06/98. Abelardo Luz/SC.

<sup>296</sup> Mário. Entrevista. 16/02/98. Dionísio Cerqueira/SC.



masculinas e femininas, e também naqueles que não ocupam ou exercem funções de líder, quando questionados diretamente sobre o tema. Os encontros nacionais ou estaduais, as publicações, quando discutem o assunto, possuem a mesma determinação: questionar pouco e exaltar muito as diferenças, delimitar as fronteiras de um antes e um depois do MST. São ações que (re) produzem, reafirmam e portanto, inscrevem jeitos de ser o novo construindo e reconstruindo um devir MST.

Um outro ponto importante para a compreensão de parte desse processo é observar a forma de como ele chega aos interiores do Movimento. A professora da Escola Agrícola do MST em Fraiburgo/SC, Roberta, dá pistas disso ao explicar o que é feito com os materiais que recebem com a indicação de serem trabalhados em cursos de formação: (...) *O trabalho com as mulheres a gente também estava fazendo. Tem um material aí que veio em nível nacional do Movimento Sem-Terra, cartilha sobre gênero e a gente trabalhou alguns temas com elas.*<sup>297</sup> A Cartilha é de gênero, e mesmo com as últimas discussões que procuraram incorporar essa preocupação, com encaminhamentos de que seja trabalhada com ambos os gêneros, toda a questão do “homem novo”, “mulher nova”, a educadora explica com naturalidade que o trabalho é dirigido apenas às mulheres.

Falando sobre a desigualdade de gênero no Movimento, o “machismo” é diagnosticado como uma das causas. Mas é possível observar que, na maior parte das vezes, o “problema” é exclusivo e quase que isoladamente atribuído ao gênero feminino. Pois, aparece na fala dessa professora, por exemplo, que a mulher “assume tudo” na casa e não deixa muita coisa para o homem fazer, isto é, ajudá-la. Questionada sobre a distribuição dos cargos de liderança e das decisões do Movimento, Roberta respondeu:

---

<sup>297</sup> Roberta. Entrevista concedida no assentamento Vitória da Conquista, Fraiburgo, à Lenita J. Farias Raad. 18/05/2001.

Geralmente as decisões são tomadas pelas famílias, e aí tem aqueles trabalhos nos núcleos (...) E a idéia, pelo menos para esse ano, nas Coordenações Regionais é ter bastante mulher. Até esse ano (2001), nas Coordenações Nacionais está meio a meio, metade homem, metade mulher. Foi um grande avanço que teve. No Rio Grande do Sul, é meio que obrigatório a presença da mulher na Coordenação dos Núcleos também. No núcleo tem o coordenador e a coordenadora. Nós aqui ainda não conseguimos, mas a idéia era também, com essa de se fazer estudos de gênero, fazer com que as mulheres participassem mais. Mas ainda tem bastante problema com a participação das mulheres.

(Pergunta: Mais por uma timidez das mulheres em participar?) Eu particularmente achava que era muito ainda aquele machismo. Mas pelas reuniões que nós fizemos aqui na escola, deu pra perceber que as mulheres tem um problema, elas ainda sentem muita vergonha de sair...assumir...tem muito medo, muito bloqueio.<sup>298</sup>

A fala de Roberta não informa novidades, porém, reafirma algumas noções fortes que circulam não apenas entre as falas, mas também entre as publicações do Movimento. Ao contrário das cartilhas, dos jornais, das revistas que, - por serem escritos -, têm seu conteúdo revisto e redirecionado, as falas recuperadas desvelam as reconstituições normativas que marcam os limites e lugares das mulheres no MST. As mulheres criam problemas, têm bloqueio, não assumem seus compromissos com a luta, com o político e, ainda, negam a ajuda do companheiro em casa. Nesse caso, Roberta não contradiz o escrito, assim como a prática também não. Porque o escrito investe em mudanças, mas o faz também no interior dos mesmos limites. É por isso, que há recorrências, regularidades sobre mudanças e ao mesmo tempo sobre permanências. Ou seja, mudar e continuar o mesmo têm sido as fronteiras ainda sem riscos de erosão na substância de seus discursos.

Uma outra fala, num outro momento, traz como o redimensionamento das questões de gênero foi apropriado pelas mulheres:

A gente não era muito valorizado, não tinha uma formação. A gente foi criado assim que a mulher era para fazer parte da casa, e os trabalhos. A partir que a gente entrou pro MST, a gente viu que a mulher tem direitos quanto o homem tem, essa foi a grande mudança. A gente teve a oportunidade de participar, de ter formação, de participar de cursos.

---

<sup>298</sup> Idem.

Cursos importantes, da saúde da mulher, da saúde das pessoas dentro do assentamento. A gente começou a ter oportunidade de se organizar, e lutar pelos direitos da mulher, e ter os mesmos direitos que o homem tem.<sup>299</sup>

A fala acima, de Marina, residente no assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira e integrante do MST desde suas primeiras ocupações, reconstitui como vai sendo construída a necessidade de mudança. Dimensão que põe em perspectiva novamente a “formação”. Só que percebemos uma especificidade: os cursos e as discussões aqui presentes, parecem ter sido voltados para a “formação” das mulheres.

Estas falas voltam a reforçar a relação hierárquica entre o sujeito que “sabe e o que não sabe” promovida através da “formação”. A narrativa de Maria Tereza contribui de forma importante para este entendimento:

Que nem aqui interno da Cooperativa, todo mundo participa das reuniões. Mas se for sair no município, ou outra cidade, daí são escolhidas umas pessoas que já vão fazer o curso e quando vem repassa pro pessoal, tudo é discutido.

(Mas como é repassado?)

Traz escrito, anota alguma coisa, traz em livros, e mesmo se não consegue anotar tudo, vem e coloca como foi o curso, quem tava no curso, quem deu formação pra ele, sai e tem de vir e esclarecer pra que era o curso.

Na citação acima estão presentes alguns aspectos bastante significativos, os quais, além de informar uma das maneiras utilizadas para fazer circular os discursos, as prescrições sobre as circunstâncias que envolvem as mulheres na luta, dão conta de que, na impossibilidade de todos participarem ao mesmo tempo de uma reunião ou de um curso de “formação”, aqueles que vão possuem a responsabilidade de repassar as informações, as discussões aos que ficaram e põem em perspectiva, ainda, o fato de que o redimensionamento das relações entre homens e mulheres no interior do MST são conduzidos sempre na perspectiva de fortalecer o Movimento.

---

<sup>299</sup> Marina. Casada, dois filhos. Entrevista. 02/09/99. Dionísio Cerqueira/SC.

Isto porque Maria Tereza entende que a importância desses cursos e reuniões são para que as mulheres *que têm mais consciência vão dando idéia e conscientizando as outras pra participar também. Elas vão pra reunião, quando voltam colocam pras mulheres qual foi a importância da reunião e tudo mais, pra elas ir se engajando na luta, pra participar.*<sup>300</sup> É significativo registrar que, muitas vezes, são sempre as mesmas que vão, o que torna este processo ainda mais complexo, pois institui e sedimenta diferenças entre elas. Diferenças sentidas e de certa forma, expressas:

Aqui as pessoas têm que ser tudo igual, tu tem que dar o exemplo aqui dentro para as pessoas de fora. Tem muita gente aqui que gosta de falar mal da Cooperativa, eu não sou uma pessoa de falar mal, porque a Cooperativa somos nós. Só que cada um tem um costume... Tem umas que andam mais bem vestidas, outras menos, conforme a capacidade das pessoas.<sup>301</sup>

Também as falas destas e de outras mulheres são também possibilidades de questionar os cursos, as “conscientizações” pois, num primeiro olhar, parece que as prescrições são conduzidas para que as mesmas passem a perceber, mais do que seus direitos, seus deveres para continuar garantindo a coesão do MST. Algumas publicações, como os Cadernos de Formação, vêm reforçar essa mesma idéia:

É muito importante que todas as pessoas que trabalhem regularmente nas atividades da cooperativa de produção estejam legalmente registradas como sócias.(...) A orientação não visa apenas o ponto de vista legal. Mas o mais importante é que do ponto de vista político, na medida em que todos são sócios, assumem sua posição de igual para igual na cooperativa, com direitos e deveres iguais. No caso da mulher, na medida em que se torna sócia, integra-se ao processo de produção e através do econômico vai criando espaço cada vez maior para a participação na discussão política, **tornando-se um membro ativo na construção da cooperativa**<sup>302</sup> (Grifo meu)

<sup>300</sup> Maria Tereza. Casada, dois filhos. Não exerce posição de liderança, mas seu marido, sim. Entrevista. 02/09/99. Dionísio Cerqueira/SC.

<sup>301</sup> Odete. Entrevista. 03/09/99. Dionísio Cerqueira/SC.

<sup>302</sup> MST. “Cooperativas de Produção - Questões práticas.” Caderno de Formação n.º 21. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2ª edição, abril de 1996, p.28.

As lideranças, acreditam que mesmo com tantos esforços e investimentos, as mulheres ainda não estão ocupando seu lugar político no Movimento. *Poucas mulheres atuam como militantes nas instâncias do MST.*<sup>303</sup> Dificuldades que oscilam em níveis distintos dos discursos, dependendo do lugar e do momento que se fala. Às vezes as dificuldades recaem sobre o próprio comportamento feminino, e outras sobre o “machismo e a discriminação.” Em entrevista a Bernardo Mançano, Stédile fala que a participação de mulheres, idosos e crianças no Movimento é um dos pontos nodais da força do MST: *percebemos que aí residia nossa força, pois o homem além de machista, é conservador e individualista. O movimento, na medida em que inclui todos os membros da família, adquire uma potencialidade incrível.*<sup>304</sup>

Essas polaridades limitam o espaço para as tentativas de se transformar as relações de gênero no interior do movimento. Limites que enfatizam e marcam o ponto de partida desses investimentos: prioritariamente a perspectiva de que a participação política das mulheres se dê sempre no sentido de contribuir para o crescimento e fortalecimento do MST. Uma participação cujas ações e benefícios também já estão dados discursivamente. Nas atividades políticas e nas cooperativas existentes nos assentamentos, as mulheres teriam:

espaço para a libertação econômica ao mesmo tempo em que devemos garantir a formação político-ideológica. Com isso as companheiras tendem a se tornar agentes ativas na vida da cooperativa e na luta pela transformação da sociedade.<sup>305</sup>

E, para alcançar este objetivo, concluem que as mesmas:

**devem também aceitar o desafio de buscar este espaço**, de se associar, de participar das instâncias de direção”, isto porque, “devemos sempre ter

---

<sup>303</sup> MST. “Cooperativas de Produção - Questões práticas.” Idem, p.33.

<sup>304</sup> STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Op. Cit., 1999, p.32.

<sup>305</sup> Idem, p.34.

claro que a luta pela libertação da mulher é parte da luta pela transformação da sociedade.<sup>306</sup> (Grifo meu)

Há muitas elipses nos discursos sobre transformação e gênero no MST as quais desvelam a existência de diferentes formações e pensamentos buscando construir a necessidade de mudar. Assim é possível encontrar de tudo, da exigência e culpabilização das mulheres no processo, em não participar, até a aposta na transformação da sociedade como forma de mudar as relações a partir da participação das mulheres na luta, entre vários outros argumentos.

Observando que a “libertação da mulher” só será efetiva com a transformação da sociedade, Izabel Greem, da Coordenação Estadual do MST do Paraná, abordou a complexidade de se falar sobre uma “política de gênero”. Segundo ela, para mudar a situação das relações de gênero faz-se necessário a mudança de comportamentos de mulheres e homens. Processo entendido por Izabel Greem como revolucionário, pois, estaria localizado na “transformação da estrutura da sociedade”, onde a construção de uma *harmonia das relações de poder* dependeria do trabalho feito *dentro e fora do MST...*<sup>307</sup>

Nos últimos 20 anos, principalmente, na última década do século XX, as mulheres e homens sem-terra foram os sujeitos sobre os quais os investimentos para a transformação da sociedade foram experimentados, nos discursos e práticas do MST. Mulheres, sujeitos sobre as quais as mudanças foram dirigidas, construídas, exigidas. Em acampamentos e assentamentos do MST diferentes indivíduos, vindos também de lugares distintos, se deparam com normas, práticas organizacionais, escutam e entoam canções que (re) produzem idéias de um Movimento, construindo devires, (re) produzindo a si mesmos. Nos interiores desse processo subjetivo reinventam suas práticas agora dimensionadas para um

---

<sup>306</sup> Idem, Ibidem.

sujeito envolvido num sistema coletivo, atuante nas questões políticas em função de um determinado grupo. Questões que de acordo com o discurso de seus líderes, em especial, vêm defender a difusão de *valores humanistas e socialistas (...) eliminando as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero*.<sup>308</sup>

E para que “novos” valores sejam plenamente vivenciados, para que as relações de gênero, políticas, raciais, de classe sejam repensadas ou reconstituídas, o MST se colocou enquanto necessidade, diferenciadas maneiras de constituir outros hábitos, costumes entre seus integrantes. Construir e reconstituir de diferentes formas o novo, a transformação, a revolução. O que não deixa de ser também uma forma de “particularizar” a cultura, ou seja, de buscar fazer com que homens, mulheres e crianças tenham um sentimento de pertencimento, sintam-se parte de um território - no caso o MST - e assim não fiquem perdidos e, principalmente, que não lutem por um mundo abstrato, mas sim, por um mundo do qual façam parte e, sobretudo, acreditem sem ressalvas ou questionamentos.<sup>309</sup>

Mudança?

---

<sup>307</sup> “Fazendo Gênero”. Revista Sem Terra. Ano II, n.º 6, Jan/Fev/Mar, 1999, p.30.

<sup>308</sup> AZEVEDO, Reinaldo. MST S/A República. Dezembro, 1996, ano 1, n.º 2, p.62.

<sup>309</sup> Ver: GUATTARI, Félix. Op. Cit., 1999, p.20.

## CAPÍTULO IV

**“Com muita frouxura não vai o MST”:**<sup>310</sup>

### **Normas, disciplinas e outros investimentos na produção do sujeito militante**

Ao longo de sua história o MST foi construindo e sistematizando seus discursos, suas práticas como investimentos, formas de organizar as atividades de seus militantes. Caminhos onde o devir MST implicou necessidades de mudar não só jeitos de fazer, mas também, de ser de homens, mulheres e relações. Produções subjetivas presentes em normas, disciplinas, valores e hierarquias que tentaram e desejaram o novo sob o político, o econômico. E desejaram não só construir, mas normatizar os sujeitos e suas formas de lutar. Dispositivos disciplinares, que travestidos de “princípios organizativos”, teriam surgido, sobretudo, a partir de 1985, com a finalidade de se evitar e corrigir “erros e desvios,” nos militantes. Entre estes princípios, “instâncias de poder” foram criadas e exercidas através de suas múltiplas comissões.

É possível perceber a produção desses dispositivos em relatórios, publicações. Do I Encontro Nacional dos Sem Terra que reuniu grupos de diferentes estados brasileiros em janeiro de 1984, em Cascavel/PR, saíram seus primeiros princípios e normas. Mas foi em 1985, no Primeiro Congresso do MST, em Curitiba, que os “Princípios Fundamentais do Movimento” seriam aprovados e constituídos como tal. Depois disso, suas lideranças ainda

---

<sup>310</sup> Maxmiliano. Casado, uma filha. Entrevista concedida em 10/01/01. Dionísio Cerqueira/SC.

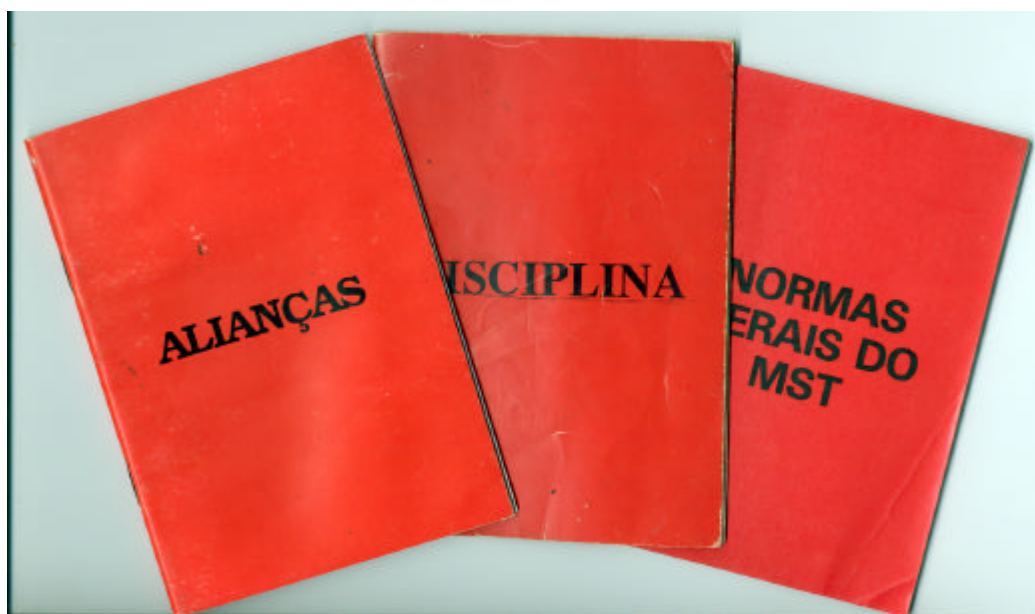


iriam incorporar e reconstituir novos objetivos através da construção e reconstrução de sua história e de suas lutas. Entre seus objetivos destacam-se os estratégicos e os táticos. Como estratégicos estão: a conquista da terra para quem nela trabalha; a reforma agrária como mudança nas formas de organização e propriedade na agricultura brasileira e a transformação da sociedade. Este último, caracterizado como a possibilidade de uma sociedade sem explorados e exploradores.

Os objetivos táticos presentes nos discursos do MST seriam aqueles relacionados com as necessidades imediatas dos trabalhadores rurais sem-terra e que acabaram desdobrando-se na medida em que o MST se produz MST. Entre esses objetivos estão: organização da produção nos assentamentos; organização de uma educação alternativa nos assentamentos; formação de quadros no MST; conquista de recursos de crédito rural oficial para viabilizar os assentamentos; conquista de fazendas e latifúndios em todos os estados; conquista de todas as áreas em que existem conflitos; organizar a base social nas mais diferentes formas, como associações, sindicatos, partidos.

As práticas ou o fazer as coisas também foram organizadas em torno de alguns percursos. O MST construiu seus princípios básicos: agitar as massas com a necessidade de anunciar a esperança, mobilizá-las para que estejam sempre na direção de assumir a conquista de seus direitos. Além disso, sua organização, articulação e a combinação de diferentes formas de lutas foram pensadas e estruturadas como princípios fundamentais, construídos para sustentar e viabilizar o movimento. A necessidade de construir alianças, táticas, estratégias e de um ideal. Formar os militantes partindo da idéia de que quem luta “sabe”, mas quem “sabe” luta melhor ainda. Preparar os dirigentes, pois uma liderança nasce da luta e é construída a partir de sua capacidade e seu compromisso com a luta. A idéia de que as lideranças precisam circular...

A produção dessas substâncias normativas, em suas regularidades, de certa forma, tem garantido o estabelecimento, *uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso*,<sup>311</sup> processos que buscam produzir sujeitos, relações nas dobras de um devir MST.



**Figura 08 - Manuais do MST distribuídos entre seus militantes.**

De cores e formatos sugestivos, são vermelhos e de bolso, os manuais são utilizados nos acampamentos e assentamentos, sendo que estes últimos elaboram seus próprio códigos disciplinares procurando considerar os já cortidos nesses publicações.

Neste capítulo, além desses manuais, foram investigadas algumas das publicações mais expressivas de alguns momentos do processo de construção do MST. Dizendo o que uma organização deve ser, se diz muito sobre o que um militante deve ser. E, em certas ocasiões, o militante perde sua abstração e ganha um gênero. Nestas dobras podemos

---

<sup>311</sup> FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassalo.

pensar o discurso como portador de enunciados que informam o que se quer e se espera de um gênero masculino, mesmo que sob o novo. E, falando do masculino, não se pode perder a dimensão do feminino. Dimensão enraizada numa construção binária, onde sistemas de pensamento e lógicas constituem um sempre em oposição ao outro.

Lugares de gênero, mas também lugares onde se pensa questões como normas, disciplinas, mística, simbolismo, músicas como investimentos em construir e conduzir emoções. Como estas práticas foram sendo apropriadas, reconstituídas pelo MST? Quais são os seus lugares no projeto de transformação social? Na direita já se sabe quais os lugares que elas ocuparam, nas ditaduras, nos regimes totalitários mas, e no MST?

#### IV.1. Dispositivos disciplinares

As normas do MST foram sistematizadas e publicadas em 1989 pela Coordenação Nacional já sediada em São Paulo. Stédile, a voz mais visível do Movimento, apresenta sua versão sobre o processo de produção desses diferentes dispositivos:

O que mais aprendemos com as organizações camponesas que nos antecederam, no Brasil e na América Latina, foi que no desenvolvimento do movimento, apesar de ser camponês e possuir um caráter social, deveríamos nos preocupar em aplicar alguns princípios organizativos. Por quê? Porque esses princípios, **se respeitados, iriam garantir a perenidade da organização**. Não são normas, não são sugestões. São princípios.<sup>312</sup>

As “Normas Gerais do MST” circulam como sendo “princípios norteadores” das ações do Movimento e de seus militantes. Lutar por uma sociedade sem exploradores e explorados é a ordem de luta baseada fundamentalmente na construção de uma nova

sociedade e um novo sistema econômico. Também dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores.

Significa que compreendemos, com a experiência histórica dos demais movimentos camponeses, que somente é possível avançar e conquistar reforma agrária, se nosso movimento tiver quadros, lideranças preparadas, em todos os sentidos. E que a direção do movimento deve estar na mão dos trabalhadores.<sup>313</sup>

As normas do MST dispõem sobre as instâncias de “Poder Nacional”, o nível mais elevado na tomada de decisões. Destas instâncias, o Congresso Nacional do movimento, que ocorre a cada 5 anos desde 1985, é constituído como uma instância máxima. Até esse momento, foram realizados 4 congressos, o último deles em Brasília no ano de 2000.

Os Encontros Nacionais do MST também são instâncias de poder e podem acontecer a cada 1 ou 2 anos. Todas as definições tomadas nesses encontros devem ser encaminhadas e respeitadas por todas as outras instâncias do movimento. Também são instâncias os grupos de coordenação, que são distribuídos como municipais, estaduais e nacionais. Existem também a “Direção Nacional” e a “Comissão Nacional dos Assentados”, dentre vários outros níveis de poder instituídos.

Inscritas nas “Normas Gerais do MST” estão os princípios que organizam e instituem estas instâncias de poder. O artigo 35 versa sobre o profissionalismo que todos os membros que fazem parte das comissões necessariamente devem ter. Nesse caso, o profissionalismo é entendido como forma de transformar a luta pela terra e a organização do movimento como uma profissão de militante, a qual precisa amar e dedicar-se de corpo e alma. Além disso, deve necessariamente procurar aperfeiçoar-se cada vez mais, principalmente em funções e tarefas que lhe foram designadas. Os artigos dessas normas são a sistematização daqueles pontos destacados nos relatórios do início de 1980. A idéia,

---

<sup>312</sup> STÉDILE, João Pedro e Fernandes, Bernarndo Mançano. Op. Cit. 1999, p.39.

por exemplo de que “só quem possui o saber possui o poder”, está bem presente no capítulo VI, artigo 38 das “Normas” sobre o estudo. Prática que permanece em destaque, e que precisa seguir sendo estimulada. *Quem não sabe, é como quem não vê. E quem não sabe, não pode dirigir.*

Em relação às instâncias também são estabelecidos alguns critérios a serem seguidos. Um deles reside no fato de que nenhum líder de instância, seja ela estadual ou nacional, possui prazo definido para cumprir seu mandato, ou seja, poderá ficar a vida toda ou um só dia, depende de seu comportamento. *Seu mandato pode ser revogado a qualquer momento, por decisão da instância que o indicou e ser substituído por outro companheiro.*<sup>314</sup>

O código disciplinar do MST ao tratar dessa questão contribui para que não haja dúvidas quanto a esta decisão. Ao que parece, as lideranças adquirem este caráter de mobilidade justamente para que o líder ou coordenador siga sempre a indicação da maioria, tenha o compromisso de falar em nome do Movimento e, principalmente, não deva falar sobre assuntos não autorizados, os quais estejam relacionados ao MST, isso sob pena de ser destituído.

Além disso, há todo um comportamento específico a ser seguido pelos membros dessas instâncias:

Todo membro de qualquer instância de representatividade e de poder deve ser um companheiro exemplar, coerente e zelador de todos os princípios e normas do movimento. O não respeito a esses princípios fundamentais, bem como o envolvimento em fatos graves de desvios morais e legais que afetam a vida do movimento, deverão ser julgados pela instância a que pertence, com direito a autodefesa, e em caso de culpado, ser imediatamente substituído.<sup>315</sup>

---

<sup>313</sup> Capítulo I, artigo 12. MST. Normas Gerais do MST. São Paulo: Direção Nacional, 1989.

<sup>314</sup> Capítulo V, artigo 30. Idem.

<sup>315</sup> Capítulo V, artigo 32. Idem.

A articulação das mulheres também tem seu lugar entre as “Normas.” O capítulo VIII é todo voltado à articulação das mulheres. Os artigos 51 ao 55 falam acerca da necessidade de estimular a participação das mulheres em todos os níveis de atuação do MST, incluindo as instâncias de poder. E situam como um dever do Movimento, combater todo e qualquer tipo de discriminação em relação às mulheres. Inclui-se aí a luta contra o “machismo” e qualquer manifestação que possa impedir a igualdade de direitos e condições das mulheres trabalhadoras. No interior de acampamentos e assentamento, as mulheres devem ser estimuladas a se organizarem em comissões que discutam especificamente problemas relativos ao gênero feminino.

Estabelece-se nestas “Normas” que todas as instâncias, municipal, estadual e nacional devem estimular as mulheres a participarem ativamente das comissões e demais formas de organização do MST. Em nível nacional deve funcionar uma equipe de mulheres que tem como função:

- a) Pensar, propor e planejar políticas específicas para a organização das mulheres sem terra, e apresentá-las à direção e Coordenação Nacional.
- b) A equipe de mulheres a nível nacional será formada por indicação da Direção Nacional, como um organismo específico de trabalho dentro dessas instâncias.
- c) Será de responsabilidade da Equipe Nacional a elaboração de materiais, publicações e assessorias, para subsidiar e orientar o trabalho específico com mulheres do movimento.<sup>316</sup>

Convém notar, neste momento, que os elementos presentes nesta publicação de 1989 são fruto das discussões que tiveram lugar no 4º Encontro Nacional, realizado na Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, no início de 1988. No capítulo IV, deste trabalho foram abordadas as relações entre tempos/lugares na construção das preocupações com e sobre as mulheres no MST. Todavia, é importante lembrar que 1988, foi o ano da entrada em vigência da Constituição Federal e que, em função das mais variadas discussões

de grupos feministas, constituiu um enorme avanço na situação jurídica das mulheres brasileiras. Portanto, foi em parte devido a circulação desses discursos, que o Capítulo VIII, das “Normas” do MST foi construído.

Mas este “Capítulo” e seus artigos informam ainda, outras questões. Seu conteúdo aponta para uma sistematização e um ordenamento de como a questão das mulheres passaria a ser tratada no MST. Primeiramente a subordinação incondicional à Coordenação Nacional, a qual todas as propostas ou projetos políticos teriam que ser apresentados. Depois a própria forma como seria constituída a equipe de mulheres que trabalharia com estas questões, também sob indicação da Coordenação Nacional. Além, é claro, do próprio controle do material e publicações que seriam postos em circulação sobre o mesmo tema. Segundo estas informações, o que se pode concluir é que o “Coletivo Nacional de Mulheres”, da segunda metade da década de 1990, assim como suas ações, é um trabalho organizado e gerenciado por homens, visto que a Coordenação Nacional possui em seu quadro uma maioria absoluta de homens: das 21 pessoas que compunham esta instância de poder, ainda no final da década de 1990, apenas 6 eram mulheres.

Sobre a publicização e circulação das idéias e informes do MST também são estabelecidos critérios. O Jornal Sem Terra, editado sob a responsabilidade da Direção Nacional, é alçado como porta-voz do movimento oficialmente e tem suas normas fixadas por essa instância. Além disso, é importante notar que, nesse momento, há clareza sobre o lugar da circulação das idéias do MST, as quais podem ser conferidas nos artigos 63 e 64. Todos os meios possíveis devem ser usados para divulgar suas idéias e lutas. Sendo que a elaboração tanto dos programas quanto dos materiais de cada meio de comunicação usado, está diretamente subordinada a cada instância onde circula. Por isso, mesmo que o MST

---

<sup>316</sup> Capítulo VIII, artigo 55, Idem.

não tenha apenas publicações nacionais, mas também locais, todas necessariamente precisam estar em consonância com suas decisões.

Os boletins informativos do início da década de 1980 transformaram-se no Jornal Sem Terra em 1981. Entre 1983 e 1984, passava a circular também nos interiores do MST, seus Cadernos de Formação e muitas outras publicações oficiais. Os articuladores do MST certamente sabem da importância da circulação de seus discursos, para a construção de opiniões. E, mesmo que algumas lideranças afirmem que o MST não possui uma assessoria de imprensa, ela existia em 1985 se auto-denominando como tal, conforme é possível notar em documentos arquivados na CPT em Florianópolis e na Secretaria Estadual do Movimento em Chapecó. Mas, a partir da segunda metade da década de 1990, se observa um expressivo volume de publicações oficiais sobre o MST de outras ordens: como livros, artigos, etc. João Pedro Stédile, sozinho ou em parceria com outros autores, é o nome mais evidente, mas também há outros autores, que mesmo não sendo lideranças instituídas como tal, fazem parte, evidentemente de seu círculo de colaboradores e articuladores políticos. Numa longa entrevista, na Revista Caros Amigos, mais uma vez é Stédile que informa sobre particularidade desse aumento significativo de publicações. Segundo ele, são as editoras que têm pedido para publicar livros sobre o movimento. *Tem livros traduzidos para o italiano, alemão, inglês, espanhol.*<sup>317</sup>

As “Normas” também discorrem sobre a manutenção financeira do MST. Cada instância deve tomar iniciativas com empreendimentos econômicos e financeiros, de propriedade coletiva do Movimento que venham representar a entrada de recursos para o

---

<sup>317</sup> Entrevista com João Pedro Stédile. “As armas do MST”. Revista Caros Amigos. Ano IV, número 39, junho de 2000, p.33.



mesmo. Fixa que cada instância deve anualmente preparar um plano de arrecadação de fundos para o MST. E informa também as penas para aqueles que se negarem a contribuir:

Artigo 71: Quando um trabalhador sem terra vinculado ao Movimento se recusar a contribuir e cumprir com as deliberações coletivas, poderá ser automaticamente desligado do Movimento; Artigo 77: Toda família de assentados ou grupos, que se recusar a cumprir as deliberações do coletivo de assentamento de seu estado, deverá ser desligada do Movimento, após passar por um processo de discussão e defesa a nível da Comissão Estadual dos Assentados e Executiva Nacional”.

O MST também construiu manuais que tratam especificamente da disciplina. Este conjunto de dispositivos constitui-se como um dos mais importantes princípios do MST. São diversos e diferentes mecanismos construídos nesse sentido. A disciplina seria uma espécie de valor recuperado, uma prática fundamental para sua organização. O regulamento da disciplina aprovado por sua Coordenação Nacional, em janeiro de 1992, foi alvo de intensas discussões em diferentes níveis no interior do MST. Um projeto bastante ambicioso: construir um sistema disciplinar que consiga corrigir erros e falhas para que o movimento possa avançar em suas conquistas. Isso, partindo do entendimento que o segredo de uma organização social estaria diretamente relacionado com sua capacidade de não cometer falhas e de ter uma disciplina eficiente entre seus membros.

No início da década de 1990, o projeto de construção do homem novo e de uma sociedade nova passou a ser organizado no interior das possibilidades das novas relações, tanto sociais quanto econômicas referentes a produção dos assentamentos. E foram sobre esses argumentos que se construíram as necessidades de se corrigir desvios internos, sejam eles de trabalho, morais ou políticos. Em função da “correção” desses desvios, os articuladores do MST passaram a apontar a necessidade de criação de mecanismos de controle corretivos que ajudassem o indivíduo a superá-los.

A disciplina ocupa um lugar de destaque nos interiores do MST e, mesmo que muitas vezes, as lideranças procurem outras explicações para sua prática, o que se observa são algumas recriações de um “sociedade disciplinar”, de técnicas que subjetivem jeitos de ser e agir “militante”.

As ULTABs<sup>318</sup> nos ensinaram muito sobre isso (disciplina). **Se não houver um mínimo de disciplina, pela qual as pessoas respeitem as decisões das instâncias, não se constrói uma organização.** Isso é regra da democracia. Não é militarismo ou autoritarismo. Muito pelo contrário. Repito, até para combater certos desvios basistas, que a democracia também exige normas ou regras para serem seguidos. Ninguém defende mais a democracia do que a classe trabalhadora. Ela luta permanentemente para conquistá-la e preservá-la. Ao contrário, o Estado burguês, para preservar o poder de uma minoria da população, é, por natureza, antidemocrático. Faz regras e normas com essa natureza. A regra da disciplina é aceitar a regra do jogo. **Se entro num movimento e não me submeto à sua organização interna, com certeza ele não vai para frente nunca.**<sup>319</sup> (Grifos meu)

Nota-se que é sempre sobre o argumento, afirmação da perenidade do Movimento que se produziu a necessidade de multiplicar o alcance do poder disciplinar. Mas inscrita nos discursos do MST está a afirmação que a disciplina nesse espaço seria democrática, ao contrário daquela praticada no Estado. Mas talvez o MST não esteja tão longe assim, como gostaria, de outras instituições que fazem e bem o uso da disciplina para garantir e legitimar sua existência, por mais que reafirmem o contrário. Exemplo disso é a criação de uma comissão de disciplina para cada instância do MST, ou seja, uma nacional, uma em nível estadual e em nível das instâncias de base. Na cartilha vermelha “Disciplina”, os organizadores dos códigos normativos falam da complexidade crescente do Movimento, o que exigiria sistematizações também crescentes das relações existentes entre os militantes; entre estes e as instâncias, enfim, sejam questões políticas ou íntimas, a vida interna

---

<sup>318</sup> Sobre ULTABs ver nota 62.

<sup>319</sup> STÉDILE, João Pedro e Fernandes, Bernarndo Mançano. Op. Cit. 1999, pp. 41/42.

aparece como lugar passível de organização. Isso tudo para que a busca de conquistas práticas e ideais socialistas não possa ser perdida.<sup>320</sup>

Estes mecanismos servem para provocar cada um, para que tenhamos novas atitudes e as penas podem variar de acordo com a transgressão ocorrida, podendo ser políticas, econômicas etc. Por exemplo: um companheiro que faltar a uma reunião ou a uma assembléia tem descontadas quatro horas de seu serviço por dia. Se um companheiro sai sem comunicar aos seus coordenadores descontamos 10 horas por dia que ele ficar fora da cooperativa e, para penas mais graves, discute-se nas instâncias e se aplica. Devemos trabalhar os aspectos da consciência do convencimento.<sup>321</sup>

Para o MST a disciplina é a obediência absoluta das normas estabelecidas nos princípios, regulamentos e demais disposições que venham a ter lugar em sua organização:

A disciplina numa organização social de massa e de militantes não se fundamenta na coerção, nem no temor ao castigo, mas sim, na **consciência política** e na educação socialista dos militantes, para a compreensão de seu dever revolucionário, na responsabilidade pessoal pelos cuidados com a organização e na lealdade à classe trabalhadora.<sup>322</sup>  
(Grifo deles)

Aqui é possível perceber que a disciplina organiza de modo ainda mais claro a hierarquia no interior do MST, pois separa massa de militantes, parecendo atribuir à última categoria uma educação política mais elevada, além disso sistematiza seus princípios com relação à formação, ela cede à idéia de educação socialista e a consciência perde parte de sua abstração ao ser classificada como política. Em 1992, já se tem clareza da idéia do que se quer e do que se fala. O que se quer: obediência. O que se fala: a disciplina é resultado direto da consciência política, reflexo da educação que cada militante, no trabalho político e organizacional receberia. Processo educativo que para consolidar a disciplina deve ser realizado em nível individual e coletivo. Entre esses níveis destaca-se o individual, pois é sobre o indivíduo que a disciplina deve ser exercida e não sobre o coletivo.

---

<sup>320</sup> MST. Apresentação. MST. Disciplina. São Paulo: Direção Nacional do MST, 1992.

<sup>321</sup> MST. Caderno de Formação n.º 21. Op. Cit. p.57.

<sup>322</sup> MST. Disciplina. Op. Cit., 1991, p. 07.

Em sua genealogia do indivíduo moderno como objeto, Foucault mostra a inter-relação da tecnologia disciplinar com uma ciência social normativa. Informa que os processos disciplinares, muito antigos, se tornariam no decorrer dos séculos XVII e XVIII em fórmulas gerais de dominação. Desse momento histórico das disciplinas, nasceria uma arte do corpo humano que visava não apenas o aumento das habilidades desse corpo e, *nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente.*<sup>323</sup> Tornar o militante obediente às normas e regulamentos não deixa de se constituir em formas de torná-lo mais útil, otimizar suas ações no e pelo movimento a fim de garantir sua continuidade e possíveis sucessos. É a busca do militante ideal, que no MST, tem seu lugar ao lado da construção do “novo homem” e da “nova mulher.”

Para a eficácia da disciplina, além do cumprimento absoluto de encaminhamentos e decisões, precisa-se proteger os segredos da organização. E ainda, ser honesto e estudar com dedicação, desenvolver a capacidade política e cultural, a fim de que a superação seja constante. Além disso, o estudo deve ser dirigido no sentido de aprender a “arte de organizar as massas”. Respeitar a hierarquia, observando regras de comportamento.

Entre os deveres dos dirigentes estão o de desenvolver constantemente a consciência coletiva, moral, política, ideológica e de combate aos militantes que não cumprem suas obrigações, colocando-lhes o respeito de dever, a seus compromissos, à honra e ao coletivo. Além de manter uma atitude intransigente com as violações do código disciplinar, chama a atenção o fato de que os líderes ou dirigentes não precisam adquirir consciência de nenhum tipo, pois se é um líder é porque já a tem e portanto só precisa desenvolvê-la.

---

<sup>323</sup> FOUCAULT, Michel.Op. Cit., 1987, p.127.

Segundo o Manual, a disciplina se obtém sempre a partir da educação dos militantes no *estudo da ciência da dialética, da economia política e da luta de classes*. O exemplo constante do dirigente no cumprimento das normas, decisões, regulamentos e demais disposições deve ser observado, pois este comportamento do líder é que inspira respeito e obediência aos militantes.

As normas disciplinares são de duas ordens: uma política e outra do comportamento pessoal, poderes sobre as pequenas parcelas da vida, uma espécie de “disciplina do minúsculo”.<sup>324</sup> Os princípios e objetivos das normas políticas foram aprovados em 1984, por ocasião do primeiro encontro que aconteceu no Paraná, e estas seguem sendo divulgadas em cartilhas e outros documentos. O MST também admite que em seu “Documento básico de 1989/1993” estão reunidas as principais linhas políticas a serem seguidas. Estão definidas nesse documento a atuação do Jornal Sem Terra, a formulação de uma política de Relações Internacionais para o Movimento e a organização dos manuais pedagógicos dos núcleos.

Sobre as normas de comportamento pessoal foram constituídas regras cujo objetivo é orientar como qualquer membro deve respeitar os demais companheiros e ao MST. Desde os membros da base até os militantes e dirigentes. *Existem algumas normas que independentemente do caráter do MST defendemos por sermos pessoas que queremos mudar a sociedade e portanto, devemos ajudar a construir o homem novo, com menos vícios e mais qualidades.*<sup>325</sup> Entre os principais erros de conduta e que devem ser evitados e combatidos destacam-se: criticar a organização ou algum companheiro em público, desrespeitando as instâncias onde deve ser abordado o assunto; desrespeitar as normas de

---

<sup>324</sup> A disciplina do minúsculo é parte da história do detalhe que atravessou a pedagogia, a medicina, a tática militar e a economia, conforme Foucault observou no século XVIII. Idem, pp.128/130.

disciplina mesmo fora do MST, em qualquer lugar onde esteja; usar indevidamente os símbolos e materiais do Movimento; delegar tarefas a pessoas erradas; introduzir o uso de bebidas alcólicas e outros tipos de desvios de trabalho; ter atitudes imorais em público ou em frente as bases do MST desrespeitando a realidade e os valores sociais, e ainda, estar bêbado em público e falar coisas indevidas.

No MST, as Comissões de Disciplina geralmente são formadas por três integrantes, sendo que existe a determinação de que haja uma comissão para cada instância do MST, ou seja, uma nacional, uma estadual, e também, nas instâncias de base. *Esses companheiros devem ser de comportamento exemplar e responsável.* O processo disciplinar é construído na perspectiva de atuar permanentemente para combater os desvios. Portanto em todas as instâncias do MST, especialmente na Direção Nacional, nas executivas estaduais e outras instâncias diretivas, deve-se zelar para que a cada seis meses se realize uma avaliação autocrítica do comportamento de seus membros e uma avaliação do cumprimento das normas do MST pela instância como um todo. São funções estabelecidas da Comissão de Disciplina:

Acompanhar o comportamento e o seguimento das normas políticas e normas de comportamento pessoal por parte dos militantes, dirigentes e membros do MST, relacionados com sua instância (nacional ou estadual).  
Analisar e investigar as denúncias de fatos conhecidos.  
Julgar, ouvindo as partes interessadas, a ocorrência de falta ou não.  
Propor as penas para as instâncias executivas (Direção nacional ou Executivas Estaduais)  
Propor métodos educativos que contribuam para educar os membros e militantes, para que se evite os erros ao invés de simplesmente aplicar penas.  
Estar atento a vida da organização para evitar desvios e erros.<sup>326</sup>

A complexificação das técnicas disciplinares no MST parece reconstituída desses desejos e vontades. As áreas de atuação de cada comissão disciplinar são bem marcadas. A

---

<sup>325</sup> MST. Disciplina. Op. Cit., 1991, p.16.

Comissão de Disciplina Nacional, por exemplo, é responsável pelas seguintes instâncias: Direção Nacional; Coordenação Estadual; Executiva Nacional e Sistema Cooperativista Nacional; Coordenação Nacional dos Setores do MST; Secretaria Nacional. As comissões estaduais de disciplina, por sua vez, devem cuidar: das executivas e coordenações estaduais; das comissões dos setores; das diretorias central e cooperativas de base; de outras instâncias de base.

O sistema de aplicação de penas dessas comissões pode variar, mas sempre entre limites fixos: econômico, político ou moral. Pode ser por exemplo, através de reposição de prejuízos econômicos: pagar com dias de serviço, reparar danos no patrimônio, desculpar-se em público. De natureza política são efeitos: destituição do cargo ou transferência para outro setor. Toda pena deve visar fundamentalmente recuperar e reeducar o militante e o dirigente, além disso a aplicação das penas deve ser de acordo com o grau de responsabilidade que cada um exerce dentro do MST. Quanto mais alta a posição mais severa a punição, para dar exemplo.

Observando seus manuais, parece estar claro que o MST deseja sujeitos capazes de se indignar, de lutar pela nova sociedade e novas relações, mas contudo, o que o MST parece desejar ainda mais, são corpos dóceis. “Corpos dóceis e mudos” são desejos antigos, datados. A sociedade disciplinar descrita por Foucault já inscrevia a figura de soldado ideal. Na segunda metade do século XVIII, o soldado tornou-se algo possível de ser fabricado. De um corpo inapto, produzia-se o que se precisava, *foi expulso o camponês e lhe foi dada a fisionomia de soldado.*<sup>327</sup>

---

<sup>326</sup> Idem, p.22.

<sup>327</sup> FOUCAULT, Michel. Op. Cit., 1987, p.125.

## IV.2. Devires sob “Alianças de ideais”

Em 1992 a Direção Nacional do MST passou a pensar em trabalhar a importância da política de alianças entre seus integrantes. Este tema já estava sendo discutido e consta inclusive entre as construções ou (re) produções de suas linhas políticas. No entanto, percebendo a dificuldade na apreensão da importância dessa estratégia, o movimento concluiu que precisava empenhar-se mais no trabalho de conscientização e esclarecimento sobre a política de alianças. Essas idéias são então reunidas numa publicação específica: “Alianças”.

Nesta publicação é possível pensar que, de alguma forma, as estratégias e táticas nos jogos e correlações de forças passam a ser uma necessidade entre as bases. Entenda-se por base a dimensão que os próprios discursos atribuem, o nível mais raso entre os integrantes do MST, divididos em lideranças, militantes e bases. Para o MST a aliança pode ter muitos significados, mas o principal deles é o de ser feito tendo sempre um objetivo claro, específico. As alianças podem ser afetivas, como o casamento ou políticas, como em diferentes grupos, organizações, movimentos. No entanto, as alianças são, sobretudo, táticas. Alianças que podem ser desfeitas logo que um determinado objetivo for alcançado. Por exemplo, *pode-se fazer aliança do MST com a diretoria pelega de um Sindicato dos Trabalhadores Rurais para se conseguir organizar uma grande mobilização de camponeses em determinado município. Passada a mobilização, que é o objetivo comum, deixa de existir a aliança com a diretoria pelega do sindicato.*<sup>328</sup>

---

<sup>328</sup> MST. Alianças. São Paulo: Direção Nacional do MST, 1992, p.31.



Esta publicação também fala sobre a natureza do movimento. Este item é bastante importante porque revela as estratégias no vir a ser MST. Nesse processo, observa-se que para garantir sua permanência e fortalecimento enquanto grupo, incorporaram-se tantas influências quanto se consideraram necessárias.

Em anos passados, realizou-se diversos debates sobre a natureza do MST e após muito debate, chegou-se a seguinte conclusão: que o MST é um Movimento de massas, de camponeses sem terra, autônomo e que tem, ao mesmo tempo, um caráter de movimento popular, de movimento sindical e de movimento político. Por isso é difícil entender sua natureza, porque possui ao mesmo tempo, três características conjuntas.

Estas características dizem respeito ao caráter popular, sindical e político do MST. O fato de toda a família participar: crianças, jovens, mulheres, adultos, velhos, faz com que a luta pela terra tenha um caráter popular. Da mesma forma, quando a luta do MST se prende apenas ao aspecto de conquistar a terra para resolver o problema de trabalho, o problema econômico de algumas famílias é uma luta sindical. Como político, o MST define a luta pela reforma agrária de forma ampla e geral. Está contido no político a convicção de que a *reforma agrária radical somente será possível com transformações profundas na sociedade. Com mudanças no poder. Logo, a luta pela reforma agrária adquire um caráter de luta política, pelo poder também*. Mas há advertências quanto ao posicionamento frente à luta, estas residem no fato de que se o integrante do MST se acomodar à conquista apenas da terra, o caráter político deixa de existir.

Mas, para além e dentro do político, destaca-se também um entendimento de alianças, de ideais, definidos como alianças que se constroem de outras formas:

Alianças de ideais são as alianças que se constroem entre diferentes forças e em torno dos ideais, em torno da “utopia”, em torno dos valores que constituem a ética e a moral defendidas por esses grupos. Embora esse objetivo não represente acordos, conquistas concretas, resultados, etc. ele representa uma aliança em torno de um projeto político, em torno de um modo de vida da sociedade. E tem um grande valor de exemplo, de solidariedade e de construção do homem novo. As alianças construídas

nesse horizonte são e devem ser permanentes, ultrapassam o longo prazo. Por exemplo, muitas alianças estratégicas poderão ser dissolvidas com a conquista do poder pelos trabalhadores. Ou com a implementação da reforma agrária. Mas a defesa dos valores do homem novo, da justiça social, da solidariedade, da fraternidade continuarão, mesmo com o poder político conquistado.<sup>329</sup>

Aqui, aponta-se para a necessidade de conferir um caráter de aliança em torno da construção do projeto político e social do MST. Mas é importante pensar na forma como essa necessidade passou a ser constituída, ou seja, a necessidade de se trabalhar a idéia de transformação da sociedade e construção do homem novo também entre suas ações táticas políticas. Existem razões bastante óbvias presentes no próprio texto: seria mais fácil implementar a reforma agrária ou conquistar o poder no Brasil, do que construir um homem novo e os valores implicados nessa construção. Mas, se o projeto é tão extenso, exigindo lutas tão permanentes porque a insistência? Talvez porque o poder ou a reforma agrária estejam tão intimamente imbricados e dependentes de uma transformação da sociedade e, esta por sua vez, tão intrinsecamente ligada à emergência de novos sujeitos, que precisam construir a possibilidade da possibilidade do sonho. Portanto, *as alianças construídas nesse horizonte são e devem ser permanentes, ultrapassam o longo prazo.*

Os investimentos nas relações são constantes e marcam presença de diferentes maneiras em todas as publicações pedagógicas do movimento. Nessa mesma publicação há uma parte destinada à discussão sobre a qualidade das relações que devem ser estabelecidas em prováveis alianças. Destaca-se nesse item que, além de entender os diferentes horizontes em que ocorrem as alianças, é necessário que os integrantes do MST levem em conta a qualidade das relações que se deve estabelecer na construção dessas alianças: táticas, estratégias ou da utopia. Deve-se sempre partir de uma idéia de igualdade, noção

---

<sup>329</sup> Idem, p.32.

que substitua práticas de paternalismo, submissão ou subserviência entre aliados, forte e fracos.

A construção da igualdade presente nos enunciados do MST constituiu-se num dos pontos mais complexos de seus discursos. A noção de igualdade pode ocupar num mesmo tempo diferentes lugares. Muitas vezes, falas carregadas de valores hierárquicos trazem desejos sinceros no dever de se partir sempre da igualdade. A própria constatação presente nessa mesma publicação acerca da confusão entre a militância que atua nas organizações do campo sobre o que significa a prática de alianças. *Existem muitos equívocos e desvios*, pode ilustrar melhor esse estranhamento:

Em primeiro lugar, os militantes, dirigentes e a base social devem entender que os contatos e as relações mantidas em nome de uma organização, de um movimento, de uma força política, tem a representação social do conjunto da organização. Quando uma pessoa vai ter esse contato, ela perde a sua individualidade, não é mais ela que está lá, ela passa a ser a cara, a representação de toda a organização. E os avanços da relação trarão benefícios para toda a organização e os prejuízos ou desvios dessa relação também serão debitados a toda a organização.<sup>330</sup>

Ainda sobre a qualidade das relações, fala-se sobre a política do relacionamento. Estratégia que se refere às relações e aos contatos que devem ser mantidos e alimentados com todas as forças sociais e políticas do campo popular. Essa política de relações se traduz na necessidade de visitas, conversas, reuniões, apoios, troca de informações, construção de amizades pessoais. Deve-se ter uma política de relacionamento permanente.

Cada organização, movimento e força política precisa construir sua imagem perante a sociedade. Vender sua identidade para as demais forças sociais e políticas. Por isso, qualquer organização precisa ter uma prática de relações públicas, para mostrar uma imagem simpática para a sociedade. Nesse aspecto, inclui-se a necessidade de qualquer organização relacionar-se com as autoridades e, às vezes, organizações da burguesia. Esse tipo de relacionamento é necessário. Faz parte da projeção nacional que a organização adquire, como representante de um segmento social. Quanto mais importante a organização maior será a

---

<sup>330</sup> Idem, p.34.

necessidade de se relacionar com autoridades e com outras forças adversárias e até contrárias. Relacionar-se não significa submeter-se, nem aliar-se. Faz parte do jogo, da luta de classes.<sup>331</sup>

*Cada militante, cada companheiro na base, cada dirigente, cada setor, cada instância, deve ter essa obrigação,* ou seja, a preocupação permanente em aplicar corretamente a política de alianças estabelecida. Para que cada objetivo seja enfim alcançado, a política de alianças deve ser uma tarefa de todos os que se sentem parte do MST. Em cada local de trabalho, em cada instância, existem objetivos a serem alcançados e portanto, necessitando de uma política de alianças correta.

Entre os objetivos “ideais” estão expostos valores e idéias que o MST vem constituindo e reconstituindo em seus relatórios, documentos, publicações diversas, reafirmando, desta forma, seu compromisso com o ideal de construção do “homem novo”.

*Um homem solidário, fraterno e justo.*

Nosso sonho de transformar a sociedade baseou-se também na utopia de construção de novas relações sociais, sem exploração. De novas relações pessoais, baseadas em novos valores humanos. Onde a dignidade, a felicidade, a igualdade, o desenvolvimento cultural e científico sejam direito de todos, justamente com o atendimento das necessidades básicas para toda a população. Esse é um objetivo permanente.<sup>332</sup>

Os valores também são mencionados de forma insistente em suas publicações, existindo inclusive publicações específicas que tratam apenas dessa questão. O trabalho também aparece como sendo um valor fundamental a ser recuperado. Há críticas contundentes àqueles tidos como maus trabalhadores em dezenas de cartilhas. Não é à toa portanto, que numa entrevista de Stédile o trabalho aparece como irredutível da própria humanidade dos homens: *o sujeito que não tem trabalho começa a virar macaco de novo,*

---

<sup>331</sup> Idem, p.36.

<sup>332</sup> Idem, p.43.

*se o sujeito não tem direito de trabalhar, se degrada humanamente.*<sup>333</sup> No entanto, há diferentes tempos dessas construções, dependendo do lugar em que este valor é reconstituído. Numa publicação sobre Cooperativas, lugar onde preocupação com o lado econômico da produção é grande, mau trabalhador é aquele que não produz tanto quanto os outros, ou que não percebem o trabalho na terra como uma forma de extrair riqueza, *se é o trabalho que se extrai a riqueza, como querer buscar o desenvolvimento social trabalhando pouco? Com isso muitos entram na Cooperativa pensando que irão trabalhar menos e ganharão mais. Estes, certamente se frustrarão, pois não existe outra forma de se construir riquezas que não seja pelo trabalho.*<sup>334</sup>

Ao lado do trabalho estão situados outros tantos valores que são colocados como necessários a serem recuperados como a honestidade, amizade, companheirismo, alegria, beleza, mística, festa, justiça entre outros. Aliás, a noção dos valores ocupa um lugar constante em diferentes publicações do MST. São dezenas de características trazidas como ideais. Um integrante do MST precisa saber exercer a autoridade, ser um educador, não perder nunca o vínculo com “as bases”, ter autoridade moral, consciência revolucionária, sensibilidade humana, boa apresentação visual, respeitar os valores da família não caindo em namoros interesseiros e oportunistas; ser educado, ter controle dos vícios, saber escutar, ser companheiro escutando e compreendendo o outro. O militante tem que saber dar e fazer entrevistas, fazer contatos, negociar, articular,

Há também a lista específica dos defeitos, características indesejáveis, aos quais os militantes não podem: não estudar, ser preguiçoso, impaciente, apressado, medroso, insensível, grosso, mentiroso, individualista, ser colaborador do sistema, desorganizado.

---

<sup>333</sup> Entrevista com João Pedro Stédile. “As armas do MST”. Revista Caros Amigos. Já citada, p.34.

<sup>334</sup> MST. Caderno de Formação n.º 21, Op. Cit., p.56.

Não podem andar mal vestidos/sujos, fazer as coisas sem planejar, comprar fiado nos botecos, discutir ou teimar com os companheiros em lugar público, falar dos problemas internos do MST para a base ou em lugares públicos.

As tentativas e os investimentos na construção de outras subjetividades no jeitos de ser de diferentes sujeitos trazem a preocupação do MST com opinião da sociedade sobre a imagem do Movimento e seus militantes, estes portanto, precisariam primar pelas qualidades, *principalmente porque somos o Movimento Sem Terra, e a sociedade olha muito o nosso comportamento*<sup>335</sup> Ao organizar sistemas de pensamentos e ações dessa forma, parece ficar a noção de que somente a recuperação e a compreensão de determinados valores tornariam possíveis aos homens e mulheres militantes, vivenciar e alcançar as transformações propostas pelo MST. Bem por isso, que sempre volta-se à questão da consciência política, pois a mesma seria a responsável pela própria unidade interna do MST, unidade que reverteria em contribuição *com a luta dos trabalhadores enquanto classe. Por outro lado, não se deve perder de vista a questão anterior dos investimentos e da dependência recíproca. Quanto mais o indivíduo for independente de tal investimento, mais zelará por ele e muito mais respeitará a organização.*<sup>336</sup>

Com relação ao “Regimento”, há algumas reflexões bem significativas que podem ser feitas a partir dessa mesma publicação. Sob o título: “O Regimento e os valores éticos na CPA” destacam-se que muitas vezes as tentativas de se manter a disciplina interna, de maneira rígida e detalhista, podem ser um problema ao invés de uma solução. *O excesso de rigor chega a um limite muito perigoso, pois as normas prevêm que um indivíduo não pode cometer três faltas ou será desligado da organização. Alguns já estão com duas*

---

<sup>335</sup> MST. “O que é o núcleo? Reforma Agrária, valores e embelezamento.” Caderno do Núcleo n.º 01. Chapecó/SC: Direção Estadual do MST, setembro de 1999, p.16.

*faltas, mas por outro lado não possuem um comportamento anti-social que o condene a sair da cooperativa, caso cometa mais uma falha.* Esta constatação aponta para um dilema vivido no interior do MST. O regimento é soberano e, portanto, o cumprimento ou não de suas normas possuem seus questionamentos: *Cumpre-se o regimento? Neste caso perde-se um companheiro que colabora com a Cooperativa. Não se cumpre o regimento? Significa que este será eliminado, pois ninguém mais se sentirá ameaçado, pois como não foi aplicado uma vez, pode não ser aplicado em outras.*<sup>337</sup>

O uso de bebidas alcoólicas está entre os principais erros, vícios e violações de condutas no comportamento pessoal e deve não apenas ser evitado, mas combatido. Nos acampamentos, esta é uma das normas mais vigiadas entre os homens. O artigo 23 e 29 da cartilha vermelha sobre “Disciplina” dispõe que é proibido: *Introduzir uso de bebidas alcoólicas e outros tipos de desvios no trabalho; e estar bêbado em público e falar coisas indevidas.*<sup>338</sup>

Mesmo observando que numa organização a disciplina não deve estar fundamentada na coerção ou no castigo, mas sim na consciência política, algumas vezes, estas duas práticas acabam regulando os princípios dos códigos disciplinares. A narrativa de Maxmiliano, recuperando histórias de seu tempo de acampado, informa como este dispositivo pode ser controvertido. Para ele, no acampamento o álcool tem que ser proibido mesmo – questão de controle -. No entanto, este “controle” causa alguns contratempos, podendo inclusive resultar, em certas ocasiões, em medidas mais “duras”:

Lá fora podia ir, (Beber) mas no acampamento não podia, mas sempre tinha aquele que furava as barreiras e conseguia entrar com uma cachacinha...mas tinha aqueles que sabiam tomar. (Mas eram punidos?) Se descobria a bebida era tomada e pronto! Se ele vinha da cidade, da

---

<sup>336</sup> Idem, p.57.

<sup>337</sup> Idem, p.56.

<sup>338</sup> Idem, p.18.

bodega, e trazia uma garrafa, ou um litro era revistado na guarita e era tirado, todos os dois. Não passava nada. Quantos garrafão de cachaça nós quebrava na guarita. Até “manιά”, (amarrar) nós “maniemo” um uma vez. Era severo. Ele saiu, bebeu e trouxe o garrafão, daí nós tomamos o garrafão e quebramos ele. Como ele tava bêbado “tava mais homem”, aí nós amarramos ele mesmo. Deixamos ele amarrado lá no barraco e a mulher dele deixou ele amarrado até o outro dia e aí desatou ele.<sup>339</sup>

Esta norma parece ser disposta e aplicada apenas aos homens, pelo menos esta é a única lembrada em diferentes narrativas, depois da honestidade e do trabalho, claro. As mulheres, ao menos nas dezenas de falas, não são constituídas como sujeitos que “bebem” e, portanto, não são o gênero sobre o qual a preocupação com a bebida alcóolica é depositada no MST.

Percebe-se assim que também sobre o gênero masculino recaem investimentos e intervenções no sentido de construir outras formas de comportamento para os homens. Mesmo que estes investimentos guardem aí uma distância bastante considerável, pois os investimentos feitos sobre o masculino não deixam de reconstituir certos modelos hegemônicos de masculinidade,<sup>340</sup> são sobre os gêneros, portanto, e não somente sobre as mulheres que mudanças no comportamento são propostas e investidas.

No entanto, se observa, que estes investimentos são também de outra ordem, pois tornam-se mais visíveis no interior da noção de família que perpassa os discursos do movimento. Convém lembrar que historicamente cabe ao gênero feminino normatizar os “vícios” masculinos, assim como estabelecer os limites dos mesmos. O MST critica, a todo momento, “o discurso burguês”, mas reconstitui alguns elementos que remetem fortemente para os valores presentes no interior destes discursos ditos ‘burgueses’. É o caso da família,

---

<sup>339</sup> Maxmiliano. Entrevista já citada.

<sup>340</sup> “Masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal que, não sendo atingível por praticamente nenhum homem, exerce sobre todos os homens um efeito controlador, através da incorporação, da reitualização da sociabilidade cotidiana e de uma discursividade que exclui todo um campo emotivo considerado emotivo.”



tão cara aos seus preceitos. Um valor que veio também das próprias reuniões das Pastorais da Terra e das Comunidades Eclesiais de Base. E lugar, onde melhor se incorporou tentativas de controle e orientação do comportamento. Talvez o próprio controle do consumo de bebidas alcoólicas faça pensar que seja uma parte das pedagogias que buscam constituir tanto o “pai de família” como o “bom trabalhador”.

No MST, a família nuclear permanece como modelo absoluto. O casamento, citado como um modelo de aliança é apresentado com todas as construções de modelos naturalizantes: *o casamento conjugal não deixa de ser um tipo de aliança que fazem entre si duas pessoas diferentes, homem e mulher, com o objetivo de concretizarem seu amor mútuo, buscar felicidade pessoal, ter filhos...*<sup>341</sup> É possível perceber no assentamento Conquista na Fronteira, uma junção das formas de organizar a luta, a transformação, sem perder a noção da família nuclear como fronteira.

O artigo XXIV do Regimento Interno desse assentamento dispõe de normas específicas sobre relacionamento e comportamento pessoal que acabam indicando estes limites. Ao lado das inúmeras disposições que visam regular as relações entre os integrantes do movimento, existem aquelas mais específicas que recaem sobre a vida íntima de cada um. Um dos itens deste artigo especifica: *É compromisso de todos os casais manter um bom relacionamento conjugal para fortalecer a organização.*<sup>342</sup> Nesse sentido, o artigo XXVII que prevê punições para uma série de transgressões, coloca a prática de “atitudes imorais”, como por exemplo, o adultério, como passível de punição.

---

Ver: ALMEIDA, Miguel Vale de. Senhores de si – Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século Edições, 1995, p.17.

<sup>341</sup> MST. Alianças. Direção Nacional do MST, 1992, p.10.

<sup>342</sup> Regimento Interno da Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste – Cooperunião – Assentamento Conquista na Fronteira. Dionísio Cerqueira/SC. Artigo XXIV, item g.

São disposições que impõem uma forte questão: O que a fidelidade conjugal tem a ver com o fortalecimento da organização? Estas normas informam bem o lugar do casamento e, em consequência da família, aos quais o MST busca investir. Ora, somente uma instituição capaz de se auto-regular, como o modelo tradicional familiar: marido controla mulher, que controla marido, que controlam filhos, poderia tornar melhores e mais eficientes as ações do MST, pois se os sujeitos fossem mudos e dóceis, melhores seriam de ser organizados e normatizados transformados em militantes ideais.

Mas até mesmo no assentamento Conquista na Fronteira, a homogeneidade que se deseja, não oculta os deslocamentos, as fissuras, as rupturas nas continuidades de ser e viver de homens e mulheres através de gerações, não torna ausente portanto, as diferenças presentes nas relações familiares e afetivas que se fazem e se desfazem a todo momento. E as punições construídas em torno das normas desvelam a existência de muitos sujeitos que escapam de padrões normativos. As punições previstas recaem sobre todos aqueles que não respeitarem as normas de disciplina interna e externa, as quais seguem sendo construídas justamente porque sempre há quem escape. Mesmo assim, o regimento disciplinar prevê, ainda, que estas punições devem ser aplicadas de formas diferenciadas, que variam tanto de acordo com o grau de responsabilidade de cada um na Cooperativa quanto com o grau da gravidade dos casos ocorridos.

A questão do dever de se respeitar as regras, as normas do Movimento, muito mais do que tentativas de se exercer o poder, são tentativas primeiras de se produzir realidades. O poder não existe se não estiver localizado nos jogos, nas relações entre os indivíduos, “o poder só existe em ato”. Foucault contribuiu substancialmente para que estas e outras dimensões do poder pudessem ser pensadas. Pois o poder não procede de ideologia, mesmo quando se aplica sobre as almas, e não age, necessariamente através da violência e da

repressão em suas tentativas de dirigir corpos. Porque antes de reprimir o poder produz realidades, verdades.<sup>343</sup>

As normas de comportamento pessoal estão dentro do sistema disciplinar construído e reconstituído nos últimos anos nas dobras do MST. São regras que orientam como qualquer membro do MST, militantes e dirigentes, devem respeitar os demais e a si mesmos. Algumas normas, inclusive, são pensadas como se pudessem estar localizadas fora do Movimento, pois *independentemente do caráter do MST* são defendidas, porque os próprios constituem-se como indivíduos que querem mudar a sociedade e, portanto, a construção do homem novo deve ser feita com menos vícios e mais qualidades.<sup>344</sup>

Disposições como estas descortinam tentativas de se produzir modos diferentes de ser e agir. Prescrições e normas que dizem respeito aos comportamentos, às relações entre homens e mulheres e que estão presentes em documentos, cartilhas, músicas e nas falas que circulam em seus acampamentos e assentamentos. Muitas vezes, elementos datados, reconstituídos em suas substâncias e que se dispersam em processos de subjetivação. Conjunto de práticas que certamente pode ser pensado através das concepções de Foucault, enquanto um “código moral”, ou moralidade de comportamentos, que diz respeito as formas e modalidades da relação do sujeito consigo, e das maneiras pelas quais ele se constitui e se reconhece como sujeito, obedecendo ou resistindo as prescrições.<sup>345</sup> Em algumas vezes, processos que re (produzem) velhos modos de ser, insistindo no novo, como se os sujeitos pudessem mesmo esquecer velhos poderes que não se exercem mais, os velhos saberes que não são mais úteis, mas, em matéria moral, não pudessem deixar de

---

<sup>343</sup> FOUCAULT, Michel. In: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. Op. Cit., 1995, pp.231-249.

<sup>344</sup> Idem, p. 15.

<sup>345</sup> FOUCAULT, Michel. Op. Cit. p.26, 1984.

dependem de velhas crenças, nas quais nem crêem mais, e de se produzirem como sujeitos em velhos modos que não correspondem mais aos seus problemas.<sup>346</sup>

Mas as práticas não são homogêneas, nem as formas de se relacionar com elas o são, portanto prescrições e normatizações, que buscam forjar outras subjetividades, desvelam como os indivíduos se relacionam nessas dobras. Assim, temos num conjunto de práticas, novas subjetividades colocadas no sentido de constituir valores e hábitos para um viver coletivo, sendo que é no interior destas relações de força que os indivíduos constroem e (re) inventam a si mesmos como sujeitos políticos, afetivos, militantes ideais ou não.

### **IV.3 O uso da mística, “o alimento da alma”, na produção de subjetividades no MST**

A prática da mística<sup>347</sup> vem acontecendo desde as primeiras mobilizações dos sem-terra no final da década de 1970. São ações que tiveram como principais incentivadores, os padres que apoiavam e prestavam assessoria ao movimento neste período. Assim como outras práticas, a mística foi também sendo sistematizada e adquiriu certa onipresença nas ações do MST ao longo desses últimos 20 anos. Ao lado dos códigos disciplinares, a mística constitui-se como uma das mais importantes estratégias dentro do MST, pois a ela é atribuída a responsabilidade de aproximar ou reduzir a distância entre o presente e o futuro

---

<sup>346</sup> DELEUZE, Gilles. Op. Cit., 1988, p.114.

<sup>347</sup> Convém colocar que a mística aqui está bastante próxima do sentido proposto por Leonardo Boff, um sentido sócio-político, como um: “conjunto de convicções profundas, as visões grandiosas e as paixões fortes que mobilizam as pessoas e movimentos na vontade de mudanças ou que inspiram práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades ou sustentam a esperança face aos fracassos históricos.” BOFF, Leonardo. “Alimentar nossa mística.” In: MST. “Mística: Uma necessidade no trabalho popular e organizativo.” Apresentação. Caderno de Formação n.º 27, São Paulo: Secretaria Nacional do MST, março de 1998, p.37.

no movimento. Seu uso, além de buscar reforçar o “espírito de luta”, contribui para construir e reinventar novas formas de pensar as mesmas ou outras questões.

Entende-se assim que a prática da mística possui um papel fundamental, tanto individualmente quanto coletivamente, nas lutas de massas, nas comemorações, celebrações, nas derrotas e nas vitórias. A mesma, além de possuir o “papel” de animar, revigorar forças para novas e maiores lutas, teria ainda a função de: *unir e fortalecer. Tem o papel de nos dar consciência ideológica em nosso trabalho do dia-a-dia. Queremos que essa prática contagie todos os militantes do MST. Queremos que ela seja exercida em todos os setores, instâncias, escolas, cooperativas, acampamentos e assentamentos.*<sup>348</sup>

A prática da mística possui a responsabilidade de permitir que o horizonte de conquistas do MST seja vivido antecipadamente.

A mística para nós deve ser o elemento fundamental que alimenta nossa prática nesta luta contra a dominação. Nosso objetivo fundamental é o de chegarmos a uma sociedade socialista onde todos os trabalhadores possam ter uma vida mais digna. A mística deve nos inspirar e empurrar para alcançarmos o mais rápido possível esse objetivo.<sup>349</sup>

Produzida e reconstituída permanentemente no interior do Movimento, a partir do forte lugar da Igreja Católica e também Luterana na produção do seu devir, a fé, dimensionada, mantém-se enraizada como sentimento do sagrado. Mas também uma fé no nível do político, deslocamento que permite seu uso a serviço do projeto de transformação social no interior das lutas e desejos políticos cotidianos. Isso porque a mística é percebida como capaz de converter as pessoas ao projeto pelo sentir, sendo também a reconstituição da idéia de utopia.

---

<sup>348</sup> MST. “Mística: Uma necessidade no trabalho popular e organizativo.” Apresentação. Op. Cit. 1998, p. 5.

<sup>349</sup> MST. A questão da mística no MST. Coleção Saber e Fazer, n.º 02. São Paulo: Direção Nacional do MST, abril de 1991, p.02.

Se, no início da década de 1980, a bíblia e ou a cruz bastavam para a prática da mística em suas celebrações de vitória, ou de reafirmação da fé em continuar a luta. A partir de 1985, outros elementos passam a compor suas práticas, à bíblia, cruz e enxada, une-se a bandeira do movimento, imagens e representações de outras lutas socialistas, canções e poesias produzidas no e para o MST. Atualmente, suas reuniões, Congressos, marchas, tudo que faça referência às ações do grupo impõem a invocação de símbolos. Símbolos que obedecem apenas uma ordem, o significado atribuído e compartilhado por aqueles envolvidos no momento da mística. Pode ser a bandeira, o jornal, o manual dos núcleos, uma carta, um cartaz, uma homenagem, um poema, música. A bandeira por exemplo, um de seus principais símbolos, é usada de diversas formas: *a bandeira do MST pode ser utilizada para agitar a massa como também pode servir para ser admirada em silêncio, ou ainda, envolver o corpo de um militante assassinado.*<sup>350</sup> No entanto, nessa mesma publicação fica claro que a mística deve ser desenvolvida em qualquer lugar, em qualquer momento e utilizando todos os meios possíveis. Porque na mística deve existir *unidade entre o sentir (entendido como indignação, afeto, ternura), o pensar (entendido como análise científica) e o fazer/agir (entendido como se organizar para a ação e o próprio agir).*<sup>351</sup>



**Foto 15 - Acervo Pessoal**

Grupo cantando músicas do MST no acampamento Oziel Alves Pereira. Nos acampamentos a mística, em forma de canções, é usada frequentemente para animar.

As músicas que o MST produz, refletindo momentos de luta ou de história específicos do Movimento, constituem partes importantes da música. Não é difícil observar acampados ou assentados cantando em seus espaços de sociabilidade comuns, momentos de lazer, antes ou depois de uma reunião importante ou simplesmente cantarolando enquanto trabalham.

O MST não é pioneiro em produzir e se utilizar de música de cunho revolucionário e de protesto, mas talvez seja um grupo que tenha desenvolvido, como nenhum outro, a ideia da música enquanto instrumento pedagógico. Em entrevista a Marivone Piana, diferentes compositores militantes do MST destacaram o importante lugar da música no processo de formação de homens e mulheres do movimento.<sup>352</sup> São formas de produzir sentimentos.

Na segunda metade da década de 1990, o Coletivo de Cultura foi criado para incentivar e organizar a produção musical e poética de modo substancial, através de oficinas, cursos e festivais. Para Marivone Piana, a ênfase do MST é tentar resgatar a música como expressão da vida dos sujeitos em movimento. Suas análises destacam três tipos de canções de protesto: uma caracterizada por seu tom de denúncia, outra por divulgar a revolução incitando o povo a lutar e a terceira, bastante presente na produção musical do MST, seria a preocupação em construir uma identidade própria.<sup>353</sup>

Os recursos poéticos da produção musical do Movimento estão a todo momento a serviço do processo de devir MST. Colocando no horizonte todos os ideais de luta, de sociedade, de sujeitos. Talvez por isso, João Pedro Stédile tenha destacado que as músicas

---

<sup>352</sup> PIANA, Marivone. A música-movimento: Estratégias e significados da produção musical do MST. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, fevereiro de 2001, p.53.

<sup>353</sup> Idem, p.40.

apresentam-se politicamente, muitas vezes, bem mais avançadas do que a ação do MST.<sup>354</sup> Estando ou não em sintonia com a prática, o importante é que estas produções vêm servindo não apenas para animar e inspirar, mas principalmente têm atuado também enquanto instrumentos de qualificação de seus militantes, promoção de estudos e ampliação de sua prática através da ideologia, pois: *Os aspectos ideológicos é que dão o tempero para a mística. A ideologia pode ser resgatada e alimentada através de textos, palavras de ordem, encenações, danças, cantos, poesias...*<sup>355</sup>

Nota-se aqui que a mística é construída na perspectiva de convencimentos e assim da disciplina, pois todos têm de gostar. É um místico ideologizado que busca mais do que legitimar, construir valores, idéias. Os manuais pedagógicos sobre a mística resumem bem as principais idéias produtoras de subjetividades do movimento. Expõem e trabalham de forma objetiva tanto o uso quanto o porquê do uso da mística. Fala-se de tudo nesses manuais, e tudo é relacionado a mística. Até mesmo o comportamento pessoal do militante, o cuidado de si, é entendido dentro da lógica da mística:

O comportamento do militante e do dirigente também pode servir de motivação para os demais companheiros. Todo o militante e dirigente está intimamente ligado e relacionado com sua organização. Portanto, quem vê o militante, deve ver nele a organização de que ele participa e representa. Muitas vezes, uma simples atitude ou uma palavra espanta e desmobiliza todo um trabalho iniciado.

Na mesma publicação sobre os cuidados pessoais diz-se:

Nós não queremos chegar ao socialismo doentes, mal vestidos, descalços, desdentados, etc. Por isso, todo militante deve ter orgulho de sua saúde, de seu vestuário, de seu corpo, e zelar por isso. Os cuidados pessoais são de fundamental importância para garantir uma boa militância. Saber cuidar da voz e falar bem, saber discursar, andar sempre calçado, cuidar dos dentes, etc., tudo isso faz parte da mística pessoal e que deve ser difundida entre os militantes e entre a massa.<sup>356</sup>

<sup>354</sup> Entrevista com João Pedro Stédile. FERNANDES, Bernardo Mançano e STÉDILE, João Pedro. Op. Cit. 1999, p.135.

<sup>355</sup> Idem, p.18.

<sup>356</sup> MST. "A questão da Mística no MST". Op. Cit., 1991, p.21.



Estes dois itens, revelam tentativas de (re) produções implicadas no vir a ser militante e no devir MST. São dispositivos que fazem parte e constituem o movimento ao mesmo tempo, que também seguem reforçando diferenças e hierarquias entre “a massa” e as “lideranças”:

Os dirigentes, como já estão num nível mais avançado, necessitam de uma mística também diferenciada para não fraquejar e continuar lutando. Para os dirigentes a mística deve ser desenvolvida basicamente em torno da definição estratégica que aproxime o futuro da prática diária. Os dirigentes possuem um sonho econômico que é a melhoria de vida para todos os explorados, um sonho político que é derrotar o inimigo e tirá-lo todo o poder e, um sonho revolucionário, que é construir sobre os escombros do capitalismo uma sociedade socialista.<sup>357</sup>

No Caderno de Formação n.º 24, de junho de 1997, a mística também é entendida como um método de trabalho e, portanto, tem a necessidade de desenvolver valores específicos entre os integrantes do movimento. Dentre eles: a humildade, honestidade, coerência, convicção, perseverança, paixão/amor pela causa, espírito de sacrifício, responsabilidade, disciplina. Na mística fundamentalmente tem que estar presente os símbolos da organização: bandeira, hino, etc., cantos da luta, palavras de ordem, a lembrança de militantes históricos apontados pela organização. Além disso, essa prática precisa levar em conta dentre outras coisas: a utopia, o sonho de transformar a realidade; a prática e as lutas históricas dos trabalhadores; o nível de consciência das pessoas do grupo. A prática da mística deve ser antes de tudo breve e profunda, ser séria e sensível, demonstrar confiança na organização e na luta, e convicção que o caminho escolhido é o certo.

Em março de 1998, o Caderno de Formação n.º 27 intitulado: “Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo” reuniu três textos de épocas e autores distintos para falar sobre essa prática. Ranulfo Peloso, Ademar Bogo e Leonardo Boff

foram autores escolhidos nesta publicação, cujo objetivo era a qualificação dos militantes e a própria ampliação da prática da mística. Nesta publicação o que se percebe, principalmente por parte de Ademar Bogo, é a revisão de alguns elementos que se faziam presentes em cartilhas de fins de 1980 e início de 1990. A questão da diferença na prática da mística entre dirigentes e massa aparece sob outra conotação:

Não acreditar que existe uma mística para dirigentes e outra para a massa, o que podemos diferenciar é o conteúdo em determinadas ocasiões. Isto porque, se o que faz a massa vibrar não toca os dirigentes estamos prestes a entrar na era do buraco.<sup>358</sup>

A substância do discurso não mudou, na verdade, o que se observa é a mudança no tom da linguagem. A hierarquia está presente, mas há o cuidado de negá-la: *Não acreditar que existe uma mística para dirigente e outra para a massa*. Mas o novo não está no que é dito e sim no que está em volta, Foucault já tinha chamado a atenção para esta especificidade. O novo, aqui, é a dimensão que os valores constantes do projeto político do MST, melhores esboçados no final de 1990, tomaram. Portanto, se se prega a igualdade, se ela ocupa um lugar de destaque no projeto revolucionário, o discurso precisa incorporar e rever posições.

Mas os discursos são complexos demais. Muitas vezes, tenta-se mudar posições enclausuradas em construções passadas. No primeiro capítulo, esta questão foi trabalhada. A questão do lugar, da hierarquia nos discursos marxistas-leninistas. Lugares que distinguiam e marcavam a diferença de nível entre massa e dirigentes. Na página seguinte do texto de Ademar Bogo, o qual alegava não haver mística diferente para dirigentes e massa, destaca-se o seguinte: *Mística é tarefa para dirigentes desenvolverem, pois pela*

---

<sup>357</sup> Idem, p.8.

<sup>358</sup> BOGO, Ademar. Op. Cit., 1998, p.17.

*lógica são os dirigentes que possuem esta visão do futuro claramente e vivem esta esperança com mais intensidade.*<sup>359</sup>

A proposta de novas subjetividades para os militantes também ganha outros elementos no interior da mística: *A mística deve ser desenvolvida também em torno de vários valores éticos e políticos como: a disciplina, a beleza, a limpeza, o companheirismo, o vestuário, o comportamento pessoal, a coerência: política, história e moral.* Se antes falava-se na saúde dos dentes com mais ênfase, agora, os valores éticos e políticos desdobram-se de outras formas. Abordam outras dimensões que não tinham lugar na década anterior:

A valorização do ser enquanto pessoa também é fundamental, pois queremos um mundo melhor para as pessoas. Muitas vezes damos a impressão que nossa causa é para tirar da burguesia o que materialmente lhes dá prazer. Queremos vida por isso devemos valorizar a força, a saúde, a inteligência, o físico etc. O corpo é sagrado, dele depende a continuidade da luta. Os antigos filósofos vestiam e se alimentavam bem porque diziam que o corpo é o templo da alma, por isso deveria estar sempre em boas condições. Os guerreiros sempre preservavam o corpo pois dele dependia sua sobrevivência nos combates. Os atletas da mesma forma exercitam, desenvolvem a musculatura. Os guerrilheiros fazem longas caminhadas, treinam a resistência etc.<sup>360</sup>

A subjetividade também se inscreve nos corpos, e aqui, o que se percebe também é o fato de que os articuladores do MST passaram também a outras leituras acerca da revolução e transformação. Deixa-se por alguns momentos concepções econômicas, sobre produção, etc., para se dar espaço ao “ser”, contudo, são trilhas, de percursos já conhecidos: o recurso à história como legitimadora de um discurso, no caso, o corpo sadio, treinado. O corpo do militante que o MST deseja construir, alvo de intervenções, normatizado em discursos sobre o novo.

---

<sup>359</sup> Idem, p.18.

<sup>360</sup> Ibidem.

Na produção musical do MST, a melodia acaba sendo subordinada à função da letra, aos elementos de cunho pedagógico na produção de sujeitos militantes. Em função dessa característica bastante singular, deu-se preferência aqui apenas para as músicas que tratam da participação das mulheres na luta. Compostas, na sua maioria por Zé Pinto, (José Pinto de Lima) de Minas Gerais, estas músicas trazem elementos reveladores de como é percebida a participação do gênero feminino na luta. A própria fala do compositor é importante para se apreender o lugar destas músicas na mística do MST:

(...) um cantador deve ser um educador, um artista, então ele tem que cumprir esse papel. Ele não precisa ficar falando em revolução, ou em reforma agrária, mas pelo menos cumprir o papel de fazer uma música inteligente, porque quem ouve música inteligente fica inteligente...<sup>361</sup>

No interior das tentativas de se produzir outras possibilidades de sujeito e sociedade, através do papel “educador” das músicas pode-se perceber os limites em que estão encerradas estas produções. Limites informados pelas construções culturais em torno dos gêneros e localizados sob fortes influências do socialismo e do discurso religioso. A música, “Não somos covardes”, une estas influências de maneira bem clara:

Pegue os cereais e a lona, junte a criança.  
 Pois sem terra organizados é terra ocupada.  
 De mãos dadas vamos juntos, não somos covardes  
 Somos contra o latifúndio, só produz maldade  
 (...)  
 A terra mãe do lavrador é quem lava este chão  
 E ela sendo repartida aumenta este pão  
 O pão que encherá a mesa do trabalhador...  
 Por isso é bem justa essa luta contra o opressor  
 (...)  
 Reforma agrária! Já que as direitas nunca fazem nada  
 Trabalhadores das mãos calejadas  
 Organizados vão fazer na marra  
 Socialismo! Essa idéia não pode cair  
 Mesmo que alguém tente nos iludir  
 A liberdade será conquistada.<sup>362</sup>

<sup>361</sup> PINTO, Zé em entrevista concedida em agosto de 2000 à Marivone Piana. PIANA, Marivone. Op. Cit., 2001, p.44.

<sup>362</sup> PINTO, Zé. “Não somos covardes.” Cantos da luta. Movimento Sem Terra de SC, p.2.

Os elementos do socialismo aparecem na produção musical do MST, especialmente a partir de 1985. No II e IV Congressos Nacionais do MST, 1985 e 2000, respectivamente, o hino da Internacional Comunista está presente e é cantado pelos participantes. A relação da terra como mãe do lavrador informa o lugar do discurso religioso presente na letra dessa música. Mas a quem caberia pegar os cereais, a lona e a criançada? Dificilmente aos homens. Isto porque uma outra letra diz assim: *Compadre junte ao movimento convide a comadre e a criançada porque a terra só pertence a quem traz nas mãos o calos da enxada.*<sup>363</sup>

Estas considerações, por um lado, mostram que as canções reproduzem valores, significados sobre “o lugar próprio das mulheres e o lugar dos homens”. Ou seja, o cuidado com os filhos, alimentação e outras tarefas que fazem parte do âmbito doméstico, são responsabilidades atribuídas ao feminino. Por outro lado, imbricadas nestas apropriações culturais, as canções procuram a todo momento privilegiar os diversos aspectos que incluem as “mulheres na luta”, ou que visam incluí-las mais “objetivamente”, como a letra da música abaixo:

...Bota a lenha no fogo, faz o leite do menino  
 Varre a casa, limpa a mesa e arruma a prateleira  
 Enquanto ele está dormindo – É a mulher dona de casa  
 Sem tempo pra descansar faz o almoço, faz a janta  
 E a noite lá pras tantas ela ainda sem deitar.

Já não tem mais o marido e vai pra roça sozinha,  
 deixa o filho de dois anos, o outro nem tá andando.  
 Cuida deles Mariquinha!  
 É a mulher do posseiro que o pistoleiro matou  
 Tudo é culpa do sistema  
 Pois o rico não tem pena do povo trabalhador

Se sair menino chora, mas se fica falta o pão  
 Madrugada todo o dia, que faça sol ou que já

---

<sup>363</sup> PINTO, Zé. “Assim já ninguém chora mais.” Idem, p. 3.

Só pra enricar o patrão/ É a mulher bóia-fria  
 É o peso do facão quando a cana vai caindo  
 Ela pensa nos meninos, é uma dor no coração

Mas o tempo vai passando, e elas vão percebendo  
 Que é somente se engajando, e se conscientizando  
 Que a luta vai rompendo/ É a mulher que se organiza  
 E ao homem dá a mão, são duas forças unidas  
 Pra fechar essa ferida e acabar com a opressão.<sup>364</sup>

Da mulher “dona de casa” à mulher “bóia fria”, tem-se algumas representações que constroem e (re) produzem experiências de vida e, principalmente, de trabalho de diferentes mulheres. Construções que, apresentadas desta forma, servem para reforçar o discurso que visa uma maior participação feminina no movimento. Remetendo-as à lembranças, representações de uma vida anterior à luta, isto é, antes dela vir a fazer parte do MST. Acentuando dificuldades e, pedindo que ela dê a “mão ao homem”, esta letra constitui-se como instrumento de convencimento. As mãos dadas, o homem ao lado da mulher, são invocações recorrentes de uma proposta diferenciada para a afetividade, para as relações de gênero no MST.

Além disso, a questão da consciência novamente faz-se presente. O “engajar-se”, o “conscientizar-se” está, de certa forma, fazendo uma relação com a experiência do trabalho, entendido como feminino. Relação que fica mais clara no verso de outra música:

O vento sempre companhia em cima de um caminhão  
 No peito vai muita vontade de ver o fruto desta ação  
 E vai também a mulherada com muita participação  
 Mostrando com capacidade que têm outras lutas além do fogão.<sup>365</sup>

Este verso, que procura contribuir para que as mulheres “descubram” que têm outras “lutas além do fogão”, pode ser também uma forma que permite pensar na

<sup>364</sup> PINTO, Zé. “Mulher na Luta.” Sem terra: As músicas do MST. Porto Alegre: Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Cultura, 1996, p.22.

<sup>365</sup> PINTO, Zé. “Causa Nobre”. Cantos da luta. Movimento Sem Terra de SC, p.04.

“desqualificação” do trabalho circunscrito a casa em relação às atividades políticas. Assim, como muitas correntes de pensamento, principalmente àquelas ligadas ao marxismo, algumas lideranças pensam o trabalho doméstico como fator determinante da “opressão feminina,”<sup>366</sup> colocando inclusive a necessidade de se *criar condições econômicas – por meio das cooperativas – para a participação mais efetiva da mulher em nível de comando, eliminando os trabalhos que as prendem dentro de casa.*<sup>367</sup>

Numa outra publicação essa questão aparece de modo bastante contundente. Falando sobre as cooperativas agrícolas dos assentamentos, João Pedro Stédile destacou as principais vantagens, numa perspectiva de desenvolvimento social, na implementação das cooperativas, dentre estas, sob o título: “Igualdade de direitos entre homens e mulheres”, ele fala:

A mulher agricultora, e, em especial a que vive em regime de propriedade familiar, é sem dúvida uma das mulheres mais oprimidas da sociedade. Tem dupla e até tripla jornada de trabalho, é totalmente subordinada ao “chefe” econômico e social da família e não desfruta de nenhum direito social. Com o desenvolvimento da cooperação agrícola, criam-se condições materiais para que a mulher participe da divisão do trabalho, evite as duplas e até triplas jornadas, **tenha menos afazeres domésticos (improdutivos)** e sociais, na escola e na comunidade, permitindo uma educação mais sadia e menos dependente da mãe-esposa.<sup>368</sup> (grifo meu)

Entre mudanças e permanências, a historicidade da relação entre trabalho doméstico/opressão nos faz perceber que esta discussão nem sempre seguiu um mesmo caminho. No século XIX, dentro de um ideal “burguês”, o trabalho doméstico era tido como engrandecedor<sup>369</sup> para as mulheres. Já no século XX sua valoração foi

<sup>366</sup> Ver: PENA, Maria Valéria Junho. Mulheres e trabalhadoras: Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, pp.55/82.

<sup>367</sup> “Fazendo Gênero”. Revista Sem Terra, Ano II, n.º 6, Jan/Fev/Mar, 1999,p.32.

<sup>368</sup> STÉDILLE, João Pedro. “A experiência do MST na cooperação agrícola.” In: STÉDILLE, João Pedro e GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. Assentamento: a resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis/RJ: Vozes, 1991, p.144.

<sup>369</sup> Ver: WELTER, Barbara. The cult of true womanhood: 1820-1860. In: GORDON, Michael. American Family in Social-Historical Perspective. New York: Saint Martin Press, 1973, pp.224/250.(Tradução livre)

redimensionada. No Brasil, por exemplo, a partir de 1910 as mulheres pertencentes às camadas médias e até altas passaram a participar, juntamente com as mulheres pobres, da “mão-de-obra assalariada”. Esta adoção pelas próprias mulheres do valor “burguês” do trabalho, que promovia seu desejo de auto-suficiência econômica e realização profissional, contribuiu fortemente para que o trabalho doméstico passasse a ser considerado monótono e desinteressante e, dessa forma, fosse “desvalorizado”.<sup>370</sup>

Susan Besse argumenta que as próprias mulheres concordavam que, *ao invés de serem “pesos mortos” ociosos para suas famílias, deviam ser colaboradoras inteligentes e úteis dos homens.*<sup>371</sup> O movimento “feminista”<sup>372</sup> deste período também colaborava para a desqualificação do trabalho doméstico quando colocava que o trabalho assalariado emanciparia a mulher. *O trabalho é o mais poderoso instrumento na mão da mulher, a qual, guiada por um ideal novo, procura, não somente melhorar sua posição social, mas tornar-se independente e útil.*<sup>373</sup>

É interessante perceber as múltiplas temporalidades destes códigos, porque, se de um lado temos um processo de desvalorização das atividades domésticas, de outro, temos uma sociedade que não deixa de exigir que, mesmo realizando atividades ditas “produtivas”, as mulheres conciliem seus papéis familiares de mãe e esposa, incluindo á os afazeres domésticos. Uma relação que parece não ser diferente no interior do MST, pois exige-se que as mulheres tenham um novo tipo de comportamento, participem das

---

<sup>370</sup> BESSE, Susan K. Modernizando a desigualdade – Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Edusp, 1999, pp.143/155.

<sup>371</sup> Idem, p.144.

<sup>372</sup> De 1910 até a década de 30 ser feminista implicava em várias definições, bastante controversas. “As que se definiam como feministas iam desde “feministas católicas”, que pregavam que “sem Deus, Pátria, Honra e Família não há feminismo possível”, até mulheres profissionais solteiras que buscavam modelos na Europa e nos Estados Unidos e consideravam que o emprego assalariado era o pré-requisito mais essencial para a emancipação feminina. Além dessas, muitas mulheres, que os outros rotulavam como “feministas anarquistas



mobilizações políticas, integrem às Cooperativas, mas na prática e no dia-a-dia não lhes restam muitas opções, além de precisarem conciliar ambas as tarefas: políticas e domésticas.

Na verdade, esta aparente contradição pode ser melhor compreendida a partir do momento em que passamos a entender o trabalho doméstico - enquanto responsabilidade das mulheres - para além de considerações que discutem se o mesmo está ou não fora das relações de produção, ou se determina ou não a hierarquização das relações de gênero nos lares. As atividades circunscritas a casa, sua clássica atribuição ao gênero feminino, fazem parte, principalmente, de apropriações de valores culturais que todos trazemos, homens e mulheres, ao longo da história.

Apropriações ressonantes, que “emendadas e reconstruídas”, não deixam de fazer parte de uma “metáfora de esferas separadas”. Lugares distintos, onde as fronteiras de gênero, ou as alegadas “esferas separadas” entre tudo que é culturalmente próprio às mulheres e aos homens supõem uma cultura diferenciada para cada gênero. E ainda, que estes limites tenham sido construídos por ambos, homens e mulheres, em suas *complexas relações de poder em contextos sociais e econômicos*.<sup>374</sup>

Neste jogo de significados temos ainda, como “natural”, a associação em que *ser uma dona de casa é ser uma mulher e ser uma mulher é quase sempre ser uma dona de casa, não importa se participando ou não da esfera do trabalho assalariado*<sup>375</sup>, ou de mobilizações políticas, ou até mesmo do árduo trabalho na terra ou no trato com animais. Essa dimensão se reforça caso se pense que no fim do século XIX, ao atribuir a “derrota

---

libertárias” rejeitavam totalmente o rótulo de “feminismo”, que acusavam de ser “burguês”. BESSE, Susan K. Op. Cit. p.182.

<sup>373</sup> LUTZ, Bertha. Apud: BESSE, Susan K. Op. Cit. p.185.

<sup>374</sup> KERBER, Linda K. Separate spheres, female worlds, woman's place: The rhetoric of women's history. The journal of american history. Vol.75, n.º 1, june/1988. (Tradução livre)

histórica do sexo feminino em todo mundo,” ao fato do homem ter-se apoderado também da direção da casa, momento em que as atividades circunscritas à casa transformaram-se em *serviço privado; a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte na produção social.*<sup>376</sup> Engels contribui para inscrever a relação trabalho doméstico/opressão, dando também uma outra dimensão, muito mais importante, à relação de gênero: reforça o pensamento de que a configuração dos espaços “públicos/privados”, a divisão social de trabalho e até mesmo a própria hierarquia nas relações entre os homens e mulheres são datadas, produtos de situações sociais e culturais bem específicas e que seguem sendo reconstituídas.

É evidente que há muito o que se relativizar, principalmente sobre as noções de público e privado, já erodidas e transpostas em muitos níveis, além de não ser o que propriamente importa aqui. Mas resiste ainda por muito tempo, e não deixa ainda de se inscrever, em diferentes discursos feministas, a marcada diferença entre donas de casa e mulheres que trabalham fora. Mesmo que todos saibamos que até mulheres, cuja condição social e econômica lhe permite dispor dos serviços de outra mulher para tomar conta de sua casa, mesmo assim cabe a ela a organização efetiva do chamado lar.

Há toda uma série de normas e prescrições históricas circulando nos acampamentos e assentamentos que indica os limites dos discursos sobre “igualdade”. Valores que carregam, sim, construções culturais sobre as mulheres e homens, bem como suas respectivas atribuições. Construções que coexistem transitando por diferentes

---

<sup>375</sup> PENA, Maria Valéria Junho. Op. Cit., 1981, p.76.

<sup>376</sup> ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 10ª ed. 1985, pp.61/80.

temporalidades, pois as fronteiras atualmente podem até ser indistintas, mas *nossos espaços privados e públicos ainda são, em muitos aspectos, informados pelo gênero.*<sup>377</sup>

Assim, além de informar o espaço feminino, tanto a letra da primeira música quanto o que versa sobre as “lutas do fogão”, também parecem dizer às mulheres que, participando mais ativamente da “luta” do MST, não correriam mais o risco de voltar a viver suas antigas experiências. No entanto, é possível colocar que, se as condições de vida são outras, muitas vezes melhores, as experiências de trabalho não se constituem, num primeiro olhar, como antigas, deixadas para traz. No interior de assentamentos, depois da terra conquistada, as mulheres têm trabalhado bastante, com a diferença de que agora além das “lutas do fogão” diárias, do trabalho na roça, elas têm ainda a responsabilidade de participar politicamente de um movimento social, contribuir fielmente para suas lutas e ideais no projeto de transformação da sociedade.

Não se pode negar as melhores condições de vida das mulheres e de suas relações entre si e, principalmente, com os homens no processo de (re) produção do “novo” no MST. Mas é importante não esquecer que, para além de todos os investimentos em cursos e discursos, o “fogão” ainda é a representação tácita de que certas tarefas, responsabilidades continuam recaindo apenas sobre o feminino, cabendo aos homens somente a responsabilidade de “ajudar”. E ajudar não significa nada, não altera a ordem das coisas, dos valores.

A música “Sem medo de ser Mulher”, também de Zé Pinto, é muito cantada pelas mulheres em acampamento e assentamentos, algumas vezes emocionadas com seu refrão:

Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer  
Participando sem medo de ser mulher  
Por que a luta não é só dos companheiros

---

<sup>377</sup> KERBER, Linda K. Op. Cit. p.33.

Participamos sem medo de ser mulher,

Mas cantar essa música não lhes oculta o fato de que o MST possui sim uma imagem representada pelo masculino. A própria autoria das letras dessas músicas, revela isso, pois em sua imensa maioria, incluindo “Sem medo de ser mulher”, são compostas por homens. Nos Congressos, nos Festivais também são apenas eles que cantam.

Em nível nacional, poucas mulheres ocupam posições de lideranças. Quando há alguma resolução a ser tomada pelo MST, as mulheres são atuantes enquanto militantes, já que levantam propostas que serão respeitadas e consideradas. Porém, quando estas resoluções são publicizadas, apenas seus líderes homens tornam-se visíveis. Na mídia quando alguma mulher ligada ao movimento ganha espaço é através de casos isolados. Diolinda de Oliveira,<sup>378</sup> só passou a ser notícia depois que foi presa acusada por formação de quadrilha. Mesmo assim, suas referências são dadas através da história de seu marido, José Rainha – líder do MST – conhecido nacionalmente por sua atuação na região do “Pontal do Paranapanema” em São Paulo. Ou ainda, Débora Rodrigues que foi expulsa do movimento e virou manchete de jornais e revistas porque recebeu e aceitou convite para posar nua, em 1997.

Mas esta representação masculina da luta pela terra não é apenas responsabilidade do MST, é também compartilhada pela mídia e por outros segmentos da sociedade. As questões pensadas ao longo deste trabalho, informam que o MST e seus discursos apenas reconstituem certos valores, heranças de vários tempos, de muitos mitos, de diferentes saberes.

---

<sup>378</sup> Diolinda Alves de Souza é filha de assentados e, desde cedo esteve integrada às atividades do MST. Faz parte da direção regional do Pontal do Paranapanema. Junto com José Rainha é assentada na fazenda São Bento.

Como um movimento organizado que pretende “mudar a sociedade”, incorporando as questões de gênero em seus discursos, é possível dizer que o MST, não importando os motivos que o levaram a isso, já procurou dar os seus primeiros passos. Mas ainda são passos tímidos, calcados demais em valores normativos e universais. Em acampamentos e assentamentos, mulheres e homens buscam encontrar, em meio às “artes de fazer cotidianas”, formas de lidar com as tensões intrínsecas as práticas que lhes dizem como devem ser e agir para fazerem parte do MST. Contudo, as antigas e sedimentadas estruturas de poder impõem a necessidade em se repensar, questionar e sobretudo transpor os limites em que as relações de poder, de saber, diferenças entre homens e mulheres estão alocadas. Parece ser uma tarefa grande demais, mas não é caso se pense que o objetivo do MST é “mudar a sociedade”.

Saindo um pouco dos papéis, e pensando mais através dos olhares construídos a partir de algumas idas aos espaços, “territórios” do MST, como: o acampamento Oziel Alves Pereira, em Abelardo Luz, o assentamento 30 de Outubro em Campos Novos, e principalmente o assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira, constatou-se uma multiplicidade de tempos e lugares, que desvelaram sujeitos e relações em seus improvisos e imprevistos.

Entre paixões, grandes sonhos e pequenas intrigas, tentando “ler entre as linhas” do dizível e visível, foi possível perceber e pensar sobre algumas das tensões que emergem no interior das relações entre homens/mulheres, homens/homens, mulheres/mulheres, relações afetivas, de trabalho, políticas. Neste cotidiano, temos um espaço de redefinição de lutas e conflitos, e como “pano de fundo”, emergindo no interior de múltiplas e contraditórias estratégias, temos mulheres e homens, para além do MST, descobrindo que ainda têm

muito trabalho a fazer e muitas coisas a negociar em suas disputas diárias, até o dia em que o “fogão” for finalmente uma possibilidade de responsabilidade de ambos...

## CAPÍTULO V

### **A arte de viver entre subjetividades e subjetivações: práticas e relações nos interiores do MST.**

O município de Dionísio Cerqueira localiza-se no extremo Oeste de Santa Catarina, região do Estado que compreende as Microrregiões de São Miguel D'Oeste, Chapecó, Xanxerê, Joaçaba e Concórdia. Este município faz fronteira com a Argentina através da cidade de Bernardo Irigoyen, e divisa com o estado do Paraná. Quando estive na cidade pela primeira vez, em 1997, era um período de grande estagnação econômica na região, pois a mudança de câmbio que nivelou as moedas brasileira e argentina em relação ao dólar americano havia prejudicado seriamente o comércio entre as duas cidades.

No relato de viagem que fiz na época descrevi as primeiras impressões dessa forma: *A cidade, pequena, deixou-me a impressão, - através de suas estradas, casas e comércio -, de abandono. O próprio município de Dionísio Cerqueira pareceu-me esquecido, termo usado por alguns dos habitantes locais.*<sup>379</sup> Nas vezes que estive lá, depois disso, não percebi melhoras muito sensíveis que permitam rever essas impressões. Talvez essa possibilidade tenha sido comprometida pelo significado atribuído ao primeiro olhar. Embora reconstruído, esse olhar acabou sempre como um ponto de partida. Outros olhares, em outros momentos, talvez desvelem um município bem diferente. Mas, de alguma forma,

---

<sup>379</sup> Silva, Cristiani Bereta da. Relatório de viagem, abril de 1997.

o fato é que a cidade de Dionísio Cerqueira, dentro de mim, conserva até hoje, rastros desse primeiro encontro.

Dionísio Cerqueira possui, segundo o último Censo do IBGE realizado em 2000, cerca de 14.250 habitantes, sendo que 8.610 estão distribuídos na área urbana e 5.640 na área rural. Na década de 1980 este município não se constituiu como centro de atenções do MST, que preferiu mobilizar suas massas na realização de ocupações em municípios como Campo Arê, Abelardo Luz, Chapecó entre outros. Mas é em Dionísio Cerqueira que um assentamento vem chamando a atenção, tanto do MST como de outros setores da sociedade.

### **V.1.Olhares e sentimentos (re) construindo “Xanadu.”<sup>380</sup>**

A 34 km do núcleo urbano de Dionísio Cerqueira, seguindo pela rodovia que leva ao município de Marmeleiro no Paraná encontra-se uma placa destacando a bandeira vermelha do MST. Esta placa anuncia: “Assentamento Conquista na Fronteira – 4km.”

Eu era de Caxambu do Sul, daí a gente foi acampar em Abelardo Luz, daí de Abelardo a gente foi transferido pra sede Ribeiro, daí de sede Ribeiro a gente foi pra Itaiópolis e de Itaiópolis a gente veio para a "terra prometida."<sup>381</sup>

Até chegar na nossa época, aqui do assentamento o pessoal rolou pelo Estado a fora em torno de três anos e seis meses embaixo da lona

---

<sup>380</sup> Xanadu é a cidade maravilhosa referida por Coleridge no início de seu poema *Kubla-Khan*. É analisado por Elias Thomé Saliba como compulsão intelectual de pensar sobre o que não existe, “de acionar, ainda que com o risco da perda de energia, seu repositório bíblico de exílios e terras prometidas.” SALIBA, Elias Thomé. Op. Cit., 1991, p.47.

<sup>381</sup> Noêmia, casada, dois filhos, narrando suas idas e vindas até chegar ao assentamento Conquista na Fronteira. Entrevista concedida no próprio assentamento em 02/09/99. Dionísio Cerqueira.



passando frio, passando miséria, passando tudo um pouco, então, se hoje a gente tem isso é fruto de muita luta, de muitas conquistas...<sup>382</sup>

Em Santa Catarina, quando se pede informações sobre os assentamentos do MST para seus assessores ou lideranças, a fim de se fazer uma visita de estudos, não é raro eles indicarem o Conquista na Fronteira. Elisete Schwade informa em seu trabalho que a escolha do assentamento para realizar seu estudo de campo envolveu sondagem com assessores do MST, a qual lhe indicou o Conquista na Fronteira, “por ser mais organizado”, além disso, os mesmos assessores atribuíam ao assentamento a característica de “vanguarda” no Movimento. *Depois de conhecer o assentamento compreendi que a “vanguarda” significa o assentamento que melhor se enquadra no projeto destes assessores.*<sup>383</sup>

Foi também através de indicações como essas que a turma de História de Santa Catarina da UFSC, sob a coordenação da Professora Roselane Neckel, visitou o assentamento em abril de 1997. O Conquista na Fronteira, por ser constituído como uma espécie de cartão de visitas do MST, recebe uma infinidade de visitas por ano, tanto do Brasil quanto do exterior. Mas não costuma ser referenciado como modelo apenas pelo MST, é citado como exemplo de assentamento bem sucedido também por outros setores.

Em 1996, o jornalista Carlos Stegemann visitou o assentamento para realizar uma reportagem para a revista Globo Rural. Numa perspectiva em que o importante era considerar a produção, a reportagem falava sobre a eficiência da organização do assentamento, e atribuiu a essa organização a fundação da Cooperunião. *fundaram a Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste e conseguiram resultados de*

---

<sup>382</sup> Mário. Casado, dois filhos. Liderança no assentamento Conquista na Fronteira contando sua história em 18/04/1997. Dionísio Cerqueira.

<sup>383</sup> SCHWADE, Elisete. Op. Cit., 1993, p.07.

*causar inveja a modernas fazendas.* O jornalista descreve o assentamento como um lugar harmônico, quase que legitimando o sentimento de paraíso descrito por um dos assentados:

Ali, capões de araucárias convivem harmonicamente com ervais nativos e os campos e pastagens são recortados por cachoeiras, açudes e lagos naturais. “Estamos no paraíso. Hoje temos um teto e terra para produzir”, diz Rafael, confiante na reforma agrária que vivencia no dia-a-dia, considerada um modelo pelo Movimento dos Sem-Terra.<sup>384</sup>

No jornal O Estado de São Paulo, o assentamento aparece como modelo absoluto de sucesso. Essa reportagem de 1997 destacou dois assentamentos para analisar experiências que obtiveram sucesso e aquelas que fracassam frente às propostas e encaminhamentos contidos no projeto de reforma agrária do MST. A partir dessas análises, segundo os critérios estabelecidos pelo próprio jornal, o Conquista na Fronteira foi o escolhido para dar exemplo do “sucesso”. O economista Euclides Basso, executor do INCRA em Chapecó, ouvido para dar sua opinião sobre o assentamento, classificou o trabalho desenvolvido no assentamento como um “socialismo”. E, ainda, segundo o jornal, a forma de organização do assentamento Conquista na Fronteira é considerada pelos líderes estaduais como a mais avançada do Movimento no país. E foi assim que o enviado especial do jornal, Pablo Pereira, descreveu o assentamento:

O modelo de reforma agrária que o Movimento dos Sem-Terra (MST) quer instalar no País já funciona numa fazenda do Oeste de Santa Catarina, na divisa com o Estado do Paraná e Argentina. O assentamento Tracutinga, conhecido como Conquista na Fronteira, tem 60 famílias do MST em uma fazenda de 1.198 hectares desde 1988, é elogiado por técnicos do governo e considerado pela direção do movimento como modelo de organização.<sup>385</sup>

---

<sup>384</sup> STEGEMANN, Carlos. “Terra prometida.” Revista Globo Rural. Abril de 1996.

<sup>385</sup> Pereira, Pablo. “Sucesso – Assentamento em SC serve de modelo.” Jornal O Estado de São Paulo, Domingo, 20 de abril de 1997, p. A 24.

O assentamento Conquista na Fronteira também representou Santa Catarina na publicação do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal - sendo divulgado como uma experiência muito bem sucedida:

Em menos de uma década de atividade, a Cooperunião trouxe indiscutíveis benefícios para os trabalhadores rurais do assentamento Conquista na Fronteira. Os investimentos feitos ao longo desse período possibilitaram não somente o aumento da produção rural mas também a elevação da capacidade técnica dos cooperativados.<sup>386</sup>

A primeira impressão do assentamento é muito forte. Elisete Schwade, cujo objeto de estudo de sua dissertação de mestrado em Antropologia Social, foi o projeto político-religioso do Conquista na Fronteira, descreve sua chegada lá, em 1990, como um marco divisor em seu entendimento de assentamento: *chegando ali na primavera, a paisagem era encantadora, e colocava-se para mim um contraste frente à imagem anterior de assentamento.*<sup>387</sup> Minhas impressões em 1997 também não foram descritas de modo diferente, meus olhos e sentimentos também viram o assentamento no interior dessas mesmas referências.

Os elementos presentes nestas descrições, de diferentes tempo e lugares, são importantes, não porque compartilham sentimentos afirmadores do sucesso do assentamento, mas porque desvelam o lugar “Conquista na Fronteira” como uma espécie de “Xanadu, a comunidade ideal”. Um lugar onde estariam colocadas no horizonte do possível as utopias do MST. Nesse sentido, o assentamento não seria apenas o lugar cuja organização melhorou substancialmente a vida de seus moradores, e nem também porque sua Cooperativa tem demonstrado um desenvolvimento econômico surpreendente. Mas sim, porque todos esses elementos acabam unindo-se em torno da construção de uma nova

---

<sup>386</sup> IBAM. Assentamentos de Comunidades de Trabalhadores Rurais Experiências Inovadoras. Rio de Janeiro, 1997, publicação do Instituto Brasileiro de Administração Municipal com o apoio do PNDU e PMSS, p.11.

<sup>387</sup> SCHWADE, Elisete. Op. Cit., 1993, p.08.

sociedade ou no empenho em se “construir a igualdade”, que Elisete Schwade observa em sua descrição etnográfica feita em 1990.<sup>388</sup>

É possível perceber que o modo de fazer coletivo do assentamento tem grande importância nessa dimensão. Para os articuladores do Movimento, a produção e o viver coletivo exigem um grau de consciência elevada das pessoas que se dispõem a viver dessa forma.<sup>389</sup> Portanto, um assentamento coletivo como o Conquista na Fronteira encerra em si mesmo uma multiplicidade de oportunidades de se viver ou experimentar viver alguns sonhos, entre eles, o do socialismo. Sonho compartilhado também por uma parcela de seus visitantes.

Em outubro de 2000, uma edição especial da revista Caros Amigos falava sobre o MST. Nas páginas centrais da revista, o título: “A República Socialista da Fronteira”, dimensiona a forma como essa imagem vem sendo construída. *No limite entre Santa Catarina e Paraná, encontra-se um exemplo de vida em sociedade tão surpreendente quanto estimulante. O repórter João de Barros e o Fotógrafo Flávio Cannalunga foram conhecer essa realidade que no Brasil soa a ficção.*<sup>390</sup>

A descrição que se segue foi construída na perspectiva de apresentar o assentamento como a concretização dos sonhos, o lugar da igualdade, da felicidade. A questão do gênero também é tratada no mesmo tom romântico em que o assentamento foi descrito mas, com uma única observação: *O trampo da mulher em casa não é remunerado: é considerado trabalho particular. Todavia dona Maria e suas companheiras chiaram e a cooperativa terá que aplicar parte do orçamento do ano que vem na construção de uma cozinha comunitária.* O tom, os recursos de linguagem e a própria disposição do texto e

---

<sup>388</sup> Idem.

<sup>389</sup> MST, Caderno de Formação n.º 21, Op. Cit., 1996, p.12.

imagens legitimam o título proposto pela matéria, e de certa forma, também contribuem para que o assentamento siga sendo produzido nesse sentido. Mas a responsabilidade de viver esse sonho é grande, e talvez nem sempre tão lírica quanto se quer ou se deseja.

## **V.2. “A história é mais ou menos isso, se fosse contar os detalhes...”<sup>391</sup>**

Em julho de 1988, a então fazenda Tracutinga,<sup>392</sup> 1.198 hectares, recebeu 35 famílias que estavam acampadas, pertencentes ao MST, e também cerca de 25 famílias cadastradas pelo INCRA do município de Dionísio Cerqueira. A proposta das famílias provenientes dos acampamentos era implementar um assentamento coletivo nesta área. Um acordo entre INCRA e MST garantiu a validade desta proposta, considerando que só poderia ficar no assentamento quem aceitasse trabalhar coletivamente. Porém, o posterior desenvolvimento desta proposta acarretou a desistência de muitas famílias que não se ajustaram à forma de vida estabelecida através da mesma. Coincidentemente ou não, grande parte da desistência ocorreu no grupo que não fazia parte do Movimento.

Atualmente, depois de recuos e avanços, esta proposta inicial já está sedimentada entre as 60 famílias que fazem parte do assentamento. Ao longo dessa trajetória, criaram e idealizaram formas de se viver, de ser. No assentamento, a religião parece ter o lugar que o discurso político encerrou, na individualidade de cada um, vivenciado discretamente. Não há Igreja ou algo parecido na comunidade, a maioria demonstra até mesmo não ter

---

<sup>390</sup> Revista Caros Amigos, Edição Especial. São Paulo: Editora Casa Amarela, n.º 6, outubro de 2000.

<sup>391</sup> Mário, relatando a história do assentamento Conquista na Fronteira em entrevista no dia 02/09/1999. Dionísio Cerqueira/SC.

<sup>392</sup> A fazenda Tracutinga foi adquirida pelo INCRA e transformada em projeto de assentamento através do decreto P00216, de 04 de março de 1988. A Escritura Pública de compra e venda foi lavrada e, 17 de junho do mesmo ano. INCRA – Chapecó/SC.

paciência para ouvir sermões de padres. Em duas ocasiões vi lideranças torcendo o nariz para as tentativas da Igreja Católica em empreender uma aproximação efetiva da comunidade com padres locais. Em 1997, perguntei sobre o relacionamento da Igreja e o assentamento e a resposta, entre outras coisas, explica em parte este comportamento:

Na verdade, o Movimento Sem-Terra saiu da Igreja. A nossa relação com a Igreja falha em alguns setores. Nós temos hoje aqui grandes nomes nosso de Movimento Sem-Terra, fundadores do Movimento no Estado que foi o José Gomes, que é Bispo Diocesano, então a relação é boa com eles e com a CPT, mas nós temos divergências com algumas Igrejas que são mais locais, assim algumas Dioceses espalhadas por Lages, que são setores de direita mesmo, são conservadores. Essa relação a gente não quer, que nós não podemos conservar a sistema na forma que tá, isso na Igreja Católica. Tem outras religiões tipo Luterana que tem setores que nos apoiam muito, estão sempre na peleia, inclusive nós somos muito visitados pela Igreja Luterana da Alemanha. (...)Falando em Igreja local a gente tem a nossa relação, a gente tem que ser sincero nisso, as nossas relações não funcionam, nós achamos que as nossas celebrações têm que ser diferentes e tem que ser mesmo, não tem outro jeito. Porque nós da forma que nós convivemos, vem o padre aqui e diz: “Vamos partilhar o pão, vamos nos perdoar, vamos fazer a oração da paz”, isso aqui não funciona pra nós. Isso acontece todo dia entre nós, somos um conjunto, a gente se reparte, se a gente, eu por exemplo: olhar pro Franco e meio que ofender o Franco, logo peço perdão porque a minha consciência não permite que eu fique de mal com um companheiro, então a gente se perdoa diariamente. A gente vive em paz todo o dia, a gente se perdoa diariamente.<sup>393</sup>

Além de deixar clara a relação entre Igreja e assentamento naquele momento, o que já indica uma mudança substancial se comparadas às narrativas do início da década de 1980, esta fala contribui para que se possa perceber de que forma as prescrições e indicações de relações e sujeitos foram incorporadas e aparecem nas falas das lideranças: humanidade, cordialidade, vida em harmonia, elementos que estão largamente presentes em suas cartilhas de formação, em seus cursos e discursos.

Sob um regimento interno, de direitos e deveres, os assentados seguem regras que cotidianamente reafirmam. Aliás, os sujeitos que constituem este assentamento parecem ter

mesmo incorporado as propostas do MST no que concerne à criação de regras, normas de comportamento. Mas param aí, pois na prática as regras possuem outros efeitos, além de disciplinar comportamentos. Sobre a relação entre os moradores do assentamento e o MST, uma das lideranças estaduais do Movimento, residente nesse local, lembra que:

Quando nós começamos o grupo, nós fizemos o regimento mais ou menos depois de dois anos. Nós fizemos o mínimo de leis porque a gente pensava que com o tempo nem ia mais precisar, porque ia ter uma consciência e então vai ser dirigido pela consciência. Mas cada vez a gente estabelece mais normas, e tipo assim, vai se fechando o cerco, aí as coisas vão ficando mais complexas...<sup>394</sup>

Atualmente o Regimento Interno do Assentamento é bem extenso, mas se normas seguem sendo criadas, o cumprimento estrito das mesmas pode ser visto sob uma perspectiva bem relativa. Não obstante, é certo que há tentativas sérias de viver sob elas num sistema coletivo, no qual tudo é produzido e organizado desta forma. Até porque se não fosse assim, seria muito difícil alcançar o caráter que o Conquista na Fronteira alcançou; ele precisa convencer.

Assim que se chega lá, vendo e principalmente ouvindo as pessoas falarem, não é difícil saber porque este assentamento é constantemente constituído como uma espécie de “Xanadu” do MST: o assentamento foi eleito como “modelo” tanto pelo Movimento quanto por outros seguimentos da sociedade. Os homens, mulheres, jovens e crianças que lá vivem, trabalham e estudam, costumam receber os visitantes de modo bastante acolhedor. Têm orgulho de falar de sua história e mostrar suas conquistas. E, em sua imensa maioria e ao seu modo, possuem um discurso político bastante fluente, parecendo principalmente preocupados em não destoar da retórica oficial do Movimento. O cotidiano dos moradores

---

<sup>393</sup> Mário. Liderança do assentamento Conquista na Fronteira. Casado, pai de dois filhos. Entrevista concedida em 18 de abril de 1997. Dionísio Cerqueira/SC.

<sup>394</sup> Bruna. Solteira. Liderança do MST no Estado. Entrevista concedida no assentamento Conquista na Fronteira. Dionísio Cerqueira, 16/02/1998.

do assentamento e suas falas, trazem a todo momento a constante busca em incorporar as propostas do MST, em vivenciá-las, prová-las possíveis.

Todos são sócios da Cooperunião - Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste -, através do sistema de cotas. Fundada em 1991, seu patrimônio financeiro, estimado em 2,5 milhões de reais em 2000, inclui todas as construções dentro dos limites do assentamento. Além do computador do escritório, dois tratores, Kombi, caminhão trucado e o de câmara fria, colheitadeira, dois apiários, cinco aviários, silo com secador de grãos com capacidade de armazenamento de 720 toneladas. Ainda, entre sua produção alimentícia, destacam-se os gados de leite, de corte, criação de suínos, dezesseis tanques de piscicultura, incluindo um moderno abatedouro de frangos, com capacidade para abater, resfriar e embalar mil aves por hora. Toda essa estrutura garante auto-suficiência em recursos à Cooperativa e *...todo mundo, dos 12 anos pra cima trabalha na Cooperativa, ninguém produz nada individual, a única coisa individual é que cada família tem direito a ter três cabeças de gado...*<sup>395</sup>

A mesa das famílias é farta, garantida pela distribuição dos alimentos produzidos e comercializados através da Cooperativa, entre os quais estão: feijão, arroz, aipim, hortaliças, mel, leite, ovos, carnes suínas, bovinas, frangos e também peixes. Cada família possui uma cota alimentícia, cálculo feito a partir dos rendimentos a que cada sócio tem direito segundo a sua produtividade e número de dependentes. As casas do assentamento são abastecidas com energia elétrica e água, a grande maioria é mista, parte alvenaria, parte madeira. São casas simples, mas cuidadas com capricho. Bandeiras do MST, cartazes publicizando encontros ou festas comemorativas de outros assentamentos, frases de Lênin,

---

<sup>395</sup> Mário. Liderança do assentamento Conquista na Fronteira. Casado, pai de dois filhos. Entrevista concedida em 18/04/1997. Dionísio Cerqueira/SC.



Che Guevara entre outros, enfeitam os interiores das casas dividindo espaço com televisão, aparelho de som e os “mil nadas” femininos, folhagens, fotos de família, calendários e dezenas de outros pequenos objetos e bugigangas. Grande parte das casas possuem varandas e cultivam jardins, estes, espécie de demarcação simbólica da individualidade familiar, já que as casas não são cercadas. Tentativas que parecem incorporar a idéia de um assentamento perfeito, presente nos discursos que produzem o Movimento:

Nossos assentamentos devem ser verdadeiros jardins. A beleza física é que deve chamar atenção. Ali deve ter árvores, flores, frutos, água limpa, casas bonitas e limpas, roças bem cuidadas, pastos bem formados, animais bem tratados e pessoas saudáveis e bem alimentadas.<sup>396</sup>

O assentamento possui uma creche que atende bebês e crianças em idade pré-escolar e também a Escola Construindo o Caminho para alunos de 1º a 4º série que funciona com professores cedidos da rede municipal de Dionísio Cerqueira. Os professores que aceitam trabalhar no Conquista na Fronteira costumam atender as reivindicações feitas pelo mesmo, ou seja, seguir uma pedagogia afinada com os princípios do MST. Uma comissão de educação escolhe temas relacionados com as técnicas de produção do assentamento e de proteção do meio ambiente. A partir da 5º série elas estudam em escolas municipais da cidade e o ensino médio pode ser feito na cidade ou na região, mas a preferência é que os alunos sigam para escolas do MST, como a Josué de Castro em Veranópolis/RS, por exemplo. A Cooperativa também estimula a formação dos estudantes concedendo bolsas de estudos, principalmente aqueles que partem para os cursos universitários.

Nas fotos abaixo destaque da creche Ciranda Infantil e da escola Construindo o Caminho, espaços reservados as crianças do assentamento:

---

<sup>396</sup> “A vez dos valores.” Caderno de Formação n.º 26, São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 1998, p.9.



**Foto 16 - Acervo Pessoal**

Fachada da creche “Ciranda Infantil” que atende crianças de 0 a 5 anos. Organizada em 1997, com prédio e materiais próprios a creche é parte da estrutura orgânica da Cooperativa.

**Foto 17 - Detalhe de capa da Cartilha Construindo o Caminho numa escola de assentamento do MST. Setor de Educação do MST - TIERRA, dezembro de 2000.**

“Escola Construindo o Caminho”

Em 1989 as aulas eram improvisadas numa estrebaria enquanto o prédio ia sendo construído.



**Foto 17 - Acervo Pessoal**

Detalhe de uma das salas de aula da Escola Construindo o Caminho.

A proposta pedagógica da escola é baseada no educador Paulo Freire. O ano letivo é organizado em torno de temas geradores escolhidos pelas famílias em assembléia.

Estas iniciativas tão faladas, mostradas orgulhosamente pelos moradores do Conquista na Fronteira, revelam sonhos e conquistas de homens e mulheres que lutaram e permanecem lutando, se empenhando em construir novas possibilidades de vida. Porém, indo além dos sonhos, conversando e observando mais suas falas, gestos, é possível trazer à tona uma outra história, exemplar também, mas contendo fissuras, dobras, que emergem em meio ao cotidiano de trabalho, de produção, das normas, disciplinas, prescrições e que denotam diferentes tempos, permanências, conflitos. Trazendo uma questão muito importante: a perspectiva de que a subjetividade coletiva não é simplesmente o resultado da soma de subjetividades individuais. Ao contrário disso, pois os indivíduos são e agem de formas diferenciadas. A singularização da subjetividade se faz mediante trocas, negociações, associações, aglomerando diferentes dimensões.<sup>397</sup> Um processo onde, certamente, emergem diferenças.

Mesmo caprichosamente limpas e bem cuidadas, as casas e jardins não são iguais, algumas são melhores e mais confortáveis que outras. O que poderia ser pensado como uma coisa óbvia pois, nem poderiam ser iguais, visto que as pessoas são diferentes e imprimem estas diferenças em seus lares através de suas artes de fazer cotidianas. Mas no Conquista no Fronteira, assentamento coletivo, onde se deseja e se quer relações igualitárias, assim como o MST, perceber que uma companheira já tem cozinha e banheiro de alvenaria ou já conseguiu comprar uma máquina de lavar são motivos para algumas frustrações. As casas vêm sendo reformadas aos poucos pela Cooperativa que procura trocar madeiras velhas por novas e melhores, além de construir cozinhas e banheiros de alvenaria, mas há, ainda, aqueles que melhoram seus lares e jardins com dinheiro que economizaram vendendo a pequena produção de leite e queijo ao longo dos anos ou maior renda devido à

---

<sup>397</sup> GUATTARI, Félix. Op. Cit., 1999, p.37.

produtividade ou ao número de sócios pertencentes a uma mesma família. Há aqueles que receberam alguma pequena herança ou ajuda familiar. Existem também diferenças sobre os bens adquiridos como carros e motos e mesmo móveis novos, que podem ser explicados pelos mesmos motivos e geram também pequenos descontentamentos descarregados, mesmo que contidamente, sobre a Cooperativa.

Estes conflitos não apareceram nas conversas gravadas e nem foram ditos diretamente, apareceram em meio à conversas bem informais, em fins de tarde tomando chimarrão ou no preparo da janta. Aliás, as críticas à Cooperativa ou a companheiros de luta normalmente eram feitas de modo bem velado, percebidos em frases soltas, através de olhares cúmplices e elipses.

Quando questionados acerca das questões políticas do MST envolvendo o assentamento, principalmente àquelas que tratam sobre “as mulheres”, as respostas aproximam-se. Tânia, por exemplo, percebeu após seu envolvimento com o MST, que:

Muda, a mulher é sempre mais valorizada quando tem o mesmo direito que o homem tem, na divisão de tarefas, na parte da participação das reuniões, nas definições da cooperativa, mesmo fora do assentamento, tem o partido político que a gente participa também, tantas outras coisas (...) que nem em casa o meu marido ajuda a tirar o leite, os afazeres de dentro de casa, já os irmão dele não, e eles eram acostumados assim, só que nessas ocupações que a gente fez, na participação do movimento a pessoa muda. Mesmo nas discussões eles vivem falando que se a mulher trabalha na roça o homem também tem o direito de trabalhar, ajudar em casa. Que se os dois participam na roça os dois tem que participar em casa também, na educação dos filhos.<sup>398</sup>

Noêmia, sobre o assunto, procura ser mais enfática:

Meu Deus! Não tem explicação, porque na verdade a gente não tinha nada claro, a gente foi criada de uma forma que tu não era esclarecida, e a partir que a gente foi pra essa luta, meu Deus do céu, como tu tem claro as coisas e mesmo como reivindicar os teus direitos de mulher e mesmo como pessoa diante da sociedade, na verdade a gente tava lá na comunidade e achava que tudo era justo e na verdade não era.<sup>399</sup>

---

<sup>398</sup> Tânia. Entrevista. 02/09/99. Dionísio Cerqueira/SC.

<sup>399</sup> Noêmia. Entrevista. 03/09/99. Dionísio Cerqueira/SC.

Para Mário esta questão também parece estar clara:

Bom, eu acho que aqui na Cooperativa as mulheres tem um relacionamento um pouco melhor que nas outras comunidades tradicionais, pensado na agricultura, aqui as mulheres têm mais condições de participar em função da forma como nós estamos organizados e também pelas discussões, pela visão, pelos cursos, pela formação que as mulheres aqui na Cooperativa tem...<sup>400</sup>

Paulo ficou acampado durante três anos em Abelardo Luz, e é a partir das lembranças desta época que procura destacar alguns aspectos que o fizeram “pensar diferente”:

Quando a gente não conhecia, não sabia de nada, a gente não se interessava, depois tudo mudou. Eu acho que a minha consciência, a minha cabeça mudou muito.

(Em que sentido?)

No sentido político, organizativo, até na questão da consciência com as próprias companheiras. Porque quando tu vivia na comunidade, tu vivia assim, trabalhava, convivia com os companheiros da comunidade, mas tu não tinha uma consciência, um sentimento pelas pessoas. Mas pra mim o sofrimento que eu passei no acampamento mudou muito. A melhor escola da minha vida foram os três anos de acampamento. A forma de tu pensar, de trabalhar, até com os filhos da gente. Eu não tinha um conhecimento de como é que podia ser um pai de família, mas com o passar do tempo, você aprende a dar valor para os filhos, para a família, para os companheiros. (...)

A gente aprendeu muito nos cursos também, a valorizar as mulheres, a se valorizar. A gente trabalha muito as relações humanas, o que eu faço e o que o outro faz, pra aprender a dar valor. Eu aprendi muito no acampamento e depois no assentamento, em casa com a mãe eu procurava ajudar, mas depois a gente se conscientizou que tem que fazer de tudo na vida, aprender a fazer de tudo. Não é fazer o que tem na lavoura e a mulher além da lavoura fazer em casa. Não. Aí é que mudou bastante, dar valor ao trabalho que elas fazem.<sup>401</sup>

As lideranças do MST quando falam sobre si mesmas constituem narrativas que sugerem mudanças expressivas em si mesmas. Numa entrevista, concedida para o Jornal Sem Terra, Irma Brunetto, liderança estadual do MST, conta que ainda criança mudou-se para Santa Catarina, após o “banco tirar a terra” da família, e foi a partir desse momento

<sup>400</sup> Mario. Entrevista. 16/02/98. Dionísio Cerqueira/SC.

<sup>401</sup> Paulo. Entrevista 10/01/01. Dionísio Cerqueira/SC.

que passaram a ser arrendatários. No início da juventude, Irma começou a militar nas pastorais e no MMA (Movimento de Mulheres Agricultoras). Depois, como membro da Comissão Pastoral da Terra, participou da organização da primeira ocupação de terra pelo MST no Estado, em 1985.

Entre no MST quando ele aqui nasceu, participei de sua construção e estou nele até hoje” conta Irma, depois de três anos acampada, ela foi assentada em Dornísio Cerqueira, no assentamento Conquista na Fronteira, que em 98 completa dez anos. Atualmente Irma está na Direção Estadual do MST.

Perguntada sobre o papel da mulher na luta pela reforma agrária, respondeu:

É tão importante quanto o papel do homem. Talvez nem todas as mulheres descobriram a importância delas participarem. Temos visto, ao longo desses anos da luta pela Reforma Agrária, a importância da mulher participar não só fisicamente, mas enquanto liderança e nas instâncias do MST. Onde as mulheres participam a gente consegue dar um nível melhor de organização para o nosso movimento. Falta, ainda, um despertar mais amplo para esta importância. Nós somos a metade desse Movimento e quanto mais mulheres despertarem, mais ganha a luta pela Reforma Agrária.<sup>402</sup>

Outra liderança expressiva, em nível nacional, João Pedro Stédile, possui uma história bem diferente. Estudava economia na PUC do Rio Grande do Sul quando começou a se envolver com as mobilizações no campo. No caso de Stédile, são curiosas as próprias perguntas realizadas por Mançano:

Nessa época você tinha algum plano de participar de um movimento social camponês ou foi a própria realidade que fez você se envolver?

Stédile: Foi a realidade.

Mançano: Você não tinha idéia?

Stédile: Nenhuma idéia. Tanto é que no início da minha militância política foi nos sindicatos. Na época da ditadura militar, era o sindicato que fazia a luta pela reforma agrária. O primeiro trabalho político no sentido de conscientização que fiz com os produtores de uva da Serra Gaúcha, na região onde fui criado. Fiz amizade com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bento Gonçalves, que era uma pessoa ligada ao MDB progressista, o Mário Gabardo, até hoje um grande amigo, que me levou para dentro do sindicato. Nos fins de semana ou quando podia fugir do meu trabalho, ia para a região. Lá começamos o

---

<sup>402</sup> Irma Brunetto em entrevista ao Jornal Sem Terra, maio/junho de 1998, n. 179.

trabalho de conscientização e de organização de camponeses. Calculávamos com eles o quanto custava produzir um quilo de uva e comparávamos com o preço pelo qual eles eram obrigados a vender. Fiz esse mesmo trabalho depois com os fumicultores gaúchos, também por meio do sindicato.

Naquela época a minha consciência era essa aí. Sabia que os camponeses tinham de se organizar. Eles já tinham o instrumento – o sindicato. Depois comecei a me envolver com a luta pela terra, que deu origem à ocupação da Fazenda Macali e às outras ocupações. Aí me dei conta de que o sindicato, na luta pela terra, era insuficiente. Concluí isso com a experiência das lutas concretas, não por estudos teóricos.<sup>403</sup>

Num primeiro olhar estas falas poderiam até mesmo servir de “evidências” que legitimam as propostas que o MST vem se colocando e discutindo ao longo de sua história. Significaria até mesmo dizer que o “homem novo” e a “sociedade ideal” já estariam sendo vivenciados em alguns espaços privilegiados no interior do MST. A subjetividade, essencialmente fabricada, modelada no registro do social, poderia então ser pensada sem maiores dificuldades. Mas é necessário ir um pouco além desse primeiro olhar e perceber que as produções subjetivas não são tão simples ou rasas.

São as reflexões de Guattari que não permitem ilusões; chamam a atenção para o fato de que: “não existe uma subjetividade do tipo “recipiente” em que se colocariam coisas essencialmente exteriores, as quais seriam “interiorizadas”<sup>404</sup>. Caso fosse visto dessa forma, retiraríamos toda a complexidade desse processo e, além disso, ignoraríamos a capacidade das pessoas em escapar de normas e prescrições que lhes dizem como ser e agir. E talvez seja por muitas vezes escapar é que em meio às falas, aos gestos, e até ao visível, delineiam-se outras questões significativas e singulares nas dobras e redobras do devir MST.

---

<sup>403</sup> Entrevista com João Pedro Stédile. FERNANDES, Bernardo Mançano e STÉDILE, João Pedro. Op. Cit. 1999, p.49.

<sup>404</sup> GUATTARI, Félix. Op. Cit., 1999, p.34.

Neste exercício de interpretação ou de apoderação violenta<sup>405</sup> pode-se vislumbrar a existência de conflitos nas relações entre homens e mulheres. Conflitos que se fazem presentes a todo momento na convivência diária do assentamento, mas não são conflitos expressos em palavras ou gestos explícitos. Existem diversas e variadas formas para que cada um expresse sua (in) satisfação. Isto porque, uma coisa é discorrer sobre a valorização das mulheres e as mudanças que ocorreram em suas vidas, outra é o dia-a-dia em casa, na roça, nas reuniões de núcleo, na Cooperativa, no relacionamento entre marido e mulher, entre vizinhos, entre lideranças e demais integrantes.

Perceber estes conflitos e tentar interpretá-los é fazer um exercício de observação e sensibilidade; é ir em busca das diferenças e não das semelhanças, mesmo em meio a tantas falas que dizem uníssonas como tudo mudou, melhorou e avançou; é perceber também as particularidades, as pequenas “resistências” diárias, especialmente por parte das mulheres. Isto porque, o MST, na figura de seus líderes, lhes sugere que sejam mais participativas, que privilegiem atividades no coletivo, políticas, etc., em relação a outras atividades.

Antes de mais nada, faz-se imprescindível reforçar uma questão: a qualidade de vida dos homens e mulheres que vivem neste assentamento coletivo, assim como muitos outros que procuram seguir as propostas do MST, não está sendo posta em discussão, até mesmo porque a qualidade de vida, sua mudança para melhor, apresentada pelos assentados é bastante visível. Não existe aqui a pretensão de questionar a validade ou a legitimidade das propostas do MST, muito menos quando colocadas em acampamentos e assentamentos.

---

<sup>405</sup> Para Foucault a interpretação é uma relação muito mais de violência que de elucidação. *De fato, a interpretação não aclara uma matéria que com o fim de ser interpretada se oferece passivamente; ela necessita apoderar-se, e violentamente, de uma interpretação que está já ali, que deve trucidar, revolver e romper a golpes de martelo.* FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud e Marx – Theatrum Philosophicum. Porto: Edições Rés Limitada, p.15.



O que precisa ser deixado claro é que a perspectiva deste trabalho, a forma como ele está sendo pensado, construído, é sobre a maneira como estas propostas são produzidas e vivenciadas por homens e mulheres. Até que ponto acarretam mudanças em suas relações? O que permanece? Suas linhas de fuga frente às normas, reelaborações e porque não, seus conflitos, pois vive-se sim um sonho, mas nas durezas do cotidiano, nas pequenas coisas da vida, das relações, nos jogos de poder, nas contradições, nas heterogeneidades, enfim, na multiplicidade. Da mesma forma, também não se tem a pretensão de abarcar todos estes desdobramentos. Mas sim perceber e, principalmente, pensar uma pequena parte deles, réstias de luz, frestas, elipses, pedaços possíveis de um quebra-cabeças que talvez nunca seja encaixado.

Na primeira visita ao assentamento Conquista na Fronteira, no dia 20 de abril de 1997, numa conversa com uma das principais lideranças do movimento no Estado, percebi sua preocupação em relação às expectativas criadas em torno desta comunidade. Pois não querem apenas criar um cenário utópico de sua própria luta e sim construir um ideal de vida, de trabalho possível. Em meio a esta conversa, em que se admitia as dificuldades, os problemas advindos das propostas do movimento, algumas questões foram apontadas como problemas, e entre elas, ocupando um lugar significativo entre ditos e não ditos, estava a “questão da mulher”. Assim, os mais de 800 km percorridos na volta a Florianópolis não foram suficientes para que algumas elipses fossem esquecidas.

Porém, numa nova visita, em fevereiro de 1998, as elipses cederam lugar às palavras de uma liderança estadual feminina, residente no assentamento:

Eu acho que nós tínhamos que fazer um trabalho, porque eu não tô sentindo na mulherada uma motivação em relação ao coletivo, elas estão num negativismo incrível, já não se prontificam muito no trabalho, não na produção, mas de agarrar o coletivo, elas fazem por fazer.(...) Nas discussões elas participam, núcleo, Assembléia, só que se fosse pra elas

se escapar, elas se escapavam. Tem todas umas normas pra participar...outra coisa, se tem uma coisa errada elas ao invés, de dizer, pô vamos acertar e tal, mas elas são as primeiras a dá-lhe pau. Eu tô preocupada com essa situação, porque as nossas mulheres têm oportunidades aqui que muitas gostariam de ter...<sup>406</sup>

As preocupações relatadas acima recaem sobre as mulheres do assentamento, pois para Bruna elas trabalham sim, no entanto ainda não estariam participando o suficiente da construção do coletivo, isto é, dos usos das propostas colocadas pelo movimento. Segundo seu entendimento: *as mulheres teriam que fazer mais é em relação ao coletivo, amar, gostar desse coletivo.*<sup>407</sup> Novamente observa-se a circulação de valores, noções, sobre a “construção do coletivo”, ou seja, sobre a construção da sociedade articulada pelo MST.

Eu acho que o MST é um lugar que mais se discute e se tem todo um trabalho em relação para que as mulheres participem. Agora, eu olhando aqui na Cooperativa a gente sente assim, por isso eu reforço que tem que fazer a mulher sentir o gosto sabe? Porque quando tu sente o gosto, a necessidade e coisa, tu rompe qualquer barreira, da família e coisa. Isso é uma consequência, tu deslança. Agora elas assim, são acomodadas, é uma questão cultural também, a gente tem que entender isso. Porque aqui, se fosse olhar, quando é pra ir um curso ou coisa assim, elas colocam mil obstáculos.<sup>408</sup>

É significativo o modo com que os discursos que circulam no interior do MST fazem recair sobre as mulheres a responsabilidade pelas coisas não estarem caminhando no sentido esperado. Quando tem-se, na fala acima, uma referência à “questão cultural” relativizando o “comportamento” das mulheres sobre sua “pouca participação”, evidencia-se a recorrência de alguns elementos que também já estiveram presentes em muitos discursos políticos, principalmente aqueles ditos de “esquerda”. Discursos que, ora dimensionaram a importância para as mulheres em serem “mães, esposas e donas-de-casa”,

---

<sup>406</sup> Bruna. Entrevista já citada, 16/02/98.

<sup>407</sup> Idem.

<sup>408</sup> Idem.

ora relegaram estas funções como “não-produtivas” e, por isso, sem importância, em detrimento de uma participação mais efetiva.<sup>409</sup>

Ainda assim, as mulheres enquanto objeto de discursos e intervenções, muitas vezes foram percebidas e tratadas como ameaças. Exemplos disso podem ser observados na história do movimento operário no Brasil, nas primeiras décadas do século, quando a participação feminina nas questões que envolviam o trabalho, quando não era ignorada, era considerada uma ameaça, *como se as mulheres, e não os capitalistas, fossem o inimigo*.<sup>410</sup>

Perrot, pensando sobre os “numerosos mal-entendidos” que separam o sindicalismo e o movimento de mulheres no início do século XX, contribui de forma importante para pensarmos melhor esta questão, pois para esta historiadora, entre o sindicalismo e as mulheres existe mais do que um problema de falta de organização, há um *conflito sobre os modos de intervenção e expressão, recobrando uma diferença de cultura e vida*.<sup>411</sup>

Uma outra singularidade também parece permear os discursos sobre a participação feminina na esfera política: o retorno ao “mito” da mulher que tem a oportunidade do poder, mas não o aproveita. Joan Bamberger, em sua leitura do “Matriarcado”, percebeu nos mitos e rituais que o envolvem, que as mulheres aparecem sempre como não sabendo administrar o poder quando o possuem. É interessante notar a existência de certos resíduos destes mitos cadenciando algumas discussões sobre as mulheres, como se fosse uma forma encontrada de demonstrar que um dia o gênero feminino fracassou, foi incapaz de assumir o poder.<sup>412</sup>

---

<sup>409</sup> Ver: PENA, Maria Valéria Junho. Op. Cit. pp. 175/193. E ainda: BESSE, Susan K. Op. Cit. pp.143/155.

<sup>410</sup> Idem, p.188.

<sup>411</sup> PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2º ed. 1988, p.212.

<sup>412</sup> Ver: BAMBERGER, Joan. “O mito do matriarcado: Por que os homens dominam as sociedades primitivas? In: LAMPHERE, Louise e ROSALDO, Michelle Z. (Coordenadoras) A Mulher, A Cultura e a Sociedade. Tradução de Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Enquanto espaço, o assentamento conta com práticas, estratégias prescritivas, subjetivantes em função de uma proposta de vida e trabalho para seus moradores. Contudo, é importante perceber que em meio a esse processo as mulheres - e seus “mil obstáculos” para não participarem - são relacionadas, percebidas como o sujeito que não constrói o coletivo. Para além de uma questão de gênero, é importante ter presente a idéia de que não se trata de um sujeito, um gênero que “não constrói o coletivo”, mas sim de uma pluralidade de sujeitos com vontades e anseios diferenciados, sejam eles homens ou mulheres.

A respeito desta questão, o entendimento de Sader sobre coletividade é bastante pertinente, pois se há construções de espaços, ideais, valores e, principalmente sujeitos, elas são, antes de tudo, resultados de muitas interações entre diversos e diferentes fatores, *em processos de reconhecimentos recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis. As posições dos diferentes sujeitos são desiguais e hierarquizáveis; porém essa ordenação não é anterior aos acontecimentos, mas resultado deles.*<sup>413</sup>

Considerando esta perspectiva, é possível apreender melhor porque as cobranças em relação à construção de um sentido de coletividade partem e são reproduzidas por pessoas que ocupam posições de lideranças. Pois, sabe-se bem que além de não se poder falar de tudo em qualquer circunstância, qualquer um, não pode falar de qualquer coisa. Ordem do discurso que privilegia a fala de um sujeito em especial.<sup>414</sup> Nesse sentido, privilegia a fala da liderança, sujeito constituído noutro nível e autorizado, portanto, a identificar e falar sobre os problemas do grupo de modo exclusivo.

---

<sup>413</sup> SADER, Eder. Op. Cit. p.55.

<sup>414</sup> FOUCAULT, Michel. Op. Cit., 1998, p.9.

Na medida em que são portadoras das palavras e representantes autorizados das mesmas, as lideranças trazem consigo e fazem circular a todo momento propostas e ideais de um modelo de sociedade, de comportamento aos quais buscam incorporar – “para dar exemplo” –. Desta forma procuram reforçar estes valores entre os demais integrantes. Além disso, é importante pensar que, por representarem o MST num nível diferenciado, estas pessoas e as posições que ocupam indicam hierarquias construídas em suas relações.

Relações hierárquicas que se estabelecem a partir dos diferentes níveis de informação e formação entre os integrantes do MST, sejam eles homens ou mulheres. As mulheres, inclusive, atribuem o seu silêncio nas reuniões à sua falta de estudos: *Hoje em dia estudar é uma coisa difícil, e antigamente era mais ainda. Às vezes o que atrapalha é a falta de estudo, de formação, o medo da mulher participar, uma insegurança de falar errado, de falar o que não é pra falar.*<sup>415</sup> Outras, mesmo sem ocupar qualquer posição de liderança, parecem perceber na prática como se dá esta relação:

Se a gente não participa, a gente fica de fora, fica desinformada. Daí eu gostava de participar, eu nem percebi como é que eu fui mudando. Assim...com o correr do tempo, a gente não queria ficar fora de nada. Se a gente não vai numa Assembléia a gente fica desinformada. Se a gente não vai numa reunião de núcleo, fica desinformada. Porque meu marido não é de ficar contando, daí eu nem peço, porque se eu não fui, pra que ficar pedindo, daí eu já participo pra mim não pedir.<sup>416</sup>

Presente nas falas percebe-se também, o retorno a uma velha questão: as atividades circunscritas ao interior da casa sendo constituídas enquanto problema, entrave à participação política. *Na verdade elas mesmas colocam: “Eu não vou, tenho vaca de leite, tenho os filhos, tenho roupa, tenho isso e aquilo...”* Para muitos, a explicação está na certeza de que as mulheres não participam em função de suas responsabilidades “domésticas”, fato entendido como uma questão de “prioridade”.

---

<sup>415</sup> Marina. Entrevista já citada. 16/02/98.

o problema é tu ter prioridade. Porque claro que o serviço vai ficar mais mal feito do que da mulher, isso é natural. Que vai ficar roupa no canto, vai ficar (...) Mas o que é fundamental também pra gente, é isso, essas coisinhas do dia a dia da casa é mais importante do que tu ir fazer uma faculdade? Ou do que você ir numa mobilização, o que é mais importante? Que fique jogada por uma semana a casa, depois se limpa, não é coisa de outro mundo, mas elas colocam isso como coisa de outro mundo. Elas se dão o luxo de não ir numa reunião porque têm que fazer o pão.<sup>417</sup>

As lideranças do assentamento, homens e mulheres, trazem a todo momento estes mesmos elementos, ou seja, atribuem o “apego das mulheres as suas casas” à sua pouca participação nas atividades políticas. O argumento de Franco reforça de forma mais contundente a mesma questão:

Então, eu particularmente acho que a participação da mulher hoje no movimento sem-terra, seja no Sindicato, seja em qualquer outra mobilização, está muito fraca, muito restrita, são mínimas. São um número muito mínimo de mulheres hoje que tem essa vontade de participar, não, até muitas, pelo conhecimento que eu tenho aqui internamente. Inclusive, não é falta de espaço, o que tá faltando é falta de vontade mesmo. No meu ponto de vista, eu acho que algumas coisas as mulheres têm, algumas condições básicas. Pegando a experiência nossa aqui, já se tem condições pra que a mulher possa participar. Então algumas coisas elas não refletem dentro da organização, elas vão se refletir lá na casa, no lar delas.<sup>418</sup>

Mas é interessante perceber também que as próprias mulheres, que não ocupam posições de lideranças propriamente ditas, trazem as mesmas questões e reproduzem discursos equivalentes. A fala abaixo, representa outras falas que, invariavelmente, possuem o mesmo conteúdo:

Muitas só pensam em fazer o serviço de casa, não saem, não dão importância pra participar mesmo das reuniões aqui. Só pensam em trabalhar, não pensam em sair e não pensam em ajudar o pessoal na reunião pra resolver os problemas. Que se elas saíssem pra participar, elas vissem a realidade, elas iam se conscientizar da realidade. Elas sabem que tem direitos e deveres iguais aos homens só que não ajudam, participam

---

<sup>416</sup> Lurdes. Entrevista já citada, 03/09/99

<sup>417</sup> Marina Entrevista já citada.

<sup>418</sup> Clair. Entrevista. 16/02/98. Dionísio Cerqueira/SC.

das reuniões mas não ajudam, não dão idéia, que nem os homens que dão mais idéias.<sup>419</sup>

Esta fala ilustra muito bem uma das singularidades acerca da participação feminina neste espaço: o conhecimento da ordem do discurso. As mulheres não “dão idéias” ao contrário dos homens, “capazes” de expor as suas. Convém lembrar novamente que o “falar em público” ainda constitui-se num exercício recente para a imensa maioria das mulheres, daí a própria dificuldade de organizar, ordenar seu discurso. Além disso, as mulheres quando falam ainda têm que lidar com outras complexas circunstâncias que estão alocadas no interior das relações de gênero. Quando falam, suas palavras dividem atenções com suas pernas e seios, além de, muitas vezes também, confundir-se com sua própria vida íntima. Michelle Perrot escreveu sobre isso: *tão logo uma mulher toma a palavra, todos se preparam para se aproveitar de suas dificuldades. Sua voz, seus gestos, seu “look”, todo seu corpo é objeto de um exame em que predominam o irônico e o vulgar.*<sup>420</sup>

Uma das mulheres que participou ativamente da organização das mulheres agricultoras no Oeste catarinense, no final da década de 1970 e início de 1980, e que mantém estreitas relações com o MST, falou um pouco sobre as tensões que envolvem o “falar” entre homens e mulheres. A fim de organizar um “abaixo assinado” para ser levado por mulheres até Brasília, conta sobre a indignação de alguns homens. Lembra de um, em especial, que lhe disse: *Mas o que estas mulheres querem ir fazer sozinhas lá (Em Brasília). Não sabem nem falar com o Presidente, com os governantes. Isso tinha que ir nós homens, no mínimo um junto pra poder falar.*<sup>421</sup> Mas não são apenas os homens que demonstram este sentimento, as mulheres também, como destaca Mário: *...Era tão difícil. Às vezes com*

---

<sup>419</sup> Maria. Entrevista. 02/09/99. Dionísio Cerqueira/SC.

<sup>420</sup> PERROT, Michelle. Mulheres Públicas. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998, p.129.

*muito trabalho nós conseguíamos trazer algumas mulheres para participar, para falar. Daí algumas diziam: “Que vergonha aquela louca lá em cima do palco gritando, porque não deixa um homem falar”<sup>422</sup>*

Em conversas, com o gravador desligado, às vezes no final do dia, quando o “político” ficava de lado para dar lugar a coisas menos “nobres”: uma bicheira numa vaca, um mutirão para a colheita do feijão do dia seguinte, um bicho de pé inflamado, um doença diferente, algumas fofocas, comentários sobre alguém sempre saíam. Nesses momentos, notava que homens e mulheres acabavam se despidendo um pouco do “ser militante” e teciam comentários segundo seus julgamentos bem pessoais. Foi interessante perceber, nas falas, que as lideranças femininas, as “mulheres que falam” são identificadas com sua vida íntima, se são casadas, solteiras, separadas. Anotei alguns comentários em meu “diário de viagem” ao longo de várias visitas e que são bastante ilustrativos. Sobre uma liderança solteira: “coitada não casou, acho que nunca se recuperou do noivado desfeito”, se separada “essa aí se liberou, liberou até o marido”, (trocadilho com termo “liberado” muito utilizado entre a militância) se casada “o marido tem que acreditar muito na luta para ser casado com uma liderança”.

Frases assim ditas em tons de brincadeiras, pilhérias desvelam que os investimentos em se produzir militantes, novos homens, mulheres, relações andam por terrenos bastante movediços e imprevisíveis. Um ou uma militante do MST pode até ser exemplar, amar e acreditar na luta, não só pela terra, mas também na transformação da sociedade, discursar em sintonia com as propostas, valores do MST, mas às vezes, ao final do dia, relaxados nas varandas de suas casas, ou na de um vizinho, tomando chimarrão, nada os impede de

---

<sup>421</sup> Zulma, militante petista que hoje trabalha em Chapecó junto a “Comissão de Orçamento Participativo”. Entrevista concedida em 09/01/01.



brincarem consigo mesmos com seus companheiros e companheiras de luta e continuar fazendo juízos de valores sobre comportamentos, jeitos de ser, associados a papéis normativos de gênero.

### V.3. “Acho que é porque eu sou mulher.”<sup>423</sup>

Como a imensa maioria das mulheres do assentamento, Tânia concilia o “ser” dona de casa e esposa com o “ser” sócia da Cooperativa, onde - como também todas as outras mulheres - trabalha meio período. Isto porque, segundo a mesma, têm os serviços da casa que precisam ser feitos e as crianças que precisam de atenção. Perguntei então, se ela “participava”, se ia às reuniões, ou a mobilizações:

Os homens saem mais, tem uns que saem mais.

(Por quê?)

É que é escolhido a maioria...a direção escolhe as pessoas que têm mais condições, se fosse olhar, de sair são os homens, porque as mulheres ficam com o serviço de casa...

(E tu, como é?)

Há, eu se for de sair eu saio, mais eu por enquanto faz um tempinho que não saio mais porque eu tenho nenê pequeno, mais caseira que eu não tem. Se fosse olhar, não tem como sair, se fosse fazer um curso de levar o nenê junto ou deixar, já fica meio ruim, mas eu antes de ter nenê participava. E espero que depois dele crescer eu também continue participando, porque eu gosto de participar das reuniões...<sup>424</sup>

Conversando com um casal sobre este assunto foi possível perceber que, se o homem não impede explicitamente que sua mulher vá a alguma mobilização acaba demonstrando isso de outras formas: reclamando quando tem que fazer o serviço da casa, ou simplesmente não fazendo. O que indica que, se há resistência, não só as mulheres resistem, mas os homens também. *Existe isso também – “Se é pra mandar a mulher, então*

---

<sup>422</sup> Mario. Entrevista concedida em 09/01/01. Dionísio Cerqueira/SC.

<sup>423</sup> Clair. Entrevista. Dionísio Cerqueira/SC.17/02/98.

vai eu” – *Uns porque gostam, uns porque não gostam que suas mulheres saiam.*<sup>425</sup> Marina vê isso de modo mais claro: *É que eles não gostam de fazer o serviço de casa,*<sup>426</sup> e Mário, seu marido, conclui em tom de brincadeira: *O serviço nem que fique pra quando a mulher voltar...*<sup>427</sup>

Comparando estas falas e também outras, muitas questões se fazem presentes. A mais simples é o fato de trazerem consigo os mesmos elementos, ou seja, o problema é da mulher que não participa, e não o faz em função da casa e dos filhos. Mas será mesmo que esta questão é simples? Certamente que não. Pois é uma questão que vai além do político, e muito além do fato das mulheres não quererem “participar”, de resistirem às prescrições, às normatizações de como deveriam ser para representar o Movimento.

Primeiramente, temos a casa, o lar, em perspectiva, um espaço que encerra em si mesmo um emaranhado de significados relacionado ao feminino. Assim, a casa para as mulheres do assentamento tem um valor muito especial. Para muitas delas, depois de anos morando em barracos de lona ou outro tipo de material, cozinhando em fogões improvisados, utensílios escassos e nenhum conforto, foi a primeira conquista de um espaço próprio, onde puderam depositar finalmente seus sonhos, suas “quinquilharias”. Um território íntimo, no qual elas podem exercitar seus “pequenos poderes”, e não se sentem inseguras ao falar, ao agir.

Além disso, a casa é mais que uma construção material, é sobretudo social, cultural e, por isso mesmo, *não pode ser aceita como natural e evidente por si mesma*. Como fronteira entre as “esferas masculinas e femininas” ou entre a dicotomia público/privado,

---

<sup>424</sup> Tânia. Entrevista já citada.

<sup>425</sup> Mário. Entrevista já citada. 16/02/98.

<sup>426</sup> Marina. Entrevista já citada. 16/02/98.

<sup>427</sup> Mário. Entrevista já citada. 16/02/98.

este espaço tem servido às *mulheres como local de aprisionamento e de responsabilidades sociais. Torna-se necessário revelar o exterior para o interior e vice-versa, desconstruindo os limites entre o público e o privado, rejeitando a casa como mecanismo de exclusão.*<sup>428</sup>

Entretanto, o que vemos perpassar nas relações entre as mulheres e homens do assentamento Conquista na Fronteira - na verdade, também para além deste espaço, pois a “metáfora das esferas separadas”, mesmo erodidas, ainda flui fortemente no interior de muitas outras casas - é o fato de que o “lar” e suas inúmeras responsabilidades acabam sendo “deixados” pelos homens às mulheres. *Queira ou não queira eles acham ruim a mulher sair de casa. Porque tem a casa, tem os filhos, tem a roupa, e tem o costume de chegar e a comida tá pronta, tem muitos homens que acham dificuldade ficar sozinho.*<sup>429</sup> Ou seja, circunscrevendo as tarefas domésticas ao feminino, os discursos sobre as mudanças de comportamento no assentamento trazem a permanência de valores onde “a casa” ainda constitui-se como uma fronteira de gênero.

Mesmo num espaço em que se discute relações de gênero - e principalmente que se questiona a participação das mulheres - é importante pensar que se a casa pertence às mulheres, o resto parece pertencer aos homens. Pois percebe-se, sim, uma divisão sexual de trabalho no cotidiano do assentamento. A começar pelas “comissões”, nas quais a Saúde ou as “Miudezas” são dirigidas por mulheres e, o setor de Produção e Finanças, por homens. Na última eleição da Cooperativa, realizada no segundo semestre de 1999, a Presidência foi composta por 5 homens e nenhuma mulher.

Os trabalhos “leves” pertencem às mulheres e os “pesados” aos homens. Mesmo que muitas vezes estes limites sejam tênues, transpostos e que os trabalhos não sejam tão

---

<sup>428</sup> FOSTER, Thomas. History, critical theory and women’s social practices: “Women’s time” and “Housekeeping.” In: *Signs*. Journal of woman in culture and society, 1988, v.14. (Tradução livre)

“leves” assim.<sup>430</sup> Lixar o fogão a lenha, por exigir “força”, assim como cortar lenha são trabalhos atribuídos aos homens, mesmo que muitas mulheres executem esta tarefa diariamente, *aquele serviço mais pesado, que é lascar lenha, essas coisas os homens fazem (...) arrumar um galinheiro, uma estrebaria que tá quebrada, essas coisinhas do individual que é feito mais no final de semana.*<sup>431</sup> Já ordenhar as vacas, que as famílias têm individualmente, é uma tarefa entendida como feminina. Mas é interessante perceber que o “ordenhar” é invocado pelas mulheres sempre que querem atestar a qualidade de seus respectivos maridos:

Mas ele faz tudo, tira leite, faz tudo, lava até as roupas.<sup>432</sup>

Em casa o meu marido ajuda tanto a tirar o leite, quanto os serviço de dentro de casa.<sup>433</sup>

O cuidado com a grama parece ser responsabilidade dos homens no assentamento. Bruna passou esta impressão ao mencionar o fato das mulheres reclamarem da ausência do marido, nos finais de semana, para executar esta tarefa: *Entre atender uma visita que vem de fora e você cortar a grama, o que é fundamental? Por mais que esta carga te fique, porque o que é mais importante na nossa luta, é tu ir lá atender a visita, fazer uma discussão, ou tu ir cortar a grama ao redor de casa?*<sup>434</sup>

Na roça, por onde andei algumas vezes, vi mulheres carpindo e homens dirigindo tratores. Mário falou um pouco sobre isso: *os trabalhos que as mulheres aqui na Cooperativa não fazem eu acho que é operar as máquinas agrícolas, os demais elas fazem*

---

<sup>429</sup> Maria Tereza. Primeira entrevista concedida em Dionísio Cerqueira/SC. 17/02/98.

<sup>430</sup> Ver: PAULILO, Maria Ignez S. “O peso do trabalho leve.” In: Ciência Hoje, Vol. 05, n.º 28, pp.64/70.

<sup>431</sup> Bruna. Entrevista já citada. 16/02/98.

<sup>432</sup> Idalina. 17/02/98. Entrevista. Dionísio Cerqueira/SC.

<sup>433</sup> Noélia. Entrevista já citada.

<sup>434</sup> Bruna. Entrevista já citada. 16/02/98

*todos, elas passam até veneno que é um serviço bastante complicado.*<sup>435</sup> Perguntei a algumas mulheres porque elas não operavam as máquinas, e elas riram, dizendo que era por que não queriam, mas acrescentaram que, se quisessem, poderiam.

É significativo o fato de que, mesmo aquelas mulheres mais distantes das posições estratégicas de comandos, não passam a idéia de submissão ou passividade, elas parecem negociar entre si e com os homens seu próprio espaço - não o imaginado por algumas lideranças - mas um que elas até agora conquistaram, e que cada uma preserva à sua maneira. Informadas de seu espaço, as mulheres muitas vezes o aceitam, até mesmo porque ninguém mais do que elas sabe de seus medos, de suas inseguranças e certezas. E talvez saibam mais, talvez sintam que se quisessem mesmo ser militantes exemplares, ou operar máquinas agrícolas, teriam que fazer isso e continuar fazendo tudo o mais que vinham fazendo. É bom não esquecer que as mulheres são diferentes, aprenderam a se diferenciar se afirmando por outras palavras, outros gestos...<sup>436</sup>

O que chama a atenção também entre as falas dos moradores do assentamento Conquista na Fronteira, é que, como um espaço onde procuram privilegiar ideais de comportamentos, os conflitos entre vizinhos, vizinhas, os problemas, entre os casais, saem do foro íntimo e tornam-se assuntos comentados e debatidos politicamente. Casos de esposas que brigam com os maridos pelo fato de não quererem que eles “participem muito” são bastante comuns. Todos parecem saber, escolhem “um lado” para dar razão e até discutem possíveis soluções para o caso. Como já mencionei a vida conjugal consta no Regimento Interno do assentamento e todos os casais, portanto, devem fazer o possível para viverem bem e em harmonia.

---

<sup>435</sup> Mário. Entrevista já citada. 16/02/98.

<sup>436</sup> PERROT, Michelle. Op. Cit. 1988, p.212.

Certamente existem “conversas” paralelas, fofocas que servindo também como instrumento normativo de condutas, trazem alguns elementos significativos. Apenas a título de ilustração, é possível dizer que “certos” problemas matrimoniais, como o adultério, são tratados como caso de “indisciplina” e acabam recebendo punição severa, como um afastamento temporário ou até definitivo do assentamento. Num desses “casos”, que envolveram dois casais do assentamento, o que chama a atenção é o fato da pena ter recaído apenas sobre a mulher que se viu “convidada” a passar um tempo fora do assentamento para “pensar” em sua atitude. A justificativa, ditas entre conversas miúdas, para que só a mulher tenha sido punida, parece estar relacionada ao fato dela ter fama de ser “faceira”, logo a culpa não era do homem era da mulher que se “ofereceu”.

Em outras visitas vim a conhecer as personagens dessa história. A mulher depois de um tempo fora voltou para o assentamento e para seu marido. O outro casal já estava vivendo sem maiores problemas, já que o homem havia sido inocentado. Hoje penso que além desse caso ilustrar, e muito, alguns preconceitos que carregamos sobre o comportamento feminino, a não punição do gênero masculino também passou por uma relação de poder mais complexa, pois ele ocupava um cargo de liderança, trabalhava no Setor de Produção, a mulher não. Até para não desmoralizar o regimento era importante que a comissão disciplinar aplicasse alguma pena, a qual teria que recair naquele cuja ausência seria menos onerosa para o assentamento. Mas, e se ela fosse a liderança, o que teria acontecido?

Existem também tensões entre as mulheres que têm história de luta, e as que não têm. No início do assentamento, existiam cerca de 17 solteiros, em sua grande maioria homens. Estes vieram a se casar depois, porém, nem todos casaram-se com mulheres que faziam parte do Movimento.

No entendimento que eu tenho tu tem que buscar um companheiro, uma companheira que comungue com as tuas idéias. Eles assim, grande parte deles escolheram mulheres que não tem nada a ver com a luta. Pintou, casou e pronto. Essa preocupação eles não tiveram, e hoje eles enfrentam dificuldades, problemas...<sup>437</sup>

O sentido de “luta” permeia os discursos, as conversas e, neste caso, parece indicar a existência de um elo invisível, entre os que foram e os que não são. A luta, aqui - reportada ao cotidiano de um acampamento, das barracas de lona, do fogão no chão e do sofrimento - lembra um pouco uma espécie de rito de passagem.<sup>438</sup> A falta deste ritual para algumas mulheres que vieram depois para o assentamento faz diferença e tensiona suas relações.

Nas palavras que circulam pelo interior do assentamento há também as queixas sobre a falta de compreensão das mulheres acerca das atividades de seus respectivos maridos quando estes ocupam ou são indicados para posições de liderança.

Mas assim, por exemplo, se meu marido é escolhido pra ser da direção e tal, eu me orgulharia. As mulheres aqui não, ficam bravas...mas saem bufando da Assembléia porque o marido assumiu. Mas é um orgulho ter um marido que faz isso, que prioriza mais a Cooperativa do que a família. Eu acho que do ponto de vista ideológico, do que a gente quer, que bom que ele prioriza mais o coletivo do que o individual. Mas elas xingam...Tem homens que tão na direção ficam tudo assim ao assumir uma coisa no final de semana... “Ah não posso senão minha mulher fica brava.”<sup>439</sup>

Essa questão parece estar bem presente no cotidiano de muitos casais do assentamento. Para Orlandi é simples descrevê-la:

No momento que o homem assume o compromisso que tem que sair, por que ele vai num regional, que ele vai ficar mais fora, a mulher, na própria discussão com a direção já é colocado isso, que ela vai ter que se acostumar com a idéia porque agora ele está na direção. Por tanto tempo

---

<sup>437</sup> Bruna. Entrevista já citada. 16/02/98.

<sup>438</sup> Para Bourdieu o principal efeito de um rito de passagem é a consagração da diferença. *Falar em rito de instituição é indicar que qualquer rito tende a consagrar ou a legitimar, isto é, a fazer desconhecer como arbitrário e a reconhecer como legítimo e natural um limite arbitrário*. BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., 1996, pp.97/106.

<sup>439</sup> Bruna. Entrevista já citada.16/02/98.

ele vai ficar mais ausente do que em casa. (...) No começo é difícil da mulher se acostumar, um homem que nunca saiu e aceita um compromisso assim, mas depois não tem problema algum.<sup>440</sup>

Tanto homens quanto mulheres, ao falarem de alguns conflitos que emergem em seu cotidiano de relações afetivas e políticas, nos trazem elementos que nos remetem a estas questões:

Minha mulher não quer que eu viaje, ela tem essa resistência. Ela não se acha que eu tenho o direito de estar viajando, tá indo num encontro. Ela sendo uma pessoa isolada, ela acha que ela, que vive somente na casa, ou aqui na Cooperativa, ela acha que isso não é justo. E eu, particularmente, não sei se o que eu estou fazendo tá sendo correto ou não tá, mas eu tô trabalhando pra isso. Ela tá começando a estudar, tô incentivando e procuro incentivar pra ela participar dos cursos quando há oportunidade...

(Mas, e se fosse o contrário Franco e se fosse você que ficasse aqui e ela fosse “liberada”<sup>441</sup>?)

Não teria nenhuma restrição, agora tem uma coisa concreta que é a seguinte, existe uma resistência maior no meu caso porque eu acho que ela vai tá roubando meu espaço. Quando se tem uma família, essa é a coisa concreta, quando se tem uma família, se ela participar 90% do tempo significa que eu vou ter que ficar em casa.<sup>442</sup>

Quando Franco acusa sua esposa de resistência e fala de que apesar de seus “esforços” ela parece continuar não querendo participar das atividades propostas pelo MST – e também sobre a manifestação contrária da mulher, para com suas idas e vindas como liderança - ele vai além de nos deixar vislumbrar alguns aspectos de seus desentendimentos com a esposa. Na verdade traz pontos significativos que permitem pensar na dimensão hierarquizante, na qual parecem estar alocadas as relações de gênero.

Mesmo esforçando-se para incorporar as idéias do MST - no qual inclusive, é uma das lideranças mais participativas - Franco, o tempo todo, reproduz valores bem

---

<sup>440</sup> Orlandi. Entrevista já citada. 16/02/98.

<sup>441</sup> “Liberados” são todos aqueles líderes, já assentados, que são liberados de suas atividades na produção para poderem viajar, participar de cursos, organizar acampamentos, mobilizações, entre outras atividades.

<sup>442</sup> Franco. Casado. Liderança no assentamento Conquista na Fronteira. Entrevista. Dionísio Cerqueira/SC. 17/02/98.



delimitados acerca da assimetria existente entre sua mulher e ele, o homem. Aqui, parece que seu “espaço” sempre existiu, não precisou ser problematizado, ao contrário do “espaço” de sua mulher, constantemente alvo de discursos, preocupações e pressões. Retorna-se aqui à metáfora das “esferas separadas”, pois as mulheres ainda parecem pertencer a uma “esfera feminina”, já os homens, de certa forma, pertencem ao resto das coisas e das ordens do mundo social *...homens nunca tiveram uma ‘esfera própria’, porque sua esfera tem sido o mundo e todas as suas atividades.*<sup>443</sup>

Dessa forma, é preciso considerar novamente a reprodução nos assentamentos de sistemas e valores sociais e culturais vividos há muito tempo, tanto pelas mulheres quanto pelos homens. E mais do que isso, é dar-se conta das muitas temporalidades possíveis e coexistentes num mesmo espaço. Perspectiva que indica, que ao lado das mudanças, temos também permanências.

Falar sobre permanência, quando fala-se tanto em mudanças é uma complexidade importante, pois, ao contrário do que possa parecer, significa pensar sim a mobilidade, a pluralidade das relações sociais, culturais. Isto porque, dimensiona a todo momento a capacidade que temos de negociar valores, ocasião em que trocamos e invertemos situações, mesmo tendo como referências certas hierarquias, sejam elas de classe, de gênero, de etnia ou de geração.

Neste momento, talvez seja pertinente pensar um pouco a respeito da “universalidade” de certos valores. Estudos, ditos estruturalistas, já dedicaram bastante o seu tempo pensando as semelhanças, as estruturas que ordenam o mundo social. Para Louis Dumont, a hierarquia é uma questão central, uma necessidade lógica do ordenamento social. Estudando as castas na Índia, Dumont escreve que este complexo sistema serve para

---

<sup>443</sup> KERBER, Linda K. Op. Cit. p.6.

nos ensinar *um princípio social fundamental, a hierarquia, cujo oposto foi apropriado por nós, modernos, mas que é interessante para se compreender a natureza, os limites e as condições de realização do igualitarismo moral e político ao qual estamos vinculados.*<sup>444</sup>

As análises de Dumont, ao contrário de dimensionar a hierarquia como legítima, necessária para o “ordenamento do mundo social”, podem ser instrumentos valiosos para pensar as relações de gênero, enquanto também relações de poder, localizam-se e são construídas a partir do pressuposto e da aceitação de uma ordem hierárquica do mundo.

Sob esta perspectiva, Maria Luiza Heilborn argumenta que não se deve entender a idéia da hierarquia como sendo um *traço tributável à tradição, na qualidade de uma sobrevivência*<sup>445</sup> nas análises de gênero. No entanto, ela nos dá a possibilidade de perceber, através de suas análises, que equacionado ao valor instituinte da cultura, a produção do masculino - por meio de uma inversão hierárquica - investe-se dos significados de representação da totalidade e, dessa forma sobrepõe-se ao feminino nas relações.

Para além de qualquer discussão sobre a universalidade de certas questões, ou seus resíduos na atualidade, é bom pensar também que, por alguma razão, os indivíduos precisam inventar “seus outros”, ou, no caso em questão, “suas mulheres”. Para Guattari, faz parte da segregação subjetiva que atravessa o corpo social, e que localiza-se num nível de projeção de fantasmas coletivos, onde estão os negros, os homossexuais, os pobres, e porque não, as mulheres em certas relações.<sup>446</sup>

---

<sup>444</sup> DUMONT, Louis. Homo hierarchicus: O sistema das castas e suas implicações. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo: Edusp, 1992, p.50.

<sup>445</sup> HEILBORN, Maria Luiza. Gênero: um olhar estruturalista. In: PEDRO, Joana Maria & GROSSI, Miriam Pillar. Op. Cit. p.48.

<sup>446</sup> Guattari fala que “*se os negros não existissem, seria preciso inventá-los de alguma maneira.*” E acrescenta que este problema está localizado efetivamente na construção, na produção de subjetividades. GUATTARI, Félix. Op. Cit., 1999, pp.77/78.

Sobre isso, uma questão pode ser levantada acerca das mulheres do assentamento: tratar-se-ia apenas de uma forma de resistência ou melhor, de escapar às normas? A pergunta admite duas respostas: Sim e não. Não, porque tendo como certo e dado seu espaço como sendo o da casa, e o cuidado com os filhos, e havendo por parte dos maridos uma contribuição para que assim permaneça, as mulheres não vêem muitas opções. Simplesmente entendem de forma mais prática e menos ilusória, que precisam conciliar ambas as coisas, políticas e domésticas, privilegiando aquelas mais importantes e necessárias. No caso, muitas vezes, o lar e os filhos.

Sim, porque de acordo com os objetivos expostos, elas talvez não queiram “pela metade”, ou seja, participar dos cursos, reuniões, etc. e depois terem que retomar todo o serviço de casa que acumulou nos momentos que passou longe. Ora, a resistência aqui não é ao MST, às suas propostas, ou à “igualdade” de gênero, e sim à sobreposição de responsabilidades e de trabalho.

Da mesma forma que pode ser um certo tipo de resposta ao fato de que as quatro horas dedicadas a casa não são pagas pela Cooperativa, pois são entendidas como trabalhos particulares. As mulheres vêm reclamando desse sistema desde sua implantação. A proposta para solucioná-lo surgiu do planejamento de uma “cozinha coletiva”, na qual todos fariam suas principais refeições. Mesmo assim, é uma proposta muito distante do ideal, pois não altera o fato de que “serviço de casa” é individual, e neste plano cabe às mulheres fazê-lo.

Cuidar do “bem estar” da família, célula tão importante para o Movimento, deixa de ser um trabalho coletivo a partir do momento que, no interior das diferentes relações de gênero, é tarefa atribuída ainda apenas às mulheres como já reforçamos anteriormente. Construções bem marcadas neste caso, pois não só as mulheres deixam de receber pelas

atividades dedicadas a casa, como também, ao se aposentarem ganharão apenas metade dos rendimentos dos homens. O artigo XVI, do Regimento Interno da Cooperativa do assentamento Conquista na Fronteira, dispõe que: *O associado a partir dos 55 anos que não têm condições de acompanhar o trabalho normal receberá uma ajuda pela luta e trabalho já aplicado de 30% para o homem e 15% para a mulher na divisão de renda e subsistência.*<sup>447</sup>

Nas visitas e conversas feitas sobre esta distribuição de renda, as falas repetem-se esclarecendo que a “questão” logo será revista. As mulheres mesmo costumam alegar que o problema está em vias de ser resolvido com a construção de uma cozinha comunitária. Foi o que disseram para mim, foi o que disseram para o repórter João de Barros da Revista Caros Amigos, e o mais significativo, foi o que disseram para a antropóloga Elisete Schwade, em 1990, que considerou a construção dessa cozinha como uma possibilidade de maior participação das mulheres no assentamento.<sup>448</sup>

Mas o que fica de tudo isso, é a constatação de que as disposições que dizem respeito ao trabalho das mulheres nesse Regimento apenas têm sido alvo efetivo de discussão quando algum visitante mais intrometido fica sabendo como é feita a distribuição de renda da família. Numa dessas ocasiões, em uma roda de chimarrão de final de tarde, mediante algumas provocações, duas mulheres Marina e Zulma, contra-argumentaram o tempo todo com seus maridos sobre a incoerência dessas disposições. Conversas que acabaram esfriando quando Marina foi preparar o jantar com a nossa ajuda, a de Zulma e a minha, enquanto os homens trocaram o rumo da prosa na espera do jantar...

---

<sup>447</sup> Documento já citado.

<sup>448</sup> SCHWADE, Elisete. Op. Cit., 1993, p.140.

#### V.4. Os tempos de cada um.

Diante das entrevistas realizadas em sua pesquisa, Lechat percebeu que ao perguntar às mulheres sobre suas tarefas cotidianas, elas em geral estranhavam a pergunta, pois consideravam suas atividades óbvias e não viam a necessidade de elencá-las. Também algumas mulheres, residentes no assentamento Conquista na Fronteira, tiveram a mesma reação. Entretanto, o que mais chamou a atenção foi o fato de algumas terem demonstrado não entender as questões formuladas. Contudo, em meio as conversas, foi possível perceber que não se tratava de falta de entendimento e, sim, do fato delas não considerarem essas questões importantes e por isso não viam o porque de falar sobre o assunto. Trazendo ainda outro ponto importante: que muitas mulheres não vêem a necessidade de pensar sobre questões que tanto as lideranças do MST quanto alguns pesquisadores - incluindo eu - acreditam ser assunto “corrente” em seu cotidiano.

Algumas mulheres no assentamento fazem lembrar que “pensar em si”, reconhecer-se nas relações, não é “natural” ou “herdado”. Constitui-se, na verdade, num exercício bastante recente, uma construção da modernidade, onde os sujeitos passaram por uma “transformação de si mesmos” e o individualismo impôs a tarefa de medir e pensar sobre a existência com desejos próprios e únicos. O sentimento de identidade individual acentuou-se e difundiu-se amplamente ao longo de todo o século XIX. A construção de um desejo de individualizar-se acabou tornando essencial o “olhar para si”. Diversos procedimentos reforçaram este “sentimento do eu”: o estabelecimento do controle do indivíduo, o desejo de decifrar, de saber o indizível na intimidade dos outros, fizeram parte deste processo.<sup>449</sup>

---

<sup>449</sup> Ver sobre a “Emergência do Indivíduo”. In: DUBY, Georges. História da Vida Privada vol. 2: da Europa Feudal à Renascença. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Ver

Mas este “exercício” não está presente e nem foi apreendido do mesmo modo pelos indivíduos, sejam eles, homens ou mulheres. Em meio às conversas, entrevistas e observações, é possível dar-se conta de que, muitas vezes, pessoas que dividem um mesmo espaço, não possuem um mesmo “tempo”. Ou seja, da mesma forma que muitas mulheres falam de si, assuntos que as envolvem, sobre sua participação, atividades domésticas, trabalho na Cooperativa, ou sobre as questões políticas do MST. Outras, residentes também no assentamento, não se sentem instigadas a falar sobre o mesmo assunto, desprovendo-o de qualquer significado. Também não falam de si, preferem falar de outras coisas.

Idalina, uma jovem senhora, considerada por todos “muito trabalhadeira”<sup>450</sup>, só gostava, por exemplo, de falar do trabalho. A questão ou o “problema” da mulher não lhe diziam respeito; e quando perguntada sobre o assunto, desviou-se dele, respondendo: *Eu trabalho no matadouro, na cainhança\*, mato frango, mato porco, e daí, senão tem serviço lá, vou pra roça carpir, passar uréia*. Depois de alguma insistência, falou sem pudores que trabalhar apenas meio período para a Cooperativa era pouco, afirmando ainda, não gostar de “sair pra fora” em função do Movimento. Perguntada sobre a razão dessa atitude respondeu: *Porque eu não quero, é difícil eu sair e deixar as piazzadas pequenas, não deixo. O marido ajuda mas é difícil deixar com ele. (Por que?) – Parece que não cuida direito, deixa em volta. Mas ele faz tudo, tira leite, faz tudo, lava até as roupas*.

---

também: CORBIN, Alain. “O segredo do Indivíduo.” In: PERROT, Michele. História da Vida Privada vol. 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução de Denise Bottman, partes 1 e 2 e de Bernardo Joffily, partes 3 e 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

\* Antes do abatedouro de frangos ficar pronto, em outubro de 2000, praticamente todo o trabalho de abate e limpeza dos frangos, que consiste em: matar, mergulhar o frango em água fervente, depenar, limpar, separar os miúdos era feito pelas mulheres manualmente. Este e outros trabalhos que incluem limpeza e preparo de animais abatidos são conhecidos como “cainhança.”

<sup>450</sup> Sobre esta discussão ver: WOLFF, Cristina Scheibe. As mulheres na Colônia Blumenau: cotidiano e trabalho – 1850-1900. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1992.

Sobre as mudanças que sentiu depois que passou fazer parte do MST, disse apenas que: *A diferença que eu sinto é que antes eu trabalhava de manhã e de tarde, e aqui é só de manhã (Na Cooperativa), eu preferia ir de manhã e de tarde pra roça. Eu era acostumada a trabalhar mais.* Mas em relação a outras mudanças listadas, como já vimos, por outras mulheres, Idalina parece não ter tomado conhecimento, e a despeito disso é incisiva num único ponto: *Mas é isso, trabalhar mais, seria trabalhar que nem um homem, trabalhar o dia todo.*

Ao tentar explicar melhor minha questão, ou seja, minha curiosidade sobre outros assuntos, que não os referentes ao trabalho, ela encerrou a conversa desconcertantemente: *Mas o que eu vou falar sobre mim, nunca pensei nisso...*<sup>451</sup> Idalina não só não falava de si, como também não reconhecia as discussões sobre as relações de gênero ou sobre a “questão da mulher” no MST. Ela se afirmava através do trabalho, era nele que parecia investir suas referências. A partir dele constituía-se enquanto sujeito, mantendo assim sua posição de mulher “trabalhadeira”, e não trabalhadora.

Algumas mulheres não pareciam se incomodar em falar de seus problemas mais pessoais, outras falavam frases feitas, recortadas de algum discurso decorado entre tantos cursos de formação. Arlete não se incomodou em revelar que, da porta da rua pra dentro de casa, quem a ajudava mesmo eram as filhas. Seu marido, ao “contrário” de outros maridos: *Não ajuda nada, o serviço dele é só cortar lenha*<sup>452</sup>

Nestes diferentes tempos, uma questão não pode ser esquecida: mesmo trazendo permanências, as mudanças fazem parte da história de vida e de luta dos homens e mulheres que constituem o MST. Assim também como os conflitos, as diferenças fazem

---

<sup>451</sup> Idalina. Entrevista concedida em 17/02/98. Dionísio Cerqueira/SC.

<sup>452</sup> Arlete. Entrevista concedida em 17/02/98. Dionísio Cerqueira/SC.

parte de um jogo de negociações, de trocas. Vi homens varrendo e lavando louça. Ouvi mulheres falarem de seus maridos com orgulho, pelo fogão lixado, pela roupa que um dia ele lavou, pelo cuidado com os filhos, pelo tipo de relacionamento que agora elas reconhecem ser diferente de um tempo anterior. Ouvi homens e mulheres brincarem com algumas questões. Quando fazem algum trabalho que entendem como feminino por exemplo, costumam repetir em tom de provocação: *Se as mulheres não queriam fazer esse serviço porque inventaram então?*

Ele mudou, mudou bastante, ele era mais sossegado, eu que me lascasse no serviço. Hoje ele me ajuda. Aqui, todo o homem ajuda a mulher. Aí não dá pra ficar um sem ajudar. Ele mesmo foi se sentindo...(...) Serviço de mulher era serviço de mulher, mas hoje não é mais assim. Às vezes ele diz, dando risada: “As mulheres aqui tão ficando muito “baseada”, querem que os homens façam tudo!”<sup>453</sup>

Até a minha mãe, quando ela vem pra cá e vai na casa do meu tio, daí ela se admira: “Mas como é que pode!” Lá no tio Mário, ele ajuda, limpa o fogão, esfrega bem, deixa brilhando, ajuda a tia Terê, lá em casa o pai não faz isso.”<sup>454</sup>

Não existem vilões quando temos relações de subjetividades e singularidades. Ninguém é bom ou mau. Se normas, disciplinas foram construídas, os sujeitos sujeitam-se mas também escapam, negociam. Pelos interiores do MST por onde andei, distante, mas também com algumas proximidades com o que li, encontrei homens e mulheres, possuidores de sentimentos dos quais se orgulham, ou nem tanto. Encontrei neles, e em mim mesma uma pluralidade de tempos, de desejos e micropoderes, coexistindo e sendo vivenciados em diferentes relações que se fazem, por sujeitos que reinventam a si mesmos. Apesar dos investimentos, dos controles, das disciplinas os homens e mulheres encontraram suas formas de seguir vivendo, de escapar, de incorporar algumas mudanças sutis. Não deixam de persistir na construção de um novo tempo e de uma nova forma de pensar suas

---

<sup>453</sup> Dona Lurdes. Entrevista já citada, 03/09/99



ações e a si mesmos na história, e também simplesmente não pensar, só viver. Mas vão construindo, experimentando viver segundo seus próprios tempos, sentimentos, que afinal dão o ritmo às mudanças e às permanências, dos pequenos e grandes acontecimentos que fazem parte da história e da vida de cada um.

---

<sup>454</sup> Eliane. Entrevista já citada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção ou (re) produção dos investimentos sobre a participação das mulheres na luta política do MST, na mudança de relações entre os “companheiros e companheiras” admitem inúmeras reflexões. Podem ter sido frutos de lutas femininas nos interiores do próprio movimento; ou terem sido constituídas muito mais como uma vontade de incorporar discussões de outros movimentos com orientação feminista da década de 80; ou de captação de recursos de organismos internacionais; ou até mesmo apenas reconstituições de noções de igualdade, fortes em muitos discursos desde fins do século XVIII. Ou talvez nada ou tudo isso junto, pois identificar pode não ser importante quando se pensa as construções, os caminhos ou descaminhos das mesmas nos devires do MST, nos devires do sujeito sem-terra. Seus sonhos, certezas, relações, não são resultados de uma ou outra razão ou a soma das mesmas, são processos imprevisíveis, provisórios, e portanto, podem apenas ser alvos de reflexões, inflexões e questionamentos.

Em acampamentos e assentamentos do MST, homens e mulheres lutam pela terra, por uma vida melhor, por sonhos. Mas em meio aos muitos quereres, particulares, afetivos e contraditórios, estas lutas são cadenciadas por diferentes discursos, normas, disciplinas, prescrições de como devem ser aqueles que fazem parte do MST. E eles devem ser primeiramente persistentes, corajosos, honestos, bons, leais, amigos, companheiros, amar o MST, querer mudar a sociedade, transformar a si mesmos em seres melhores e mais conscientes politicamente, serem altruístas e, principalmente disciplinados. Às mulheres em especial, o reforço no respeito às regras morais, no dever com a família sem descuidar da

luta política, na compreensão com os deveres políticos dos seus maridos e dos seus próprios deveres em participar de assembleias, cursos, diferentes discussões.

Mas a despeito do que se deseja e se quer de um e de uma militante do MST, o que se percebe é cada um lutando e acreditando na luta à sua maneira. Homens e mulheres seguem inventando e reinventando outras formas de ser e viver como militantes sim, mas nem sempre sendo militantes ou agindo como os discursos do MST desejam.

Mas os novos sujeitos, relações que o MST têm desejado construir, talvez não sejam tão novos assim e por isso mesmo, muitas reflexões necessitem ser feitas e refeitas. O homem universal ainda não é questionado dentro de um movimento que se quer novo e capaz de mudanças. Os valores familiares, burgueses, moralidades religiosas, regras autoritárias, que dizem como devem agir e ser homens e mulheres, foram apropriados e inscritos como virtudes, valores a serem perseguidos, vividos. Como se os militantes sem-terra precisassem ser identificados com valores hegemônicos, universais para serem constituídos como sujeitos capazes de fazer a revolução.

Os investimentos na construção do “novo homem”, da “nova mulher” e, conseqüentemente da “nova sociedade”, pensados como tentativas de se produzir subjetividades que aparecem em seus valores, normas, disciplinas, trazem questões que podem ir muito além dos projetos políticos ideológicos de um movimento social. Isto porque encerram em si mesmas as complexidades das relações de poder - entre estas as de gênero - vivenciadas por todos nós cotidianamente.

A história tem mostrado que nos momentos de crise as mulheres sempre foram chamadas “à luta”. Foi assim na Revolução Francesa, na Revolução Comunista Russa, na Revolução Cubana, nos momentos políticos mais tensos que envolveram o movimento operário no Brasil. E assim também acontece no MST. No entanto, a questão que causa

estranhamento é o fato de que, terminadas as “batalhas”, as mulheres se vêem convidadas, mesmo que em convites não ditos, pronunciados, a retornar para casa, seu “espaço”, deixando para os homens as tarefas políticas de decidirem ou negociarem “a paz”, as conquistas.

Como um movimento organizado que pretende “mudar a sociedade”, incorporando as questões de gênero em seus discursos, o MST tem procurado dar seus primeiros passos, não importa se no interior de estratégias políticas ou econômicas. Mas, as antigas e sedimentadas estruturas de poder impõem ainda a necessidade do movimento repensar e sobretudo transpor os limites em que as relações entre homens e mulheres estão alocadas.

Mesmo dentro de um discurso igualitário, as diferenças precisam ser consideradas e incorporadas, pois longe de serem “desvios”, revelam a pluralidade, a complexidade de muitos jeitos de ser e de viver. Por que as mulheres sem-terra precisam incorporar uma moral burguesa, religiosa que sempre instituiu controles rígidos sobre o comportamento feminino, ao contrário dos homens sem-terra? Por que os discursos, as exigências mais elaboradas sobre como ser um bom líder parecem ser exclusivamente dirigidos aos homens, enquanto para as mulheres em relação à sua participação política restam cobranças sobre seu comportamento pessoal, sobre a própria organização de sua vida, com seus afazeres domésticos, filhos, casamento?

O que se percebe nestas questões é que as relações hierárquicas e os mitos herdados - presentes em nossas relações - exigem um trabalho constante de revisão e questionamentos. E talvez haja a urgente necessidade do MST, encarnado em suas lideranças, principalmente, compreender que quando se tem pessoas de carne, ossos e sentimentos dentro de qualquer sistema, o resultado desses diferentes sentimentos,

expectativas, possibilidades tornam toda e qualquer situação prática bastante complexa e impossível de controlar.

O sonho de um mundo melhor, de um novo homem, de uma nova mulher não é como uma estação de trem, onde pega-se o trem e chega-se ao destino. É um caminho longo, no qual a todo instante se quer parar de cansaço ou por comodismo ou por um “deixa pra lá”, só para não criar conflito. Pois, se quisermos realmente um outro modo de viver e não somente repetir e refazer o que negamos ao começar a caminhar, não nos será permitido qualquer descanso, qualquer ilusão de “chegada”. Um mundo sem o sistema hierárquico de gêneros, sem segregações étnicas e sem diferenças de classe não se realiza facilmente. É uma luta antiga, é uma luta atual.

É bom que não esqueçamos que a admissão de qualquer forma de hierarquia, seja ela qual for, traz implícita a ameaça do retorno de todas as demais, podendo jogar por terra os sonhos. Mas também, pode situar o caminho que mulheres e homens têm percorrido e o quanto ainda resta para percorrer. Pois, podemos falar de recuos e permanências em meio às mudanças e avanços, mas nunca poderemos falar em deixar de lutar.

No MST, ou fora dele, a busca - por relações mais justas, menos assimétricas - tem acontecido numa “vida real ou de viés”. Entre espaços e tempos esta busca tem imitado um jogo, no qual cada um joga com seus poderes, com suas apreensões e expectativas, com suas táticas e estratégias particulares. Negociar e trocar são possibilidades de vida, mas a desconstrução e revisão de valores e normas são caminhos para que hierarquias de gênero possam ser erodidas e num final ou num começo desconstruídas.

Por fim, mas não menos importante, gostaria apenas de enfatizar que este trabalho foi pensado, muito mais através de perguntas do que propriamente respostas. As respostas nem sempre são possíveis. Assim como também não é possível terminar ou concluir os

estudos e reflexões sobre as construções do MST e as produções subjetivas dos homens e mulheres que o constituem. São resultados provisórios, e por isso mesmo estão abertos também a outros questionamentos e quem sabe respostas.

Este trabalho foi produzido ao longo de 5 anos, um tempo relativo, curto para alguns, longo para muitos (para minha filha foi quase a sua vida toda!). Neste trabalho existem reflexões que fiz em 1997, 1998, 1999... hoje até a mim já parecem datadas, mas não modifiquei muitas delas, pois elas pertencem ao trabalho, construíram o mesmo, transformaram-no no que ele é no momento.

Como já disse, não terminei o trabalho, apenas o abandonei, momentaneamente, para seguir fazendo outras coisas. Se vou voltar a ele, no momento não sei informar, pois como disse na introdução: **o caminho muda o modo de caminhar e eu vou seguir caminhando...**

## **FONTES**

### **I. Impressas**

#### **I.1. Documentos e relatórios pesquisados no Arquivo da Comissão da Pastoral da Terra em Florianópolis:**

- Relatório do Encontro dos Sem-Terra em Maravilha, dias 15 e 16 de maio de 1984.
- Normas do 1º Congresso dos Sem-Terra. Curitiba, setembro de 1984.
- Circular aos Estados n.º 3. Secretaria Regional Sul, Curitiba, 14 de janeiro de 1985.
- Histórico do Movimento Sem-Terra de SC. Assessoria de imprensa. Chapecó, 11 de junho de 1985.
- Relatório do estudo e avaliação do MST realizado em Chapecó entre os dias 26 e 28 de outubro de 1985.
- Avaliação do Movimento Sem-Terra. Chapecó, 27 e 28 de novembro de 1985. Centro de Formação.
- Encontro de estudos dos municípios. Chapecó, abril de 1986.
- Relatório da reunião da Coordenação Estadual do MST. Chapecó. 21 e 22 de maio de 1987.
- Relatório da reunião da Coordenação Estadual do MST. Chapecó, 3 e 4 de maio de 1988.
- Assistência técnica e extensão rural aos projetos de assentamentos de trabalhadores rurais. Proposta para o quinquênio 94/98 – Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – Diretoria de Assuntos Fundiários – DIAF. Março de 1994.

- Solicitação de audiência da coordenação “Grito da Terra Brasil”, representante da CUT, do DETR (Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais) do MST, do MMA (Movimento de Mulheres Agricultoras) e CRAB (Comissão dos atingidos por barragens de Santa Catarina) ao Governador do Estado de SC. Chapecó, 12 de abril de 1994.
- Pauta de reivindicações da Coordenação “Grito da Terra Brasil”. Florianópolis, 26 de abril de 1994.
- Ofícios encaminhados ao Ministro de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Synval Guazzelli, e ao Presidente do INCRA, Marcos Correia Iins, pelo Governador Antônio Carlos Konder Reis. Gabinete do Governador, 09 de maio de 1994.
- Resposta à pauta de reivindicações dos trabalhadores rurais de SC. Gabinete do Governador, 09 de maio de 1994.

## **I.2.Documentos e publicações diversas pesquisados no Arquivo da Secretaria Estadual do MST em Chapecó:**

### **I.2.1. Cadernos de Estudos:**

MST. “A dívida externa do Brasil: Paga ou não paga? - Daniel Rech”. Caderno de Estudos n.º 7, setembro de 1983.

MST. “Orlando Gomes.” Caderno de Estudos n.º 11 (sem data)

MST. “Lições sobre o fascismo” de Palmiro Togliatti – Para entender a UDR - Caderno de Estudos n.º 12, agosto de 1987.

MST. “Ernesto Che Guevara.” Caderno de Estudos n.º 15, agosto de 1988.



MST. “Lênin, Mao Tse Tung e Teothonio dos Santos.” Caderno de Estudos n.º 23, agosto de 1989.

### **I.2.2. Cadernos de Formação:**

MST. “A política fundiária do governo.” Caderno de Formação n.º 1, 1983.

MST. “Documentos sobre a questão da terra.” Caderno de Formação n.º 2, 1983.

MST. “Como se organiza.” Caderno de Formação n.º 5, 1984.

MST. “O papel do assessor e da secretaria.” Caderno de Formação n.º 6, 1985.

MST. “Ações de Massa.” Caderno de Formação n.º 7, outubro de 1985.

MST. “Terra não se ganha, se conquista.” Caderno de Formação n.º 9, abril de 1986.

MST. “Elementos sobre a teoria da organização no campo.” Caderno de Formação n.º 11, agosto de 1986.

MST. “3º Encontro Nacional.” Caderno de Formação n.º 12, dezembro de 1986.

MST. “Nossa força depende da nossa dedicação.” Caderno de Formação n.º 13, julho de 1987.

MST. “Plano nacional do MST- 1989 a 1993.” Caderno de Formação n.º 17, junho de 1989.

MST. “Cooperativas de produção – Questões práticas. Caderno de Formação n.º 21, 2.ª edição.

MST. “Programa de Reforma Agrária.” Caderno de Formação n.º 23, 1995.

MST. “Método de Trabalho Popular.” Caderno de Formação n.º 24, junho de 1997.

MST. “Textos de Estudos.” Caderno de Formação n.º 25, outubro de 1997.

MST. “A vez dos valores.” Caderno de Formação n.º 26, janeiro de 1998.

MST. “Mística: Uma necessidade no trabalho popular e organizativo.” Caderno de Formação n.º 27, março de 1998.

MST. “Gênese e desenvolvimento do MST.” .” Caderno de Formação n.º 30, setembro de 1998.

MST. “O movimento camponês no Brasil e a luta pela Reforma Agrária.” Caderno de Formação n.º 31, janeiro de 1999.

BOGO, Ademar. “O MST e a Cultura”. Caderno de Formação n.º 34, outubro de 2000.

### **I.2.3. Diversos:**

MST. Regimento Interno da Cooperativa de Produção Agropecuária União Do Oeste – Cooperunião. Dionísio Cerqueira/SC -Assentamento Conquista na Fronteira. Outubro de 1997.

AIMTR/SUL. “Nenhuma Trabalhadora Rural Sem documentos.” Cartilha de Formação e Informação, n.º 1, agosto de 1994. Produzida pela AIMTR-SUL.

AIMTR-SUL. “Nenhuma Trabalhadora Rural Sem documentos.” Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. 1997.

AIMTR-SUL. “Saúde Pública – Direito da Mulher” Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. 1998.

MST. A questão da Mulher no MST. São Paulo: Coletivo Nacional de Mulheres do MST, junho de 1996.

MST. Doenças sexualmente transmissíveis – Conhecer para evitar. Setor Nacional de Saúde - Caderno n.º 03, junho de 2000.

MST. Compreender e construir novas relações de gênero. São Paulo: Coletivo Nacional de Mulheres do MST, setembro de 1998.

MST. Normas Gerais do MST. São Paulo: Secretaria Nacional, setembro de 1989.

MST. Disciplina. São Paulo: Secretaria Nacional, janeiro de 1992.

MST. Alianças. São Paulo: Secretaria Nacional, janeiro de 1993.

MST. “Ligas Camponesas- 1955-1964.” Coleção Fazendo História. n.º 4, 1997.

MST. “Boletim Informativo do MST/SC.” Terra Livre. Ano 1, n.º 1, maio de 1998.

MST. “Debate sobre os problemas brasileiros e a necessidade e mudança social.” Boletim do militante. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, n.º 27, dezembro de 1996.

MST. Caderno de Formação para os Núcleos. Direção Estadual do MST de Santa Catarina, outubro de 1996.

MST. “Sistema Cooperativista dos Assentados.” Caderno de Cooperação Agrícola. São Paulo: CONCRAB, 2º ed. junho de 1998.

MST. “O que é o núcleo?” Caderno do Núcleo. Chapecó: Secretaria Estadual, MST/SC, n.º1, setembro de 1999.

MST. Construindo o caminho numa escola de assentamento do MST. Coleção Fazendo Escola, Setor de Educação do MST, publicado pelo ITERRA, dezembro de 2000.

“Mulher – Corpo e Luta.” Pastoral Popular Luterana. Sem data.

IBAM. Assentamentos de Comunidades de Trabalhadores Rurais. Experiência Inovadoras. Instituto Brasileiro de Administração Municipal, IPEA, Comunidade Solidária. Rio de Janeiro, 1997.

TAVARES, Elaine. A luta das mulheres agricultoras em Santa Catarina. Gabinete da Deputada Federal Luci Choinaski, 1992.

### **I.3. Jornais e Revistas:**

Revista Sem Terra. Ano II, n.º 4, abril à junho de 1998.

Revista Sem Terra. Ano II, n.º 5, julho à setembro de 1998.

Revista Sem Terra. Ano II, n.º 6, janeiro à março de 1999.

Revista Sem Terra. Ano II, n.º 7, abril à junho de 1999.

Revista Sem Terra. Ano II, n.º 8, julho à setembro de 1999.

Revista Mundo Jovem. Porto Alegre, Ano XXIV, n.º 172, maio de 1985.

Revista Mundo Jovem. Porto Alegre, Ano XXIII, n.º 177, outubro de 1985.

Revista Mundo Jovem. Porto Alegre, Ano XXIV, n.º 178, novembro de 1985.

Revista Mundo Jovem. Porto Alegre, Ano XXIV, n.º 179, março de 1986.

Revista Mundo Jovem. Porto Alegre, Ano XXIV, n.º 180, abril de 1986.

Revista Mundo Jovem. Porto Alegre, Ano XXIV, n.º 181, maio de 1986.

Revista Mundo Jovem. Porto Alegre, Ano XXIV, n.º 182, junho de 1986.

Revista Mundo Jovem. Porto Alegre, Ano XXIV, n.º 183, julho de 1986.

Revista Mundo Jovem. Porto Alegre, Ano XXIV, n.º 185, setembro de 1986.

Revista Mundo Jovem. Porto Alegre, Ano XXIV, n.º 186, outubro de 1986.

Revista Veja. 16 de abril de 1997, ano 30, n.º 15.

Revista Veja. 23 de abril de 1997, ano 30, n.º 16.

Revista Veja. 3 de junho de 1998, ano 31, n.º 22.

Revista Veja. 28 de outubro de 1998, ano 31, n.º 43.

Revista Isto É. 23 de abril de 1997, n.º 1438.

Revista Isto É. 29 de março de 2000, n.º 1591.

Revista Globo Rural. Abril de 1996.

Revista República. Dezembro de 1996, ano 1, n.º 2.

Revista Caros Amigos – “As armas do MST.” Ano IV, n.º 39, junho de 2000.

Revista Caros Amigos – “Especial MST.” n.º06, outubro de 2000.

Jornal Sem Terra. Diversos números dos anos de 1987 à 2001.

Jornal O Estado de São Paulo. Geral, 20 de abril de 1997.

Jornal O Estado de São Paulo. Geral, 20 de abril de 1997.

Jornal O Estado de São Paulo. Geral, 22 de dezembro de 2000.

Jornal O Estado. Florianópolis, 05 de dezembro de 1985.

Jornal Folha de Londrina. 21 de dezembro de 1985. Arquivo da CPT/SC.

Jornal Folha de Londrina. 09 de janeiro de 1985. Arquivo da CPT/SC.

Jornal Indústria e Comércio. 18 de janeiro de 1985. Arquivo da CPT/SC.

Jornal de Brasília. 25 de janeiro de 1985. Arquivo da CPT/SC.

Jornal do Estado do Paraná. 13 de janeiro de 1985. Arquivo da CPT/SC.

Jornal do Estado do Paraná. 31 de janeiro de 1985. Arquivo da CPT/SC.

Jornal do Estado do Paraná. 31 de janeiro de 1985. Arquivo da CPT/SC.

Jornal Folha de São Paulo. 16 de janeiro de 1985. Arquivo da CPT/SC.

Jornal Folha de São Paulo. 30 de janeiro de 1985. Arquivo da CPT/SC.

Jornal Folha de São Paulo. Caderno Especial, 30 de junho de 1996.

Jornal O Globo. 30 de janeiro de 1985. Arquivo da CPT/SC.

Jornal Zero Hora, 25 de janeiro de 1985. Arquivo da CPT/SC.

Jornal Zero Hora, 31 de janeiro de 1985. Arquivo da CPT/SC.

#### **I.4. Letras de músicas.**

MST. Cantos da Luta. MST/SC. (Sem data)

MST. Arte em Movimento, MST/Nacional. Disco Compacto.

MST. Sem terra: as músicas do MST. Porto Alegre: Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Cultura, 1996.

#### **I.4. Sites visitados:**

[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

[www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br)

## **II. Filmes.**

“Terra para Rose” – Filme/documentário em vídeo – Tetê de Moraes, 1987. Distribuidora Sagres, cinema, televisão e vídeo.

### III. Orais.

(Com a finalidade de proteger a identidade dos entrevistados os nomes reais foram substituídos por nomes fictícios)

Ricardo. Liderança do assentamento 30 de outubro. Entrevista realizada por Jaqueline Martins Zarbato Schmitt no próprio assentamento em Campos Novos, 06/06/1996.

Vânia. Liderança do assentamento 30 de outubro. Entrevista realizada por Jaqueline Martins Zarbato Schmitt no próprio assentamento em Campos Novos, 06/06/96.

Mário. Liderança no assentamento Conquista na Fronteira. Casado, dois filhos. Entrevistas concedidas em Dionísio Cerqueira em: 18/04/1997, 16/02/1998, 02/02/1999 e 11/01/2001.

João. Casado. Depoimento gravado no assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira, 18/04/1997.

Franco. Casado. Entrevistas concedidas no assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira, 18/04/1997 e 17/02/1998

Luís. Casado. Entrevista concedida no assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira, 18/04/1997.

Bruna. Liderança do MST em Santa Catarina. Solteira. Entrevista concedida no assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira, 16/02/1998.

Orlandi. Casado, dois filhos. Entrevista concedida no assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira, 16/02/1998.

Marina. Casada, dois filhos. Entrevistas concedidas no assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira, 16/02/1998 e 02/09/1999

Clair. Casada. Entrevistas concedidas no assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira, 17/02/1998 e 03/02/1999.

Tânia. Casada. Entrevistas concedidas no assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira, 17/02/1998 e 03/02/1999.

Ana. Casada, dois filhos. Entrevista concedida no acampamento Oziel Alves Pereira em Abelardo Luz, 06/06/1998.

Marta. Casada, 15 anos. Entrevista concedida no acampamento Oziel Alves Pereira em Abelardo Luz, 06/06/1998.

Jacinto. Casado. Entrevista concedida no acampamento Oziel Alves Pereira em Abelardo Luz, 06/06/1998.

Cláudio. Casado, 28 anos. Entrevista concedida no acampamento Oziel Alves Pereira em Abelardo Luz, 06/06/1998.

Lurdes. Casada. Entrevista concedida no assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira, 03/09/1999.

Maria Tereza. Casada. Entrevista concedida no assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira, 02/02/1999.

Noélia. Casada, dois filhos. Entrevista concedida no assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira, 02/02/1999.

Noêmia. Casada. Entrevista concedida no assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira, 02/02/1999.

Magda. Casada. Entrevista concedida no assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira, 03/02/1999.

Eliane. Entrevista concedida no assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira, 03/02/1999.



Ondina Casada. Entrevista concedida no assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira, 03/02/1999.

Zulma. Casada. Não faz parte do MST. Trabalhou na organização de mulheres agricultoras no Oeste catarinense no final da década de 70 e início de 80. Conversa gravada em janeiro de 2000 no assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira.

Airton.Casado. Trabalhou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Chapecó. Conversa gravada em janeiro de 2000 no assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira.

Paulo. Casado. Entrevista concedida no assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira, 10/01/2001.

Maxmiliano. Casado. Entrevista concedida no assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira, 10/01/2001

Roberta. Educadora da Escola Agrícola do MST de Fraiburgo. Entrevista realizada no assentamento Vitória da Conquista em Fraiburgo por Lenita J. Farias Raad, 18/05/2001.

## BIBLIOGRAFIA

### I - Teses, Dissertações e Monografias :

- BELTRAME, Sonia Aparecida Branco. MST, Professores e Professoras: sujeitos em movimento, São Paulo: USP. Tese de Doutorado em Educação, março de 2000.
- CAMPIGOTO, José Adilçon. Roças, Empresas e Sonhos: Jogos e Discursos (A CPT em Santa Catarina), Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado em História, 1996.
- CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Do trabalhador indisciplinado ao homem prescindível. Campinas/SP: UNICAMP. Tese de Doutorado em Filosofia, 1992.
- CASAGRANDE, Jacir Leonir. Movimentos Sociais do Campo – Mulheres agricultoras em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, 1991.
- DABOIT, Pedro Carlos. Do sócio-religioso ao sócio-político: A nova relação entre o Movimento de Mulheres Agricultoras e a Igreja católica no Oeste Catarinense. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, 1996.
- GOMES, Iria Zanoni. A recriação da vida como obra de arte. No assentamento, a desconstrução/reconstrução da subjetividade. São Paulo: USP. Tese de Doutorado em Sociologia, 1995.
- LECHAT, Noëlle Marie Paule. A questão de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST: Estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul. Campinas/SP: UNICAMP. Dissertação de Mestrado em Antropologia, 1993.

- LISBOA, Teresa Kleba. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste Catarinense-Um Novo Movimento Social. Florianópolis:UFSC. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, dezembro de 1987.
- MOLON, Susana Inês. Sujeito, Subjetividade e Emoções: na perspectiva dos professores da Pós-graduação em Psicologia Social vinculados àABRAPSO. São Paulo: PUC. Tese de Doutorado em Psicologia Social, 2000.
- PAVAN, Dulcinéia. As Marias Sem-Terra – Trajetórias e Experiências de Vida de Mulheres Assentadas em Promissão-SP-1985/1996. São Paulo: PUC. Dissertação de Mestrado em História Social, 1998.
- PIANA, Marivone. A música-movimento: Estratégias e significados da produção musical do MST. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, fevereiro de 2001.
- PRADO FILHO, Kleber. Trajetórias para a leitura de uma história crítica das subjetividades na produção intelectual de Michel Foucault. São Paulo: USP. Tese de Doutorado em Sociologia, 1998.
- SCHWADE, Elisete. “A luta não faz parte da vida...É a vida.” O projeto político-religioso de um assentamento no Oeste catarinense. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, maio de 1993.
- SILVA, Cristiani Bereta da. Relatório de Viagem à cidade de Dionísio Cerqueira e ao assentamento Conquista na Fronteira. Abril de 1997.
- SILVA, Luzia M.R. Os Trabalhadores em Luta pela Terra no Triângulo Mineiro: 1989-1996. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1997.
- SIZANOSKI, Raquel. O Novo Dentro do Velho: Cooperativas de Produção Agropecuária do MST (possibilidades e limites na construção de outro coletivo social.)

Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, setembro de 1998.

STRAPAZZON, João Paulo Lajus. “...E o Verbo se fez Terra.” Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980-1990. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, dezembro de 1996.

VENDRAMINI, Célia Regina. Consciência de Classe e Experiências Sócio-Educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. São Carlos/SP: UFSCR. Tese de Doutorado em Educação, junho de 1997.

## **II- Livros, Coletâneas e Artigos sobre o MST:**

CALDART, Roseli Salete. Sem Terra com poesia: A arte de re-criar a história. Petrópolis/RJ: Vozes.

FERNANDES, Bernardo Mançano e STÉDILE, João Pedro. Brava gente - A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Os sem terra, ONGs e cidadania: A sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. As Lutas Camponesas no Rio Grande do Sul e a Formação do MST. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.11, n.º 22, mar/agosto de 1991.

MEDEIROS, Leonilde et al. Assentamento rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

MORISSAWA, Mitsue. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

STÉDILE, João Pedro. A Reforma Agrária e a Luta do MST. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Atual, 1997.

\_\_\_\_\_ e GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. Assentamentos: A resposta econômica da Reforma Agrária. Petrópolis/RJ: Vozes, 1991

### III- Livros, Coletâneas e Artigos:

ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia. Engendrando um novo feminismo: Mulheres líderes de base. Brasília: UNESCO, 1998.

ALMEIDA, Miguel Vale de. Senhores de Si - Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de século edições, 1995.

ALVAREZ, Sonia E. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. In: Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIFC/ECO/UERJ, vol. 02, n.º 02 de 1994.

\_\_\_\_\_. Feminismos Latinoamericanos. In: Estudos Feministas. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, vol. 06, n.º 02 de 1998.

BAMBERGER, Joan. “O mito do matriarcado: Por que os homens dominam as sociedades primitivas? In: LAMPHERE, Louise e ROSALDO, Michelle Z. (Coordenadoras) A Mulher, A Cultura e a Sociedade. Tradução de Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (orgs). Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BESSE, Susan K. Modernizando a desigualdade – Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914 – 1940. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Edusp, 1999.
- BOFF, Leonardo. O rosto materno de Deus. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.
- BONIM, Anamaria Aimoré, et alli. Movimentos Sociais no Campo. Curitiba/PR: Scientia et Labor editora da Universidade Federal do Paraná, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 3º edição.
- \_\_\_\_\_. A Economia das Trocas Linguísticas: O que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.
- \_\_\_\_\_. A dominação masculina. Educação e Realidade. Porto Alegre, julho/dezembro de 1995, pp. 133/184.
- BURKE, Peter. (Org.) A Escrita da História: Novas Perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.
- CASTORIADIS, Cornélius. Socialismo ou Barbárie – O conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- \_\_\_\_\_. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis/RJ: Vozes, 3º ed.1994.

- CHARTIER, Roger. A História Cultural-Entre Práticas e Representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- \_\_\_\_\_. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (orgs). Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- COELHO, Teixeira. O que é utopia? Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 4ª edição, 1984.
- CORBIN, Alain. “O segredo do Indivíduo.” In: PERROT, Michele. História da Vida Privada vol. 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução de Denise Bottman, partes 1 e 2 e de Bernardo Joffily, partes 3 e 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- DELEUZE, Gilles. Conversações: 1972-1990. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- \_\_\_\_\_. Foucault. Tradução de Cláudia Sant’Ana Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia vol.1. Tradução de Aurélio Guerra neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- \_\_\_\_\_. O que é Filosofia? Tradução de Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DERRIDA, Jacques. Gramatologia. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999, 2ª edição.
- DIAS, Maria Odila Leite Silva. Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea. In: Projeto História. PUC/SP - São Paulo: Educ, 1998, vol. 17.

- \_\_\_\_\_. Novas Subjetividades na Pesquisa Histórica Feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: Estudos Feministas. Ano 02, n.º 02. Rio de Janeiro: CEIC, 1994.
- DOIMO, Ana Maria. A Vez e Voz do Popular: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.
- DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- DUBY, Georges. História da Vida Privada vol. 2: da Europa Feudal à Renascença. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DUMONT, Louis. Homo hierarchicus – O sistema das castas e suas implicações. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo: Edusp, 1992.
- \_\_\_\_\_. O individualismo: Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 10º ed. 1985.
- FALCON, Francisco J. C. História e Cidadania. In: Anais do XIX Simpósio Nacional de História: História e Cidadania. Realizado em Belo Horizonte/MG, em julho de 1997.
- FARIA, Lia. Ideologia e Utopia nos anos 60: um olhar feminino. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1997.
- FLORES, Maria Bernadete Ramos, et alli. “Imagem e Pedagogia, da Cruz de Cedro Renasce uma Cidade Santa.” In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol.16, n.º 31 e 32, 1996.



- FOSTER, Thomas. History, critical theory and women's social practices: "Women's time" and "Housekeeping." In: Signs. Journal of women in culture and society, 1988, v.14, 1. Apud: PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. In: Revista Catarinense de História. n.º 2, p.35-44, 1994.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio, 4º edição, 1998.
- \_\_\_\_\_. As palavras e as coisas. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. Dits et écrits. II, 1980-1988. Paris: Gallimard, 2000.
- \_\_\_\_\_. História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 6ª edição, 1984.
- \_\_\_\_\_. Microfísica do Poder. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 13º edição, 1979, p.183.
- \_\_\_\_\_. Nietzche, Freud e Marx - Theatrum Philosophicum. Portugal: Edições Rés limitada.
- \_\_\_\_\_. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- \_\_\_\_\_. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- \_\_\_\_\_. A verdade e as formas jurídicas. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.

- GADAMER, Hans-Georg. Verdade e Método. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIESE, Bárbara. “1964 através da imprensa catarinense: a modernização da agricultura de Santa Catarina enquanto reflexo do ideário do Estado autoritário”. In: DIAS, José de Souza. (Org.) Santa Catarina em Perspectiva: Os anos do golpe. Petrópolis/RJ: Vozes, 1989.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e Agricultura no Brasil: Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira, 1960-1980. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos dos Movimentos Sociais no campo. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.
- GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. Micropolítica: Cartografias do Desejo. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.
- GUATTARI, Félix. Revolução Molecular: Pulsações Políticas do Desejo. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- \_\_\_\_\_. Caosmose: Um novo paradigma estético. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1992.
- \_\_\_\_\_. Linguagem, Consciência e Sociedade. Saúde e Loucura 2. Saúde e Debate 31, São Paulo, 3º edição.
- HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, 4º ed.
- HEILBORN, Maria Luiza. Gênero: um olhar estruturalista. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar. Orgs. Masculino, Feminino e Plural: Gênero na Interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

- HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: O breve século XX - 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre a Consciência de Classe. In: Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre História Operária. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HUNT, Lynn. A nova história cultural. Tradução de Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- KERBER, Linda K. Separate spheres, female world, woman's place: the rhetoric of women's history. The journal of american history. Vol.75, n.º 1, june, 1988. (Tradução livre).
- LAQUEUR, Thomas. La construcción del sexo: Cuerpo y género desde los griegos hasta Freud. Valência: Ediciones Cátedra/Universitat de València.
- LÊNIN, V. I. Que Fazer ?. In: Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. Tomo I, 3º edição.
- \_\_\_\_\_. "As tarefas do proletariado em nossa revolução". In: Coletânea de textos de Lênin, Marx e Engels Sobre a mulher. Revisados por Armandina Venâncio. São Paulo: Global Editora.
- LUKÁCS, Georg. História e Consciência de Classe: Estudos de dialética marxista. Tradução de Telma Costa. Rio de Janeiro: Elfos Editora, 1989, 2º ed.
- MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 4º edição, 1986.
- MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis-RJ: Vozes, 2º edição, 1983.

- \_\_\_\_\_. Expropriação e violência – A questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991, 3º ed.
- MARX, Karl. “A Santa Família ou crítica da crítica.” Extraído da edição alemã. In: Coletânea de textos de Lênin, Marx e Engels Sobre a mulher. Revisados por Armandina Venâncio. São Paulo: Global Editora.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MEIRELLES, Helly Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 1999.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral, Caminhos e Descaminhos. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.13, nº25/26, pág.55/65, setembro de 1992 à agosto de 1993.
- MURARO, Rosie Marie. Memórias de uma mulher impossível. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1999.
- NIETZSCHE, Friedrich. “A gaia ciência”. In: Obras Incompletas. Coleção “Os Pensadores”. Seleção de Gérard Lebrun. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 3º ed., 1983.
- PAULILO, Maria Ignês S. “O peso do trabalho leve”. In: Ciência hoje. Vol.05, nº 28, pp.64/70.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. Revista Catarinense de História. n.º 2.
- PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar. Orgs. Masculino, Feminino e Plural: Gênero na Interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.
- PENA, Maria Valéria Junho. Mulheres e Trabalhadoras: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

- PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. Mulheres Públicas. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998.
- \_\_\_\_\_. Práticas da Memória Feminina. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 09, n.º 18, agosto/setembro de 1989.
- PETITFILS, Jean-Christian. Os socialismos utópicos. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Zahar Editores, 1977.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1981.
- RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar. (Organizadoras) Masculino, Feminino, Plural: Gênero na Interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.
- \_\_\_\_\_. Entre a História e a Liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo. Tese de livre-docência apresentada ao Depto de História do IFCH da UNICAMP. São Paulo, 1999.
- \_\_\_\_\_. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP; São Paulo, 7(1-2), pp.67/82, outubro de 1995.
- RUBIN, Gayle. The traffic in women. In: REITER, Roy. Towards an anthropology of women. New York: Review Press, 1975.
- SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- SALIBA, Elias Tomé. As utopias românticas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Pela Mão de Alice: O social e o político na Pós-Modernidade. São Paulo: Cortez, 3º ed., 1997.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos em Cena...E as teorias por onde andam? Cadernos de Pesquisa. Florianópolis: UFSC, n.º 15, outubro de 1998.
- \_\_\_\_\_. O Caráter dos Novos Movimentos Sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo. Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. O movimento dos trabalhadores rurais no Sul do Brasil: Seu papel na democratização da sociedade. In: DIAS, José de Souza. (Org.) Santa Catarina em Perspectiva: Os anos do golpe. Petrópolis/RJ: Vozes, 1989.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, n.º16, julho/dezembro de 1990.
- \_\_\_\_\_. A Invisibilidade da Experiência. Tradução de Lúcia Haddad. In: Projeto História. São Paulo: EDUC, n.º 16, fevereiro de 1998.
- SILVA, José Graziano. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982.
- SILVA, Cristiani Bereta. "Leituras e impressões sobre homens e mulheres em movimento...In: Esboços. N.º 08, vol. 08. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: UFSC, 2000, pp.51-62.
- TELLES, Vera da Silva. Movimentos Sociais: Reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, Ilse, e KRISCHKE, Paulo. Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria ou um Planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser) Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

- THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TOURAINÉ, Alain. Crítica da Modernidade. Tradução de Elia Ferreira Edel. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Editora da Unicamp, 1989.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Errantes do Fim do Século. São Paulo: UNESP, 1999.
- VEYNE, Paul. Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UNB, 1998, 4ª edição.
- WELTER, Barbara. The cult of true womanhood: 1820-1860. In: GORDON, Michael. American Family in Social-Historical Perspective. New York: Saint Martin Press, 1973, (Tradução livre).
- WOLFF, Cristina Scheibe. As mulheres na Colônia Blumenau: cotidiano e trabalho – 1850-1900. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1992.